Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Participação social, saúde e radiocomunicação
comunitária: uma discussão sobre limites e
possibilidades de ampliação das bases sociais da
Reforma Sanitária Brasileira**

Hugo Fanton Ribeiro da Silva

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do
título de Mestre em Ciências.**

**Área de concentração: Saúde,
Ciclos de Vida e Sociedade**

**Orientador: Prof. Dr. Ivan
França Junior**

**São Paulo
2011**

**Participação social, saúde e radiocomunicação
comunitária: uma discussão sobre limites e
possibilidades de ampliação das bases sociais da
Reforma Sanitária Brasileira**

Hugo Fanton Ribeiro da Silva

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Saúde Pública da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Ciências.**

**Área de concentração: Saúde, Ciclos
de Vida e Sociedade**

**Orientador: Prof. Dr. Ivan França-
Junior**

**São Paulo
2011**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese/dissertação.

A meu pai, minha mãe e meu irmão,
e todas as pessoas queridas
que fazem parte da minha vida.

Agradecimentos

Este trabalho expressa de forma sistematizada e adequada a normas acadêmicas o resultado de um caminhar compartilhado entre muitas pessoas que, com contribuições e de modos distintos, mas igualmente importantes, o tornaram possível. Por isso, em primeiro lugar, agradeço às pessoas que vivem em Heliópolis, pelo acolhimento, paciência e compartilhar de saberes que perpassam a redação do texto e meu sentir o mundo.

Agradeço ao professor Ivan França Junior, orientador e amigo, que além das contribuições estritamente acadêmicas, por participar ativamente do meu processo formativo, acompanhou de perto todo o desenrolar da pesquisa, me ajudou a superar angústias, construir conceitos e, fundamentalmente, a seguir meus sonhos, muitas vezes compartilhados e vividos juntos.

Agradeço às professoras Sonia Fleury e Evelina Dagnino, por participarem diretamente do processo avaliativo e inspirarem muitas das reflexões aqui presentes. Pelo trabalho acadêmico e político que desenvolvem me motivam um caminhar e ensinam um olhar crítico e esperançoso para a realidade. Também agradeço à professora Marcia Thereza Couto Falcão, pelas contribuições no exame de qualificação, que me permitiram delinear melhor questões de pesquisa e opções metodológicas.

Agradeço ao professor Paulo Rogério Gallo, por me apresentar o campo da saúde, tornar possível o início deste trabalho e compartilhar conhecimentos também aqui presentes.

Agradeço à professora Maria da Penha Vasconcellos, por acompanhar minha trajetória desde o início, participar ativamente do meu processo formativo e ainda me apoiar nos momentos mais delicados de minha vivência na Faculdade de Saúde Pública.

Agradeço aos funcionários e às funcionárias da Faculdade de Saúde Pública, em especial ao Leandro Cleto, pois fazem parte da produção acadêmica ao conduzir um trabalho árduo e muitas vezes não devidamente valorizado pela Universidade.

Agradeço à Lia Segre, por me acompanhar em visitas a Heliópolis, ajudar com registro de imagens, problematizar muitas das reflexões aqui presentes e me incentivar nos momentos de angústia e dificuldades.

Agradeço aos amigos e amigas, companheiros e companheiras que fazem parte da minha vida, do meu dia-a-dia, e tornam meu viver feliz e com esperanças muitas. Para

não cometer injustiças, arrisco nomear apenas uma dessas pessoas, Marcia Fernandes, que acompanhou de perto os últimos momentos de redação e ainda contribuiu diretamente com a finalização do texto.

Agradeço de maneira especial a Keila Britto, Grasiela Fretta, Nayara Côrtes Rocha, Daniela Silva Canella, Julliana Luiz Rodrigues e Janaína Calu, que me acompanharam durante todo o mestrado e tornaram minha vida na Faculdade de Saúde Pública muito mais agradável.

Agradeço também à gente querida da ABONG e da Ação Educativa, locais em que trabalho e aprendo a caminhar. São pessoas que contribuíram desde o início com o desenvolver desta pesquisa, por conversas, sugestões, discordâncias e debates acalorados, num construir coletivo do olhar e agir no mundo.

Agradeço à Cibele Viana e sua família por terem feito parte da minha vida de uma maneira muito especial. Seguem presentes no meu jeito de ser e também neste texto que apresento, pois com elas compartilhei muitas das reflexões e sentimentos que perpassam cada linha deste trabalho.

E por fim agradeço ao meu pai, à minha mãe, ao meu irmão, minha cunhada e toda minha família, por com amor e carinho compartilharem saberes e sentimentos, do meu lado ajudando a construir sonhos num caminhar que é de muita esperança e luta.

“Nós não precisamos de muita coisa.
Só precisamos uns dos outros”

Carlito Maia

Resumo

Este trabalho se propôs a analisar limites e possibilidades da participação social na saúde por espaços não institucionalizados, a partir de alguns dos limites decorrentes da institucionalidade posta e do conjunto de práticas sociais, técnicas e sistêmicas na saúde. A discussão enfoca a rádio comunitária como espaço de emergência de conflitos e questões que perpassam dada realidade e suas relações sociais, de forma a poder contribuir com a participação social na saúde. Nesse sentido, optou-se pela realização de um estudo de caso em Heliópolis, São Paulo, SP, por um olhar para o território na sua diversidade de espaços e vivências, e também para os conflitos que lhe são próprios e relacionados às relações sociais daquele espaço constitutivas. A partir das “práticas significantes” relacionadas à produção simbólica e material de Heliópolis, do “entrejogo” entre práticas sociais e trajetórias individuais, e entre aquelas e contexto global, foi possível uma formulação teórica em relação ao objetivo da pesquisa. A organização da população de Heliópolis se deu em resistência à dominação exercida por grupos político-econômicos e à repressão do Estado, pela construção de laços sociais de solidariedade em processos de subjetivação de indivíduos, que resultou na constituição de uma comissão de moradores. Com a transformação progressiva da relação do Estado com aquele corpo social, a comissão torna-se associação e deixa de fazer enfrentamento direto por manifestações e ocupações, passando a atuar na forma *projeto financiável* pelo Estado ou pela iniciativa privada. Hoje, parte das necessidades sociais, as financiáveis, é tomada pelo todo, e as determinações econômicas e sociais decorrentes da divisão de classes impedem que ganhe centralidade, nas ações sociais, a luta de classes. No entanto, a Rádio Comunitária possui historicidade e legitimidade distintas das dos projetos financiáveis, e disto decorrem distintas formas de ação social. O espaço é de lazer e trabalho, de produção e divulgação culturais, e também de constituição de sujeitos políticos, pois nele se dá a formação de uma cadeia coletiva de ações em resistência a determinações políticas, econômicas e sociais. Da especificidade da relação entre forma e conteúdo na produção e expressão culturais decorre a emergência diferenciada de necessidades sociais, de modo que a rádio possibilita a expressão, articulação e mobilização de sujeitos em ação política diferenciada daquela que ocorre em espaços institucionalizados. A atuação pela rádio comunitária também possibilita a construção histórica de necessidades sociais em sua relação com a saúde, e tem função organizativa de demandas que permitem guiar a satisfação dessas necessidades pela reivindicação frente ao poder público e ao sistema de saúde. Na atuação deste com a rádio, gera-se demandas a que existem respostas sistêmicas previamente definidas. No entanto, a rádio é espaço que auxilia na construção de processos instituintes, o que em Heliópolis se expressa pelo combate à política de privatização da saúde São Paulo e às Organizações Sociais (OS), além da articulação de sujeitos em ações como a organização da coleta de lixo.

Descritores: Reforma Sanitária; Participação social; Meios de Comunicação; Rádio; Relações Comunidade-Instituição; Rádio Comunitária.

Abstract

This study aimed to analyze the limits and possibilities of social participation in health by non-institutionalized spheres, from some of the limits imposed by the institutions and the set of social practices, techniques and systemic health. This discussion focuses on Community Radio as a sphere of emergency of conflicts and issues that permeate the reality and its social relations, in order to contribute to social participation in health. Accordingly, we chose to carry out a case study in Heliópolis, São Paulo, SP, by a view on the area in its diversity of spheres and experiences, and also on the conflicts which are related to the social relations of that sphere constitutive. From the “signifying practices” related to material and symbolic production of Heliópolis, by working between social practices and individual trajectories, and between those and the global context, it made possible a theoretical formulation for the purpose of research. The popular organization in Heliópolis was built in resistance to the political-economic domination and the one exercised by the State, constructed from social bonds of solidarity in processes of constitution of political subjects, which resulted in the formation of a residents committee. With the gradual transformation of the relationship between the State and that social body, the committee became an association, making no more direct engagement by occupations and demonstrations nowadays. It starts acting by projects fundable by the state or by private enterprise. Today part of the social needs, the fundable ones, are taken by all, and the economic and social determinations that are consequences of the classes division prevent to gain centrality in the social actions the class-conflict. The Community Radio, however, has legitimacy and historicity distinct from those of fundable projects, and from this results different forms of social action. The sphere is for work and leisure, for cultural production and dissemination and also for constitution of political subjects, because on it takes the formation of collective actions in resistance to political, economic and social determinations. From the specificity of the relationship between form and content on the cultural production and expression follows the differentiated emergence of social needs, so that the radio enables the expression, articulation and mobilization of subjects in different political actions from the one that occurs in institutionalized spheres. The action by a Community Radio also makes possible the historical building of social needs in their relationship to health. The Community Radio has an organizational function of the demands that allows subjects to conduct the satisfaction of social needs by claiming against the government and the health system. The System action in the radio is characterized by the generation of demands in which answers are previously defined by the System. However, a Community Radio is a sphere that assists the construction of instituting processes, which are in Heliópolis expressed by the struggle against privatization of health in São Paulo and the organized system, providing political articulation of subjects, such as the organization of garbage collect.

Descriptors: Health Care Reform; Social Participation; Communications Media; Radio; Community-Institutional Relations; Community Radio.

Sumário

Introdução	11
Objetivos.....	32
Objetivo geral.....	32
Objetivo específico	32
Metodologia.....	33
O Movimento Social	50
A Rádio Comunitária	74
A Saúde, a Rádio Comunitária e o Movimento Social	126
Conclusão	158
Referências	168
Anexo	
Currículo Lattes	

Introdução

"Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos"

João Cabral de Melo Neto

Este estudo está inserido histórica e epistemologicamente no campo da Saúde Coletiva e no *processo* da Reforma Sanitária Brasileira. Campo e processo comprometidos com a transformação não restrita ao setor saúde, mas social, em sua relação com o objeto saúde-doença-cuidado, também histórico e social.

Por saúde coletiva entende-se “campo científico e âmbito de práticas”, abertos a novos paradigmas, em que saúde é concebida enquanto “estado vital, setor de produção e campo do saber”, articulada, em sua historicidade, às instâncias econômica e político-ideológica da estrutura da sociedade. Suas ações são práticas sociais que influenciam e são influenciadas pelas relações sociais. É também campo interdisciplinar que tem por objeto de investigação os “determinantes da produção social das doenças e da organização dos serviços de saúde”, de forma a se obter “integração no plano do conhecimento” pela compreensão e compromisso com a transformação da realidade (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p. 309).

É, nesse sentido, campo teórico-explicativo, pela investigação e explicitação das relações e processos sociais relacionados ao objeto saúde-doença-cuidado; mas também crítico-normativo, em seu comprometimento com a transformação social e por investigar um dever ser, presente nas relações sociais como potencialidade e forma de superação de obstáculos econômicos, políticos e ideológicos.

Ressalta-se a compreensão de que os “âmbitos da prática humana não se configuram a partir de uma estrutura racional de base normativa ou prescritiva”, uma vez que estão contextualizadas em um “campo de força” (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p. 302). As dimensões teórico-explicativa e crítico-normativa da saúde coletiva são aqui entendidas como parte de um *processo* que envolve um conjunto complexo de práticas (inclusive as de saúde) que integram a totalidade social, não se esgotando nas

dimensões teóricas, política e ideológica, mas também com dimensões econômicas, culturais e simbólicas (PAIM, 2008a). Trata-se da Reforma Sanitária Brasileira enquanto *processo* em curso, decorrente de um *projeto* socialmente construído e não implementado em sua totalidade, articulado e sustentado por um *movimento* social comprometido com a transformação da realidade em direção à democratização da saúde, do Estado e da sociedade.

Na segunda metade do século XX, os campos epistemológico e de organização dos serviços de saúde no Brasil passaram por profundas mudanças políticas, ideológicas e sociais, em direção à Saúde Coletiva enquanto discurso e prática teórica, e ao atual Sistema Único de Saúde (SUS). Ambos resultam do processo decorrente da profunda crise do Estado brasileiro ao final dos anos 1970 e início dos 1980, que culminou na transição democrática e na elaboração de uma nova Constituição em 1988, superando-se o modelo médico assistencial privatista de atenção à saúde em direção à concepção da saúde enquanto direito de todas e todos e dever do Estado.

Durante o governo autoritário, promoveu-se uma política de expansão dos serviços privados de atenção à saúde, com centralidade no atendimento hospitalar, em contexto de supressão dos direitos civis e políticos que esvaziou a resistência a este processo pelas atividades partidária e sindical. É a Igreja Católica uma das poucas instituições com relativa autonomia para o desenvolvimento de ações educativas e de transformação de realidades locais, de modo que setores a ela vinculados e insatisfeitos com o regime político passam a apoiar novas formas de resistência, “possibilitando o engajamento de intelectuais das mais diversas áreas” (VASCONCELOS, 2004, p. 69).

É por conceber o “apoio espiritual em sentido muito amplo” que as pastorais da Igreja incluem em suas práticas o “apoio organizativo, social e político” a distintos grupos sociais. Naquele contexto, “melhor que nenhuma outra força social ou política, a Igreja conhece a amplitude da miséria urbana, o drama da sobrevivência de milhares e milhares de pessoas, as carências físicas e sociais de toda a ordem”, de modo que pela inserção político-social constrói ação constitutiva e confirmativa de grupos populares em resistência a situações de exclusão econômico-social (SANTOS, 1983, p. 37).

Na saúde, profissionais “insatisfeitos com as práticas mercantilizadas e rotinizadas dos serviços de saúde” participam desse processo. “Nos subterrâneos da vida política e institucional, foi-se tecendo a estrutura de novas formas de organização da vida política”, por experiências fundadas a partir da dinâmica de luta e resistência das classes populares às determinações econômico-sociais. “No vazio do descaso do Estado com os

problemas populares, vão se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico” (VASCONCELOS, 2004, p. 69).

Surtem no agir dos movimentos sociais desse processo conformadores “experiências de serviços comunitários de saúde desvinculados do Estado”. Da articulação entre grupos sociais alijados do sistema de saúde e do sistema político como um todo decorrem “tentativas de organização de ações de saúde integradas à dinâmica social local” (VASCONCELOS, 2004, p. 70). Estas ações assumem formas distintas, tais como as reivindicatórias frente à institucionalidade posta, os mutirões e os “grupos de saúde” (CARVALHO, 2007, p. 137-8), além das diretamente vinculadas à Igreja, tais como grupos de mães e iniciativas das pastorais.

No mesmo contexto, movimentos populares como o de saúde da Zona Leste da capital paulista elegiam conselhos populares sob seu controle para debate e proposta de políticas relacionadas à saúde (JACOBI, 1993). É também nesta época em que se concebe, na região do semi-árido mineiro, o Projeto Montes Claros, “um programa de serviços de saúde implementado de forma original e contrária aos padrões institucionais então prevaletentes”, caracterizado pela “participação de técnicos e população, ampla utilização de auxiliares de saúde, alianças políticas com o poder local e com a Academia”, em estratégia de “*transformação social via setor saúde, cuja tradução é a alteração das relações de poder através da utilização de espaços institucionais*”. (LOBATO, 1995, p. 84 – grifo no original). Tratava-se de

um projeto local, de criação e expansão de um poder regional através do estímulo à organização de entidades sindicais e associativas da sociedade, da formação e consolidação partidária de oposição e da disputa e ocupação de cargos legislativos e em instituições públicas. E um projeto nacional, de transformação da assistência à saúde sob a responsabilidade do Estado, cuja proposta deveria se dar pela conformação de uma rede de pessoas comprometidas com essa transformação e que, desde fora do Estado, criasse as condições para sua execução, prioritariamente através da ocupação de lugares institucionais no setor (LOBATO, 1995, p. 87).

Assim, pela relação entre o instituinte e o instituído, articulam-se sujeitos e experiências na ação política frente ao regime autoritário. Torna-se estratégia a organização em rede de “projetos alternativos na área de medicina comunitária”. Por

fora e por dentro das instituições do Estado foram se articulando grupos e pessoas que objetivavam “a transformação do sistema de saúde” (LOBATO, 1995, p. 99).

É parte desse processo a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), que reuniu homens e mulheres na mobilização pela democratização da saúde no Brasil, e a constituição do campo Saúde Coletiva como produção acadêmica crítica relacionada ao saber científico na área. Esta vertente acadêmica da mobilização passa, a partir da integração com iniciativas de resistência ao modelo de saúde vigente, a denunciar a desigualdade sócio-econômica e o autoritarismo brasileiros em suas relações com a determinação social da saúde e da doença.

Aquilo que posteriormente seria denominado movimento da Reforma Sanitária, de resistência ao regime autoritário e pela reformulação do sistema de saúde, surge como ideia nesse contexto, e ganha forma pela reflexão crítica sobre a medicina preventiva (AROUCA, 2003), criação do Cebes e na produção acadêmica relacionada à democratização da saúde¹. O processo resultará em *proposta* política, ou seja, um “conjunto articulado de princípios e proposições”, no documento *A questão democrática na área da saúde* e relatórios dos simpósios de Política de Saúde da Câmara dos Deputados, ainda no final dos anos 1970 (PAIM, 2008a, p. 171)².

O início de abertura política e transição democrática fortalece a organização dos movimentos populares em torno das questões de saúde, pela reivindicação de serviços públicos locais e participação na gestão dos já existentes. Fazem parte do Movimento Popular de Saúde (Mops), além da referida experiência da Zona Leste da cidade de São Paulo, “centenas de outras experiências nos diversos estados. Nelas a educação em saúde buscou ser uma assessoria técnica e política às demandas e iniciativas populares, bem como um instrumento de dinamização das trocas de conhecimento entre os atores envolvidos”. A participação de profissionais de saúde nessas experiências de Educação

¹ Pelo lançamento da revista Saúde em Debate.

² Autores destacam, em especial, o primeiro Simpósio Nacional de Políticas de Saúde, realizado na Comissão de Saúde da Câmara em 1979. Sobre ele, Rodrigues Neto (1997) diz ocupar um “papel real e simbólico pela precedência histórica no lançamento do projeto do Sistema Único de Saúde”. Este simpósio, destaca Rodrigues Neto, além de ter legitimidade pela representação institucional, “teve suas principais discussões e conclusões centradas em torno do documento produzido pela diretoria nacional do Cebes – ‘A questão democrática na saúde’”, documento que “além de fazer uma ampla análise da conjuntura nacional e das políticas de saúde, assumia um caráter propositivo, ao apresentar o projeto de reorientação do sistema de saúde brasileiro, com base na descentralização, na integração institucional, na regionalização e hierarquização da rede assistencial, e na *participação popular*, com ênfase nas ações básicas de saúde. A doutrina contida nesse documento representava a convergência das discussões havidas nos anos anteriores sobre a questão, pelos setores de oposição ao regime, mas tinha uma característica inovadora para a época, entre os movimentos sociais de oposição, que era o caráter propositivo, transcendente à denúncia” (RODRIGUES NETO, 1997, p. 66 – grifo meu).

Popular fortalece “uma cultura de relação com as classes populares que representou uma ruptura com a tradição autoritária e normatizadora da educação em saúde” (VASCONCELOS, 2004, p. 69). É esta emergência de movimentos sociais, articulada à produção acadêmica questionadora do modelo vigente, que possibilita a expressão da RSB enquanto *movimento*, um “conjunto de práticas ideológicas, políticas e culturais que tomam a saúde como referência fundamental” (PAIM, 2008a, p. 171).

O processo de articulação culminou com a realização, em 1986, da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), o evento sanitário mais importante da década, cujos desdobramentos se refletiriam no processo constituinte que, por sua vez, iria incorporar o conjunto de conceitos e princípios debatidos. As conferências se consolidam enquanto principal “mecanismo de formação da vontade política”. Pela “interação comunicativa e deliberativa”, possibilitam a articulação entre o conjunto de experiências dos movimentos sociais e “uma esfera pública e comunicacional” (FLEURY, 2009c, p. 751).

A conferência é, nesse sentido, conformação que resulta de um amplo processo histórico de construção da relação entre experiências, projetos e grupos sociais que visavam a transformação democratizante do setor saúde, do Estado e da sociedade. Esta articulação resulta na 8ª CNS, cujo relatório final é considerado a consolidação da Reforma Sanitária enquanto *projeto*, por expressar o conjunto de reivindicações daquele movimento e da sociedade brasileira.

A idéia e a proposta da Reforma Sanitária, esboçadas nas lutas contra o autoritarismo desde a criação do Cebes, expressaram-se em um complexo projeto, cuja implantação iniciou-se após a 8ª CNS e adquiriu formalização a partir da Constituição de 1988 [...]. Este projeto, traduzindo o corpo doutrinário da RSB e um conjunto de proposições políticas, está configurado no Relatório Final da 8ª CNS (PAIM, 2008a, p. 154).

O documento traz um conjunto de pressupostos construídos para nortear a política nacional de saúde, na medida em que fossem assegurados constitucionalmente. Adotou-se um conceito ampliado de saúde, não mais em referência restrita à assistência médica, “mas relacionado com todos os seus determinantes e condicionantes (trabalho, salário, alimentação, habitação, transporte, meio ambiente, entre outros)”. Reivindica-se a saúde enquanto direito universal e igualitário, dever do Estado, organizada em rede regionalizada, que constituiria um sistema único, gratuito, de natureza pública, sob

controle social³, com financiamento autônomo e desvinculado do sistema de previdência social (PAIM, 2008a, p. 154).

Assim, ao se reafirmar, na 8ª CNS, a saúde como direito de todos e todas e dever do Estado, pela organização de um “Sistema Único de Saúde (SUS) descentralizado (com atribuições específicas para a União, estados e municípios) e democrático (garantindo a participação social na formulação das políticas de saúde, no acompanhamento e na avaliação)”, revela-se um projeto que transcende o setor. Reconhece-se “os sistemas de serviços como uma das respostas sociais”, em direção à melhoria das condições de vida da população (PAIM, 2008a, p. 154).

O projeto da RSB é proposto como reforma social cujos elementos constituintes são a **democratização da saúde** pela problematização da realidade e reconhecimento do direito à saúde relacionado a seus determinantes, e pela “garantia de participação social no estabelecimento de políticas e de gestão” que, por sua vez, vincula-se à necessidade de **democratização do Estado**. Este segundo elemento constituinte refere-se à “descentralização do processo decisório e controle social”, que remetem à transparência das ações e projetos de Estado e governo. Afirma-se ainda a necessidade de **democratização da sociedade**, relacionada aos determinantes da saúde, que remontam à distribuição justa de bens e conhecimento (PAIM, 2008a, p. 173).

No contexto de constituição de um sistema de saúde como parte de um projeto amplo de reforma social, de democratização da saúde, do Estado e da sociedade, a participação social consolida-se como princípio, na medida em que é proposta como “conjunto de intervenções que as diferentes forças sociais realizam para influenciar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas para o setor saúde” (MACHADO, 1987, p. 299).

Desse conceito amplo de saúde e desta noção de direito como conquista social, emerge a idéia de que o pleno exercício do direito à saúde implica em garantir: trabalho em condições dignas com amplo conhecimento e controle dos trabalhadores sobre o processo e o ambiente de trabalho; alimentação para todos, segundo as suas necessidades; moradia higiênica e digna; educação e informação plenas; qualidade adequada do meio ambiente; transporte seguro e acessível; repouso, lazer e segurança; *participação da população na organização, gestão e controle dos serviços e ações de saúde*; direito à liberdade, à livre organização e expressão; acesso universal e

³ A expressão “controle social” refere-se aqui e no decorrer deste texto a controle da sociedade sobre projeto político, orçamento e ações de governo e Estado.

igualitário aos serviços setoriais em todos os níveis (BRASIL, 1986, p. 382-383 – *grifo meu*).

Dessa forma, para haver avanço no *processo* da Reforma Sanitária, uma vez consolidado seu *projeto* nos documentos até então produzidos e no relatório final da 8ª CNS, seria necessária a transformação democratizante de estruturas sociais nas dimensões: sócio-comunitária – mobilização popular pela democratização da sociedade e do Estado; legislativo-parlamentar – na consolidação legal e normativa do projeto da RSB; e técnico-institucional – que torna a intencionalidade normativa uma política pública (PAIM, 2008a).

O Movimento Sanitário, tecido socialmente pela intencionalidade e ação política de resgate da dívida social no País no que se refere especificamente ao campo da saúde, formula uma proposta de reorganização institucional para a efetivação do direito com implicações para a integração social em sua totalidade. No contexto de Assembleia Constituinte, o *projeto* reformista entra em disputa frente a concepções e práticas até então hegemônicas na saúde, dando início ao seu *processo*, aqui entendido como

conjunto de atos, em distintos momentos e espaços, que expressam práticas sociais – econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas – pode ser visualizada após a 8ª CNS com iniciativas de implantação do SUDS, CNRS, promulgação da Constituição de 1988 e, especialmente, a partir da produção de fatos político-institucionais na conjuntura pós-88. Esse *processo* envolve um conjunto complexo de práticas (inclusive práticas de saúde) que integram a totalidade social, não se esgotando nas práticas teóricas, política e ideológica. O conceito de totalidade abre espaço para a discussão da prática social numa tentativa de dar conta dessa realidade. As práticas de saúde têm, por conseguinte, uma natureza técnica mas, ao mesmo tempo, são práticas sociais com dimensões econômicas, ideológicas, políticas, culturais e simbólicas (PAIM, 2008a, p. 171).

Durante o processo constituinte, pela formulação consistente de uma proposta para a saúde a partir da articulação política historicamente consolidada, o movimento da Reforma Sanitária obteve êxito, de forma que o texto aprovado aproximou-se bastante do proposto (FALEIROS *et al*, 2006, p. 95)⁴. O direito à saúde ganha expressão

⁴ Rodrigues Neto (1997) coloca que, durante o processo constituinte, na Sub-Comissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, a “porta de entrada” das propostas para a Constituição, “poucos tinham propostas claras quanto à saúde”, e apenas os grupos ligados ao processo da 8ª CNS trouxeram “propostas de textos, enquanto os demais apenas argumentos e contra-argumentos” (RODRIGUES NETO, 1997, p. 72)

constitucional no Capítulo da Ordem Social, que institui o modelo de seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Nesta concepção, os benefícios são previstos a partir das necessidades sociais “com fundamentos nos princípios da justiça social, o que obriga a estender universalmente a cobertura e integrar as estruturas governamentais” (FLEURY, 2009c, p. 745). No entanto, conforme lembrou Arouca,

a Reforma Sanitária escrita na Constituição não representará nada se não produzir um impacto concreto sobre a saúde do cidadão. Ela tem que ganhar o espaço da comunidade, do lar, da fábrica, das escolas e ali efetivamente produzir transformações que contribuam para o bem estar da população e para a construção de uma sociedade democrática, justa e independente (AROUCA, 1988, p. 8).

O texto aprovado é base da Reforma Sanitária, mas não a conquista plena do direito à saúde, uma vez que essa formulação legal seria vivenciada no cotidiano de uma “sociedade altamente hierarquizada e discriminadora”. A normatização seria adequada a tal realidade e à “inexistência de um projeto nacional de desenvolvimento que tomasse a questão da desigualdade e a exclusão como o cerne da questão democrática”, o que acabou por “minar as possibilidades de concretizar um sistema igualitário de saúde” (FLEURY, 1997, p. 34).

Para além dos limites postos à efetivação do direito, a relação entre legalidade e aplicação normativa vivenciada no decorrer desse processo histórico aponta para decorrências “da centralidade que a atuação junto ao Estado passaria a ter como campo privilegiado de intervenção e desenvolvimento das lutas políticas” (FLEURY, 2009c, p. 747). O movimento que se organizou inicialmente a partir de experiências não institucionalizadas de resistência a determinações sociais, pela atuação de grupos populares por espaços de que o Estado se fazia ausente, passa a dar centralidade à conformação de uma institucionalidade que satisfizesse as necessidades em saúde.

O processo de construção e materialização do projeto da reforma sanitária se deu pela articulação das vivências de indivíduos e grupos que, na tensão entre determinação social e afirmação da liberdade, se afirmam politicamente enquanto sujeitos e constroem ação política transformadora do mundo em que vivem. Estas subjetivações são também parte de processos de integração social que pela organização político-partidária passam a engendrar processos de constitucionalização e de institucionalização de anseios e

necessidades sociais. Da expressão dessas necessidades na forma direito decorre novo aparato institucional destinado à implementação das políticas de saúde (FLEURY, 2009a; 2009c).

No entanto, o “êxito da reforma” resultante da luta do movimento sanitário gera, “contraditoriamente, a superação deste caráter de movimento vindo da sociedade civil como crítica ao Estado”, em direção à sua concretização pela institucionalidade estatal, especificamente secretarias municipais e estaduais de saúde, promotores públicos e “a burocracia reformadora” (FLEURY, 2009c, p. 749).

Com a crescente centralidade na formulação normativa, e na prática procedimental decorrente, para a satisfação de necessidades sociais, assegurou-se “à burocracia central a preservação de poder”, ainda que com tensões decorrentes do exercício do poder compartilhado entre entes federados e esferas administrativas. Manteve-se a desigual distribuição financeira em favorecimento de “grupos corporativos, impedindo que os ideais da reforma se concretizem e garantam a centralidade do usuário cidadão” (FLEURY, 2009c, p. 749).

Paradoxalmente, a construção do SUS implicou em perda de importância das “experiências localizadas de trabalho comunitário em saúde”, ainda que estas tenham sido instituintes do novo sistema. Os profissionais da saúde antes nelas engajados passam a ocupar “espaços institucionais amplos, onde uma convivência direta tão intensa com a população não é mais possível”, mesmo que a experiência de integração por eles vivida e os saberes e modelos institucionais decorrentes continuassem de alguma forma presentes (VASCONCELOS, 2004, p. 69).

Em sua *Contribuição para a compreensão e crítica da Reforma Sanitária Brasileira*, Paim (2008a) faz uma leitura histórica do projeto, ação e processo em curso da Reforma Sanitária tratando, dentre outras abordagens, das “possibilidades e ao mesmo tempo dos limites que o cotidiano da vida social adscrive às reformas, ou melhor, a seus projetos”. Por isso, recorre à idéia da existência de filtros em processos de reformas de políticas públicas, para afirmar que aquelas proposições consideradas radicalmente transformadoras da realidade são filtradas de seu potencial revolucionário no processo de incorporação pelo Estado, de forma que não se impeça ou transforme o funcionamento deste (PAIM, 2008a, p. 16).

Assim, ainda que tenha ocorrido a consolidação do projeto da RSB e de suas proposições no relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, bem como na Constituição de 1988, o processo que daí decorreu trouxe mudanças na configuração do

sistema de saúde em relação aos seus pressupostos teóricos e vivências práticas antecessoras. Apesar de conquistas do movimento sanitário no campo legal, a conjuntura histórica de implementação das diretrizes da RSB consolidadas na Constituição foi, inicialmente, a de sua submissão a um governo liberal, sem compromisso histórico com a construção do projeto da reforma (PAIM, 2008a).

Também em decorrência da desmobilização política do movimento da Reforma Sanitária, as ações do governo Collor caracterizaram-se pela ampliação da assistência médica supletiva e implantação distorcida do SUS com privilégio da lógica da produtividade e sub-financiamento. Em continuidade, no período Itamar houve a chamada “implosão” do conceito Seguridade Social e persistência do foco restrito à assistência médica e do sub-financiamento. No entanto, fatos novos reforçaram a implantação do projeto da RSB, tais como a “influência da sociedade civil na política de saúde através do Conselho Nacional de Saúde, bem como nos conselhos estaduais e municipais”, além da municipalização da saúde e experimentação de modelos alternativos de assistência (PAIM, 2008a).

No governo Fernando Henrique Cardoso, período já de maior consolidação dos conselhos de saúde enquanto espaço de participação social, não houve força suficiente pela mobilização social para enfrentamento da política macroeconômica e da Reforma do Estado, que determinaram “a implementação tortuosa do SUS” e resultaram “em mais desajuste social com desemprego, violência e piora das condições de vida e de saúde” (PAIM, 2008a, p. 205).

Mas é também no decorrer dos anos 1990 que se dá a consolidação normativa do SUS, organizado a partir de diretrizes como descentralização, atendimento integral e participação social, com o objetivo de tornar a formulação e gestão de políticas públicas mais permeáveis às demandas da população, mais abertas e transparentes, num rompimento com o modelo restritivo à atenção médica.

Para promover a inclusão da população nos processos de formulação e decisão de políticas públicas, consolidaram-se institucionalmente processos e espaços como as conferências e conselhos de Saúde. Estes possuem previsão constitucional (Constituição Federal, de 1988, Título VIII – DA ORDEM SOCIAL, Capítulo II - Seção II Da Saúde – Artigos 196; 197; 198 - Parágrafo único – EC 29; 200.) e legal (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços; e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro

de 1990, sobre a participação na gestão do SUS e as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área)⁵.

Tal configuração legal proporciona a incorporação de grupos sociais antes alijados dos processos decisórios na gestão do sistema de saúde (CARVALHO, 1997). No entanto, por motivos como o refluxo do movimento sanitário na conjuntura pós-88 (KRUGER, 2000), aponta-se, na produção acadêmica sobre participação social na saúde, a instrumentalização dos conselhos por Estado e partidos políticos, de forma que não houve superação do maniqueísmo das relações Estado-sociedade. Há limites, nessas instâncias, à incorporação das demandas de grupos sociais submetidos a situações de exclusão econômica, social e política, e também ao exercício do controle social, pois permanece a centralidade das ações na esfera técnico-administrativa e a tradição autoritária do Estado brasileiro (SPOSATI e LOBO, 1992; COHN, ELIAS e JACOBI, 1993; VIANA, 1998; COELHO, 2004; OLIVEIRA, 2004; MORITA, GUIMARÃES e MUZIO, 2006; PESTANA, VARGAS e CUNHA, 2007; WENDHAUSEN e CARDOSO, 2007; PAIM, 2008a; TEIXEIRA *et al*, 2009; CÔRTEZ, 2009a; CÔRTEZ, 2009b).

Conselhos se tornam, nesse sentido, “meros rituais de legitimação de políticas e decisões supostamente democráticas” (OLIVEIRA, 2004, p. 64). As decisões permanecem centralizadas nos órgãos administrativos, de modo que as atuações nesses espaços se tornam mais reativas que propositivas (TATAGIBA, 2002).

E em decorrência da persistência, pelo movimento sanitário, da atuação política centrada nas vias técnico-institucional e legislativo-parlamentar, as propostas colocadas para transformação dessa realidade dialogam diretamente com a institucionalidade posta. Frente aos limites, pesquisadores do campo propõem, por exemplo, que se

⁵ Os conselhos de Saúde são órgãos colegiados deliberativos, existentes em cada esfera de governo e integrantes da estrutura estatal. Devem atuar na formulação, proposição e controle das políticas de Saúde. As regras para sua composição são estabelecidas pela Lei nº 8.142, devendo incluir representação do governo, prestadores de serviços e trabalhadores de saúde (50%), e usuários (50%). A criação dos conselhos deve ser objeto de lei ou decreto, em âmbito municipal ou estadual. Atualmente, a totalidade dos municípios e estados possuem conselhos de saúde (COSTA, 2009, p. 10). Desde a entrada em vigor da legislação que os rege, o funcionamento dos conselhos são requisitos exigidos para o repasse de recursos federais aos entes federados. Em São Paulo, além do Conselho Municipal de Saúde, a Lei Municipal Nº 13.716, de 07 de janeiro de 2004, criou Conselhos Locais de Saúde (CLS), nas 31 subprefeituras da cidade. A legislação federal também prevê a criação dos conselhos gestores de unidades de saúde, de gestão participativa e natureza deliberativa e fiscalizadora. Sua finalidade é promover a participação social na elaboração e execução de políticas de Saúde, no âmbito de atuação de cada unidade. A composição é tripartite: 50% de representantes de usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da unidade e 25% de representantes da direção. Esta instância deliberativa pode ser considerada a porta de entrada do sistema, por se tratar do espaço de debate sobre o atendimento direto dos usuários.

estabeleçam regras e procedimentos para a escolha das representações no interior dos conselhos, bem como a organização de “processos de discussão e tomada de decisão que conduzam à efetiva participação dos representantes que dispõem de menos conhecimentos técnicos e recursos comunicativos” (COELHO, 2004, p. 255)⁶.

Ainda que a atuação pela institucionalidade resulte em algumas conquistas, a ampliação da participação social no governo Lula se dá com limites e ambiguidades, ressaltando-se problemas nas relações entre governo e conselhos como fisiologismo, burocratização e corporativismo. É deste período a realização da 12ª CNS, cujos temas são Controle Social e Gestão Participativa. A não aprovação de seu relatório final foi considerada expressão de “momentos de autoanálise para o movimento da reforma sanitária” (EDITORIAL, 2004, p. 189), de forma que, “esta preocupação do movimento sanitário, consubstanciada na posição do Cebes, talvez revele uma percepção de que o formato das conferências já não atende os propósitos da sua redefinição instaurada em 1986” (PAIM, 2008a, p. 247).

As contradições se acentuam na avaliação da relação entre conselho, governo e partidos (FALEIROS *et al*, 2006, p. 277). Assim, os espaços institucionais de participação social reproduzem, em grande medida, relações da política convencional, e contribuem para o surgimento do “militante profissional de controle social [...]. Pode-se encontrar essa figura, hoje, em toda parte. Principalmente nos maiores conselhos, nos conselhos estaduais, gera-se uma disputa bastante acirrada por posições ideológicas, partidárias, inclusive posições pessoais” (FALEIROS *et al*, 2006, p. 243).

Isso também decorre das opções políticas do movimento da RSB que, apesar de apontar o socialismo como horizonte norteador, adota prática política caracterizada pelo trabalho “em nome” da população, não em articulação com ela. “Isso leva a crer que essa não correspondência tático-estratégica (prático-teórica) situava-se no cerne daquilo que posteriormente se chamaria de *dilema reformista*” (GALLO, 1991, p. 22).

Assim, as dificuldades de se garantir efetiva participação social na saúde pela via institucionalizada remetem ao *dilema preventista* (AROUCA, 2003), por haver uma tematização de reforma social geral no projeto da RSB, porém num contexto de sociedade capitalista, desigual e de relações autoritárias no Estado, na sociedade e entre

⁶ Lobato (2009) questiona a relação, com os espaços institucionais de participação, de governos e gestores, “que tendem a desprezar as decisões dos conselhos e conferências, assim como não apoiar seu exercício”. Ela acrescenta que a literatura “tem apontado que o alcance real da intervenção social nas decisões do Estado não é garantida pela existência ou não de mecanismos de participação, mas depende do grau de organização dos interesses representados e da legitimidade e abrangência dessa representação” (LOBATO, 2009, p. 8).

Estado e sociedade. Conjuntura que, no decorrer do processo, passou a ser pouco questionada pelo movimento sanitário. Enquanto a Medicina Preventiva aludia aos problemas relacionados à saúde da população, sem questionar pelas práticas teórica e políticas as relações sociais e de produção, a RSB não pode, da mesma forma, restringir-se ao SUS ao mesmo tempo em que propõe uma reforma geral na estrutura social e modo de vida da população (PAIM, 2008a, p. 257).

A luta pela efetivação do direito à saúde também se insere em um contexto de disputa política por recursos públicos do orçamento estatal, que pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010 atingiram R\$1.860.428.516.577,00. Os “orçamentos fiscal e da seguridade social totalizam R\$ 1.170 trilhão”, mas “quase um quarto desse valor (R\$ 271 bilhões) está previsto para o pagamento de juros e amortização da dívida pública” (SALVADOR, 2010, p. 610), ou seja, beneficiam apenas 20 mil famílias (POCHMANN, 2007).

É estrutural o lugar ocupado pelo fundo público⁷ no capitalismo contemporâneo, uma vez que em suas “diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (OLIVEIRA, 1998, p. 19-20). O aumento da complexidade do processo de produção, somado à crescente financeirização da economia, leva à “intervenção do Estado” adquirir sentido preciso: “impor” à sociedade “o peso da valorização exclusiva do setor econômico mais desenvolvido” (GOZZI, 2007, p. 404).

Há, nesse sentido, uma “busca irrestrita de mobilidade global por parte do capital para a qual a flexibilização e as políticas liberalizantes são imperativas”. Tal flexibilização se insere em um contexto em que o mercado financeiro impõe aos grupos industriais “novas normas de rentabilidade e exigências de redução de custos salariais, aumento de produtividade e flexibilidade nas relações de trabalho” (SALVADOR, 2010, p. 610-11) para, dessa forma, tornarem-se competitivas em contexto de reprodução do capital pelo capital.

Assim, as relações econômicas têm como elemento central o “capital portador de juros”, pois são os juros da dívida pública arcados com recursos do fundo público do orçamento estatal os “alimentadores” deste capital, por meio dos “‘investidores institucionais’ que englobam os fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação,

⁷ “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia”, e sua forma “mais visível” é a Lei Orçamentária Anual (LOA) (SALVADOR, 2010, p. 607).

sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos” (SALVADOR, 2010, p. 616).

Para além disso, no Brasil o fundo público se consolidou historicamente como forma legal de favorecimento da acumulação do capital pela transferência de renda da população mais pobre para uma minoria economicamente privilegiada. Suas características são “regressivas”, pelo modo de financiamento tributário e pela destinação de recursos.

A contrarreforma tributária sorrateira iniciada no governo FHC e continuada no governo Lula destruiu os artigos constitucionais dos princípios tributários, via mudanças na legislação infraconstitucional. Solapou o artigo 150, pois os lucros e dividendos recebidos pelos sócios capitalistas estão isentos de imposto de renda desde 1996. A título de exemplo, das 23,5 milhões de declarações de ajuste de imposto de renda do ano-base de 2006 (exercício de 2007), apenas 5.292 contribuintes apresentaram rendimentos tributáveis acima de R\$ 1 milhão. Paradoxalmente, o número de milionários no país não para de crescer. Conforme revelou o levantamento da The Boston Consulting Group (BCG), o Brasil tinha, em 2008, 220 mil milionários, uma expansão de 15,7% em relação ao ano anterior (Wiziack, 2008). A fortuna desses milionários está estimada em aproximadamente US\$ 1,2 trilhão, o que equivale a praticamente metade do PIB brasileiro. Para o BCG, milionários são aqueles que têm mais de US\$ 1 milhão aplicado no mercado financeiro. Os juros têm tributação exclusiva e bem menor que os trabalhadores assalariados (SALVADOR, 2010, p. 618).

O sistema tributário decorrente tem como características estruturantes, desse modo, a “regressividade da carga tributária com a maior incidência de tributos sobre o consumo de bens e serviços”, a incidência da tributação direta sobre, fundamentalmente, os assalariados – por mecanismos como a não correção integral da tabela do IR pela inflação; e a violação do princípio de isonomia tributária pela tributação diferenciada das rendas e privilégio do sistema financeiro pela menor tributação em relação aos trabalhadores e outros setores da economia. É a reprodução do capital que se realiza pelo fundo público enquanto fonte de recursos, redução do custo da reprodução da força de trabalho, investimento em infra-estrutura e pesquisa e transferência de recursos na amortização da dívida pública (SALVADOR, 2010).

Decorre disso o sub-financiamento da seguridade social no Brasil que, mesmo carente de recursos para a efetivação de direitos sociais pela estrutura acima exposta, segue pressionada pelo “ajuste nas contas públicas”, em contexto de crise econômico-

financeira mundial. Destaca-se que as desonerações tributárias como medida para combate à crise no Brasil em 2009 “afetaram o financiamento do orçamento da seguridade social, enfraquecendo a capacidade deste orçamento para cobrir com suas receitas exclusivas as despesas previdenciárias, de assistência social e de saúde”. É neste contexto em que “as despesas com saúde e educação estão bem abaixo dos padrões internacionais dos países” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (SALVADOR, 2010).

E para além da participação nas relações de produção, cabe ainda ao Estado, numa sociedade capitalista, repor as condições necessárias de integração social em contexto de divisão de classes: são a igualdade e a liberdade pressupostos dos contratos sociais em sociedade desigual. Fundamentada em Marx, a filósofa Marilena Chauí (2007) explica que a condição da contratação se assenta sobre pré-condições formais, resultantes da impossibilidade da prática real daquilo que a formalidade irá prever em contexto de “exploração, desigualdade e opressão”. Assim, o que a sociedade nega “caberá ao Estado repor”, colocando a divisão social em termos de igualdade e liberdade, na forma da lei ou do direito positivo (CHAUÍ, 2007, p. 281-2). Também Santos (1983) afirma que a “lei é mistificadora na sua generalidade e universalidade porque, dizendo proteger a propriedade de todos e de cada um, não diz que o acesso à propriedade é, em realidade, tão-só de alguns” (SANTOS, 1983, p. 26).

É desse modo, combinando a reposição jurídica das condições de integração social com a participação direta nas relações de produção, acumulação do capital e sua reprodução, que o Estado localiza o poder e o determina como de classe. E é esse o Estado em disputa no contexto da reforma sanitária e do privilégio dado, pelo movimento sanitário, às vias técnico-institucional e legislativo-parlamentar.

O Movimento dos Sem-Terra, que discute o acesso à terra, tem uma relação crítica com o direito, porque entre outras coisas eles dizem ‘uma lei injusta não é lei, o direito injusto não é direito, o acesso à terra é algo maior do que uma norma escrita pelo parlamento, que é feita por grandes latifundiários. [...] O movimento sanitário considera a lei uma vitória, enquanto outros movimentos sociais têm a lei como adversa. (JAQUES apud FALEIROS et al, 2006, p. 195).

O Estado é concebido pelo movimento sanitário como campo e processo estratégicos e que ganha centralidade na atuação política, uma vez que suas formas e estruturas não traduzem “os interesses da classe dominante” de modo mecânico, mas

“através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento” (FLEURY, 2009c, p. 746). A fragmentação constitutiva do Estado se tornaria, assim, possibilidade de ação política transformadora da integração social fundante deste mesmo Estado.

No entanto, a não efetivação do projeto da RSB pelas vias legislativo-parlamentar e técnico-institucional pode se explicar por haver uma distância lógica e temporal entre o processo constituinte, ato de fundação de uma comunidade política de cidadãos livres e iguais, e a aplicação das normas constitucionais e legais na realidade vivida no dia-a-dia de uma sociedade desigual. “A dura verdade se revela como aprendizagem a partir das dificuldades na implantação do projeto da Reforma Sanitária: NÃO SE CRIA IGUALDADE POR LEI, ainda que não se consolide a igualdade sem a lei” (FLEURY, 1997, p. 34 – grifo no original).

As dificuldades encontradas para enfrentar tal conjuntura adversa resultam, em grande medida, da não ampliação das bases políticas e sociais do movimento da Reforma Sanitária, que permaneceram estreitas para além do movimento que consolidou seu projeto. A promulgação da Constituição e a aprovação da Lei Orgânica da Saúde são consideradas conquistas da RSB, no entanto, lembra Paim, “o espaço sócio-comunitário não foi ganho, como pretendiam suas lideranças, restando alguma autocrítica diante da prioridade concedida à trincheira legislativo-parlamentar” (PAIM, 2008a, p. 149). Assim, do arcabouço institucional decorre a necessidade de um processo político de conquistas relacionadas à democratização da saúde e das relações políticas e sociais como um todo.

Na realidade, quando um *movimento* se reduz a um *sistema* de um Estado patrimonialista e cartorial como o brasileiro, comprometendo o espaço de reserva crítica, só faz reforçar a seletividade estrutural do Estado capitalista. Obviamente que, para um sujeito coletivo que tanto lutou na trincheira legislativo-parlamentar para imprimir na Constituição o direito à saúde, para ver sancionada a Lei Orgânica da Saúde e, nos anos seguintes, para impedir o desmonte desse arcabouço legal pelos governos que apostaram em políticas neoliberais, torna-se compreensível a adoção de um discurso jurídico legalista. Mas esta não parece ser a questão central. O problema maior pode ser o de abrir mão da sua dimensão instituinte, resignando-se com o instituído e reduzindo uma reforma social do porte da RSB a uma mera questão administrativa de financiamento e de gestão (PAIM, 2008a, p. 215).

A priorização da via legislativo-parlamentar na consolidação do direito à saúde no Brasil resultou na formulação legal de uma concepção ampliada de saúde que, no entanto, não foi acompanhada por alterações significativas das práticas sanitárias vigentes. Apesar de conquistas da Reforma Sanitária como o processo de descentralização das decisões pela municipalização e maior acesso à rede de serviços, por exemplo, isso está ainda distante do expresso pelo projeto da RSB, pela persistência do não cumprimento da universalidade, equidade e qualidade no acesso à saúde.

Na atual conjuntura, coloca-se como prioritário para o movimento da RSB o enfrentamento daquilo que Arouca chamou de “fantasma da classe ausente”, ou seja, a ausência dos grupos sociais economicamente menos favorecidos de um processo que se propõe como democratizante. “Fincar o projeto da RSB nas instâncias sócio-comunitárias, ampliando sua base de sustentação política, continua como desafio central para a sustentabilidade do *projeto* e avanço do *processo*” (PAIM, 2008a, p. 310). E isso se faz pela transformação do movimento na recuperação de sua dimensão instituinte, “transcendendo, portanto, o sistema” (PAIM, 2008a, p. 256).

A objetivação em ações políticas de anseios e necessidades sociais tem como elemento fundante as transformações vividas pela subjetivação de indivíduos, na dinâmica tensão entre determinação social e afirmação da autonomia. São a expressão constitucional e a implementação institucional destes anseios e necessidades que levam à conformação e efetivação da saúde enquanto um direito, resultante da participação social dos distintos grupos integrados pelo Estado na elaboração de uma política pública (FLEURY, 2009c).

Era “conceito chave do Projeto Montes Claros”, por exemplo, a concepção do objeto saúde-doença-cuidado como “produção de condições sócio-políticas”, que permeava o conjunto de práticas desenvolvido. Por saúde ser determinada pelas “condições de vida e de trabalho, do acesso à terra, da organização política, da consciência das demandas”, deu-se ênfase ao princípio de participação e à “vocação pedagógica do Projeto”, muito além do Centro de Saúde (VIEIRA, 1995, p. 64). Nas palavras de um profissional de saúde: “a gente que trabalha no Centro de Saúde, a gente tem que estar envolvido nas reuniões de igreja, clubes de mães. Então a gente via aquele trabalho como experiência para nós. Não sei, hoje parece que isso acabou” (VIEIRA, 1995, p. 68).

“Parece que acabou” pela concepção de que uma vez assegurados legalmente espaços formais de deliberação – os conselhos e as conferências – a participação social

se dará “quase espontaneamente”. Atreladas diretamente a questões gerenciais, essas instâncias “não dão conta de implementar a participação dos usuários na redefinição da maioria das ações de saúde executadas no dia-a-dia dos serviços”, pela existência de “mecanismos de boicote” tais como práticas cotidianas autoritárias e “pela prepotência do modelo biomédico tradicional que, ao invés de questionar, tem reforçado as estruturas geradoras de doença presentes na forma como a vida hoje se organiza” (VASCONCELOS, 2004, p. 75-6). Isto decorre, em grande medida, do centralismo do processo de Reforma Sanitária na resposta às demandas sociais “pela construção do arcabouço jurídico e institucional do sistema” (VASCONCELOS, 2004, p. 75-6).

Apesar de existir hoje um corpo técnico “com grande habilidade no manejo do jogo de poder institucional”, há intolerância aos “processos participativos nos quais a população e os profissionais de nível local se manifestem de modo efetivo e autônomo”, pois choca-se com a lógica sistêmica a dos “movimentos sociais e das pequenas práticas locais de enfrentamento dos problemas de saúde”, que se manifestam por “fora dos espaços institucionais formais” no embate político (VASCONCELOS, 2004, p. 76).

Nesse sentido, a gestão democrática se faz pelo desencadeamento de um processo participativo em movimento instituinte, na organização social em torno de questões comuns. Isto ocorre por espaços e práticas sociais que possibilitam “organizar uma demanda popular em políticas de saúde” (TOBAR, 1995, p. 105) e alterar relações de poder político e econômico. E como parte dessas ações sociais que têm como prática prioritária a alteração das relações de poder (LOBATO, 1995, p. 84), os meios de comunicação controlados pela “classe ausente” possibilitam a construção social de necessidades e a formação de uma “cadeia de ações colectivas participantes” (SANTOS, 1983, p. 40).

Pela historicidade relacionada à luta social do território onde estão inseridas, à margem do clientelismo político entre grupos dominantes e poder público, espaços como as rádios comunitárias⁸ surgem da atuação política de grupos sociais alijados da institucionalidade posta (MACHADO *et al*, 1986). É confirmativa e constitutiva da organização social, e espaço de resistência às práticas dos meios de comunicação controlados por poucos grupos que defendem interesses político-econômicos de classes dominantes.

⁸ De acordo com o Ministério das Comunicações (BRASIL, 2008), foram autorizadas, até o início de 2008, 3144 rádios comunitárias no País, submetidas a uma legislação específica.

A relação entre comunicação e saúde remonta, no entanto, à lógica da medicina preventiva. Esta propunha uma nova forma de atuação a ser adotada por médicos, de maneira que estes dessem conta da preservação da saúde das pessoas na totalidade das dimensões de suas vidas (AROUCA, 2003). Tratava-se de uma nova atitude profissional para propiciar melhoria na qualidade de vida das pessoas, por uma ampliação do conceito de saúde para além de ausência de doença. Atribuir tal função ao médico, no entanto, o faz “livre das determinações”, e o coloca como um indivíduo com a possibilidade de instaurar “novas relações sociais; em que as atitudes educacionalmente formadas transformam as relações sociais; em que estas são determinadas pelos homens e por cada um em particular” (AROUCA, 2003, p. 173). Assim, as relações sociais são desprovidas de sua historicidade e descontextualizadas socialmente.

Nos anos recentes, pela proposta de extensão de tais funções do médico a um conjunto maior de profissionais, a promoção da saúde, valendo-se da difusão de conhecimentos científicos de diferentes áreas, “se estabelece como a suprema autoridade sobre o que é bom ou mal para a saúde de cada um e para a própria existência humana, fazendo da noção de risco em saúde o epicentro em torno do qual gravitam *as normas de conduta que prescreve*” (NOGUEIRA, 2003, p. 178 – grifo meu).

Pela sistematização dos resultados de pesquisas científicas e tradução destas ao público leigo, a medicina promotora “defende e difunde essas normas que passam a influenciar decisivamente o que devem ou não fazer as pessoas, sejam estas pacientes da medicina ou simples leitores de jornais ou usuários da internet”. Justamente para isso, se vale dos meios de comunicação de massa ou destinados a públicos específicos, na concepção instrumental do meio de comunicação.

A medicina promotora busca promover novas atitudes perante a saúde de maneira generalizada na sociedade, e não apenas mudar o comportamento do médico. Em certo sentido, essa é uma forma de medicina que dispensa a figura do médico, porque seus objetivos dependem nada mais do que uma adequada utilização dos canais de comunicação de massa e de alguns meios tecnológicos de educação para a saúde (NOGUEIRA, 2003, p. 178).

É neste cenário que se expressa, não apenas nos serviços, mas nos meios de comunicação “ações educativas extremamente normatizadoras e centradas apenas na inculcação de hábitos individuais considerados saudáveis” (VASCONCELOS, 2004, p.

77). Também nas pesquisas e ações que relacionam radiocomunicação comunitária e saúde prevalece essa abordagem. Em geral, a produção acadêmica na área busca formas adequadas de divulgar pesquisa científica ou educar práticas consideradas saudáveis (BIANCO, 2000, GALLO, 2001, FIGUEIREDO e AYRES, 2002, MATOS *et al*, 2007, JURBERG e MACCHIUTE, 2007, PRADO, 2007, MATOS *et al*, 2009, GALLO e ESPÍRITO SANTO, 2009).

É preciso ressaltar que alguns métodos relacionados à medicina promotora levam a avanços efetivos em relação à melhoria de condições de vida de grupos populacionais, podendo-se destacar, por exemplo, a Estratégia Saúde da Família (NOGUEIRA, 2003). Nesse sentido, justifica-se o uso instrumental do rádio, por exemplo, enquanto veículo de “fomento da participação comunitária nos processos de tomada de decisões” e propício a “advogar políticas públicas equitativas” (GALLO e ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 241), além de disponibilização de informações acerca de direitos sociais, e de métodos preventivos e curativos.

No entanto, se concebermos o espaço de comunicação como de expressão da cultura do território onde está inserido, revelador das relações entre produção de significados e modos de produção material daquele contexto histórico e social, este espaço deixa de ser mero instrumento de propagação de valores, de educação em saúde ou de busca por adesão a preceitos médicos, para se tornar um espaço de expressão de modos de vida, de significados, de relações e, por extensão, de fatores relacionados à saúde das pessoas que lá vivem.

Entende-se rádio comunitária como espaço, ou seja, “palco, fonte de recursos, recurso em si [localizações], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território” (SOUZA, 2002, p. 61). Possui, então, uma referência a lugar “enquanto um espaço vivido e dotado de significado, uma realidade intersubjetivamente construída com base na experiência concreta de indivíduos e grupos”, e relação com um território, um “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 1995, p. 97; grifo no original). Território não é, portanto, uma materialidade do espaço ou “substrato espacial em si, mas sim uma espécie de ‘campo de força’ articulado com uma porção específica do substrato material (apropriada ou controlada por um grupo social). Ou seja, o território, em si mesmo, no fundo, sequer é ‘físico’ ou tangível” (SOUZA, 2002, p. 61).

Também é a dinâmica social de determinado território que engendra diferentes concepções e valores atribuídos à vida e relacionados às expressões culturais específicas

daquele contexto. Nesse sentido, em que a produção de significados e valores não está restrita às classes dominantes ou a grupos sociais específicos, como a comunidade acadêmica, entende-se essas formações culturais específicas como expressões de relações de produção material e de processos de formação de significados, contextualizados numa disputa de interesses e valores (WILLIAMS, 2007).

Buscar a ampliação da base social da Reforma Sanitária, pela atuação na via sócio-comunitária, significa atuar pela transformação de relações e valores. Relações entre saúde, Estado e corpo social. Valores de saúde, Estado e corpo social. Por isso, a participação social na saúde vai muito além de iniciativas e espaços próprios da institucionalidade, e se torna resultante de práticas de “doentes, famílias, movimentos sociais e outros setores da sociedade” na articulação, uso e reorientação dos “diversos serviços e saberes disponíveis segundo suas necessidades e realidades concretas” (VASCONCELOS, 2004, p. 74).

Também na atuação relacionada especificamente às rádios comunitárias, é fundamental considerar as relações entre produção material e simbólica do território onde está inserida. A dinâmica social local pode explicitar práticas, saberes, relações e processos próprios do grupo dela constitutivo, engendrando um processo instituinte pela subjetivação de indivíduos integrados socialmente a partir da resistência a determinações de classe, gênero, raça e origem. Neste sentido, busca-se aqui refletir sobre os limites e possibilidades da participação social na saúde pela rádio comunitária, em sua relação com as práticas de integração social, determinações políticas e econômicas, e afirmação da liberdade.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar limites e possibilidades da radiocomunicação comunitária enquanto processo de participação social na saúde.

Objetivos específicos

- a) Analisar se a radiocomunicação comunitária, pela **subjetivação de indivíduos**, pode contribuir com a participação social na saúde.
- b) Analisar se a radiocomunicação comunitária, pela **produção simbólica e material relacionada com a territorialidade onde está inserida**, pode contribuir com a participação social na saúde.
- c) Analisar se a radiocomunicação comunitária, pelo **apoio organizativo a grupos sociais**, pode contribuir com a participação social na saúde.

4. Metodologia

Este trabalho iniciou-se por sua historicização, pela localização no tempo e espaço das questões sobre as quais se propõe a refletir. Tal proceder epistemológico está relacionado ao materialismo histórico e dialético que busca, nas contradições dos processos sociais e relações de produção existentes, novas ordens sociais possíveis.

A reflexão crítica sobre o processo da RSB a partir de seu projeto pode, na acepção de Walter Benjamin (1994), oferecer novas possibilidades de construção histórica. Trata-se de fazer do passado “uma experiência única”, ao experimentá-lo como “tempo aberto” a ser interrogado na certeza de que “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” (BENJAMIN, 1994, p. 224). Reconstruir a história pelo ponto de vista daqueles que defenderam projetos emancipatórios, mas que não se consolidaram frente aos modelos hegemônicos de organização social, permite questionar a ordem vigente.

Esta é postura política e epistemológica característica da Teoria Crítica desde seu marco inaugural, a obra de Karl Marx⁹, que na discussão acerca das relações de produção de seu tempo encontrou um método de superação da lógica de dominação. De acordo com Horkheimer (1980), o comportamento crítico reside em não se abdicar do situar e interagir historicamente o conhecimento produzido. Ou seja, trata-se de reconhecer a produção científica como mais um dos momentos de uma sociedade dividida em classes e produtora de mercadorias. Ao não fazê-lo, se é parcial.

Nesse sentido, cabe à teoria ir além das formulações acerca de “como as coisas *funcionam*”, para analisar “o funcionamento concreto das coisas à luz de uma emancipação ao mesmo tempo *concretamente possível* e *bloqueada* pelas relações sociais vigentes”. É a perspectiva da emancipação que torna possível a teoria, sem ela “permaneça-se no âmbito das ilusões reais criadas pela própria lógica interna da organização social capitalista” (NOBRE, 2008b, p. 18).

Esses princípios norteadores da Teoria Crítica são expressão de um *comportamento crítico* relacionado à produção do conhecimento e seu compromisso com a superação de estruturas sociais de dominação existentes. Para Horkheimer

⁹ Adoto aqui a posição de Nobre (2008b). Apesar de Horkheimer ser reconhecido como o fundador da Teoria Crítica pela obra “Teoria tradicional e Teoria Crítica, publicação de 1937, justifica-se esta posição pelo próprio Horkheimer entendê-la como uma continuidade da obra de Karl Marx, um “movimento intelectual e político de compreensão e transformação da sociedade” (NOBRE, 2008b, p. 9).

(1980), a busca pelo conhecimento da realidade é também ação social, em que teoria e prática são consideradas conjuntamente.

As rígidas categorias da teoria tradicional, tais como *ciência*, *valor* e *conhecer*, tomadas como cisões dadas, não “como produtos históricos de uma formação social determinada”, serão problematizadas e caracterizadas como expressões de uma sociedade ainda não emancipada. A perspectiva de “instauração de uma sociedade reconciliada” (NOBRE, 2008b, p. 44), naquilo que está dividido sob a dominação capitalista, torna o comportamento crítico possível. E esta reconciliação só é possível pela busca da interação crítica com o social em sua totalidade.

É desse modo que, ao defrontar-se com dilemas particulares, o pensamento dialético busca não tanto resolvê-los, mas “converter esses problemas em soluções num nível mais elevado, e fazer do fato e da própria existência do problema o ponto de partida de uma nova investigação” (JAMENSON, 1985, p. 236). Está no modo de pensar e no agir cotidiano a possibilidade de romper com abstrações ou cisões da construção acadêmica acerca do real, numa inversão dialética.

Este proceder metodológico na realização desta pesquisa possibilitou discutir, a partir de um estudo de caso acerca da relação entre uma rádio comunitária e seu entorno social, limites e possibilidades de ampliação das bases sociais da RSB pela objetivação de necessidades sociais em ações políticas resultantes de processos organizativos, que têm como um de seus elementos fundantes a subjetivação de indivíduos.

A descrição da RSB por Paim (2008a) aponta a atuação do movimento sanitário pela via sócio-comunitária como possibilidade de superação de limites postos à efetivação do direito à saúde. Na acepção de Ianni (2004), há um desafio colocado à sociedade de “reorganizar-se e movimentar-se de modo a sobreviver em um contexto no qual o Estado se transforma em aparelho administrativo de classes e grupos sociais, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial” (IANNI, 2004, p. 55).

Isso pode se dar por um processo de constituição do sujeito, a partir da construção de uma cultura democrática que estabeleça “um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas a incorporação ao sistema político no seu sentido estrito” (DAGNINO, 1994, p. 108). Trata-se buscar, nas relações sociais, formas de enfrentamento ao “autoritarismo social” fundado em “critérios de classe, raça e gênero”, e que “estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade” (DAGNINO, 1994, p. 105).

Tais formas são engendradas nos processos em que os indivíduos, ao se tornarem sujeitos políticos, passam a se recusar a “permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles”. Tal noção transcende o conceito liberal de “reivindicação de acesso, inclusão, membership, ‘pertencimento’ (belonging) ao sistema político na medida em que o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema”, de (re)definições no interior do Estado, mas também na relação entre sociedade e Estado, podendo este ser transformado (DAGNINO, 1994, p. 109).

Nesse sentido, se a reflexão acerca do caminhar histórico do movimento sanitário aponta para uma “classe ausente” da reforma (AROUCA, *apud* PAIM, 2008), está no investigar das formas de organização e expressão das demandas desses sujeitos econômica e politicamente excluídos uma possibilidade de rompimento com o que está posto enquanto impedimento à democratização da saúde.

À sobrevalorização dos aspectos legais e institucionais da RSB se contrapõe o desafio de “retomar, permanentemente, o caminho da construção dos sujeitos políticos da reforma”, de modo a se “superar os entraves atuais e aprofundar a democratização da saúde”. Em contexto em que o “instituído se impôs ao instituinte”, e com isso reduziu “o caráter libertário e transformador da reforma”, a superação de tal “paradoxo da reforma sanitária brasileira” pode se dar pela retomada do “combate pelas idéias igualitárias que orientaram a construção deste projeto. Para tanto, resta a questão da construção permanente do sujeito, aquele que poderá transformar novamente o instituído em instituinte, para de novo institucionalizar-se”. (FLEURY 2009c, p. 751).

É a partir desses desafios que se propõe aqui uma discussão acerca da radiocomunicação comunitária enquanto processo de participação social. A reflexão sobre a “construção permanente do sujeito” se dará pela sua relação com as expressões e práticas sociais que conformam espaços e processos organizativos e participativos, com enfoque na rádio comunitária. É assim que se buscará no particular a realização em si da totalidade a que remonta: pelas relações entre o território tornado objeto de reflexão e as práticas sociais e formulações teóricas que fundamentam o problema de pesquisa.

Cenário da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, optou-se por um estudo de caso em Heliópolis, em olhar para o território na sua diversidade de espaços e vivências, e também para os

conflitos que lhe são próprios e relacionados às relações sociais daquele espaço constitutivas. Pensa-se o contexto urbano como construído por distintas formas de sociabilidade, que são próprias a contextos históricos específicos, ainda que em resistência ou oposição às formas dominantes no contexto global em que se inserem. É desse modo que se procura entender como os sujeitos e suas práticas na dinâmica daquele território percebem e agem sobre as questões referentes a participação social e comunicação na saúde.

Heliópolis é um bairro¹⁰ de São Paulo localizado no distrito do Sacomã, na região Sudoeste, e possui, de acordo com o censo demográfico de 2000, cerca de 125 mil¹¹ habitantes, concentrados em uma área de 1,2 milhão de metros quadrados, adquirida pela Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) em 1982 (ALESSI, 2009, p. 18). Dividido em 14 glebas (termo utilizado por Poder Público e inicialmente por moradores, que com o passar do tempo e em decorrência do processo de organização social passam a dividi-lo por núcleos, 10 hoje), o território tem como áreas limítrofes o Município de São Caetano, a Avenida Juntas Provisórias, a Avenida Almirante Delamare, a Estrada das Lágrimas e o Córrego Independência em São João Clímaco. Nestes limites, estão três grandes equipamentos públicos: o Hospital Heliópolis, a Estação de Tratamento de Esgotos ABC da Sabesp e depósito da Petrobrás.

A ausência de espaços livres leva ao atual processo de verticalização das moradias e concentração populacional (SAMPAIO e PEREIRA, 2003, p. 174). Também compõem a paisagem de Heliópolis pequenos estabelecimentos comerciais, tais como bares, padarias, oficinas de automóveis e mercados. De acordo com a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, em 2009, 83% dos domicílios possuíam abastecimento de água e 62% tinham rede de esgoto. A rede elétrica abrangia 94% das casas e 57% do espaço público. A vulnerabilidade social é média em 61,55% da área, e muito alta em 32,87%¹², o que remonta a altos índices de pobreza e miséria. Além disso, em 2009 existiam 18.080 imóveis, e a renda média familiar era de R\$ 479,48¹³.

¹⁰ Assim é reconhecido pelo poder público oficialmente. Moradores, imprensa e comunidade acadêmica (tal como ALESSI, 2009, p. 25) referem-se a Heliópolis como a maior favela de São Paulo.

¹¹ Não foi divulgado ainda o último Censo, mas a população local estima que Heliópolis tenha hoje cerca de 160 mil moradores.

¹² O Sistema de indicadores que compõe o *Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)* foi criado pela Fundação Seade para expressar “o grau de desenvolvimento social e econômico dos 645 municípios do Estado de São Paulo” que se desdobrou em índices regionais na Capital Paulista pela diversidade de situações decorrentes do grande contingente populacional do município. A elaboração do índice se dá pelo “confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem

A associação de moradores é a União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Climaco (UNAS), que tem por missão “promover a cidadania, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral da comunidade”. Sua atuação se dá principalmente por projetos financiados pelo poder público ou empresas. Os principais são: Centro de Educação Infantil (CEI); Centro da Criança e Centro do Adolescente; Centro de Referência da Criança e Adolescente (CRECA); Telecentro; Biblioteca Comunitária; Lavanderia Comunitária; Entrega de Leite; e Prevenção DSTS/AIDS (em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo). Há também atividades do Movimento Sem Teto e a Rádio Comunitária Heliópolis¹⁴.

A emissora foi criada pela UNAS em maio de 1992, inicialmente como Rádio Popular de Heliópolis, que funcionava por meio de auto-falantes instalados em diferentes pontos da favela e ligados a uma central de emissão sonora. Em 1997, torna-se emissora FM e passa a reivindicar do Ministério das Comunicações autorização de funcionamento. A rádio é fechada em 2006 pela Polícia Federal, mas recebe autorização para funcionamento em FM em 13 de março de 2008. O trabalho nela desenvolvido é voluntário, não remunerado, por equipe composta, durante a realização desta pesquisa, por 36 locutores e locutoras. Alguns deles compõem as coordenações técnica e de programação da rádio. Há também um coordenador geral, ex-locutor que faz parte da direção da UNAS. Os serviços de manutenção, limpeza e atendimento ao público são feitos pelos próprios locutores.

suas efetivas condições de vida e possibilidades de mobilidade social. (...) Esse novo indicador, ao permitir ao gestor público e à sociedade uma visão mais detalhada das condições de vida do seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza, incorpora ao sistema de indicadores de desenvolvimento, iniciado com o IPRS, mais um instrumento para a avaliação das políticas públicas. O IPVS [Índice Paulista de Vulnerabilidade Social] baseou-se em dois pressupostos. O primeiro foi a compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social (...). O segundo pressuposto foi a consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e que contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracteriza. Isso levou à utilização de um método de identificação de áreas segundo os graus de vulnerabilidade de sua população residente, gerando um instrumento de definição de áreas prioritárias para o direcionamento de políticas públicas, em especial as de combate à pobreza (...). As informações utilizadas nesse estudo são provenientes do Censo Demográfico 2000, detalhadas por setor censitário, sendo essa a única fonte de dados existente em escala intra-urbana para todo o Estado de São Paulo. Adotou-se um Sistema de Informação Geográfica (SIG), por meio do qual a maioria dos 48 mil setores censitários do Estado foram tratados e representados em cartografias temáticas” (Disponível em <http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/>. Último acesso em 21/5/2011).

¹³ Informação atribuída à Prefeitura de São Paulo, mas cedida por associação de moradores e diretoria da Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Salles, localizada na região.

¹⁴ Mais detalhes e informações sobre outros projetos disponíveis em http://www.unas.org.br/index_unas.html (último acesso em 20/05/2011)

A rádio é um Ponto de Cultura (programa do Ministério da Cultura), possui dois estúdios de produção/gravação, cinco computadores, uma impressora, microfones e amplificador, dentre outros equipamentos. A antena tem potência de 25 watts e atinge um raio de 1 km (máximo permitido por lei). A programação pode ser acompanhada pela Internet, na página www.heliopolisfm.com.br.

Instrumentos e técnicas de pesquisa

Em momento anterior ao trabalho de campo na rádio e em Heliópolis como um todo, houve um levantamento bibliográfico pela Biblioteca Virtual em Saúde – Saúde Pública Brasil (<http://saudepublica.bvs.br/>) nas bases bibliográficas LILACS; Coleção SUS; CIDSaúde; MEDLINE; SciELO; SciELO Saúde Pública; COCHRANE; WHOLIS; e Recursos Educacionais Abertos, a partir das expressões: Reforma Sanitária; Participação Social; Controle Social; Conselhos de Saúde; Rádios Comunitárias; Teoria Crítica; e Dialética, em suas relações com o campo da saúde pública e da saúde coletiva.

Após exame de qualificação realizado em abril de 2010, adequação do projeto e revisão bibliográfica realizados nos dois meses seguintes, iniciou-se em junho de 2010 o trabalho de campo pela utilização de instrumentos e técnicas próprios do método etnográfico. Desse modo, foram realizadas 39 visitas a Heliópolis entre junho e setembro de 2010, para a realização de observação participante, entrevistas e redação em diário de campo, a partir dos quais foram construídas trajetórias de vida e descrições das relações sociais, que fundamentaram a construção de categorias analíticas em diálogo com a formulação inicial do problema, em movimento do particular ao geral. Ou seja, as particularidades da região foram estudadas em sua relação com os conceitos e historicidade de saúde, comunicação e participação social, de modo que o particular possibilitou a construção de generalizações na relação entre observação e questão de pesquisa.

As visitas foram feitas majoritariamente no período diurno e em dias de semana, e inicialmente caracterizaram-se pela observação participante no estúdio da rádio, em eventos como Caminhada da Paz, Quermesse, e shows de Hip Hop no Centro Educacional Unificado (CEU) – Meninos, ou pela convivência com moradores em visitas domiciliares, almoços, passeios, conversas dispersas e jogo de futebol, dentre outras atividades de lazer. Esses momentos e trocas de experiências e saberes foram registrados em diário de campo, caracterizado por uma escrita não sistemática,

permeada por emoções e impressões superficiais. A programação da rádio foi acompanhada no estúdio e também descrita no diário de campo. Não houve gravação nem análise sistemática do conteúdo. Todas essas informações obtidas foram utilizadas na construção de uma descrição daquela realidade, bem como na fundamentação de entrevistas.

A abordagem inicial dos sujeitos da pesquisa teve início pela rádio comunitária, em visita durante a quermesse. Desde o primeiro encontro houve a possibilidade de acompanhar a programação e conhecer locutores, a partir dos quais foi possível conhecer ouvintes e lideranças comunitárias, pela técnica de bola-de-neve. Nesse caminhar, foram entrevistadas 79 pessoas, dentre locutores, militantes da UNAS, lideranças não ligadas diretamente à UNAS, ouvintes, artistas, conselheiros de saúde e professores de escola pública da região. Destas, 43 foram transcritas e tornaram-se a principal referência na construção do material empírico e na descrição daquele território. Das 19 entrevistas com locutores, optou-se por transcrever as 15 a partir das quais foi possível reconstruir trajetórias de vida. Foram também transcritas as oito entrevistas com ouvintes e as sete com militantes do movimento Hip Hop, considerados artistas locais. Em relação às lideranças – 13 transcrições – foram dois os critérios: possibilidade de reconstrução da trajetória de vida em Heliópolis e importância histórica atribuída pelos sujeitos da pesquisa ao entrevistado¹⁵.

As entrevistas foram semi-estruturadas – o próprio entrevistado estrutura seu pensamento, limitado dentro do objetivo do estudo – com plano de entrevista definido a partir da observação participante, quadro teórico e informações prévias sobre o contexto histórico e social do(a) entrevistado(a). Buscou-se evitar psicologização da abordagem, de forma que o(a) entrevistado(a) expressasse seu pensamento relacionado a sua individualidade mas também sobre a realidade que remonta ao objeto da pesquisa (RUQUOY,1997).

Esse material empírico fundamentou a reconstrução de trajetórias de vida de locutores e lideranças locais, além da descrição de suas práticas e relações sociais. A utilização deste método torna possível a abordagem do coletivo a partir do individual,

¹⁵ Os nomes dos sujeitos da pesquisa estão mantidos em sigilo (atribuiu-se aleatoriamente nomes fictícios às pessoas para facilitar a leitura), em atenção ao cumprimento das exigências éticas fundamentais, conforme a resolução 196/96 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõem das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, disponível em http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm. A pesquisa obedecerá aos quatro referenciais básicos da bioética: a autonomia; a não maleficência; a beneficência e a justiça. Foram utilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido da participação dos sujeitos envolvidos.

uma vez que na descrição de suas trajetórias os indivíduos remontam a parâmetros que balizam suas vidas em relação com as “normas sociais presentes nos contextos” em que estão inseridos (NARDI e YATES, 2005, p. 97). Nesse sentido, optou-se por reconstruir a trajetória de locutores e das principais lideranças de Heliópolis, pelo diálogo com as historicidades de rádio e território. Trata-se da descrição do espaço social que em diferentes momentos ocupam e atribuem significados. Nas situações históricas vividas, o individual é também social, e pela relação entre os significados atribuídos a tempos e espaços comuns e compartilhados pelos sujeitos da pesquisa, tornou-se possível a descrição histórica de Heliópolis enquanto território e da Rádio enquanto espaço social.

Esta construção foi também realizada pela relação entre falas e práticas individuais, e entre estas e as práticas sociais, muitas delas próprias das institucionalidades locais. Ou seja, as práticas da UNAS enquanto associação condicionam e são condicionadas pelas práticas dos sujeitos que dela participam. O mesmo se pode dizer acerca da rádio comunitária.

Assim, da associação que atua principalmente pela execução de projetos, por exemplo, participam sujeitos que atuam em projetos ou neles desejam atuar. Os projetos possuem expressão simbólica e material, por falas e ações que naquele território se dão, e por isso surgem não apenas nas respostas a entrevistas, mas principalmente no agir cotidiano daquele território, e ambos compõem a descrição. Outro exemplo é a rádio comunitária, que “presta serviços”, e “prestação de serviços” é expressão material e simbólica daquele espaço. O locutor que diz fazer reportagens faz reportagens, e para a construção de sua trajetória de vida as duas ações, falar e agir, foram descritas e relacionadas. Discurso e prática social. Deste “entrejogo” entre práticas significantes e discursos, pode-se construir os significados em função das “exigências teóricas postas pela definição do objeto de pesquisa” (MAGNANI, 1997, p. 138-40). Em um passo seguinte, tais práticas sociais foram relacionadas ao contexto geral em que se inserem, de modo a se apreender a totalidade histórica de que conformam e são conformadas.

Categorias analíticas

Conforme exposto, a construção das categorias analíticas se deu a partir da descrição das relações sociais do território conformadoras, em diálogo com a formulação do problema de pesquisa e referenciais teóricos que permitiram o situar histórico e epistemológico das particularidades tornadas objeto de pesquisa. No olhar

para a realidade descrita acerca do campo de pesquisa, esteve implícita a lógica de que o particular realiza em si mesmo a totalidade do universal a que remonta (SARTRE, 2002)¹⁶.

As questões postas são confrontadas, desse modo, com a prática social e com formulações teóricas que as fundamentaram, e que com tais práticas se relacionam. É a dialética em referência à história, à ação individual e ao pensamento a ambos subjacente. “Para Sartre, a vantagem da palavra ‘totalização’ está em que pode se aplicar indiferentemente a qualquer um desses três tipos de fenômenos dialéticos” (JAMESON, 1985, p. 179). Em *O ser e o Nada* esses processos são referidos pelo termo *projet*, que totaliza o contexto de que advém.

É porque a ação humana individual, ou o projeto, ou minha totalização, é dialética em sua estrutura mesma, e envolve a própria negação das coisas que me rodeiam, com a síntese que tal negação realiza, assim como envolve a transformação de meu próprio ato ao ser efetivado, e a produção de uma nova ordem de projetos resultante da própria estrutura dos antigos projetos – é por causa dessa estrutura que a história, como lócus de milhões de atos e compreensão humanos, e também a história que nasce de minha experiência de ação, e somente mais tarde torna-se especializada como um processo puramente intelectual, podem ambas ser dialéticas (JAMESON, 1985, p. 179).

Assim, os *projets* podem adquirir campos mais ou menos amplos, na medida em que uns podem ser mais totalizantes que outros, e em que tais totalizações podem

¹⁶ Não é pretensão deste trabalho construir um sistema, nem mesmo parcial, – ou, em outras palavras, produzir uma síntese a partir de uma exposição filosófica – que aproxime Sartre dos autores do campo da Teoria Crítica. Recorre-se a Sartre na medida em que o autor produz uma crítica dialética sobre “a natureza disfarçada e indisfarçável” da realidade “enquanto antagonismo de classe”, de modo que as “aparentes inconsistências” de aproximações de autores como Sartre e Adorno ou Benjamin dissolvem-se “em alguma síntese dialética” (JAMESON, 1985, p. 236). Ou seja, se algo os aproxima é o materialismo histórico e dialético. No caso deste trabalho, durante a análise do material empírico foi preciso recorrer ao conceito de necessidade de Heller (1996) que, por sua vez, fundamenta-se em Sartre. E não é à toa que a pensadora húngara, a partir de Marx, recorre ao pensamento de Sartre. Na Crítica da Razão Dialética, o filósofo francês traz “a idéia do homem como necessidade”, em uma “aplicação de conceitos desenvolvidos no ‘Terceiro Manuscrito Econômico e Filosófico de 1844’” (JAMESON, 1985, p. 230). A descrição da origem da ação humana como lacuna, em termos ontológicos, será expressa historicamente enquanto necessidade. É essa privação ontológica que converte as ações no mundo em “luta”, e é por isso que a “existência do outro” colocará “em questão a minha existência”. Do mesmo modo que na luta interpessoal, cada classe “define-se a si mesma contra a outra”. Assim, Sartre reelabora o modelo economicista do conflito de classes por uma descrição subjetiva da história, enquanto história da luta de classes, não enquanto história objetiva do desenvolvimento dos modos de produção. Nesta compreensão da história da luta de classes, o “marxismo é uma forma de compreender de fora a dimensão objetiva da história; e o existencialismo, uma forma de compreender a experiência individual subjetiva” (JAMESON, 1985, p. 161-234). Nesse sentido, no esforço totalizante, no caminhar do particular para o geral, essas duas formas não se excluem, mas estão conciliadas na realidade vivida.

envolver maior ou menor número de pessoas e estarão implicadas até nos detalhes de suas vidas. É desses conteúdos que o *projet* advém. Sua totalização depende do mundo em que se inscreve e em que tenta operar¹⁷.

Sartre (1998) encontra a origem da ação “na estrutura do ser humano como *lacuna*, como privação ontológica, que tenta se satisfazer a si mesma”. O termo que historicamente irá se referir a este processo é *necessidade*, que expressa a transformação de uma terminologia ontológica em direção a uma sócio-econômica. Esta “maneira abstrata de caracterizar a existência humana” acontece em um mundo “cuja estrutura essencial, em relação ao homem, é *facticidade*”. Ou seja, o vazio é expresso pela forma necessidade e “a resistência do mundo ao homem é agora definida em termos de escassez”. O que há de contingente no mundo humano se torna a “moldura na qual devemos atuar, moldura que condiciona e aliena nossos atos e projetos mesmo em sua própria concepção” (JAMESON, 1985, p. 181).

Valendo-se desta conceituação, Heller (1996) apresenta duas formas distintas de consciência acerca das necessidades: *manque* (deficiência) e *projet* (proyecto, plan). A primeira se refere à consciência da existência de uma lacuna ou escassez que, por sua vez, se relaciona com uma *forma* de satisfação, um projeto, uma “actividad consciente” que leve a sua satisfação. Este processo depende, no entanto, de “[las] objetivaciones, los fines y las instituciones sociales que podrían guiar la satisfacción de la necesidad, en otras palabras, que podrían transformarla desde la deficiencia (*manque*) al plan (*projet*)” (HELLER, 1996, p. 71). A necessidade se refere, nesse sentido, à escassez e à ação humana, na medida em que é dialética em sua estrutura.

Nessa relação entre a contingência e o agir enquanto negação daquilo que o rodeia e transformação do próprio ato quando efetivado se dá a subjetivação de indivíduos, bem como a formação de grupos sociais. E foi a partir desta aceção que o conceito de *necessidade* tornou possível o movimento inicial entre o pensar e agir no cotidiano de

¹⁷ “A realidade humana não poderia receber seus fins, como vimos, nem de fora nem de uma pretensa ‘natureza’ interior. Ela os escolhe e, por essa mesma escolha, confere-lhes uma existência transcendente como limite externo de seus projetos. Desse ponto de vista – e se compreendermos claramente que a existência do Dasein precede e comanda sua essência –, a realidade humana, no e por seu próprio surgimento, decide definir seu ser próprio pelos seus fins. Portanto, é o posicionamento de meus fins últimos que caracteriza meu ser e identifica-se ao brotar originário da liberdade que é minha. E esse brotar é uma existência; nada tem de essência ou propriedade de um ser que fosse engendrado conjuntamente com uma idéia. Assim, a liberdade, sendo assimilável à minha existência, é fundamento dos fins que tentarei alcançar, seja pela vontade, seja por esforços passionais. Não poderia, portanto, limitar-se aos atos voluntários. Mas as volições são, ao contrário, tal como as paixões, certas atitudes subjetivas através das quais procuramos atingir fins posicionados pela liberdade original” (SARTRE, 1998, p. 548-549).

Heliópolis e o contexto geral em que estão inseridos. Os sujeitos da pesquisa caracterizaram o mundo em que vivem em termos de deficiências e formas de satisfação, e desta dinâmica foi possível construir trajetórias individuais e situá-las em relações sociais.

Nesse sentido, a reflexão acerca da construção histórica de necessidades sociais a que as trajetórias remontam levou à descrição de tensões entre determinação social e afirmação da autonomia. E uma vez que a subjetivação política de indivíduos se dá pela ruptura com subordinações e alienações “por meio de um processo de singularização e construção de uma estratégia de transformação social e ruptura com as relações percebidas como de opressão” (FLEURY, 2009a, p. 414), a categoria *necessidade* possibilitou discutir a dinâmica social local enquanto conformadora de processos instituintes.

Tais processos estão situados na história, possuem conteúdos e formas com expressão material e simbólica no agir cotidiano, que em Heliópolis remontam à luta por *direitos*. Assim, apesar de propô-lo enquanto *medium* em contraposição às “*formas jurídicas* do controle político” (REPA, 2008, p. 69 – grifo meu) para a superação do *nexo problemático* entre autonomia pública e autonomia privada, a construção filosófica de Habermas¹⁸ acerca do direito possibilitou relacionar a expressão da escassez e do

¹⁸ Importante também ressaltar que Habermas propõe uma mudança de paradigma no interior da Teoria Crítica pelo abandono da ideia de totalidade, segundo a qual “a razão e a sociedade se deixam decifrar por referência ao modelo de um sujeito que conhece e lida com objetos”, tal como o ponto de vista do proletariado como sujeito e objeto de uma sociedade “que se constitui e se reproduz pelos processos de trabalho”. O saber produzido sob tal paradigma resulta numa “consideração que engloba todas as conformações culturais e sociais como momentos parciais destinados a uma unidade superior”. No seu entender, a aproximação de diferentes campos teóricos na explicação da realidade não se deve dar como uma reunião de partes para explicar um todo uno, mas para “ampliar o conceito de razão, atentar para as diferenciações sociais e identificar formas de patologia social” (REPA, 2008, p. 179). Essas considerações levam Habermas a propor uma nova orientação na Teoria Crítica que permita “a convivência produtiva de diversos paradigmas teóricos, como o paradigma sistema e o paradigma mundo da vida”, de forma que não haja um “conceito de razão autárquico” que determine modo e orientação do conhecer o mundo pelas demais disciplinas e teorias. Neste novo paradigma, o conceito universalista de “razão comunicativa”, que deve ser “situada historicamente e *reconstruída* com base no momento presente”, é fundamental (REPA, 2008, p. 179 – grifo no original). “A reconstrução tem dois momentos ou vetores básicos. Dissemos que o teórico reconstrói o saber intuitivo, pré-teórico, dos participantes da interação, ou seja, para o teórico, trata-se de tornar explícito esse saber intuitivo, expondo-o como uma série de regras conectadas entre si. Dessa maneira, esse saber intuitivo se torna um saber teórico, ele mesmo levantado com uma pretensão de verdade que deve ser corroborada por vários tipos de testes empíricos. Para esse exercício de reconstrução de regras, o teórico precisa adotar a perspectiva de um participante da ação, sem a qual nem mesmo poderia ter acesso ao seu objeto” (REPA, 2008, p. 180). Pois a esse momento deveria se seguir seu situar historicamente, revelando como se desenvolveram padrões de racionalidade e suas diferenciações em relação às teorias genéricas existentes. Para tanto, é preciso se valer também das demais linhas de pesquisa, numa retomada nova do materialismo interdisciplinar proposto por Horkheimer (1980), de forma que haja um “sistema de passagens entre as diversas dimensões e os usos da razão, garantindo sua unidade e, por outro lado, dispensando o conceito de totalidade oriundo da tradição hegeliano marxista” (REPA, 2008, p. 180). No entanto, ainda que se

agir social em Heliópolis com as formas instituídas de satisfação de necessidades sociais.

Na sua teorização acerca do direito, o pensador alemão debruça-se sobre o não reconhecimento, pelas pessoas, da validade das normas sociais. Para tanto, Habermas diferencia mecanismos de integração social formadores de *sistema*, “que coordenam as ações de forma objetiva, como que por trás das costas dos participantes da interação” (REPA, 2008, p. 164), dos do *mundo da vida*, em que a integração social se dá pela linguagem orientada ao entendimento mútuo.

A participação social na saúde limitada a espaços institucionalizados, decorrente, em parte, da não ampliação das bases sociais do movimento da RSB, pode resultar na explicitação daquilo que Habermas chama de tensão interna e externa dos processos de elaboração e aplicação normativos, relacionada à facticidade e à validade da norma, que por sua vez remonta à integração social por mecanismos formadores de sistema.

Habermas aponta que a legitimidade do poder de administração do Estado surge da organização jurídica, de uma legalidade produzida em processo reconhecido como legítimo pela coletividade sobre a qual o poder de Estado se impõe – como o processo constituinte, por exemplo – de forma que o “exercício do poder na forma do direito não pode ser deslocado do momento de sua fundamentação”. Mas, para que o direito continue a funcionar como fonte de justiça, para além de suas características formais, necessita se organizar como “uma estrutura reflexiva aberta à prática de autodeterminação política dos cidadãos” (WERLE e SOARES, 2008, p. 129). É este o caminho do direito enquanto forma de controle político em direção ao direito enquanto mediador entre sistema e mundo da vida.

O exercício da dominação política pelo Estado se dá pelo direito estatuído legitimamente – um processo constitucional, por exemplo – mas cuja fonte de justiça, também legitimadora do exercício do poder, reside na aceitação racional da aplicação normativa por todas as pessoas a ela submetida. Isto se dá pela formação discursiva da opinião e da vontade em relação à norma em questão.

A legitimidade das regras se fundamenta, então, pelo procedimento de tal formação discursiva, que se deve caracterizar pelo livre fluxo de temas e opiniões, de forma que os discursos práticos orientem a formação política da vontade. Assim, o

oponha à conformação de um *todo uno*, há esforço totalizante próprio do pensamento dialético no debruçar-se sobre a realidade, marcadamente por adotar uma postura crítico-normativa na compreensão de um conjunto de questões postas e implicadas entre si em uma realidade histórica específica. É desta forma que o pensamento habermasiano será aqui considerado.

poder da administração do Estado deve surgir a partir de um poder comunicativo da sociedade sobre a qual se impõe (HABERMAS, 1997)¹⁹.

Na medida em que a positividade da norma não carrega consigo todas as potencialidades discursivas presentes na diversidade de sujeitos sobre os quais ela se aplica, a legitimidade política da norma deve transcender sua positividade, pois a norma se impõe no cotidiano, no aqui e agora, e se faz legítima na medida em que há a possibilidade de se refletir sobre ela aqui e agora, no momento de sua imposição. Nesse sentido, a legitimidade é construída por um processo “capaz de permitir o surgimento do maior número possível de vozes, de alternativas, de ação e de formas de vida, garantindo seu direito de expressão e de participação”. É pela lógica procedimental, apoiada no *princípio do discurso*²⁰, que são institucionalizadas distintas formas de discussão e participação que permitem “o surgimento do maior número possível de vozes, de tematizações, de valores e de interesses” (NOBRE, 2008a, p. 35)

¹⁹ Aqui, a referência é a concepção de poder de Hannah Arendt: “O fenômeno fundamental do poder não consiste na instrumentalização de uma vontade alheia para os próprios fins, mas na formação de uma vontade comum, numa comunicação orientada para o entendimento recíproco”. Para ela, “o que investe de poder as instituições e as leis de um país é o apoio do povo, que por sua vez, é a continuação daquele consenso original que produziu as instituições e as leis (...). Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e desagregam no momento em que a força viva do povo deixa de apoiá-las” (ARENDT, 1970, p. 42 *apud* HABERMAS, 1980, p. 103).

²⁰ O princípio do discurso se apóia na Teoria da Ação Comunicativa. Para Habermas, a reprodução material da sociedade moderna só é possível por haver uma neutralização dos potenciais de conflito e dissenso nas ações orientadas para o êxito. A aplicação impessoal de regras de convivência e de compra e venda de mercadorias, por exemplo, obedecem a uma lógica instrumental que viabiliza a reprodução material da sociedade, em que “o mundo e os atores sociais são tomados não como sujeitos dotados de opiniões, visões do mundo e crenças, mas como meros objetos, como meios com vistas à consecução de um fim determinado”. Esta é a ação instrumental, que neutraliza os potenciais de conflito por ter como característica a orientação para “a consecução de determinados fins de reprodução material previamente estabelecidos” (NOBRE, 2008a, p. 20). No entanto, ainda que a lógica instrumental reduza os potenciais de conflito na sociedade, não os elimina, apenas limita “o campo em que eles ocorrem, garantindo que não coloque em risco a reprodução material da sociedade” (NOBRE, 2008a, p. 20). Os conflitos e dissensos são também superados pela discussão racional livre orientada para o entendimento mútuo, a ação comunicativa, em que as regras de discussão são estabelecidas pelos seus participantes. Nas trocas comunicativas cotidianas, há um conjunto de regras lingüísticas não problematizadas, mas que se colocam como convicções comuns que possibilitam o entendimento mútuo, e das quais os diferentes atores sociais se valem nos atos de fala para garantir validade a pretensões de validez. O próprio conceito de ação comunicativa pressupõe que, para haver a integração social “por linguagem compartilhada intersubjetivamente”, são necessárias “limitações pragmáticas” que obriguem os sujeitos a saírem de seu egocentrismo e a “se colocar sob os critérios públicos da racionalidade do entendimento”. É sob tais pressupostos que o entendimento se torna possível (HABERMAS, 1997, p. 45). Assim, a ação instrumental e a comunicativa se pressupõem, na medida em que o entendimento mútuo só é possível pela estabilização de algumas regras previamente acordadas, e essa estabilização é construída pela arguição livre daqueles integrados socialmente. Esta relação entre ação instrumental e ação comunicativa embasa, em *Direito e Democracia*, o entendimento habermasiano de legitimidade política. Para o pensador alemão, a política pode ser entendida em termos instrumentais e comunicativos, uma vez que há a necessidade do sistema político, ainda que estabilizado, ser “permanentemente regenerado por influxos comunicativos”. A manutenção da dominação vigente está relacionada à possibilidade de permear o sistema por tais influxos advindos do mundo da vida.

Enquanto participantes de discursos racionais, os parceiros do direito devem poder examinar se uma norma controvertida encontra ou poderia encontrar o assentimento de todos os possíveis atingidos. Por conseguinte, o almejado nexo interno entre soberania popular e direitos humanos só se estabelecerá, se o sistema dos direitos apresentar as condições exatas sob as quais as formas de comunicação – necessárias para uma legislação política autônoma – podem ser institucionalizadas juridicamente (HABERMAS, 1997 p. 138).

Assim, os espaços públicos de formação da opinião podem redefinir e delimitar o sistema político, pelos processos de construção discursiva e identitária. Mas a esfera pública só existe enquanto tal, só pode ser local de formação de opinião pública, na medida em que, na formulação habermasiana, “all affected by general social and political norms of action engage in a practical discourse, evaluating their validity. In effect, there may be as many publics as there are controversial general debates about the validity of norms” (BENHABIB, 1992, p. 87).

Para Benhabib (1992), Habermas constrói um modelo de discurso prático “radically proceduralist, his ‘ideal speech situation’”, o que coloca “public matters of norms as opposed to private matters of value, public interests versus private needs”. Essas distinções seriam internas, não externas ao processo de formação discursiva. “Challenging the distinction of contemporary moral and political discourse, to the extent that they privatize these issues, is central to women’s struggles, which intend to make these issues public” (BENHABIB, 1992, p. 90). Utilizando o exemplo da luta feminista, ela afirma que o caráter procedimental que estipula, por exemplo, a distinção entre interesse público, aquilo que deve ser posto em discussão na esfera pública, das questões privadas de valores, pode contribuir para tornar invisíveis lutas por direitos. Nesse sentido surge a crítica à situação ideal de discurso proposta por Habermas e à superação do direito enquanto *forma* de controle político por procedimentos também normativos.

Benhabib defende um modelo democrático construído a partir da concepção de “autonomia comunicativamente exercida”, em que a participação nos processos políticos inclui não apenas aquelas com previsão normativa, mas também “o engajamento em esferas públicas de comunicação diluídas no espaço e no tempo”, de forma a extrapolar a política institucional. Para ela, “os processos deliberativos informais, embora nada propriamente ‘decidam’, devem ser considerados em um momento da atividade política, porque contribuem, de maneira fundamental, para a

‘racionalidade prática’ das próprias decisões vinculantes. Com efeito, suas constantes dissonâncias, desacordos, e disparidades permitem que o leque de argumentos e de percepções específicas da sociedade seja o mais amplo possível” (SILVA, 2008, p. 221)

Então, para que a participação social na saúde possa redefinir e delimitar o sistema político, este deve estar aberto a “influxos comunicativos” compostos por argumentações, muitas vezes, construídas sob diferentes pressupostos culturais e sociais, por motivos como os de origem e classe. Assim, a racionalidade instrumental do sistema é colocada em questão. Da mesma forma, as ações que se dão no mundo da vida, a princípio orientadas para o entendimento mútuo, estão contextualizadas em disputas de interesses e valores.

Tais referenciais teóricos apontam para formas distintas que remontam a mesmos conteúdos: é reflexão crítico-normativa que busca, na relação entre modos distintos de integração social e a institucionalidade, a superação de limites postos por esta aos processos de integração social, e vice-versa. Isto significa que as dinâmicas tensões entre facticidade e validade no direito e a “autonomia comunicativamente exercida” por grupos e sujeitos se tornaram categorias analíticas nesta pesquisa, pela relação que permitem estabelecer entre a expressão de necessidades sociais por processos instituintes e a institucionalidade posta.

Nesse sentido, a construção empírica e teórica da rádio comunitária enquanto espaço, a partir das trajetórias individuais e práticas sociais daquele espaço constitutivas, permitirá a relação entre participação social e os espaços de comunicação diluídos no espaço e no tempo, de forma a se extrapolar a política institucional. E é no entender a cultura como um processo produtivo social e material, para além das “artes”, e como “usos sociais de meios materiais de produção” que se torna possível relacionar tais espaços com o contexto social em que estão inseridos. Ou seja, as diferentes concepções e valores atribuídos à vida humana estão baseadas numa teoria da cultura centrada na produção de significados e valores por formações sociais específicas, e que enfatiza a “centralidade da linguagem e da comunicação como forças sociais formadoras e a interação complexa tanto das instituições e das formas quanto das relações sociais e das convenções formais” (WILLIAMS, 2007, p. 18).

De acordo com Williams (2007), a palavra cultura adquiriu ao longo da história²¹ três categorias “amplas e ativas” de uso: a descrição de um “processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético”; a indicação “de um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral”; ou ainda a descrição das “obras e práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística” (WILLIAMS, 2007, p. 121). O lingüista escocês “adota o conceito antropológico da cultura como modo de vida e estende a produção de significados e valores a toda a sociedade” (CEVASCO, 2007, p. 14).

A partir da extensão conceitual que explicita “a historicidade do conceito idealista” de cultura, restrita à produção artística, o autor defende a necessidade de ampliação do que se entende por cultura de forma a remontar às “relações entre produção de significados e manutenção da ordem social”. O processo de formação de significados está contextualizado numa disputa de interesses e valores.

É preciso, portanto, reconhecer como inadequado um modelo que coloca como atividade autônoma a criação de valores e significados, dissociando-a das relações sociais como um todo. Para explicitar as relações de poder implicadas na integração social é necessário adotar uma concepção ampla de cultura, como conjunto de significados e como produção que integram práticas sociais. Também Thompson (1987) critica a ideia de que a cultura é um privilégio de poucos, e propõe que a superação de padrões “oficiais” de sociabilidade se dá pela construção de noções de coletividade em espaços autônomos de sociabilidade.

Esta conceituação torna, por fim, cultura uma categoria analítica por tornar possível situar historicamente *mundos da vida* diferenciados numa sociedade dividida em classes e plural, e conter em si “práticas significantes” relacionadas à produção simbólica e material de Heliópolis. Do “entrejogo” entre práticas sociais e trajetórias individuais, e entre aquelas e contexto global, será possível uma formulação teórica em relação ao objetivo da pesquisa.

É neste caminhar que se busca a apreensão de uma totalidade histórica. A importância do caso está na “amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem” (SANTOS, 1983, p. 12). É assim que a relação entre o instituinte e o instituído se torna

²¹ Faz referência à história da palavra cultura na língua inglesa. No entanto, pela origem comum e processo histórico coetâneo, é possível tomá-la como base para reflexão sobre seus sentidos também nas línguas latinas.

objeto do pensamento dialético neste estudo de caso. Os dilemas particulares historicamente construídos por trajetórias individuais e relações sociais daquele território se convertem em possibilidade de superação das questões postas como limites pelo campo da saúde ou pelo direito. É este o “momento mais delicado do processo dialético: aquele no qual todo um complexo de pensamento é içado, por meio de uma espécie de alavanca interna, um andar acima”. É o momento em que a pergunta é tomada por resposta, reconhecida no problema. A questão habermasiana de como se estabelecer um *procedimento* para “o surgimento do maior número possível de vozes” em formulação normativa, em Benhabib (1992) torna-se resposta pela sua negação. Trata-se da *inversão dialética*, pela qual “as desvantagens de uma dada situação histórica mostram ser, na realidade, suas vantagens secretas, e no qual o que parecia ser superioridade inerente repentinamente impõe os mais férreos limites ao futuro desenvolvimento dessa mesma situação”. É este o processo diacrônico de transformação do positivo em negativo e do negativo em positivo (JAMESON, 1985, p, 236-8).

Conforme exposto a partir de Horkheimer (1980), a Teoria Crítica possui uma dimensão teórico-explicativa e por ela explicita, das relações de causalidade, os processos sociais que a elas estão relacionados. Já sua dimensão crítico-normativa possibilita a expressão da realidade em seu “devir ser” presente nas relações sociais como potencial emancipatório, o que implica na necessidade de constante mediação entre teoria e práxis na busca pela superação dos obstáculos que se colocam a uma integração social equânime.

Da relação entre teoria e método descrita, espera-se discutir limites e possibilidades da radiocomunicação comunitária enquanto processo de participação social na saúde. A reflexão sobre a realidade social naquele território, em sua relação com as expressões e práticas sociais da rádio comunitária enquanto espaço conformadoras, permite discutir processos organizativos e participativos da “classe ausente” originados pela constituição permanente de sujeitos. E assim, é possível compreender se tais práticas e processos são constitutivos de ações no campo da política e de sujeitos que possam ampliar as bases sociais da Reforma Sanitária Brasileira.

O movimento social

O *processo* em curso de Reforma Sanitária Brasileira (RSB), que envolve um conjunto complexo de práticas de integração social historicamente determinadas, decorre de um *projeto* socialmente construído em um período de profunda crise do Estado brasileiro, iniciada na segunda metade dos anos 1970 e que culminou na transição democrática e elaboração de uma nova Constituição em 1988. Trata-se de um período em que grupos sociais disputam a conformação de nova institucionalidade que representaria distintos interesses políticos, civis, econômicos, sociais e culturais daquele contexto histórico.

A construção do novo ordenamento jurídico nacional culminará na definição do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito, por um processo de reconhecimento de direitos fundamentais e da construção da democracia representativa no País. Desse modo, o período histórico de consolidação do projeto da RSB é coetâneo ao momento constituinte de direitos fundamentais pela reorganização do Estado Brasileiro, bem como à transformação da relação deste Estado com o restante do corpo social²².

É, portanto, momento em que as forças sociais buscam da radicalização à neutralização dos potenciais de conflito e dissenso em nova ordem instituída, a partir de princípios distintos do até então Estado autoritário. Uma vez que a legitimação do Estado Democrático de Direito a ser forjado se dará por uma legalidade produzida em processo reconhecido como legítimo pela coletividade (ou parte dela) sobre a qual o poder de Estado se impõe, surge a oportunidade histórica de grupos anteriormente alijados do exercício do poder político-econômico influírem na nova institucionalidade, sendo o Estado e seus aparelhos espaços de disputa entre classes e grupos sociais.

Nesse contexto histórico, intensifica-se o processo de ocupação do território de Heliópolis por famílias sem moradia vindas de diferentes regiões do País, principalmente do Nordeste Brasileiro, em busca de trabalho na Capital Paulista. Tal movimento migratório, por sua vez, resulta de um conjunto de fatores político-econômicos, em que a elevada concentração de propriedade fundiária no Brasil, –

²² Definir o Estado contemporâneo é tarefa que envolve variados problemas e não é objetivo do presente trabalho. Será buscada aqui uma fundamentação teórica do Estado e da relação deste com grupos sociais presentes em diferentes territórios para embasar as discussões acerca da rádio comunitária enquanto espaço em que emergem conflitos e questões presentes no território em que se situa, de modo que se torna potencial espaço de participação social na saúde. Para tanto, serão levadas em conta apenas algumas das “múltiplas relações que se criaram entre o Estado e o complexo social”, com enfoque nas transformações dadas naquele complexo social específico, não nos efeitos das mobilizações sociais sobre “as racionalidades internas do sistema político” (GOZZI, 2007, p. 401).

resultante do modelo de exploração da terra que tem como elemento fundante e estruturador a grande propriedade fundiária tradicional – associada ao processo de mecanização do campo e à propriedade capitalista industrial-financeira, torna-se “o modo dominante de produção do espaço urbano” das regiões metropolitanas brasileiras. “As classes populares são vítimas duplas deste tipo de propriedade fundiária, pelo processo de liquidação da sua subsistência no campo e pelo processo de marginalização e segregação na cidade” (SANTOS, 1983, p. 14). Nesta conjuntura de segregação social e emergência de uma nova institucionalidade se dá a conformação daquele território urbano, em que distintos grupos sociais disputam o exercício do poder político e econômico.

O processo de ocupação iniciara-se no final da década de 1960, quando o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) passa a administrar a área. Em 1967, parte equivalente a 423.731m² é vendida à empresa estatal Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), e no ano seguinte, o Iapas dá início à construção do Hospital Heliópolis e do Posto de Assistência Médica (PAM). Pessoas que participaram das obras constroem moradias no entorno. Até então, os terrenos eram ocupados por matas, chácaras e pequenos animais de criação (SAMPAIO, 1991; ALESSI, 2009; e SOARES, 2010).

Entre 1971 e 1972, a Prefeitura de São Paulo transfere para a região 153 famílias, provenientes de Vila Prudente e Vergueiro, onde seriam realizadas obras de infraestrutura viária. A atual presidenta da UNAS, Ester, pertence a uma dessas primeiras famílias de Heliópolis. “Nós não ocupamos”. Ela conta que a proposta do poder público era de permanência das pessoas no local por seis meses, quando receberiam um imóvel definitivo em outra região. No entanto, uma casa em Guaianazes foi oferecida à sua família apenas 15 anos depois. “Era no meio do nada. Não fomos”.

A administração municipal faria nova remoção de 60 famílias com destino a Heliópolis na gestão de Olávo Setúbal, em 1978. Um ano antes, o Iapas iniciara a venda de casas e terrenos para funcionários públicos federais e estaduais, uma política que duraria até 1985. Mas é no entorno de alguns dos alojamentos da prefeitura, do Hospital Heliópolis e de fontes de água que se dá a ocupação por famílias sem moradia vindas de diferentes localidades, a partir do início da década de 1970 (SAMPAIO, 1991; ALESSI, 2009; e SOARES, 2010).

Tadeu, na região desde 1979 e atualmente uma das principais lideranças políticas locais, é migrante nordestino e integrante de uma dessas famílias. Ele conta que, nos

primeiros anos em que viveu em Heliópolis, lá havia muitos campos de futebol e matagais. “A gente começou aqui por necessidade. Vim morar aqui, consegui comprar meu barraquinho. Graças a Deus, saí do aluguel”. No entanto, logo encontrou problemas.

Tinha muita mamoneira, problema de roubo, até estupro tinha aqui nessa área. A população naquela época era muito pequena. E a gente começou a organizar o povo, por uma necessidade primeiro de cortar mamoneira, porque aí a gente via quem estava lá embaixo, tinha visão maior, e começamos a fazer isso, ir limpando, tudo, e começamos a ter *um trabalho que foi importante na formação da gente*. (Tadeu)

Assim se iniciou a formação da comissão de moradores. A auto-organização para melhoria das condições de vida e o contato com trabalhos de pastorais da Igreja Católica levaram o grupo “a se envolver na luta pela terra aqui”.

Do mesmo modo que seu companheiro Tadeu, Lia tornou-se uma liderança política na região, que era controlada por “vários grupos que se chamavam grileiros, que cuidavam desta área se dizendo donos”. Ela conta que os moradores possuíam contrato de aluguel com um grupo restrito de pessoas e eram por elas explorados. “A partir daí, que me nego a pagar aluguel para eles, é que consigo conversar com os moradores para que todos entendessem que na situação que todos moravam aqui, sem água, luz, esgoto, como que vai pagar aluguel”? Disto decorria a necessidade de se pensar em uma estratégia de união para reivindicar do governo “luz, água para todos”. Mas “a dificuldade era muita”, pela falta de “entendimento” da população local da necessidade de se organizar para “melhorar a qualidade de vida”.

É nessa época que surge o interesse de Ester pela mobilização transformadora da realidade em que vivia. “Era pra eu entrar na luta. Tinha muito forte isso comigo: mas por que algumas pessoas têm casa e eu não tenho? Por que tenho que morar na favela e o outro não”? Ela iniciou o processo de “formação política” na Igreja, ao ter contato com a teologia da libertação. Passou a acreditar que a fé é viva e é preciso atuar por justiça social.

Certa vez, já no início da década de 1980, ao sair da missa, decidiu participar de uma reunião com outros moradores, que contava com a presença de Tadeu e Lia, e tratava dos direitos das pessoas de permanecerem na região. “Ouvi dizerem: vamos conseguir nossas casas. E falei: então vou conseguir minha casa com eles. Foi a primeira coisa que veio na minha cabeça”. Decidiu juntar-se ao grupo. Trabalhava

durante o dia, e participava de reuniões e articulações nas noites e aos sábados e domingos. “Meu objetivo era que eu não queria mais morar naquele barraco de madeira, queria uma casa de bloco, queria ter uma casa para mim. Aí a gente começou a luta, contando com todo mundo”.

Desse modo, apesar de no início do processo de integração social em Heliópolis haver grupos distintos, devido a tempo de permanência e forma de ocupação do território, aquela formação social caracterizava-se pela “convergência externa dos interesses individuais”, no caso, a apropriação privada da terra. “O universo jurídico da propriedade privada, abalado no acto da ocupação, reconstitui-se de imediato na partilha do terreno ocupado” (SANTOS, 1983, p. 35). Forma-se, assim como o descrito por Santos (1983) acerca de uma ocupação no Recife (PE), “um mundo de relações jurídicas constituídas, mantidas e reguladas à margem do direito estatal, um mundo de práticas jurídicas paralelas, informais e não oficiais”, com destaque às relações de locação (SANTOS, 1983, p. 18)²³.

No entanto, a ausência de titulação da propriedade, somada a necessidades humanas²⁴ e à existência de posseiros com interesses antagônicos aos da maior parte da população, torna-se “factor de transformação da série de indivíduos em *grupo social* e da amálgama de interesses individuais externamente convergentes em interesse colectivo”. A formação de um grupo para “cortar mamoneira” é apenas “primeiro signo da constituição de uma teia de inteligibilidades recíprocas centradas em objectos e objectivos transindividuais”. E no reconhecimento recíproco de necessidades comuns, o grupo social embrionário inicia a instauração de “uma experiência social autônoma” que possibilitará o acúmulo de “uma memória colectiva de organização e luta por interesses objectivos e subjectivos de classe” (SANTOS, 1983 p. 35). São estas objetividades e subjetividades²⁵ que darão base para uma mobilização social que com o passar do tempo assumirá a forma de *luta por direitos*.

²³ No referido estudo, Santos analisa conflitos urbanos no Recife, com enfoque no “caso Skylab”. Para tanto, faz uma reconstituição do “campo cruzado de acções, em seus sentidos estratégicos manifestos e em suas sequências e durações sociais, para depois me concentrar na articulação (consensual e/ou conflitual) das economias interaccionais dos diferentes participantes no conflito” (SANTOS, 1983, p. 12).

²⁴ Aqui necessidade humana remonta ao conceito sartreano de *manque*.

²⁵ A construção histórica das subjetividades não será abordada aqui, mas cabe destacar que naquelas práticas cotidianas inicialmente vivenciadas, os diferentes indivíduos experimentam a “heterogeneidade da vida humana de frente”, em momentos em que são convidados a repensar as vidas sociais. Uma das expressões da individualidade são as identidades fragmentadas, múltiplas e contraditórias, que se reposicionam e se transformam. Assim, a identidade é socialmente construída por práticas e discursos, está situada na história, não no interior do indivíduo. O eu enquanto uma relação. “Os objetos sociais não são dados no ‘mundo’, mas são construídos, negociados”. Nessas construções de significados emergem as

Também Brandão explica que na rua onde morava não havia água. “Quase todo visual era um só, mas tinham algumas ruas já com rede de água, energia, era poste de madeira, mas tinha energia com um biquinho de luz”. E a organização popular era difícil, pois “os grileiros mandavam matar todo mundo, tinha os capangas, leão de chácara”.

Chegou à região no início dos anos 1980, e no terceiro mês em que lá vivia decidiu participar de uma reunião com moradores. “Disseram que tinha uma comissão. Isso aqui (mostra um objeto) eu comprei de um cara da comissão que mataram”. Brandão conta que a comissão era ainda “pequena, eles faziam reunião. Achei bonito o pessoal conversando, sobre como a gente tinha que se preparar para enfrentar toda essa pressão. Se o povo não tinha conhecimento da situação, podiam pegar qualquer um da gente e matar. Era perigoso, estavam tudo armado”. Era necessário ter permissão dos grileiros para “construir barraco”, sob a pena de ser assassinado.

Apesar dessa violência, decidiu se unir à recém criada comissão na luta por moradia. “Na hora (da reunião) perguntaram: quem quer fazer parte do nosso grupo, da comissão, para trabalhar com a gente? Não vai ganhar nada, é lutar pela moradia, pelo seu pedaço de chão. Aí levantei a mão. A gente levantava a mão e eles anotavam”. Continua “na luta” até hoje.

Aqueles indivíduos reunidos em torno de objetivos e interesses comuns passam por processo de subjetivação, que remonta à constituição de sujeitos políticos, na tensão entre a “experiência social autônoma” e as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais. Na construção de estratégias de transformação daquela realidade, os indivíduos falam de si, por si, e agem no mundo, estabelecendo laços sociais que lhes “permitam assegurar os recursos necessários para alcançar seus projetos” (FLEURY, 2009a, p. 414). O indivíduo se faz sujeito político no esforço de transformação de sua realidade, no “interior dessa tensão entre determinação social e afirmação da liberdade individual e grupal” (FLEURY, 2009a, p. 393)²⁶.

relações, também de poder, “já que ocupamos posicionamentos sociohistóricos na vida social” (LOPES, 2003).

²⁶ Apesar de não ser esse o objeto de estudo da presente pesquisa, cabe lembrar que a formação das instâncias psíquicas passa por tensão que obedece à mesma lógica. Na teoria freudiana, o indivíduo se constitui no conflito entre si e a sociedade, no equilíbrio entre o princípio do prazer e o da realidade. Quando escreve sobre a “Obsolescência da psicanálise”, Marcuse (1997) afirma que esta obsolescência decorre das “transformações fundamentais na sociedade industrial avançada”, em que a formação do ego se dá “no seio das massas”, não mais na família, e “através das massas”, de modo que “o progresso técnico e a coexistência global de sistemas sociais opostos entre si conduzem a uma obsolescência do papel e da autonomia do sujeito econômico e político”. No entanto, afirma Marcuse, a psicanálise pode extrair sua força da sua obsolescência, “de sua insistência nas necessidades e possibilidades individuais,

Esta tensão, por sua vez, é expressa no reconhecimento, entre indivíduos em processo de formação social, de necessidades comuns que “se manifestam historicamente”, assim como cada necessidade particular “está determinada historicamente em cada ejemplo particular” (HELLER, 1996, p. 59). No processo de ocupação daquele espaço e de resistência ao autoritarismo social que perpassa as relações daquele território conformadoras, há uma construção coletiva da consciência acerca da necessidade enquanto deficiência e forma de satisfação: o associativismo surge como objetivação social que transforma a necessidade desde la deficiencia (*manque*) al plan (*projet*) (HELLER, 1996, p. 71).

Em Heliópolis, este processo está diretamente relacionado à resistência a um mundo caracterizado discursivamente e expresso materialmente em termos de escassez. Mas também se relaciona à possibilidade de ação coletiva para sua transformação, que decorre não apenas das objetivações, mas de instituições sociais que auxiliam na busca pela satisfação das necessidades. E naquele contexto, ganha ênfase a importância da Igreja Católica. “Até no momento quando a gente estava sendo expulso daqui, passando por muita repressão, eles estavam juntos”, afirma Lia.

O apoio da “pastoral da favela” se dá tanto para a articulação dos moradores quanto na proteção das lideranças: “houve muitas agressões desse grupo de grileiros, às vezes a polícia, tanto comigo como com o Tadeu”. Nesses momentos, obtinham apoio de pessoas vinculadas à Igreja, que “convencia” pessoas da comunidade “pra vir nessa luta”. Desse modo, Lia atribui à Instituição um “papel fundamental para o desenvolvimento desta comunidade”.

A luta popular por mudanças sociais assume formas distintas daquelas tradicionalmente reconhecidas como mobilização política. Assim como Tadeu considera formação política a organização social para o corte de mamoneiras, Lia atribui importância à criação, pela pastoral da favela, de um clube de mães que se reunia para

que foram ultrapassadas pelo desenvolvimento social e político”. A denúncia da supressão do eu em uma sociedade repressiva aponta como caminho para a autonomia justamente a recusa e oposição à ordem estabelecida (MARCUSE, 1997, p. 91-110). Ora, uma vez que a noção de sujeito “traz implícita as idéias de autonomia e de sujeição ao social, a tensão na díade sujeito-sociedade” (FLEURY, 2009a, p. 396), a luta pela autonomia remonta à maneira como sujeitos individuais ou coletivos lidam com a ordem estabelecida. Diz Marcuse em *Eros e Civilização* (1968) que a dinâmica original da formação egóica tornou-se estática: “as interações entre ego, superego e id coagulam-se em reações automáticas. A corporificação do superego é acompanhada da corporificação do ego, manifestando-se nos traços e gestos congelados, produzidos em ocasiões e horas apropriadas. A consciência, progressivamente menos sobrecarregada pela autonomia, tende a reduzir-se às tarefas de regular a coordenação individual com o todo” (MARCUSE, 1968, p. 93-4).

trabalhos de caráter assistencialista²⁷. “Quando cheguei, conversei com essas mulheres que nem só isso bastava, a gente tinha que discutir a questão da moradia”. As dificuldades para debater esses temas eram muitas, decorrentes do medo que “os maridos” tinham dos grileiros, “porque eles torturavam as pessoas”. Lia era perseguida, e os grileiros “cobravam os maridos” quando percebiam que suas companheiras estavam realizando alguma atividade com ela. “Procuravam fazer com que elas não tivessem muito vínculo com minha pessoa”. Com o passar do tempo, as mulheres “foram convencendo também os maridos de que era importante a gente lutar junto para melhorar nossa qualidade de vida na comunidade”.

A ação coletiva caracteriza-se, nesse contexto, pela construção de laços locais de solidariedade. As dificuldades de acesso a serviços e a restrição de direitos civis e políticos são indutores da “proliferação de um conjunto de práticas de auto-ajuda” que em alguns contextos foram estimuladas por associações civis e Igreja. Nesse sentido, a ação coletiva passa a se relacionar com a “construção, no nível local, da idéia da comunidade como autônoma e solidária” (AVRITZER, 1997, p. 162). Surgem, desse modo, novas práticas e formas associativas relacionadas às transformações político-econômicas da realidade brasileira (OXHORN, 1995).

Resistência e luta política podem, portanto, serem difusas, manifestando-se pela “irreverência do humor e da ironia, o silêncio, a não-participação nas reuniões, o olhar de desaprovação, a criação de práticas alternativas ou o discurso de aparente aceitação, mas entremeado de sutis ressalvas que o desdizem” (VASCONCELOS, 1999, p. 109). Naquele contexto histórico, apesar de a população conviver proximamente “com a força dos mecanismos de coerção e exclusão sociais”, a situação de mudança na correlação de forças políticas possibilitou, a partir dos processos difusos de construção da resistência, a organização popular em torno de propostas de transformação daquela realidade. Nesse sentido, a Igreja auxiliou na construção da ação coletiva, pela fundamentação material e subjetiva da ação política, pela organização coletiva em torno de interesses comuns, por propiciar espaços e estratégias de articulação e diálogo entre sujeitos e pela mediação na relação entre aquele grupo social e o Estado.

Uma das pessoas vinculadas à Igreja com quem Lia atuava, Aline, atualmente coordenadora pedagógica de um centro educacional administrado pela UNAS, iniciou

²⁷ Há pesquisas que tratam da participação feminina em formas associativas católicas, tais como as comunidades eclesiais de base e clubes de mães. (BURDICK, 1990; DROGUS, 1999; ALVAREZ, 1990; e MACHADO e MARIZ, 1997). São estudos que apresentam possibilidades de ação política das mulheres de classes sociais menos favorecidas a partir do engajamento na militância na Igreja.

sua participação na mobilização em Heliópolis através do trabalho em pastorais. Na época, era freira, com formação na teologia da libertação. E conforme conheceu os problemas sociais vividos na comunidade, passou a “entender que esse é o verdadeiro Deus, aquele que caminha, participa”. Isso era concepção do movimento social que encontrou, que “queria lutar pelo direito à terra, direito de dignidade como ser humano, porque Deus queria que os homens fossem respeitados, que as pessoas tivessem igualdade, e que na verdade faltava oportunidade”²⁸.

Os trabalhos que desenvolveu na pastoral se iniciaram em diálogo com Tadeu e Lia. “A casa deles era aberta para a acolhida de pessoas que queriam ajudar. Então eles chegavam, situavam a gente na história, e falavam: temos esse conflito e contamos com vocês”. Quem chegava era “mais uma força”, não estava “acima ou embaixo”.

A principal ação social em que se inseriu foi a de formação dos núcleos em Heliópolis, que decorreu do crescimento da mobilização. “A gente começou a entender que em cada núcleo podia trabalhar lideranças” para fortalecer o movimento. Participava de reuniões para discutir os problemas dos moradores e articular anseios em torno de objetivos comuns. “Falava em moradia, rapidinho o pessoal se comunicava e se encontrava. O movimento tinha a preocupação de levar a necessidade do coletivo”. Desse modo, os núcleos poderiam “envolver mais gente, trabalhar a formação das pessoas, discutir as necessidades daquele núcleo e, assim, se fortalecer”²⁹.

À proteção jurídica da Igreja no acirramento de conflitos sociais soma-se, dessa forma, o apoio organizativo que se dá no cotidiano daquele grupo social em formação.

²⁸ É dada pouca ênfase à espiritualidade nos estudos sobre ações coletivas e saúde. No entanto, esta temática ganha relevância no contexto estudado, dada a recorrência das menções não apenas à Igreja enquanto instituição, mas à religiosidade como elemento, ou até mesmo forma, de integração social e de expressão de anseios e motivações para o agir sobre o mundo. A fé, muitas vezes, faz o indivíduo livre de determinações do olhar pela razão a realidade e, nesse sentido, permite a ele vislumbrar o novo, sonhar. “A espiritualidade, a arte e o saber de tornar o viver orientado e impregnado pela experiência da transcendência é fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais. As pessoas do meio popular repetidamente afirmam encontrar em sua religiosidade a fonte do ânimo para se manterem empenhados na busca de uma vida mais digna e feliz apesar das situações profundamente opressivas em que se encontram. E para estranhamente se manterem com um encantamento diante da dinâmica da vida” (VASCONCELOS, 2008, p. 317).

²⁹ Destaca-se aqui a ocupação do espaço como forma de atuação política, que fundamenta o atual processo de disputa territorial com grupos armados que sobrevivem do tráfico de drogas ilegais. Além da atuação política marcada pela relação da sociedade com o Estado, nos anos 1990 o “tráfico de drogas começa a entrar nas comunidades”. De acordo com Ester, o grupo adota como estratégia de resistência “ocupar os espaços”. Como o enfrentamento direto não é possível, a opção foi “participar de audiência pública com o governo pra poder conveniar e trazer mais melhorias pra dentro da comunidade”. A atual presidenta da UNAS explica que, se um lugar está vazio, a entidade elabora projeto social voltado às crianças. “Contra crianças eles não vão, se afastam. Então temos que montar um núcleo nosso lá”. Desse modo, caracteriza as ações de combate ao tráfico como de neutralização. E foi esse processo que tornou possível a realização, por exemplo, da Caminhada da Paz, em parceria com as escolas da região.

A relação com a instituição possui valores confirmativo e constitutivo, em contexto de socialização de grupos submetidos a repressões sociais e políticas. A integração social passa pelo auxílio da Igreja na quebra do isolamento daquele grupo em relação ao restante da sociedade, por propiciar a integração daqueles sujeitos a “um horizonte social de resistência no interior do qual” a Igreja partilhava da mesma posição e interesse (SANTOS, 1983, p. 35). Uma vez que não pretendia “incentivar associações ligadas à sua hierarquia e sim incentivar a autonomia dos próprios atores sociais” (AVRITZER, 1997, p. 163), a Igreja passa a influenciar nova forma de associativismo que estimula a pluralização do espaço social (AVRITZER 1997; CASANOVA 1994; OXHORN, 1995; SADER, 1988).

Eles (a Igreja) tiveram uma relação muito forte com a própria Justiça de São Paulo, não só pelos grileiros, mas a gente era perseguido por toda uma polícia, naquela época, da ditadura, onde a gente, tanto eu como o Tadeu, era caçado por esses grupos. O Tadeu era preso várias vezes, e através do Dom Celso, Dom Paulo, toda essa articulação que fizemos, eles vieram nos apoiar também trazendo seus advogados na época, pessoas dos direitos humanos, pra vir questionar toda essa estrutura que existia da ditadura, porque não era fácil, talvez se não tivessem ao nosso lado não sei se estaríamos aqui hoje, mas eles tiveram papel fundamental para que todos nós tivéssemos o direito de continuar morando aqui neste Heliópolis. (Lia)

A perseguição se dava devido à região ser um “bairro com muitas especulações, imobiliária e dos próprios poderes públicos”. A dificuldade de dialogar decorria também da ausência de representação política. “Os políticos que a gente procurava falavam que não queriam saber de invasores de terra, a gente era muito mal tratado. O preconceito era muito grande contra todos nós, então a Igreja teve um papel muito importante”.

A formação estimulada pela Instituição era fundamentalmente em “negociação de moradia”, e resistência ao “preconceito por ser favela”, afirma Aline³⁰. Assim como no Recife, a Igreja auxiliou no trabalho de apropriação da “ocupação como um acto coletivo e a fazerem dele o símbolo de uma luta justa por uma vida melhor”, valendo-se da experiência com trabalho comunitário de base. A formação de uma “cadeia de acções

³⁰ Com a participação ativa no movimento, Aline passou a ser questionada pela congregação de que fazia parte. “A linha era de formação de teologia da libertação, mas não queriam que as freiras estivessem inseridas. Porque era perigo. Era uma época em que a gente enfrentava mesmo os órgãos públicos, saía pra rua”. Em razão de seu envolvimento com a comunidade, seria transferida para a Itália, mas optou por sair da Igreja. Isto explicita conflitos no interior desta Instituição e aponta para transformações em sua atuação ao longo das últimas décadas. Apesar de importantes, não serão objeto de estudo na presente pesquisa, pelo declínio da influência da Igreja no processo de associativismo em Heliópolis.

colectivas participantes” fundamenta o início do processo de consolidação institucional dos “elos organizativos já tecidos” (SANTOS, 1983, p. 40). Também em bairro de Porto Alegre, por exemplo, “mulheres mobilizadas por agentes religiosos, vinculados à tendência ‘progressista’ da Igreja Católica, engajaram-se nos ‘clubes de mães’ e ‘comunidades’ católicas, e contribuíram para a organização e conformação física destes dois bairros”, após o processo de ocupação (ANJOS, 2008, p. 513)³¹.

Assim, aqueles moradores de Heliópolis, que iniciaram o processo de mobilização por moradia a partir da resistência aos grileiros, passam a se articular por núcleos espalhados pelo território e a formar uma comissão de moradores. “Não podia ter um presidente, era um colegiado”. Com isso, não havia identificação das lideranças e evitava-se a prisão ou outras formas de perseguição política. “Então não tem um cabeça, porque quando a policia vinha, perguntava: quem é o cabeça aí? Não tinha cabeça, era comissão de moradores”, conta Tadeu.

A criação de dificuldades para a identificação pessoal é estratégia defensiva da “classe dominada” frente uma das “características básicas da ordem jurídica liberal” que consiste na “individualização dos conflitos”. É por via desta característica que “a legalidade capitalista camufla o seu carácter de classe (uma vez que nos litígios judiciais se afrontam indivíduos e não classes), produzindo assim o efeito de desorganização das classes dominadas” (SANTOS, 1983, p. 39).

A estratégia política é adotada em contexto de “atuação cada vez mais contraditória dos aparelhos estatais”, devido à pressão de diferentes grupos sociais para a transformação do Estado autoritário em direção à “acentuação do componente de legitimação na relação repressão/legitimação do Estado com as classes populares” do que decorre a “assimetria” e a “heterogeneidade” nas práticas estatais (SANTOS, 1983, p. 54).

No decorrer da década de 1980, os “conflitos de classe se agudizam” pelo “processo de reconstituição do bloco no poder”, de modo que se abre a possibilidade de atuação política nos aparelhos do Estado (SANTOS, 1983, p. 55). O movimento

³¹ Não será possível realizar aqui uma elaboração teórica acerca das relações de gênero nos processos de associativismo e participação social em contextos como o de Heliópolis. No entanto, é de fundamental importância destacar que as mulheres tiveram e continuam a exercer papel político central no contexto histórico e social estudado. Em nenhum momento da produção do material empírico alguma pessoa que vive naquele território ou que tenha participado das mobilizações sociais em Heliópolis atribuiu maior importância aos homens. Além disso, em dois momentos fui corrigido ao citar Tadeu como *principal* liderança de Heliópolis. Também quando agendei filmagens de três entrevistas, fui alertado: “a UNAS é composta fundamentalmente por mulheres e você vai filmar três homens”? Isto denota não apenas o machismo do pesquisador, mas principalmente a sensibilidade à questão de gênero e a atribuição de importância histórica às mulheres em Heliópolis.

sanitário, por exemplo, é parte de “um rico tecido social emergente” de que faz parte o novo sindicalismo, os movimentos reivindicatórios urbanos e “movimentos setoriais capazes de formular projetos de reorganização institucional” (FLEURY, 2009c, p. 745). Surge, com isso, a possibilidade de construção de novas formas de atuação partidária em momento em que as contradições de classe na conformação do Estado se explicitam, e os processos de resistência se intensificam pelo contexto de apropriação privada da terra urbana e degradação dos padrões de subsistência das classes sociais menos favorecidas. “Nestas condições, o Estado capitalista, indisponível para a resolução desta contradição, limita-se a gerir e a controlar as tensões sociais por que esta se manifesta na estrutura de superfície da sociedade” (SANTOS, 1983, p. 55-7). Não é possível ao Estado emergente a resolução das contradições decorrentes da divisão da sociedade em classe sociais, pois “a autonomia do Estado continua sujeita aos limites estruturais impostos pela defesa da propriedade privada”, limites estes que não são fixos, dependem das relações de força entre as classes sociais (SANTOS, 1982, p. 66).

Em Heliópolis, com as transformações em curso da relação entre Estado e corpo social, à ação inicial da Igreja soma-se a atuação do recém criado Partido dos Trabalhadores (PT). Ambos influenciam em mobilização, de acordo com Ester, diferenciada. “A gente acreditava que a gente mesmo que podia transformar, isso era muito forte no grupo”. Além disso, “tinha muito claro lá a questão de classe. Hoje tá muito misturado, parece que não tem, enganam pra gente que não tem mais classe. Naquele tempo a gente pelo menos sabia”. Ela acreditava “nesse mundo mais justo”, “nessa questão de igualdade”. Pensava que todas as pessoas deveriam ter uma casa e isso mobilizava a ação social. É por esses motivos que, mesmo após conquistar sua moradia, não deixou de se mobilizar com a comunidade. Hoje, considera esse pensamento “utópico”.

Lia explica que o poder público, inicialmente, se colocava como antagonista do movimento. Exemplifica com um momento em que, agredidos, se viram na obrigação de se defender em instâncias judiciárias. “A gente era agredido e para a Justiça éramos os agressores”. Advogados vinculados à Igreja responsabilizavam-se pela defesa. Além disso, “tinha essa testemunha, assistente social da prefeitura, que viu quando dez homens pegaram eu e o Tadeu. Iam nos matar, mas elas (as assistentes sociais) chegaram gritando. Os advogados convenceram essa a depor”. O “convencimento” era necessário pelo fato de ser “proibida pela prefeitura de participar, porque até o cargo estaria em risco”.

O processo de democratização do Estado brasileiro transformou sua relação com a sociedade. Anteriormente reconhecido como antagonista do movimento social, passa a ser concebido, progressivamente, como espaço de exercício do poder de que diferentes grupos sociais podem fazer parte. E o fazem agindo nos limites impostos pela contradição entre o aparente caráter universal do Estado e sua incondicional defesa da propriedade privada.

Além disso, aquele território se torna espaço de competição eleitoral. Na medida em que os conflitos expostos “são fatores de mobilização do **eleitorado**”, tornam-se parte das estratégias partidárias que, por sua vez, transformam a relação de governos e Estado com os distintos grupos sociais (D’ALIMONTE, 2007, p. 392)³².

E com isso, ocorre um processo de mudança nas características da mobilização social que se dá naquele território. Para Leonardo, na década de 1980 havia “muita passeata. Mas era muito manipulado, por parlamentar, padre. Não tinha autonomia. Não sei nem se tem hoje, mas tinha bem menos, porque os caras usavam como correia de transmissão do PT”. Por isso, passam a lutar por autonomia e a disputar o controle da entidade criada. “Era uma entidade de fachada, porque quem fundou mesmo a UNAS foi o Mentor (José Mentor, atualmente Deputado Federal pelo PT), mas fundou para angariar voto, não foi com o objetivo que temos hoje, de desenvolver, ter lideranças”.

A fundação da entidade remonta à relação da gestão de Jânio Quadros na prefeitura de São Paulo com Heliópolis, na segunda metade da década de 1980. “Não tinha negociação tranqüila. Aqui com Jânio Quadros ficamos ocupados por duas semanas direto, ocupamos o espaço onde eles [a prefeitura] estavam trabalhando”. Marcinha, que participa do movimento por moradia em Heliópolis desde que chegou à região, há mais de 25 anos, conta que naquela época “a gente ia para a porta da prefeitura, na luta pela moradia. Heliópolis não tinha água, luz, não tinha rede de esgoto, não tinha nada disso que tem hoje, que está virando um bairro educador”³³.

³² No debate sociológico sobre a relação entre a conformação do Espaço político e a atuação partidária, destaca-se que não se pode “estabelecer, *a priori* qual é a estrutura do Espaço político, como se houvesse um espaço da política universalmente válido. A configuração do Espaço político pode variar de sistema para sistema e, dentro de um mesmo sistema, de um determinado período histórico para outro, precisamente porque mudam os conflitos, as linhas de divisão e os problemas” (D’ALIMONTE, 2007, p. 393). Para além disso, mudam também, na acepção habermasiana, os processos de legitimação do exercício do poder pelo Estado. No caso estudado, as mudanças são tanto da conformação estatal quando da mobilização social, mudanças que se implicam mutuamente.

³³ Em decorrência da aproximação entre um diretor de escola local e a UNAS, surgiu recentemente a proposta de transformar Heliópolis em um bairro educador. Isso significa que a educação não deve estar relegada ao ambiente escolar, mas que as relações sociais que fazem de Heliópolis um território sejam concebidas como educativas, em busca da melhoria das condições de vida da população. Isto é assumido como princípio da UNAS.

Sempre participativa, era da comissão de moradores e não perdia os atos que aconteciam na região central da cidade. Ajudava a “articular o pessoal” e participava de caminhadas e ocupações. “Fizemos várias ocupações, ia lá, dormia, ficava lá o dia inteiro”.

É nessa época em que surge a primeira proposta de urbanização da favela, pela construção de um conjunto habitacional para 192 famílias. “A gente não queria fazer a UNAS ser uma entidade legalizada, porque naquele período as entidades legalizadas eram todas pelegas, um braço do governo”, explica Ester. Uma estratégia que o grupo adotou foi disputar as associações locais, a partir dos núcleos em que atuavam. A idéia era “tomar essas associações, tirar da mão do poder público”.

A gente começa todo esse trabalho, comissão de moradores pequeninha, a gente vai se articulando, vai crescendo a população, até chegar o momento de todos pararem de pagar aluguel para os grileiros. E a gente realmente se unifica com outras regiões da cidade de São Paulo, principalmente do Ipiranga, para discutir questão de água, luz, saneamento básico, e lutar por todos esses direitos. (Lia)

Decidem participar de mobilizações, em articulação com “movimentos da cidade, de moradia”, tais como o MUF (Movimento Unificado de Favelas de São Paulo) e a Central de Movimentos Populares, que ajudam a fundar.

Em 1987, a Prefeitura coloca como condição para negociação das moradias a formação de uma entidade. Como havia várias delas em Heliópolis, os gestores passariam a negociar apenas com as legalizadas. “O governo falou assim: a gente não vai conversar mais se vocês não forem entidade, comissão de moradores a gente não reconhece porque tem entidade aqui. A gente foi obrigado a fundar a UNAS”. Fundada a associação, havia o medo de perda de combatividade pelo movimento, e de “a gente poder ser processado por conta dessa entidade”.

Assim, o Estado condiciona o diálogo com aquele grupo social à transformação da forma organizativa das ações coletivas que se dão naquele território. E tornar-se entidade possibilita, justamente, a individualização dos conflitos sociais pela identificação pessoal em que se assenta a legalidade capitalista. Aquele coletivo, pela preocupação em relação às decorrências do tornar-se entidade, mostra ter consciência da dominação exercida pelo Estado enquanto defesa do interesse particular de uma classe ou grupos sociais determinados, a despeito de sua pretensa universalidade, pela forma

jurídica em que esta dominação reside. Isso se explicita em falas como: “enganam pra gente que não tem mais classe”, e no *medo* de tornar-se entidade legalizada.

Marcinha conta que hoje, na relação com órgãos do Estado, não há mais “confronto, porque antes confrontava mesmo, a gente ia, brigava pelo nosso direito, acampava onde fosse preciso, se fosse preciso dormir na porta da prefeitura a gente ia”. Com a criação da UNAS, ela se torna funcionária da entidade. “Primeiro, trabalhei na urbanização, junto com o pessoal da urbanização, já trabalhei até como ajudante de pedreiro”, em obras financiadas pelo Estado ou, em menor escala, pela iniciativa privada. Sua ocupação ficou, por anos, atrelada ao financiamento de algum projeto, e seu envolvimento com mobilização social era conciliado com trabalho. “Depois fui liberada. Participava das campanhas” do PT, e hoje atua “na área de política pública, da moradia e da saúde”.

Em sua atuação persistem os conteúdos reivindicatórios relacionados à moradia e à urbanização, “por melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de risco”, mas há agora “diálogo”, feito em reuniões agendadas ou no “plantão social” da Prefeitura. “Vou ver como estão atendendo o pessoal, se estão atendendo bem, dando o encaminhamento correto”. E aponta problemas, como o de uma pessoa da “Quadra H”, que vive “numa situação de risco, morando com os ratos. Já fui lá mais de dez vezes para reivindicar que tirem essa pessoa de lá. E não estão querendo tirar”. Marcinha atua, desta forma, pela tentativa de diálogo com os órgãos estatais burocrático-administrativos. Mesmo com o não atendimento, não há enfrentamento direto, pois “agora mudou nossa estratégia. A gente vai atrás do poder público, não adianta ir lá e bater, fazer arruaça, porque muitas vezes não resolve. Tem que ir mais no diálogo, na conversa”.

Persiste, no entanto, a mobilização por regularização fundiária. Ester afirma que Heliópolis é “favela ainda porque não somos regularizados, mas temos direito de ter a regularização fundiária, foi sempre essa nossa bandeira de luta”. O dever da organização é “mostrar que as comunidades pobres, onde estão os pobres, podem ter qualidade de vida. Então, o Tadeu fala, a gente quer ser inserido dentro da cidade. E digo: a gente quer ser um bairro, quer ter os mesmos direitos”.

Outro dos responsáveis pela articulação política da entidade é Gustavo, de 26 anos, morador de Heliópolis desde os três anos de idade. Para ele, a UNAS se caracteriza formalmente do modo como está hoje porque não se “pode depender do poder público a vida inteira”. Por isso, é preciso trabalhar para “caminhar com as

próprias pernas. E cada vez mais estamos partindo para isso. Mas não é fácil, então está formalizado desse jeito”. Todas as pessoas da UNAS devem participar das atividades em busca dos objetivos postos na missão e respeitar os princípios. Gustavo enfatiza que a UNAS nunca foi “pára-choque do governo”, mas que “a sociedade civil pode ter um papel determinante na formação do jovem” e da comunidade como um todo. O papel da UNAS é também “cobrar efetivamente o direito às políticas públicas do município, do Estado e da União”, que devem assumir a responsabilidade pelas mudanças necessárias. “É quem detém o poder”.

A legitimação do Estado contemporâneo não se assenta mais na mera legalidade forjada por determinado grupo político, mas o exercício de sua dominação política extrai legitimidade da aceitação racional da aplicação normativa, ou do reconhecimento intersubjetivo da validade das normas jurídicas (HABERMAS, 1997). Disto decorre contradição dificilmente superável entre a orientação da política econômica pelo Estado favorável à acumulação do capital e a necessidade de legitimação dessa intervenção. É esta contradição que torna necessárias as políticas compensatórias para grupos sociais excluídos dos espaços de produção de valores de uso ou troca.

Tais políticas são adotadas não apenas pelo Estado, mas por grupos políticos que se valem do poder econômico para a obtenção de apoio político. Às funções fundamentais do Estado capitalista de criação das condições materiais de produção; de “determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos” (função exposta acima e fundamentada em SANTOS, 1983), soma-se “a regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital”. Com o aumento da complexidade do processo de produção e acentuação da divisão do trabalho, a “intervenção do Estado adquire sentido preciso”, tendendo a “impor” à sociedade “o peso da valorização exclusiva do setor econômico mais desenvolvido” (GOZZI, 2007, p. 404).

Depois de fundada, a UNAS permanece em transformação, assim como a atuação do movimento social em Heliópolis. Em 2002, a diretoria da entidade decide fechar as eleições apenas para sócios – até então toda comunidade escolhia o grupo dirigente – e embasa a decisão com denúncias de compra de votos por grupos opositores, um deles vinculado a José Mentor.

Também a relação com o poder público se transformou, pois “a conjuntura mudou. A gente faz agora o movimento mais de lobbie”. Isto decorre de “uma cadeia de oportunidades”. Não há mais ações como ocupação de espaço público, pois “hoje é

desgaste. Tem gente que ainda faz. Na verdade quem tem força é os caras, se os caras quiserem vir pra cima, não tem como”. Para Leonardo, dificilmente um movimento tem mais força que o poder público, pois ainda que faça ocupações para deslegitimar uma gestão, muitas vezes “se queima com a própria base do movimento”.

A entidade passa a se voltar à formulação de *projetos*, ações sociais destinadas a um público restrito da comunidade e, em geral, com características educativas. Há ainda uma agência financiadora internacional que aloca recursos para a organização institucional da UNAS. “Temos que pensar projetos mais na área de política pública, senão a gente vira prestador de serviço. Tem 500 funcionários, mas não tem patrimônio nenhum, isso é uma coisa que a gente está trabalhando para mudar”, diz Leonardo. E mudar significa construir “projetos” que deem sustento para a entidade. “Na verdade, o governo quer terceirizar o serviço, não quer organizar o movimento”.

Para lidar com essa situação, é preciso criar uma “política de captação de recursos”. A reivindicação de fundo público, no seu entender, não resultaria em melhoria, pois o fundo é “sempre subordinado à lógica do Estado. Na área da moradia, mutirão, quem ganha mesmo é a assessoria, os arquitetos de classe média. Outro jeito que os movimentos vivem é às custas do parlamentar, o cara tem o mandato e aí acaba a discussão política”. Assim, sacrifica-se também a autonomia do movimento. “A não ser que coincida, que o mandato coincida com o movimento, tem exceção, como os Sem Teto, mas a grande maioria é manipulada”.

Diferentes pesquisas sobre a atuação de entidades e associações, com destaque àquelas que se apresentam como Organização Não Governamental (ONG)³⁴, apontam para a dependência de recursos provenientes direta ou indiretamente de fontes estatais (HOROCHOVSKI, 2000). A forma *projeto* se relaciona àquele contexto apontado acima de o Estado “impor” à sociedade o peso da valorização dos interesses do grande capital, e da decorrente busca por “equilíbrio fiscal”. Assim, passa a ser política estatal, orientada por instituições como o Banco Mundial (BM), “a descentralização de atividades e o abandono de atribuições” por projetos de apoio à auto-ajuda e ao desenvolvimento participativo (SALAMON, 1998; FISCHER e FALCONER, 1998).

A “sustentação organizacional” se dá fundamentalmente pelos *apoios financeiros*, “das agências não-governamentais nacionais e internacionais e, freqüentemente,

³⁴ O termo ONG passa a ser utilizado com freqüência no Brasil a partir da década de 1980 “para identificar um conjunto de entidades que veio se formando a partir dos anos 70, misturando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo, dentro de um quadro de crescente cooperação internacional não governamental” (LANDIM, 1993b, p. 33).

governamentais” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Desse modo, “as ONGs adotam, então, o modelo de ‘projeto’, pleiteando recursos públicos e privados que possibilitem a prestação de serviços a seu público-alvo”. As entidades se tornam “parceiras” na administração da *escassez* e assim legitimam suas ações (HOROCHOVSKI, 2003, p. 116).

A luta por autonomia é econômica e política, por se dar na tensão entre as ações sociais e o financiamento que as torna possível. Na busca pela independência em relação ao mercado e ao Estado, as lideranças políticas de Heliópolis, assim como “organizações as mais diversas [...] manipulam frequentemente sua identidade de serem ou não ‘ONG’, jogando em diferentes contextos com diferentes imagens e critérios de legitimidade” (LANDIM, 1993a, p.19). É nesse sentido que, nas diversas conversas e entrevistas realizadas para a produção do material empírico da presente pesquisa, ora caracterizam os trabalhos como de movimento social, ora como de ONG.

Também a caracterização de Heliópolis como favela, comunidade ou bairro obedecerá a essa lógica, pois a forma *projeto* relaciona-se com a territorialização da ação social. Se Ester e Tadeu reivindicam que Heliópolis seja considerado bairro, “parte da cidade”, é justamente por saberem da necessidade de substituir a ação pontual que a forma *projeto* pressupõe em direção da forma *direito*.

A crise de legitimação do Estado ganha expressão, desse modo, em seu interior e na relação deste com a sociedade, passando pela representação político-partidária. À autoridade política cabe administrar a situação contraditória dos interesses do grande capital e da força-trabalho marginal. A existência dessa contradição, e acima de tudo da força-trabalho marginal, conforma a atuação de grupos políticos como o de José Mentor e as alianças político-econômicas daquele grupo social com aparelhos do Estado e agências financiadoras.

As despesas públicas não conseguem prover, devido à diferença crescente entre as saídas necessárias e as entradas insuficientes, à distribuição de recursos que satisfaçam as aspirações de uma área cada vez mais vasta de indivíduos, cuja reprodução social só pode ser esperada da expansão das despesas sociais por parte do Estado. A crise fiscal, junto com a crise da legitimação, se revela, portanto, como uma crise social, como uma crise do Estado de segurança social (GOZZI, 2007, p. 405).

Os diferentes convênios entre órgãos do Estado e associações são parte da extensão de políticas necessárias ao (des)equilíbrio dos diferentes interesses. Outro exemplo de Heliópolis é a experiência da escola Campos Salles, que possui “um trabalho diferenciado” na busca por melhorar a qualidade do ensino. E a construção se faz pela articulação entre escola e sociedade. O atual diretor, Roberto, conta que, para construir os salões de aula, fundamentados na metodologia da Escola da Ponte, foi preciso articulação com a comunidade. “Se fôssemos pedir pro secretário pra quebrar a parede, até hoje não tinha quebrado. Nos organizamos e falamos: vamos quebrar a parede, depois falamos pra ele”.

Sócio da UNAS, Roberto afirma que, quando chegou em Heliópolis, as lideranças que atuavam na UNAS tinham a visão de que era “o poder público que tem que ser acionado e resolver problema. E não é assim”. Hoje, a “ONG sabe” que “todos são responsáveis”, e que sua “principal tarefa” é “fazer articulações para conseguir fazer com que os direitos das pessoas sejam efetivados”. Ele lembra que, ao chegar para trabalhar como diretor da escola Campos Salles, em 1995, Heliópolis era considerada, em decorrência da atuação da UNAS, uma das comunidades mais organizadas de São Paulo, “mas ainda dentro daquela esquerda radical. E um povo que não tinha autonomia diante dos políticos, que vivia de gabinetes de políticos”.

Hoje, “a UNAS tem um poder muito grande na cidade”, devido “às articulações” e força de cobrar o poder público. “E esse cobrar não significa brigar com o poder público, significa fazer junto”. Ele exemplifica com a construção do pólo educacional, com uma ETEC. “O poder público, quando as comunidades se organizam, não tem saída, tem que fazer o que tem que ser feito”. Mas ainda assim, o corpo de funcionários de limpeza na escola, terceirizado, é obrigado a sobreviver com salário de R\$ 460 líquidos. “E lutamos aqui pela cultura da paz. Não tem paz dessa forma, é impossível”. A caracterização das “articulações” expõe suas potencialidades – afinal Heliópolis conta hoje com uma escola técnica (e a demanda por esta qualificação não é apenas da população, mas também do capital) – e seus limites, que remontam ao “equilíbrio fiscal” decorrente da precarização das relações trabalhistas, o que afeta diretamente a vida das pessoas que lá vivem.

Às ações econômicas do Estado de valorização de setores do capital acrescentam-se funções sociais que integrem a força-trabalho no equilíbrio do sistema político-econômico (GOZZI, 2007, p. 406). Uma resposta integradora é a privatização da função

social do Estado como política de valorização de setores do capital e subordinação do interesse social ao de alguns grupos específicos.

O Estado, na concepção de Jessop (2002), “como tal não exerce poder, nem tem poder para se reorganizar a si próprio”, mas “são forças específicas que operando no terreno do Estado e/ou distanciadas do Estado que são os agentes da reorganização”. As crises institucionais de uma forma particular de exercício do poder trazem aos distintos grupos sociais a exigência de ter “esforços para modificar as políticas, os aparelhos de Estado, a arquitetura institucional mais ampla do Estado, as suas escalas de intervenção e as interrelações do sistema Estatal e outros espaços de poder social, político e econômico” (JESSOP, 2002, p. 15-6).

Nesse sentido, a nova institucionalidade possibilita, de acordo com Fleury (2009c), o “resgate do Estado como um campo estratégico de lutas”, que se “inscrevem nesse aparato permitindo que ele venha a ter um papel orgânico na luta política como unificador da dominação”. Mas o conjunto de espaços, aparelhos e instituições que dão forma fragmentada ao Estado não são o “inverso da unidade política”, mas a condição do exercício da dominação de classe em nova ordem instituída. “O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas traduzem, portanto, os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento” (FLEURY, 2009c, p. 746). Esta construção teórico-política, fundamentada em Poulantzas (1980), aponta “na direção da centralidade que a atuação junto ao Estado passaria a ter como campo privilegiado de intervenção e desenvolvimento das lutas políticas”, bem como para as características que diferentes movimentos sociais, dentre eles o pela reforma sanitária, iriam assumir (FLEURY, 2009c, p. 747) independente das contradições decorrentes da divisão social em classes.

O social histórico é o social constituído pela divisão em classes e fundado pela luta de classes. Essa divisão, que faz, portanto, com que a sociedade seja, em todas as suas esferas, atravessada por conflitos e antagonismos que exprimem a existência de contradições constitutivas do próprio social, é o que a figura do Estado tem como função ocultar. Aparecendo como um poder uno, indiviso, localizado e visível, o Estado moderno pode ocultar a realidade do social, na medida em que o poder estatal oferece a representação de uma sociedade, de direito, homogênea, indivisa, idêntica a si mesma, ainda que, de fato, esteja dividida. A operação ideológica fundamental consiste em provocar uma inversão entre o ‘de direito’ e o ‘de fato’. Isto é, no real, de direito e de fato, a sociedade está internamente dividida e o próprio

Estado é uma das expressões dessa divisão. No entanto, a operação ideológica consiste em afirmar que ‘de direito’ a sociedade é indivisa, sendo *prova* da indivisão a existência de *um só e mesmo* poder estatal que dirige toda a sociedade e lhe dá homogeneidade. Por outro lado, a ideologia afirma que ‘de fato’ (e infelizmente) há divisões e conflitos sociais, mas a causa desse ‘fato injusto’ deve ser encontrada em ‘homens injustos’ (o mau patrão, o mau trabalhador, o mau governante, as más alianças internacionais etc.). Assim, a divisão constitutiva da sociedade de classes reduz-se a um dado empírico e moral (CHAUI, 2007, p. 31).

A divisão constitutiva dos mecanismos e práticas de integração social está presente na descrição da ação política que se dá naquele território, e o Estado é reconhecido como uma das expressões (talvez a principal) e espaço de integração social fundada na luta de classes. O coletivo que historicamente se formou em Heliópolis optou, sob determinações sociais, políticas, culturais e, sobretudo, econômicas, por tomar esta contradição como condição da sua luta, não como necessidade de superação. Na acepção sartreana, ainda que a superação da divisão de classes seja para aquele grupo social um *manque*, disto não decorre um *projet* que leve à sua superação.

Contudo, o conceito habermasiano de mundo da vida oferece a possibilidade de se pensar em espaços públicos “como um reservatório de relações sociais, identidades, interesses e valores que podem ser mobilizados contra a lógica de acumulação (ou qualquer outro princípio de sistêmico de ‘societalização’)”. Estas relações “influenciam” a economia “criando oportunidades para o lucro, assim como influenciando as lutas sobre a mercadorização, des-mercadorização e re-mercadorização da sociedade, a nível mais amplo”. É o mundo da vida “um campo de luta para articular novos princípios hegemônicos” (JESSOP, 2002, p. 20).

Disto decorre a importância de se “defender” a esfera pública da “colonização pela relação do capital ou, de facto, qualquer outro princípio sistêmico de ‘societalização’”. Apenas uma estrutura que contemple a existência de “instituições democráticas” que garantam “um respeito geral pelos valores democráticos básicos”, bem como “a formação de sujeitos comprometidos com práticas democráticas e com a deliberação”, pode propiciar um “equilíbrio apropriado, entre as políticas de identidade e as políticas de igualdade, as políticas de produção e as políticas de distribuição” (JESSOP, 2002, p. 16).

Nesse sentido, pela diversificação das atividades em Heliópolis e conquistas materiais, Ester acredita que as mudanças decorrentes da legalização da entidade foram

positivas, pois resultaram em conquistas de “coisas muito concretas”, como moradia e saneamento, em nova conformação da esfera pública. “A gente começa a abrir projetos, buscar prefeitura, isso ajudou nossa legalização”. Cita o Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova), iniciado no governo Erundina³⁵, como de grande importância no “empoderamento da comunidade”, o que significa “se sentir capaz de administrar o recurso, de administrar as comunidades, de gerir o recurso, que são os mutirões”. O coletivo passa a relacionar autonomia política e democratização das instituições ao controle pela entidade da execução de projetos financiados pelo poder público ou iniciativa privada.

Estas relações se constroem por diferentes maneiras, a depender das características do órgão público, da empresa privada, do serviço prestado e/ou do espaço assumido. A maioria dos projetos possui caráter educacional e são financiados pelo Estado, variando de trabalhos de arte-educação para adolescentes em liberdade assistida a conveniamento de creches.

Para Tadeu, “o Estado tem que ser um grande regulador de políticas, não é deixar seu papel de Estado não, não é isso, mas que a gente quer democratizá-lo do ponto de vista não só de conselhos, que são importantes, mas que o dinheiro volte”. Administrar uma creche conveniada, nesse sentido, é apenas ter de volta um “dinheiro que é nosso”, e ainda poder torná-la mais democrática. Isso mostra que “o povo sabe administrar” e tal política “democratiza o Estado”.

Hoje, considera fundamental que o povo se organize e saiba administrar recursos. “Ter dignidade, isso é fundamental na política”. Conta que, quando foi estabelecido o primeiro convênio para administração de creches, foram criticados por “companheiros”, por se tornar “pára-choque do governo” ao assumir papel que seria do Estado. No entanto, considera que “*não existe autonomia de um povo sem o econômico*”. Isso significa “aprender a administrar, ser capaz de ter *projeto*. E esse econômico institucional de uma entidade, de qualquer organização popular, é fundamental pra que cresça uma autonomia”.

Ao condicionar a autonomia ao econômico, e o econômico ao político, uma vez que passa diretamente pela relação da associação com o Estado, Tadeu expõe a dualidade central da apreensão da sociedade burguesa por Marx. “Os homens se defrontam na esfera da circulação já em situações sociais opostas, mas também ainda como possuidores de mercadorias equivalentes. Sua igualdade e desigualdade são

³⁵ Luiza Erundina foi prefeita de São Paulo entre 1989 e 1993, eleita pelo PT.

opostas enquanto processo superficial e processo subjacente, que não se invalidam mutuamente”, ou seja, a aparência de igualdade conformada pela integração social por mecanismos formadores de sistema – de que fazem parte as políticas compensatórias – é necessária para a manutenção da desigualdade social, pois “o trabalhador tem de ser ‘livre’, para que o capital possa contratá-lo ou demiti-lo conforme os interesses de sua valorização”. Desse modo, reside na desigualdade o fundamento do sistema, “determinante da igualdade no mercado”, na medida em que é a desapropriação dos meios de produção que torna possível a relação jurídica entre capitalista e trabalhador (GRESPLAN, 2002, p. 22). No entanto, a reivindicação por Tadeu de uma ação estatal que confira ao “povo” o econômico, bem como o enfrentamento político decorrente, tensiona a função do Estado capitalista de reposição jurídica das condições de integração social pela explicitação da desigualdade social em que se assenta e das implicações políticas que sua aparência de igualdade pressupõe.

Assim, o “poder de um povo”, para Tadeu, é o de “elaborar propostas de políticas públicas e política de Estado. Porque você mede força, não tem como, *o Estado é versus sociedade*, não é outra coisa. A democratização do Estado passa por essa sociedade organizada”. Mesmo em caso de governos mais próximos dos movimentos sociais, “o povo tem que ir mais pra rua”. Mas há limitações, uma vez que “tem interesses grandes, econômicos, de *uma elite que manda no nosso País, que não é governo, é acima disso*”.

A dominação exercida por uma classe não é, desse modo, naturalizada ou reconhecida como legítima, mas a possibilidade de ação política dada tem como pressuposto, para aquele movimento, a aceitação de uma imagem unificada da sociedade, em que a polarização de classes se torna aceitável pela existência de um espaço de atuação política e econômica, em que é possível uma conquista material. Não se trata de uma “operação ideológica” que produz o ocultamento “da divisão do social e do exercício do poder por uma classe social” (CHAUÍ, 2007), mas da disputa pelo financiamento estatal e privado de ações políticas e sociais, a despeito de o Estado possuir um caráter constitutivo de classe.

Desse modo, as estratégias de mobilização variaram bastante ao longo do tempo e estão relacionadas às características da articulação dos moradores em torno de necessidades sociais e à maneira como o Estado, governos, partidos políticos, Igreja e entidades se relacionam com a sociedade. Em espaço público “pluralizado”, em que diferentes grupos sociais assumem funções de que antes estavam excluídos, tais como a gestão de equipamento ou política financiados pelo Estado, “prevalece ou uma

ocupação do espaço público pela sociedade política ou uma inserção seletiva de associações no Estado, associações essas que adquirem um *status* semi-público”. Ressalta-se que, “crescentemente”, tais grupos atuam “em parcerias com o Estado ou com as agências internacionais de financiamento” (AVRIZTER, 1997, p. 168).

Em contexto histórico em que, por exemplo, a gestão de equipamentos do SUS é assumida por organizações privadas ditas sociais, o limite entre as formas direito e mercadoria se torna ainda mais tênue, não apenas na *aparência*, mas fundamentalmente por determinar a conformação do conteúdo a que se relacionam.

A unidade estatal formalizada no plano jurídico, que estabelece uma articulação entre sociedade e Estado como “um todo identitário, em que todos indivíduos são iguais perante a lei”, é superficial, aparente, pois repousa em desigualdades sociais profundas, tais como as de raça, gênero e “entre a classe dos proprietários privados dos meios de produção e a dos trabalhadores, ‘privados’ desta propriedade”. A igualdade externa é necessária uma vez que determinada por “antagonismos essenciais”, de modo que a legalidade posta como expressão da vontade geral não é aparência ilusória, mas *forma* de aparecimento. É essa igualdade forjada que torna a integração social possível (GRESPLAN, 2002, p. 29)³⁶.

No decorrer da produção do material empírico desta pesquisa, durante almoços, conversas na recepção da UNAS ou na rádio Heliópolis, em diferentes momentos, sobressaíram frases como “aqui tudo é por projeto” e “se não virar projeto, não dá”. Houve ainda um trabalho de formação em redação de projetos e captação de recursos, oferecido pela UNAS para seus sócios.

A organização da ação social na forma *projeto financiável* pelo Estado ou pelo mercado transforma seu conteúdo, ainda que essa aparência não coincida com o pretense conteúdo da ação social. Trata-se de uma identificação abstrata entre a ação transformadora e aquilo que a torna possível, o que está relacionado com uma nova universalidade produzida, também abstrata. Assim como com o Estado, a lógica do financiamento do movimento e a organização da ação social dela decorrente unificam, na aparência, o corpo social daquele território. As determinações decorrentes da divisão de classes impedem que ganhe centralidade, nas ações sociais, a luta de classes. Da

³⁶ Adorno, em referência à estética, afirma ser uma falácia descartar as aparências como insubstanciais. “Como reflexo da verdade”, diz Adorno, “as aparências são dialéticas; rejeitar qualquer aparência é cair completamente sob sua dominação, pois a verdade é abandonada juntamente com os escombros sem os quais ela não pode aparecer”.

forma *projeto* decorrem conteúdos financiáveis, e parte das necessidades sociais e materiais daquele contexto, as financiáveis, é tomada pelo todo.

Conforme exposto inicialmente, a proposta habermasiana de “democracia radical” é resposta procedimental à colonização do *mundo da vida* pelo *sistema*, ou seja, à invasão das esferas pública e privada pelos sistemas econômico e estatal-burocrático. A relação exposta entre forma e conteúdo no financiamento das ações sociais por *projeto* pode ser expressão desse movimento. No entanto, contraditoriamente, a dominação política e econômica por um grupo social é legitimada, na atual ordem jurídica, pela possibilidade de permear o *sistema* por influxos advindos do *mundo da vida*, e de tais influxos se extrai a força legitimadora da ação estatal. O “paradoxo do surgimento da legitimidade a partir da legalidade” reside no exercício da autonomia política a partir de direitos políticos que “devem poder ser interpretados como liberdades de ação subjetivas, as quais simplesmente fazem do comportamento legal um dever, portanto *liberam* os motivos para um comportamento conforme regras” (HABERMAS, 1997, p. 115 – grifo do autor). São direitos que, por exemplo, *liberam* a relação jurídica entre capitalista e trabalhador, e fazem com que este goze durante toda sua vida da liberdade de ser contratado e demitido. De outro lado, a força legitimadora do “processo legislativo democrático” advém de um “processo de entendimento dos cidadãos sobre regras de sua convivência” (HABERMAS, 1997, p. 115).

O poder da administração do Estado deve surgir, com isso, do poder comunicativo da sociedade sobre a qual se impõe (HABERMAS, 1997). Seria pelo *princípio do discurso* que se superaria o “nexo problemático” entre autonomia pública e privada em direção à democratização do Estado. Em espaço público em que se prevaleça o agir comunicativo é possível criar procedimentos que exponham a tensão interna entre a facticidade e validade das normas, conferindo a estas legitimidade.

Esta proposta procedimental é questionada por diferentes autores, tal como Benhabib (1992), pois as ações que se dão no mundo da vida estão contextualizadas em disputas de interesses e valores, muitas vezes materiais. Mas ainda assim, pela necessidade de participação para a legitimação do Estado, e pela tensão entre a facticidade e a validade da aplicação normativa expor a contradição entre essência e aparência do Estado, abre-se a possibilidade de “um grupo subalterno” “construir a hegemonia antes mesmo de ser dirigente”, e cabe às “classes subalternas e aos seus intelectuais orgânicos” a atuação “sobre as contradições e conflitos desse Estado e apostar na contra-hegemonia” (PAIM, 2008a, p. 44).

De acordo com Benhabib, é fundamental construir um modelo democrático a partir da concepção de “autonomia comunicativamente exercida”, em que a participação nos processos políticos inclui não apenas aquelas com previsão normativa, mas “o engajamento em esferas públicas de comunicação diluídas no espaço e no tempo”, de forma a extrapolar a política institucional. Para ela, “os processos deliberativos informais, embora nada propriamente ‘decidam’, devem ser considerados em um momento da atividade política”. Isso faz com que o “leque de argumentos e de percepções específicas da sociedade seja o mais amplo possível” (SILVA, 2008, p. 221). A Rádio Heliópolis, além de ser espaço de comunicação não institucionalizado, possui historicidade distinta da de qualquer *projeto* da UNAS e poucas das ações sociais que nela ocorrem são financiadas ou financiáveis. É fundamental, nesse sentido, descrever as mediações entre conflitos e relações sociais daquele território e sua forma de expressão naquele espaço específico.

A rádio comunitária

Os processos de participação social em Heliópolis foram construídos em espaços e relações instituintes, instituídos ou sem referência direta a alguma institucionalidade. É participação que não se resume ao “nível institucional formal”, mas ganha expressão por relações sociais, materiais e históricas, em resistência a autoritarismos sociais, econômicos e políticos. É participação enquanto expressão, articulação e mobilização de sujeitos e grupos sociais em busca da satisfação de necessidades econômicas e sociais de dado território. É participação como resistência à submissão a lugares sociais e formas de sociabilidade previamente determinados e à categorização de pessoas e grupos por códigos determinantes do que é ser mulher, negro ou pobre.

Naquele território se deu e se dá um processo de constituição de sujeitos, que engendram sociabilidade e modos de vida próprios, na busca por relações sociais mais igualitárias, passando ou não pelo sistema estatal-burocrático. São indivíduos que se tornam sujeitos ao se recusarem a “permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles” e buscarem redefinir suas relações na sociedade e com o Estado (DAGNINO, 1994).

Trata-se da resistência à tensão formativa da atual ordem política e econômica, em que a legitimidade da integração social se dá por força normativa e econômica,

repousada na dialética entre desigualdade social e igualdade formal. Nesta tensão, grupos sociais alijados do poder encontram espaço para atuar. Pelo Estado há o favorecimento da hegemonia das classes dominantes e busca do consenso das demais classes sociais. A estas não cabe necessariamente forjar o consenso, há a possibilidade de se buscar em formas distintas da do direito (e em alguns casos por manifestações violentas) a expressão e satisfação de necessidades sociais. Este modo de agir politicamente levou Heliópolis a ter uma rádio comunitária, o que era considerado crime pela institucionalidade.

Com o adensamento populacional e a necessidade de informar moradores sobre reuniões e demais atividades, a UNAS criou em 8 de maio de 1992 a “Rádio Popular de Heliópolis”. Para tanto, foram espalhados auto-falantes por alguns pontos da favela, conectados a uma central localizada na sede da entidade, na Rua da Mina. Um dos fundadores, Brandão descreve a rádio daquele tempo como uma “rádio popular”, “um serviço de alto-falantes”, que depois foi chamado de rádio corneta. O objetivo era “conversar” com os moradores, numa “área adensada, com povo aglomerado e desinformado”. Criou-se então um “serviço de informação” para que as pessoas “participassem das reuniões”, que aconteciam três vezes por semana³⁷.

O estúdio foi instalado na Rua da Mina, localizada no centro de Heliópolis, em uma casa com dois andares. “tinha um quartinho bem em cima, e a rádio começou ali”. Era em frente a um poste de madeira, em que foram instaladas “quatro bocas de auto-falantes”. Deste poste foram estendidos “uns fios até a Rua São Gregório”, em direção transversal. “Tínhamos 14 bocas de auto-falantes. E a gente conversava com os moradores, não tinha poste de cimento”, explica Brandão.

A rádio era também utilizada para organizar a coleta de lixo, uma vez que os caminhões não entravam em todas as ruas. “O Brandão colocou uns alto-falantes no centro da favela, outro mais distante, e foi fazendo tipo de uma rede, como se fosse luz, e quando tinha reunião, montou como que um estúdio, tipo de uma rádio, e ali colocou uma vitrola, com microfone e falava”, explica Leandro, morador há 25 anos de

³⁷ A literatura sobre radiocomunicação comunitária remonta à década de 1980 a intensificação da utilização do rádio como meio de comunicação alternativo em distintas localidades, fundamentalmente pelos avanços tecnológicos que possibilitaram abaixar os custos da instalação de emissoras (DOWNING, 2002, p 243). Além disso, há referência a “emissoras de auto-falantes ou cornetas que foram montadas pelo interior do Brasil por iniciativas locais a partir dos anos 40. Em São Paulo, as CEBs da Zona leste foram pioneiras na instalação de rádios comunitárias” (FERNÁNDEZ, 1998, p. 37). Em Heliópolis, conta Tadeu que a Pastoral das Favelas (hoje Pastoral da Moradia) participou da criação da rádio corneta. “Veio até o Dom Paulo Arns abençoar. Ele disse: vocês têm direito a voz”.

Heliópolis e hoje locutor. Além de facilitar a divulgação das assembleias da associação, pela rádio eram anunciadas crianças, documentos e animais perdidos.

Ex-coordenadora da rádio, Aline conta que, ao sair da comunidade para atuar com crianças em situação de rua na Praça da Sé, manteve “um link no movimento” em Heliópolis pela atuação na “rádio popular”. O interesse decorria de sua crença na importância de se desenvolver mecanismos de comunicação na comunidade. “Nessa época de corneta era interessante porque o pessoal trazia o vinil para tocar. Formava fila aqui na rua. Perdia o papagaio, a gente falava: ‘perdeu o papagaio da dona Maria’”. A criação da rádio foi também importante no processo de consolidação dos núcleos, por possibilitar maior divulgação das reuniões. “Todo mundo vinha aqui, falava, comunicava”.

Desse modo, o adensamento populacional e a intensificação do processo associativista em Heliópolis motivaram os moradores a criar novas estratégias de transformação da realidade. A comunicação se manifestou historicamente como necessidade e a criação da rádio corneta foi a forma de satisfação, uma atividade consciente para satisfazer a necessidade socialmente construída. A rádio é, nesse sentido, objetivação que leva à transformação da necessidade desde *manque* a *projet*.

Mas na medida em que o *projet* é ao mesmo tempo negação do que o rodeia e transformação do próprio ato quando efetivado, a rádio que possibilita às lideranças comunicar as reuniões se torna também espaço de divulgação de informações sobre o cotidiano daquele território, de brincadeiras, de lazer e de sociabilidade.

É a rádio como espaço constitutivo e constituinte da dinâmica social (PERUZZO, 2003, p. 52). Por ela, perpassam processos em que “emergem a pluralidade da vida cotidiana” e por que “indivíduos se inscrevem no mundo, suas possibilidades, seu modo de perceber e dar sentido à vida” (BENETON, 2006, p. 39). A dona Maria passa a receber informações das reuniões, mas também encontra espaço para divulgar o sumiço de seu papagaio ou tocar um vinil³⁸. E Aline encontra meio para fortalecer os núcleos em formação ou organizar a coleta de lixo. São criados laços sociais, objetivados ou não para fins políticos.

³⁸ Em sua conceituação de lugar, Milton Santos (1996) afirma que se trata de “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996, p. 322).

Com o tempo fomos vendo que a rádio é um grande meio que a gente pode fazer enfrentamento. Olha nosso sonho como era grande, como era bem ingênuo, como a gente ia enfrentar essa comunicação que tá aí, da burguesia? A gente imaginava isso, que íamos enfrentar a burguesia com a comunicação (Ester).

A luta social vai se fazendo por diferentes caminhos. As aproximações entre pessoas e anseios, o divertir-se e o debater são algumas das peças de um mosaico que historicamente se refaz. Mosaico que ganha diferentes contornos na expressão do todo social por peças que advêm da “abertura e atração do ser humano para o infinito, a transcendência”, ainda que com limitações implicadas “no seu corpo, na sua inteligência e na sua capacidade de afeto. É um ser enraizado em um determinado local, tempo e contexto social e cultural”. Transcendência aqui não é necessariamente o eterno, mas um terreno sonhar, historicamente construído na resistência a opressões e miséria, “em contínuo movimento de protesto, movido por uma vitalidade surpreendente” para ir além do que é considerado natural (VASCONCELOS, 2008, p. 317). É confrontar a aparência do mundo com a essência do viver.

No processo de *formação* da rádio, o mosaico é composto por sonhos que se complementam, expressos em música, nas falas, no brincar e na atuação política, em sonhar que vai além do território onde a rádio está inserida, no “enfrentar a burguesia” que, por sua vez, tem armas próprias. Lia conta, por exemplo, que durante esses primeiros anos, em diferentes momentos, recebeu a polícia em sua casa à procura de Tadeu para apreender os equipamentos e fechar a rádio.

Apesar da perseguição, persistiram com o espaço por reconhecer sua importância, na política e para além. Um espaço que cria laços de solidariedade, mas também articula grupos e sujeitos com objetivos comuns, tanto internamente naquele território como para fora, possibilitando a construção coletiva de necessidades sociais e de alternativas políticas àquilo que está posto, com objetivos de transformação da realidade.

Tadeu também participou da fundação da rádio e ressalta que no início dos trabalhos “o Dom Paulo Evaristo Arns veio aqui benzer. Era tão bom...o problema é que era imposto, ninguém podia desligar ou mudar de rádio”. Sua descrição traz não apenas a dimensão da espiritualidade presente na ação humana, mas aponta para a construção filosófica habermasiana do mundo da vida.

Apesar do reconhecimento da importância do meio de comunicação criado, havia a preocupação de ser “imposto” aos outros, de ferir a autonomia privada de indivíduos em processo de integração social. O pensamento de Tadeu é expressão do agir comunicativo que acontece “constantemente na prática do cotidiano” e fundamenta a construção de um “pano de fundo consensual”, que permitirá o funcionamento da “prática cotidiana” e da ação política.

Para Habermas, no mundo da vida é possível encontrar “vestígios de uma razão que reconduza, sem aparar as distâncias, que uma sem reduzir o que é distinto do mesmo denominador, que entre estranhos torne reconhecível o que é comum, mas deixe ao outro sua alteridade” (HABERMAS, 1993). Em processo de conformação de novo espaço de integração social pela prática cotidiana, Tadeu não buscou justificar a existência da rádio corneta pelo interesse pessoal ou do grupo a que pertence.

A motivação racional para o acordo, que se apóia sobre o ‘poder dizer não’, tem certamente a vantagem de uma estabilização *não-violenta* de expectativas de comportamento. Todavia, o alto risco de dissenso, alimentado a cada passo através de experiências, portanto através de contingências repletas de surpresas, tornaria a integração social através do uso da linguagem orientado pelo entendimento inteiramente implausível, se o agir comunicativo não estivesse embutido em contextos do mundo da vida, os quais fornecem apoio através de um maciço pano de fundo consensual. Os entendimentos explícitos movem-se, de si mesmos, no horizonte de convicções comuns não-problemáticas; ao mesmo tempo, eles se alimentam das fontes daquilo que *sempre foi familiar*. Na prática do dia-a-dia, a inquietação ininterrupta através da experiência e da contradição, da contingência e da crítica, bate de encontro a uma rocha ampla e inamovível de lealdades, habilidades e padrões de interpretação consentidos (HABERMAS, 1997, p. 40).

São lealdades e padrões de interpretação consentidos que faziam Tadeu se incomodar com a “imposição” da emissão sonora naquele território, realidade que seria transformada cinco anos depois, em 27 de agosto de 1997, quando a rádio se torna FM. Isso foi possível devido a uma doação feita por um grupo que visitou a comunidade e se impressionou com o “serviço de auto-falantes”. Brandão conta ter recebido a visita de dois alemães e uma tradutora. Após explicar o funcionamento da rádio, perguntaram a ele o que era preciso para transformá-la em FM. Algum tempo depois, enviaram os recursos necessários.

Foram então instalados estúdio e antena também na Rua da Mina, em uma casa da UNAS onde hoje funciona um centro educacional. Era um pequeno espaço no segundo andar do imóvel, com transmissor e microfone. Para atender aos pedidos de ouvintes, havia um telefone no outro lado da rua, na sede da UNAS. Voluntários faziam o trabalho de levar o recado ao locutor. O atual coordenador da Rádio, Balza, na época exercia essa função. “As pessoas ligavam pra rádio, eu descia e ia atender lá, e voltava para passar para o locutor os pedidos, as notícias e as informações dos ouvintes”. Cabia aos locutores “trazer aparelho de CD de casa, seus CDs nas costas, pegava, ia embora, outro chegava, montava, ia embora, e assim sucessivamente”, conta Bruno.

No entanto, por não ser legalizada a rádio conviveu desde o início com as ameaças de fechamento pelo poder público. O ex-coordenador e atual supervisor, Bruno, conta que, conforme os trabalhos da Rádio Heliópolis ganharam consistência, iniciou-se um processo de articulação com entidades e associações de rádios comunitárias, tais como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) e a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), dentre outras entidades.

A Rádio Heliópolis passou a ser referência na luta pela legalização das rádios comunitárias. Tornou-se Ponto de Cultura e recebeu apoio financeiro do Ministério da Cultura, utilizado para equipá-la. “A gente comprou antena nova, transmissor novo, computador, informatizou a rádio”. Algum tempo depois, em 2006, a Polícia Federal fechou a emissora e apreendeu os equipamentos adquiridos com verba federal.

Mas a luta pela legalização permaneceu. “Tínhamos continuado a integração com todas as outras rádios e a luta agora era para legalizar”. Bruno fala orgulhoso que o então ministro Gilberto Gil considerava a rádio Heliópolis fundamental para os pontos de cultura, uma vez que não foi montada para atender ao edital, mas já carregava uma história que estava sendo reconhecida. Em razão desse reconhecimento, houve divulgação ampla dos trabalhos da rádio, que ajudaram quando do fechamento pela Polícia Federal.

Veio a PF na sequência e fechou esta rádio, dizendo que estávamos na ilegalidade por não ter outorga. *Não éramos legalizados na questão burocrática, da lei e da papelada, mas éramos legais no ponto de ética*, de ter uma rádio comunitária, uma rádio pública. Éramos e somos uma rádio pública. Porque tem várias rádios que dizem que são públicas, mas são piores às vezes que as rádios comerciais. E nós somos pública, uma rádio comunitária que não recebe incentivos de governos, de ministérios, e fazemos a rádio pra comunidade, e trabalhamos questões de ética, de direitos e deveres. (Bruno)

Ele conta que no dia do fechamento houve uma “uma rede de emails” que se formou no “país inteiro”, e “em menos de 24h recebemos ligação de Brasília dizendo que teriam encontrado solução pra gente voltar a funcionar imediatamente, desde que cumpríssemos alguns requisitos”. Assim, atribui papel fundamental ao coletivo formado pela democratização da comunicação. “O presidente Lula veio e legalizou a rádio. Nosso presidente na época, Tadeu, disse: ‘olha Sr. presidente, queremos deixar claro, estamos felizes com nossa outorga da nossa rádio, mas vamos continuar na luta pra legalizar várias outras’”. Em 2007, é aberta licitação pelo Governo Federal para pedidos de licenças definitivas de funcionamento. A Rádio Heliópolis obtém-na em 13 de março de 2008, quando é publicada uma autorização oficial e definitiva.

A emissora é instalada em um imóvel próprio, agora na Rua Paraíba, um pouco mais centralizada em relação ao ponto anterior, na Rua da Mina. A casa também possui dois andares, e nela são montados dois estúdios. No térreo, um deles é dedicado à gravação de vinhetas e produção de material radiofônico. No segundo andar, em um espaço amplo, com uma mesa para visitantes e outra de som, está o estúdio principal, com dois computadores e microfones. No térreo há também uma sala principal, uma cozinha, depósito e outros três computadores em sala secundária, que dá acesso ao segundo estúdio. Na sala principal são realizadas reuniões de formação e recebe-se visitantes. A decoração é simples, com dois sofás e uma TV. Na dos fundos, há escrivaninhas e cadeiras.

Para o grupo pela rádio responsável, a legitimidade de seu funcionamento residia na construção histórica e social do espaço, em contraposição à “*facticidade artificial* da ameaça de sanções” em que o direito normatizado se apóia. “A legitimidade de uma regra independe do fato de ela conseguir impor-se. Ao contrário, tanto a validade social, como a obediência fática, variam de acordo com a fé dos membros da comunidade de direito na legitimidade” (HABERMAS, 1997, p. 50).

A intimidação de uma mobilização social pela força é tanto maior no exercício do poder pelo Estado quanto menor for a legitimidade deste exercício de poder. À legitimidade socialmente construída de uma ocupação de propriedade agrária ou de um espaço no *dial* radiofônico, o Estado responde com o uso da força. Por isso, muitos movimentos sociais têm a lei como adversa e suas ações são fatos sociais que intervêm no sistema jurídico a partir de fora, em momento em que a facticidade social não

“mantém mais uma relação interna com a pretendida legitimidade da ordem jurídica” (HABERMAS, 1997, p. 55).

Ao longo dos anos, o movimento social em Heliópolis foi forçado a perceber que, na posição que ocupa – sua condição de classe – aquilo que é válido, o que historicamente funda uma validade social, precisa comprovar-se contra objeções que se impõem facticamente.

Nos imperativos funcionais do aparelho estatal, do sistema econômico e de outros domínios da sociedade, impõe-se muitas vezes interesses não suficientemente filtrados, por serem os mais fortes, servindo-se da força legitimadora da forma jurídica, a fim de disfarçar a sua imposição meramente factual. Como meio organizacional de uma dominação política, referida aos imperativos funcionais de uma sociedade econômica diferenciada, o direito moderno continua sendo um meio extremamente ambíguo da integração social. Com muita frequência o direito confere a aparência de legitimidade ao poder ilegítimo. À primeira vista, ele não denota se as realizações de integração jurídica estão apoiadas no assentimento dos cidadãos associados, ou se resultam de mera autoprogramação do Estado e do poder estrutural da sociedade” (HABERMAS, 1997, p 62).

O marco legal que rege a comunicação no Brasil se assenta menos no “assentimento dos cidadãos” do que nas relações de poder conformadoras dos processos de integração social. Na luta pela democratização da comunicação, movimentos sociais se deparam com a forma jurídica que disfarça como legítima a imposição factual de interesses de alguns grupos políticos e econômicos. É aparência de legitimidade daquilo que essencialmente é dominação.

Na Constituição de 1988, o Estado Brasileiro adota o modelo de curadoria (trusteeship model) na exploração de serviços públicos de rádio e televisão. Ou seja, cabe ao poder público decidir pela outorga a empresas privadas o direito de exploração de emissoras de rádio e televisão³⁹. As emissoras de TV recebem concessão de 15 anos, e as de rádio, 10. Durante o período, não são obrigadas a reportar à União quanto ao uso da concessão, de modo que há uma apropriação privada, com usos políticos e econômicos, de uma concessão que é pública.

Exemplo disso é a utilização do poder de concessão para fins de obtenção de apoio político. Durante o processo constituinte, entre 15/03/85 e 5/10/88, a presidência

³⁹ No artigo 21 da Constituição Federal afirma-se que “compete à União (...) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão (...) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens” (BRASIL, 1988).

de José Sarney distribuiu 1.028 outorgas, sendo 25% delas no mês de setembro de 1988, que antecedeu a promulgação da Carta Magna. De acordo com o Diário Oficial da União de 29/09/88⁴⁰, seis dias antes da promulgação, houve 59 outorgas em um dia, todas assinadas na noite anterior. Os beneficiados eram majoritariamente parlamentares, que receberam as outorgas direta ou indiretamente. “Dos 91 constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 82 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos” de Sarney (INTERVOZES, 2007, p. 6).

No mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Decreto 1720/95 (BRASIL, 1995) promove mudanças nas concessões, estabelecendo processo de licitação e pagamento pelo uso. “A norma, porém, passou a privilegiar empresas com maior poder econômico, dando ao preço da outorga um peso maior do que as definições sobre a programação”.

A utilização para fins estritamente políticos continua pelas outorgas de retransmissoras e emissoras educativas. O Decreto 2.108/96 (BRASIL, 1996) afirma que “é dispensável a licitação para a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”. Desse modo, a prática de distribuir concessões em troca de apoio político continua nos governos FHC, e posteriormente no governo Lula (INTERVOZES, 2007, p. 6)⁴¹.

Pesquisadores do campo das comunicações têm utilizado o conceito de coronelismo eletrônico para refletir sobre essa questão e categorizá-la, pelas práticas

⁴⁰ Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3636905/dou-secao-1-29-09-1988-pg-11> (Acesso em 11 abr. 2011). Há concessão para empresas sediadas em Santa Inês (MA); Araçatuba (SP); Natal (RN); Maringá (PR); Várzea de Palma (MG); Pacatuba (CE); São Jorge D'Oeste (PR); e Manhuaçu (MG), dentre outras.

⁴¹ De acordo com o estudo elaborado pelo coletivo Intervozes (2007), “em agosto de 2002, a repórter Elvira Lobato, da Folha de S. Paulo, publicou uma série de reportagens que revelaram como o governo Fernando Henrique havia dado continuidade à prática de distribuição de TVs a políticos aliados: Na matéria intitulada ‘FHC distribuiu rádios e TVs educativas para políticos’, consta que ‘em sete anos e meio de governo, além das 539 emissoras comerciais vendidas por licitação, FHC autorizou 357 concessões educativas sem licitação. (...) A distribuição foi concentrada nos três anos em que o deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG), coordenador da campanha [presidencial] de José Serra, esteve à frente do Ministério das Comunicações. Ele ocupou o cargo de janeiro de 1999 a abril de 2002, quando, segundo seus próprios cálculos, autorizou perto de cem TVs educativas. Pelo menos 23 foram para políticos. A maioria dos casos detectados pela Folha é em Minas Gerais, base eleitoral de Pimenta da Veiga, mas há em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Roraima e Mato Grosso do Sul”. Em relação ao primeiro mandato do governo Lula, afirma-se que “a repórter Elvira Lobato seguiu com as investigações e, em 2006, publicou que foram distribuídas pelo menos sete concessões de TV e 27 rádios educativas a fundações ligadas a políticos: ‘entre políticos contemplados estão os senadores Magno Malta (PL-ES) e Leonel Pavan (PSDB-SC). A lista inclui ainda os deputados federais João Caldas (PL-AL), Wladimir Costa (PMDB-PA) e Silas Câmara (PTB-AM), além de deputados estaduais, ex-deputados, prefeitos e ex-prefeitos. Em três anos e meio de governo, Lula aprovou 110 emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios. Levando em conta somente as concessões a políticos, significa que ao menos uma em cada três rádios foi parar, diretamente ou indiretamente, nas mãos deles” (INTERVOZES, 2007, p. 7).

clientelistas na relação entre o poder de outorga do governante e a propriedade de estações geradoras e retransmissoras por grupos políticos. Nesse sentido, aqueles que detêm o poder de concessão se valem deste para obtenção de apoio político dos proprietários de concessões e licenças de retransmissão televisiva. Estes, por sua vez, vinculam a programação regional das emissoras a interesses eleitorais⁴².

No que se refere especificamente às concessões de radiodifusão, o Sistema de Controle de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontava em 2007, por exemplo, que “das 12 outorgas para transmissão em FM no município de Porto Alegre, apenas uma não está vencida”. O cenário era parecido em capitais como Belém (PA), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE), dentre outras. “Em São Paulo, das 39 emissoras FM, 36 estão com as outorgas vencidas”. A legalidade da situação reside no artigo 9º do decreto 88.066/83 (BRASIL, 1983), que afirma: “caso expire a concessão ou permissão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento, em caráter precário”. É neste contexto em que Anatel e Ministério das Comunicações afirmam que “não há espaço na própria capital paulista para as emissoras comunitárias”, e reserva a elas uma única frequência no dial – 87,5 MHz – impossível de ser captado por muitos aparelhos receptores (INTERVOZES, 2007, p. 22).

⁴² Não é objeto de estudo da presente pesquisa o coronelismo eletrônico. A produção acadêmica acerca do tema opera uma extensão de sentido no conceito histórico cunhado inicialmente por Vitor Leal Nunes, em 1949, na obra *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. De acordo com Nunes, “o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...] Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema ‘coronelista’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p. 40). A relação entre coronel e Estado é fundada no voto, ou seja, o controle político exercido localmente sobre o voto pelo coronel era moeda de troca na relação deste com o Estado. Na acepção “coronelismo eletrônico”, mantém-se o voto como moeda de troca, mas este é garantido não mais pela propriedade da terra, e sim no controle da informação. Da expressão decorrem alguns problemas conceituais, uma vez que no coronelismo da República Velha interessava ao poder central legitimar-se politicamente pelo voto, e a relação clientelista entre coronel e poder central era a troca do voto pela permissividade do poder central em relação ao poder local exercido pelo coronel. No caso das concessões públicas da propriedade das emissoras de rádio e TV a troca se dá, fundamentalmente, na obtenção de apoio político no exercício do poder central. Ou seja, o grupo que controla o poder executivo se vale do poder de concessão para obter apoio parlamentar. Aqueles que estão no Parlamento, por sua vez, trocam o apoio parlamentar pelo exercício do poder de controle da informação nos locais em que possuem base de sustentação eleitoral. Mas independente das diferenças conceituais entre cada um dos coronelismos, é importante destacar aqui que se trata, fundamentalmente, de uma relação clientelista entre Estado e sociedade. “Clientelism also tends to blur the lines between the public and private domains, privileging the private, with the result that politicians in cultures tending to clientelism will tend to see as intrusions into private affairs kinds of reporting that would be taken for granted in more liberal societies. And if clientelism treats information as a private resource, it also places a premium on public demonstrations of loyalty to the patron (HALLIN e PAPATHANASSOPOULOS, 2002, p. 175). Sobre o coronelismo eletrônico, ver (SANTOS e CAPPARELLI, 2005; LIMA e LOPES, 2007).

As rádios comunitárias possuem historicidade à margem do jogo político de tipo clientelista entre grupos políticos e econômicos e o poder público. Com o desenvolvimento tecnológico e o barateamento de equipamentos eletrônicos, surge a possibilidade de grupos sociais economicamente menos favorecidos emitirem sinais de rádio e TV. Movimentos sociais, em diferentes partes do país, passam a se apropriar dessa técnica e da comunicação por radiodifusão como ato político.

Qualquer legislação que ignore essa realidade está defasada em relação ao seu tempo. A recente experiência das emissoras de rádio e TV não autorizadas ou livres (que a imprensa prefere chamar um tanto pejorativamente de ‘piratas’), a repercussão que ela obteve e os debates que está provocando demonstram que o limite de subordinação da sociedade civil à estrutura organizativa das mídias já foi rompido. Agora que os fatos já atropelaram a imaginação dos políticos, dificilmente se poderá imaginar outra forma de viabilizar o acesso da sociedade aos meios de radiodifusão que não seja a devolução das ondas ao domínio público (MACHADO *et al*, 1986, p. 18).

Arelada à luta por direitos sociais, surge o movimento pela democratização da comunicação, com a criação de frentes e fóruns a partir das bases políticas fundadas nas experiências das emissoras livres, que crescem em número e se espalham pelo território nacional. As bases jurídicas do movimento são, desse modo, fundadas a partir da atuação política dos comunicadores das emissoras, de modo que a comunicação passa a ser concebida e reivindicada na forma direito, cuja materialização reside na concessão pública.

Entidades e movimentos sociais passam a exigir do Congresso Nacional, durante a década de 1990, a aprovação de uma lei que regulamentasse o funcionamento das rádios comunitárias. Nesse período aumentam as campanhas difamatórias promovidas pelos grandes meios de comunicação e fundadas na caracterização das rádios como piratas, além das apreensões de equipamentos e prisão de comunicadores. Em 19 de fevereiro de 1998, no entanto, é assinada a Lei 9.612/98 (BRASIL, 1998), que institui o serviço de radiodifusão comunitária. A legislação é limitada, dentre outros motivos, por prever apenas uma frequência no dial para as rádios comunitárias e alcance máximo de 1 km de raio. “Através de mecanismos técnicos, na lei e na regulamentação, os grupos de poder poderão, via Estado, inviabilizar o funcionamento das emissoras, principalmente nas grandes cidades e áreas metropolitanas das capitais dos estados e em Brasília”.

Dentre esses mecanismos destaca-se a proibição de transmissão em rede, o confinamento das rádios em um único canal e a possibilidade de serem fechadas em caso de interferência nas rádios comerciais. Já quando há interferência da rádio comercial sobre a comunitária, não existe qualquer punição à primeira. Além disso, a potência foi reduzida para, no máximo, 25 watts (FERNÁNDEZ, 1998, p. 141-43).

Destaca-se também a excessiva burocratização do processo de concessão e a morosidade na análise das documentações enviadas pelas rádios, explicitada na luta da Rádio Heliópolis pela legalização (apenas o “estudo” realizado pela Anatel para propor uma frequência durou, de acordo com as lideranças de Heliópolis, cinco anos).

Apesar de a legislação ser de 1998, é apenas em dezembro de 2006 que o Ministério das Comunicações publica o aviso de habilitação 3/06 (BRASIL, 2006). Trata-se do edital de chamada para que associações do município de São Paulo pleiteiem o direito de ter uma rádio no território onde têm sede. Alegava-se a falta de espaço no dial de FM na Capital, ainda que 36 das 39 rádios paulistanas tivessem outorgas vencidas. Em 2004, a Anatel designara às comunitárias a frequência 87,5, que fica no extremo do dial, impossibilitando muitos aparelhos de sintonizarem. Feita a indicação do canal, apenas em 2006, dois anos depois, o Ministério das Comunicações publicou o aviso de habilitação. E apesar da morosidade dos órgãos governamentais durante todo o processo, o aviso oferece prazo de apenas 45 dias para resposta das associações, em “procedimento para a inscrição extremamente burocrático”. Após prorrogação do prazo, as associações puderam se inscrever até 5/3/2007. Abriu-se então a possibilidade de concessão de autorização para 72 rádios comunitárias nas diferentes regiões da Capital Paulista (detalhes deste processo em ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA *et al*, 2008).

Thiago, locutor da Rádio Heliópolis, conta que “outras emissoras comunitárias conseguiram licença agora. A gente foi lá na Rádio Cantareira, que esteve presente na nossa também”⁴³. É nesse processo que a Rádio Heliópolis fortalece a articulação com entidades e associações que lutavam pelo direito à comunicação. Assim como na luta por moradia, em que a ausência de titulação da propriedade era fator de transformação de uma série de indivíduos em grupo social, os interesses em radiocomunicação

⁴³ Além da articulação com as entidades e associações, houve uma “ajuda” do programa televisivo O Aprediz, da TV Record. Na disputa proposta pelo programa, as pessoas participantes deveriam ajudar Heliópolis com alguma ação social. Perguntada sobre quais eram as necessidades da comunidade, a UNAS pediu um transmissor para colocar a rádio no ar. “Conseguimos o transmissor e internet de graça durante três anos”.

comunitária do grupo social já formado em Heliópolis convergem em interesse coletivo com grupos sociais de diferentes regiões de São Paulo e do Brasil.

A luta pela legalização da rádio será nova experiência social autônoma, agora já na forma *luta por direitos*. E a integração social se dá não mais pelo auxílio da Igreja, mas por associações e entidades que partilham do mesmo interesse e já articuladas em torno dessa mobilização. O associativismo é agora “pra fora” daquele território. A Rádio Heliópolis se torna novo signo de luta justa, como um ato coletivo por uma vida melhor decorrente, por exemplo, da livre expressão e do lazer proporcionados pela emissora.

Novamente, na história da mobilização social em Heliópolis a formação de uma “cadeia de acções colectivas participantes” fundamenta o início de um processo de consolidação institucional, pelo associativismo e articulação política de “elos organizativos já tecidos” naquele e em outros territórios (SANTOS, 1983, p. 40). É nesse processo que a rádio se articula com diferentes entidades e associações que reivindicam o direito à comunicação e liberdade de expressão.

Além disso, durante a década de 1990 a direção da UNAS estabeleceu articulações com grupos partidários, mais especificamente com parlamentares do PT, que possibilitaram a mobilização também na esfera institucional. O Estado é, nesse sentido, também espaço de disputa, que se intensifica com o processo de consolidação da democracia representativa no País, e se explicita na contradição entre o apoio do Ministério da Cultura e a perseguição política movida pelo Ministério das Comunicações e Polícia Federal. Na acepção habermasiana, “os interesses não suficientemente filtrados” impõem-se, e a emissora é fechada em julho de 2006. No entanto, o trabalho da rádio em si e o de articulação política legitimaram a ação social e tornaram possível a conquista do direito.

A legalização da Rádio Heliópolis repousa, dessa forma, em um conjunto de fatores, tais como ser parte de um movimento social de luta pelo direito à comunicação, o apoio político no interior do Estado e o trabalho da rádio socialmente reconhecido como comunitário, em oposição ao discurso de veículos de comunicação comerciais que o classificavam como *pirata*⁴⁴.

⁴⁴ Em diferentes momentos, no decorrer da pesquisa, militantes do movimento pelo direito à comunicação no Brasil e pesquisadores me afirmaram que a Rádio Heliópolis foi legalizada porque “o Lula queria conhecer o Zidane”, uma vez que coincide a visita do ex-jogador francês Zinedine Zidane a Heliópolis e a entrega, pelo ex-presidente Lula, da autorização de funcionamento. Essa versão também foi apareceu em uma reunião geral da Rádio Heliópolis de que participei. Na ocasião, o atual coordenador da rádio, Balza,

A diferenciação entre rádio pirata e comunitária ganha relevância em falas dos comunicadores, com a intencionalidade de legitimar a existência da Rádio Heliópolis. Um exemplo é a explicação dada por Leandro, atual coordenador de programação: “eles falavam que é pirata, mas pirata é quando monta escondida, que ninguém sabe, mas aqui é público, para informar todo mundo. E a Anatel não mexeu, naquele tempo todo continuou a rádio”. Apesar de comunitária, foi fechada “como pirata” porque “não tinha documento”. Como “muitos conheciam” o trabalho da rádio, e havia “parcerias históricas com entidades e associações”, aconteceu “grande mobilização” pela legalização. “Eles não tinham o poder de fechar a Rádio Heliópolis, que era conhecida de tudo. Eles sabiam que nós existíamos, pirata é que trabalha escondido. Mas trabalhava disponível e se não tínhamos documentos, não éramos nós os culpados”.

O processo de legalização durou mais de um ano, passando pela necessidade de se obter assinaturas da comunidade e realizar parceria com alguma universidade. Houve também, de acordo com as lideranças de Heliópolis, pressão política de parlamentares e do então presidente Lula, a quem Leandro atribui papel central.

O diretor presidente da Anatel veio no meu programa e disse: ‘Rapaz, vocês têm que se orgulhar de vocês mesmos, o trabalho que fizeram aqui. Porque eu estava lá no dia que a rádio foi fechada, meu telefone tocou: o presidente Lula falando diretamente com o diretor da Anatel: por que vocês fecharam a rádio Heliópolis? *A rádio Heliópolis não é pirata, vocês vão ter que legalizar essa rádio*, se vira. E o diretor respondeu para o presidente: mas tem um monte de papel, de rádio para legalizar, como só a Heliópolis? Ele respondeu: se vira, não mexeu? Não sabiam com o que iam mexer? *Não é radio pirata, é comunitária, está dentro da comunidade*. Então, o cara falou assim: o presidente da Anatel tava com uma bomba na mão, duas bombas pra soltar: a pressão dos outros querendo a legalização, uma pilha de processos – e agora, o que faço? Já soltou uma bomba, se soltar essa vai se suicidar, viu o presidente falando. Se a voz do povo é a de Deus, mais que o presidente? Vai ser contra o presidente? Tua chance tá agora. Quem mandou foi o presidente. Aí, tá bom, presidente,

disse ter ficado surpreso e revoltado quando, ao participar de um encontro de rádios comunitárias, soube que correntemente, acadêmicos, militantes e comunicadores afirmavam que a Rádio Heliópolis só fora legalizada pelo apreço do ex-presidente da república pelo ex-atleta. “Poxa, lutamos tanto, o Tadeu foi preso, passamos dias e dias chorando, colhendo assinatura debaixo de sol e chuva para provar que somos comunitária, aí vêm nossos companheiros e dizem que somos legalizados por causa do Zidane?!”, afirmou Balza. Ainda que o Presidente da República tenha tomado, como motivação final para a assinatura da outorga, a possibilidade de visitar Heliópolis no mesmo momento em que o ex-jogador francês, atribuir a legalização da rádio a esse fato político é perpetuar, mais uma vez, aquilo que Benjamin chamou de história dos vencedores. Toda luta de classes que possibilitou a legalização da rádio é anulada face um suposto mau uso do poder pelo presidente Lula que, ainda que tenha ocorrido (o que não me foi possível confirmar), não pode tornar invisível um fato político muito mais significativo: mobilização e enfrentamento podem resultar em conquista social, algo que é negado sistematicamente pela historiografia oficial brasileira.

vamos legalizar essa rádio’. E fizeram. ‘Ganhar não de um só, de milhões aí. São uns heróis. Eu tava lá eu vi a hora, a pressão, o cara coçou a cabeça na hora, puxa vida, no que fomos mexer – tem que legalizar’. É a primeira rádio a ser legalizada. (Leandro)

Para além da veracidade da descrição e da possível discussão sobre o personalismo na política brasileira (o que não é propósito desta pesquisa), ressalta-se que ganha centralidade na fala de Leandro a legitimação da rádio pela adjetivação “comunitária” em oposição à pirata. Ainda hoje, com autorização de funcionamento, as pessoas envolvidas com a Rádio Heliópolis justificam sua existência a partir daquilo que entendem por trabalho comunitário desenvolvido por uma emissora. Nas conversas, reuniões e entrevistas, a rádio é sistematicamente descrita como comunitária por “prestar serviço”, “ser a voz da comunidade” e “estar aberta” a todas as pessoas. Ser pirata é “estar escondido”, pertencer a poucos e ter finalidade comercial.

Durante a produção do material empírico desta pesquisa, surgiu um debate entre os locutores sobre o desejo da direção da UNAS de passar a chamar a Rádio Heliópolis de Rádio UNAS Heliópolis. Em conversas reservadas, algumas pessoas manifestaram-se contrárias à mudança, pois “a rádio é da comunidade, não da UNAS”. Essa diferença de posição entre locutores e direção surgiu também antes de uma reunião ordinária de toda equipe com a coordenação, quando dois locutores comemoraram o envio de um e-mail por um ouvinte questionando a proposta de mudança de nome, pois a emissora é “da comunidade”, não da associação. Na reunião, o assunto entrou em pauta e um diretor da UNAS justificou a proposta pelo fato de a entidade ter sido reconhecida na outorga como associação com direito de ter uma rádio naquele território.

Assim como na oposição entre as adjetivações “pirata” e “comunitária”, essa discussão tem como fundamento a legitimidade de uma comunidade possuir uma rádio. O processo de construção histórica do direito, tanto naquele território como na articulação política entre as lideranças de Heliópolis e o movimento pela democratização da comunicação, se deu fundamentalmente pela relação entre necessidades sociais e a forma de satisfação dessas necessidades.

A necessidade socialmente reconhecida é a de um território, não de uma associação, de modo que o direito enquanto forma de expressão e satisfação dessa necessidade se estende a toda coletividade que lá vive. Os dois locutores mencionados são voluntários da UNAS e nas entrevistas afirmam como de extrema importância o

trabalho da entidade em Heliópolis. Mas igualmente defendem o direito de todas as pessoas de Heliópolis à comunicação.

Relacionado a isto está o fato de as diferentes trajetórias dos locutores da Rádio Heliópolis convergirem no envolvimento com questões do território onde a emissora está inserida. Ainda que sejam distintas as motivações para iniciar (e continuar) o trabalho de comunicação, de um modo ou outro eles passam a significar suas ações como parte das de um coletivo.

Leandro encontrou naquele espaço modo novo de ocupar seu tempo livre. Após se valer da rádio por um ano para divulgar aulas de futebol que realizava em Heliópolis e falar sobre o esporte, decidiu iniciar um programa com músicas da Jovem Guarda.

Chegamos lá, eu só falava, não mexia. Aí fomos pegando aquela prática e a rádio é assim, igual música, quando se envolve, corre atrás. E já tava na cabeça, o cara falava: ‘to ouvindo, muito legal vocês falando, todo dia a gente ouve’. Começou o pessoal falando legal. Aí ficamos mais ou menos um ano e pouco assim. Aí fomos aprendendo a mexer na mesa, a comandar tudo, achava difícil, mas depois que você se envolve com isso se torna fácil. Depois surgiu uma idéia, agora que estou envolvido mesmo, quero fazer um programa de rádio, porque tinha vocação assim de música, do meu tempo, Jovem Guarda. Aí a rádio tinha vários programas, sertanejo, mas não tocava música de Jovem Guarda, Roberto Carlos. Sou muito fã do Roberto, e falei: Guilherme, vamos fazer um programa da Jovem Guarda! (Leandro)

A importância de Roberto Carlos em sua vida o faz querer reviver sentimentos e compartilhá-los durante a programação. “Quando conheci minha mulher estava tocando esta música”, conta enquanto coloca a canção no ar. Mas em seguida, ressalta que a rádio é espaço para pessoas interessadas em divulgar sua própria música e eventos. A Rádio Heliópolis “cumpre um papel”, que é “próprio dos veículos comunitários”, uma vez que “as grandes rádios não olham para os bairros”. Quando há buracos em alguma rua ou falta de luz, “a gente liga e logo os caras se movem, já vai e resolve o problema”.

Quem apresenta o programa com ele é Guilherme, que entrou na rádio após se aposentar como metalúrgico. “Para mim era uma experiência nova, porque quando a gente se aposenta, fica meio perdido. Se não participar de nada acho que a vida encurta, e eu recebi esse convite”. Passou a fazer com o amigo Leandro um programa de meia hora “só de esporte, e foi onde fui me descontraindo, era meio tímido, e ele me ensinou a trabalhar, como manejar a mesa... E aprendi tudo isso com ele, como se comunicava com o microfone, distância, alto, baixo”.

Decidiu entrar na rádio “por curiosidade” e porque “precisava ter uma atividade”. Era uma possibilidade por “ser aqui na comunidade e perto da minha casa, era no meu trajeto”. Pouco tempo depois de experiência com o programa esportivo, recebe a proposta de Leandro para apresentar algo relacionado ao Roberto Carlos. “Sempre adorei Roberto Carlos, desde a época de menino, tinha 17 anos”. Como “o pessoal gostava muito daquelas músicas agitadas”, o programa “deu certo e a gente dá continuidade”.

Guilherme mora em Heliópolis há 26 anos e conta que sempre teve bastante influência na comunidade, por participar das mobilizações por moradia e asfalto. “Foi ali que comecei”, nas reuniões. Destaca que a mobilização da UNAS resultou na construção de postos de saúde, creches e centros educacionais.

Hoje, na rádio, sente-se igualmente “orgulhoso” quando pode ajudar a achar um documento desaparecido, ou “um cachorro, um papagaio”. Também gosta de receber nas ruas o retorno do público, ou agradecimentos pela rádio ter ajudado a encontrar uma pessoa. “Ontem uma menina de 12 anos desapareceu, o pessoal procurou imediatamente a rádio, a mãe veio aqui, começamos a divulgar, ontem mesmo apareceu a criança”. O agradecimento da mãe veio em seguida.

As mobilizações feitas na comunidade são divulgadas pela rádio, mas acredita que elas mudaram, agora são “mais na parte higiênica, sobre campanhas, temos a Caminhada da Paz e outros mutirões que foram feitos”. Procuram conversar sobre as áreas de risco e negociações com a prefeitura para remoção de famílias. A UNAS, diz ele, utiliza a rádio para divulgar suas ações. Pessoas da diretoria participam da programação para falar sobre a atuação em Heliópolis. “O Pedro, que faz parte da habitação, de vez em quando vem aqui pra gente conversar sobre o que está acontecendo”.

Exceto Bruno e Ciça, chamada para entrar na rádio em razão de seu envolvimento com a Pastoral da Criança, todos os locutores entrevistados apontam atividades relacionadas ao lazer como motivação principal. Mas com o tempo, Ciça deixou o programa católico para “o pessoal da Igreja” e assumiu o programa musical Mistura de Ritmos. Considera a rádio sua família e trabalho.

Antes de iniciar a programação católica, era ouvinte, assim como Grasi, que de ouvinte passou a locutora. Acompanhava uma “programação bem romântica mesmo, me chamou atenção para as músicas dos anos 1970, todo aquele romantismo, e sou muito ligada à programação romântica”.

Moradora de São Caetano, Grasi era considerada ouvinte número um. Mudou-se para Heliópolis por conhecer a comunidade através da rádio. Ela se dedica primordialmente à música, mas acha que a importância da emissora é poder ajudar no que a comunidade precisa. “A rádio é da comunidade, é da região, e é muito gostoso quando tá fazendo a programação e a pessoa liga: pô, sumiu meu documento, e às vezes até mesmo já está lá. (...) As pessoas sabem que têm uma rádio, que existe uma rádio que pode ajudar”.

A programação possui duas grades distintas e fixas: uma para os finais de semana, outra referente aos cinco dias da semana. De segunda a sexta-feira, a rádio fica no ar das 6h às 0h. Durante a manhã são realizados os programas Luar do Sertão, de música sertaneja e forró; Jovem Guarda, conduzido por Guilherme e Leandro; e Frequência de Sucesso, com músicas de estilos variados. Às 12h se inicia o programa A Voz da UNAS, seguido por Tarde Total, com horário previsto das 12h30 às 14h, também com músicas variadas. Às 14h tem início o Forrózão de Heliópolis; às 16h, o Catraca Livre, com divulgação de eventos culturais gratuitos e músicas variadas; seguido pelo Estilo Musical, de Grasi. Após A Voz do Brasil, tem início às 20h o programa Revolução Rap. Fecha a noite: The Night Love, um programa “romântico” que vai ao ar nas terças, quartas e sextas-feiras. Nas segundas e quintas-feiras, das 22h às 0h, acontece o Esporte Comunidade.

Aos sábados e domingos, a programação se inicia também às 6h com sertanejo e forró, no Show do J. Maria, seguido pelo Na Quebrada do Sucesso, de Ciça, com músicas variadas. Às 11h tem início o Frequência de Sucesso; e às 13h, o Mistura Fina, seguido por outros quatro programas, todos com músicas de estilos variados, até às 23h.

Locutor do Mistura Fina, Thiago “fazia atletismo e ia para casa” antes de se tornar voluntário da rádio. Devido a conflitos no clube onde atuava, abandonou o esporte. Por isso, procurou a emissora, com a esperança de iniciar um trabalho remunerado. Quando soube que se tratava de voluntariado, desistiu. Pouco tempo depois, no entanto, decidiu voltar, pelo interesse em criar um programa musical. “Depois que comecei a trabalhar na UNAS, na rádio, o pessoal te vê como um Deus praticamente, quando precisa de alguma coisa, pede”.

Ele ressalta a participação da “comunidade” através dos pedidos de músicas. Seu “ouvinte número 1” é Alexandre, diretor de um clube de bocha. Associados já foram entrevistados na rádio, e Thiago passou a visitar o clube para fazer reportagens e participar de festas como DJ. “Uma vez eles tinham uns visitantes aí, né, e a gente

acabou mandando um alô para os visitantes. O pessoal ficou de boca aberta. Poxa, até o rádio divulga vocês. A gente encheu a bola deles, falou a real de coração mesmo. Acabaram ganhando o jogo nesse dia”.

Alexandre se aproximou da rádio por gostar das músicas, mas passou a divulgar em tempo real os resultados dos jogos de bocha, pois nem todos podiam acompanhar as partidas realizadas longe de Heliópolis.

Íamos jogar fora em outros clubes e não tinha como às vezes entrar em contato com o pessoal, nem como levar o pessoal, por questão financeira. Um clube pobre né, um clube de comunidade. Aí tive esta idéia: vou ver se consigo ir na rádio, ligo de onde estiver, por exemplo, estou na vila Matilde, ligo na rádio e o pessoal da rádio divulgando resultado pra gente. E o pessoal da torcida nossa que já tá sintonizada fica sabendo, os familiares. E foi legal, eles me receberam aqui de braços abertos. (Alexandre)

O clube desenvolve trabalho voltado para a inclusão social do idoso. No entanto, perdeu recentemente sua sede, vendida pela proprietária. Após 40 anos de existência, os associados ficaram sem espaço para atuar, e pediram ajuda para a rádio. “Foi cobrado das autoridades e eles [a rádio] chegaram com a gente”. O problema foi divulgado no ar e fez-se contato com “as autoridades, que vinham frequentemente por causa da Etec” (Escola Técnica Estadual) que estava em construção em Heliópolis. Com a pressão exercida por rádio, clube e UNAS, a Prefeitura disponibilizou o Centro Desportivo Municipal como sede. “A voz do Conde do Pinhal foi a Rádio Heliópolis, com o auxílio dos que estavam ali, dos associados”, diz Alexandre. A importância da emissora é essa, ser a “voz da comunidade”, deixar “as portas abertas” para que as pessoas “cobrem das autoridades” questões como “melhora no posto de saúde e na educação”.

No referido caso, ouvinte e locutor têm como elemento de integração social o gosto musical. Pelo lazer estabelecem relações de troca em contínuo movimento entre o prazer no entreter-se e as contingências da vida. Neste aproximar-se por anseios comuns, expectativas se transformam em diálogo com a historicidade do espaço em que se inspiram e se realizam. E é na legitimidade em que a Rádio Heliópolis se assenta que residem as novas buscas. No fazer-se comunitária, oferece possibilidades para além do lazer. Horizonte novo que se abre para ouvinte e locutor: o espaço musical é também de reivindicação, para enfrentar o antagonismo que se impõe.

Motivado inicialmente pela música, Alexandre descobre na rádio comunitária a possibilidade de informar companheiros sobre o clube de bocha de que participa. Seu espaço de lazer é, com isso, coletivizado, torna-se laço social. E no momento em que necessita de força política, é nesse espaço que encontrará acolhimento e instrumento de ação. É novo laço social que se forma e espaço que se transforma naquilo que historicamente o legitima: ser voz da comunidade.

Ressalta-se, desse modo, que motivações e ações próprias do envolvimento com uma rádio comunitária, de locutores e ouvintes, são historicamente construídas, portanto transformáveis no decorrer próprio das ações. Se entendida como espaço em que se objetivam necessidades sociais, transformadas desde *manque a projet*, a rádio expressa em diferentes *formas* o que há de contingente no mundo e a resistência transformadora. Está, enquanto meio de comunicação, sob influência direta de uma indústria cultural, assim como de “manifestações populares espontâneas”. Ambas remontam à rádio comunitária enquanto espaço de lazer.

Neste lazer, se dão “antigas e novas formas de entretenimento e encontro” e, com isso, é possível “estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade”, em um território que “não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania” (MAGNANI, 1994; e MAGNANI, 1984). Nesse sentido, as relações na rádio enquanto “momento de desfrute” não podem ser consideradas “apenas por seu lado instrumental, passivo e individualizado”, mas trazem consigo “um componente afirmativo referido ao estabelecimento de laços de sociabilidade” (MAGNANI, 1994), que na dinâmica entre contingência e resistência podem ganhar sentido político e se caracterizar enquanto *participação social*.

As vivências descritas não são mera aquisição de comportamentos impostos, mas “subjetivação, ressignificação, resistência” de um “grupo de indivíduos” que “compartilha um conjunto de posicionamentos contrários a determinado vetor de poder” (MELO, 2010, p. 6), e no expressar modos de vida se fazem cultura.

uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos [...]. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

As relações de troca entre pessoas e espaço, que possui historicidade própria mas segue seu curso e a todo momento se refaz, tornam-no repositário de distintas e ao mesmo tempo convergentes expectativas. As pessoas que nele buscaram o entretenimento acreditam que a legitimidade do exercício do direito à comunicação reside na adjetivação da rádio enquanto comunitária, portanto atribuem a ela a importância de “prestar serviço”.

Nessa dinâmica que perpassa consumo de produto cultural e o lutar por anseios sociais, fraturas e oposições entre aquele grupo social e classes dominantes se explicitam, de modo que em meio a padronizações de gostos musicais, por exemplo, conservam-se “certos valores – espontaneidade, capacidade para diversão e lealdade mútua” (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 61). Assim compõem-se os momentos de diversão no território como um todo e na rádio: pela conservação e contestação da ordem.

Na caracterização da rádio, ganham relevância não apenas as ações que nela se dão e expectativas por ela geradas, mas a relação do espaço com as dinâmicas dos tempos sociais daquele território. Apesar de voluntária, a atividade na rádio é assumida como trabalho por muitos dos locutores que, submetidos em sua maioria a relações trabalhistas precarizadas e sem jornada fixa, não possuem em suas vidas uma exata distinção entre jornada de trabalho e o tempo livre que dispõem para estar na rádio, onde gostariam de encontrar uma alternativa de renda.

Em Heliópolis desde criança, Peroni diz ter sempre vivenciado seu cotidiano fora da comunidade. Interessou-se por rádio na adolescência, quando passou a fazer trabalho voluntário em emissora ilegal localizada na Vila Alpina, mas de caráter comercial. Desde então, envolve-se com diferentes rádios de pequeno alcance. “Era mais à noite que a gente ouvia as rádios, ficava à noite ouvindo e chegava na escola comentando. Isso foi criando uma fixação por locução”. Sua entrada na rádio da Vila Alpina se deu a convite do amigo de escola, Fábio, hoje companheiro de Rádio Heliópolis. “Fiquei um bom tempo trabalhando com ele nessa mesma rádio só como apoio”.

Já afastado dessa emissora, participou de curso de locução oferecido pela UNAS e foi convidado para apresentar um programa na Rádio Heliópolis. “Era só de samba. Sempre curti e colecionava CDs”. O programa chamava-se Conexão Heliópolis. “Trabalhei dois anos e por uns problemas com o próprio coordenador, acabei saindo”.

Após outros dois anos sem envolvimento com nenhuma emissora, é convidado por Fábio para participar de uma rádio comunitária criada por ele em Heliópolis. Em pouco tempo decidem fechar a emissora, por falta de recursos e pela possibilidade de apreensão dos equipamentos pela Polícia Federal.

Decide então voltar à Rádio Heliópolis. Para Peroni, o trabalho na emissora possibilita “conhecer mais o pessoal da comunidade”, e com isso “saber mais dos problemas” e “vivenciar mais a comunidade em si”. Ele entende que a rádio gera proximidade com as vivências do território. As pessoas, diz Peroni, telefonam, conversam, e assim o locutor “fica mais ativo”. Além disso, a rádio é utilizada para “conscientização” acerca de políticas internas e externas, para “deixar o pessoal bem informado”.

Peroni possui uma Lan House, mas gostaria de profissionalizar-se no rádio. Ele conta, durante visita dos locutores de Heliópolis à Rádio Comunitária Cantareira, ter se impressionado com “o profissionalismo” desta emissora. “Aqui dá para ver pela linguagem que não é qualquer um que fala. Lá [em Heliópolis] qualquer um vai, entra e fala o que quer. Não pode ser assim, tem que ter formação”. Destaca ainda que na Rádio Cantareira “tem jornalista fazendo a coordenação da programação”.

A vontade de Peroni é trabalhar em uma rádio comercial. Pensa em fazer um curso profissionalizante para procurar emprego na área. Deseja também montar um curso de locução em Heliópolis, “porque a molecada que tá aí perdida tem muita curiosidade”, além de um “cursinho comunitário, mas bom mesmo, popular, para eles terem futuro”.

As idéias são compartilhadas pelo seu companheiro de programação, Fábio, que assim como Peroni começou na adolescência a trabalhar em rádio. Foi convidado pela emissora da Vila Alpina após participar de programas como ouvinte, e desde então não deixou de se envolver com rádio. Apenas em 2010 entrou na Rádio Heliópolis, apesar de lá viver desde criança.

Por algum tempo, conforme exposto, manteve em funcionamento uma emissora na região com Peroni e outros amigos. Era “parceira” da Rádio Heliópolis. Fazia isso por gostar, mas também existia o envolvimento “com a comunidade” como motivação. Não tinham o objetivo de levantar recursos e o trabalho era todo voluntário. Devido à ilegalidade e a dificuldades financeiras, foram obrigados a fechar as portas.

Ele acredita que hoje todos na comunidade conhecem a Rádio Heliópolis, pois recebe muitas ligações e mensagens pela Internet. Com isso, é possível perceber que o

ouvinte está “antenado”, participando. “A rádio é comunitária e tem que fazer do jeito que a comunidade quer, então a relação da rádio com a comunidade é extensa, de carinho”.

Para Fábio, a população espera respaldo da rádio, quer ouvir músicas, notícias que tragam benefícios para ela e lhe “abram os olhos”, deseja uma “rádio que faça por ela, da mesma forma que a comunidade quer fazer pela rádio”, que é aberta “a todos os públicos”. Um exemplo é anúncio veiculado sobre cartomancia, a despeito de a rádio ser mantida por uma associação com maioria católica. “Por ser comunitária, tem que abrir sua programação para crianças, adolescentes, adulto, velhinho”, de acordo com o estilo de música.

Ele afirma que há dificuldade para fazer reivindicações a órgãos do Estado devido ao pouco poder que uma rádio comunitária tem. Isso faz com que as pessoas se cale. Mas ainda assim deve-se “fazer o trabalho de alertar a comunidade e a sociedade” acerca do “mundo em que vivemos”. A emissora é “só alguém mais para tocar na ferida deles”. Já com movimentos sociais, entidades e sindicatos, afirma, a relação é mais forte, principalmente pelo fato de a rádio ser vinculada à UNAS, que trabalha nesse sentido.

Motoboy, Fábio entende que há pouco vínculo de sua categoria com a Rádio Heliópolis, mas existe essa intenção. A “classe” é pouco valorizada, de modo que é “mais fácil o governo punir” a tentar melhorar suas condições de vida. Exemplifica pela restrição à circulação de motos nas ruas de São Paulo. Para ele, os motoboys devem procurar a rádio para criticar o poder público. “Acho que deveriam participar de todas as rádios comunitárias”.

Por isso, tem o objetivo de criar um programa chamado Alô Motoboy. Considera essencial que participem, “cobrem as autoridades”, pois em alguma hora serão ouvidos. Para tanto, pretende trazer o sindicato para uma conversa com a UNAS, uma vez que para o programa ter força e ser bem feito é necessário vir “uma pessoa já que vive o dia a dia no ramo, que está ali, presença, que tem um contato mais forte com o profissional daquela área, para que eles possam responder de que forma podemos ajudar”.

Estar na rádio Heliópolis e ser motoboy lhe dá pontos de vista diferentes que “podem ser agregados”, trazendo “bons frutos” para a rádio ao falar pela categoria a que pertence. “A questão de trabalhar de motoboy e na rádio são dois conhecimentos diferentes, mas que se agregam num conjunto só e que podemos fazer benefícios para as pessoas”. Seu desejo, no entanto, é ser remunerado como locutor, trabalhar

profissionalmente em uma rádio comercial, apesar de diferenciá-la da comunitária. Na comercial, “te tiram do ar na hora” se reivindicar direitos.

Muitos que procuram a emissora a entendem como trabalho. Migrante da Paraíba, Antônio é serralheiro, mas possuiu ao longo da vida diversas profissões, dentre elas a de locutor de rádio, quando jovem, como primeiro emprego. Gostou muito, mas necessidades materiais o levaram a procurar trabalho em São Paulo.

Após anos vivendo em Heliópolis, procura a rádio para fazer um programa musical. “Já de cara criei um, aos domingos, Matando Saudades, resgatando músicas da jovem e velha guarda, um programa que fazia muito sucesso”. Hoje apresenta Luar do Sertão, de músicas sertanejas e forró. “Levanto 6h, nesse tempo frio, porque é vocação, você gosta, não ganha nada”. Diz resgatar “músicas de raiz”, e fazer “a diferença também para falar da comunidade, dar notícia importante, pego no computador, na internet, e passo para os ouvintes”, que participam por meio de telefonemas. “Pessoas ligam, vai no hospital e liga, quando tem algum problema na rua de esgoto, de buraco, de lixo, essas coisas que acontecem na atualidade”.

Acredita que mudou sua relação com o restante da comunidade após entrar na emissora, pois passou a ser conhecido por Heliópolis inteiro. “Por onde passo cabra me conhece, mudou muito minha relação, fiquei mais conhecido, até porque comecei a apresentar festa junina, dia das crianças”.

Antônio acompanhou o surgimento da rádio e “essa revolução aqui dentro de Heliópolis, uma luta muito grande”. Diz ter sempre participado das reuniões de moradores e, por isso, tornou-se um líder comunitário. Seu trabalho era chamar as pessoas de sua rua para participar das reuniões que tratavam da “luta pela moradia”. Afirmar que a mobilização sempre foi muito grande, e que continua, pela legalização fundiária. Não se envolveu com a criação da rádio comunitária, mas quando descobriu, “sem querer”, que ela passou a transmitir em FM, pediu para participar.

Para ele, a rádio não era legalizada e foi fechada pela Polícia Federal porque “não conheciam o trabalho que a gente fazia”, uma vez que era voluntário, voltado para a comunidade e sem fins lucrativos. “Foi sempre luta, e foi outra luta para poder legalizar essa rádio”. Até que “o Lula veio com o ministro das Comunicações e legalizou”.

Antônio, Fábio e Peroni não são os únicos locutores com experiência anterior em rádio. José, também migrante nordestino, possui envolvimento com o veículo desde a adolescência, quando vivia “na roça capinando mato”, Enquanto trabalhava, conta, “levava um rádio de pilha e colocava lá na frente, ia capinando mato, quando chegava

levava o rádio mais pra frente, e ficava ouvindo aqueles locutores, e falava: um dia vou ser locutor”.

Quando pôde, procurou uma emissora para conhecer seu funcionamento. “A gente lá do próprio Nordeste ia pra cidade, nos finais de semana, naqueles paus-de-arara, aqueles caminhões, e lá a gente ia pra rádio somente para ver”. Em um desses dias, convidaram-no para falar sobre o clima da região onde morava. Foi sua primeira experiência no microfone. Pouco tempo depois, mudou-se para Fortaleza e conheceu uma rádio comunitária próxima ao local onde morava. “Comecei a ajudar”, com limpeza, pintura e manutenção do estúdio. “Ia lá e ficava brincando mesmo, de vez em quando ia ao microfone e falava”. Um dia foi convidado para apresentar um programa musical. “Era forró e música de brega”. Desde então, “não tive mais como sair do rádio”.

Assim que chegou a São Paulo por oportunidade de trabalho – é funcionário em condomínio residencial – procurou uma emissora, pois gostaria de profissionalizar-se. “Comecei a ouvir a Rádio Heliópolis e hoje estou aqui”. Para José, a rádio é aberta a todos, que podem “mandar alô” e ouvir a “prestação de serviço”. “Está faltando luz na minha rua? Então a rádio tem essa certa intimidade com a comunidade e a comunidade com a rádio. Se tá faltando luz, liga na rádio e avisa o locutor que está falando luz na rua...”. Ele lamenta que alguns não saibam da existência da emissora, mas “muitas pessoas que fazem divulgação de carro de som procuram a rádio para fazer a gravação”. Hoje, além do programa musical, apresenta A Voz da UNAS, que durante 30 minutos traz informações sobre os projetos desenvolvidos pela associação, e exige do poder público a efetivação de direitos sociais em Heliópolis.

Além disso, há o trabalho de reportagem, feito por ele e outros dois locutores. “A gente divulga, vai ao local, faz entrevista com a pessoa” para expor algum problema, como da organização da coleta de lixo, pois o programa pode estar sendo “ouvido por alguma autoridade”. Quando é feita a cobrança, no dia seguinte o lixo desaparece. “Chamamos a atenção: cadê as autoridades que tomam conta do lixo? Cadê a empresa contratada que não se manifesta?”

O atual coordenador da rádio, Balza, ressalta que Heliópolis de hoje é resultado de muita mobilização, articulação e pressão em relação ao poder público. A rádio ajuda nesse processo através de entrevistas, “de colocar o dedo na ferida”. “Tem uma rua toda esburacada lá, sem asfalto, então a gente vai lá, entrevista o morador: essa rua sem

asfalto, o que prejudica você”? Com a entrevista em mãos, é feita a cobrança à Sub-Prefeitura.

Assim, considera a produção de reportagens fundamental, pois “cria um vínculo na comunidade” e mostra que a rádio está atuando. É papel do comunicador social buscar informações, notícias, aquilo que acontece “de negativo” na comunidade para procurar soluções. “Uma vez o Carlos foi fazer uma entrevista sobre a questão do lixo aqui. Aí ele pegou um cara na hora jogando lixo na rua. Já estava com o radinho e começou a questionar o cara. (...) Isso é importante porque mostra o papel que a rádio tem”. O crescimento da audiência está, desse modo, atrelado ao entendimento dos moradores de que a rádio é da comunidade. “Eles têm o direito de ir lá, pedir música, passar informação, cobrar, de fazer parte”.

Balza conta que uma vez, durante um programa que apresentava, começou um incêndio na Favela do Boqueirão, próxima a Heliópolis. Um ouvinte que sempre participava do programa telefonou para avisar que, apesar do incêndio, os Bombeiros ainda não estavam no local. “A gente começou a anunciar na rádio, para Bombeiros, as autoridades, irem ver o que estava acontecendo, mas a gente não tinha noção do tamanho do incêndio”, que foi de grandes proporções. “A Robertinha e eu nos comprometemos de ir lá, fomos no dia seguinte. Tudo arrasado. Fizemos campanha, uma balada, arrecadamos roupas, agasalhos, cobertores, e enchemos um caminhão para levar para lá”. Depois disso, os moradores pediram que fosse feita uma ação na favela, com o poder público. “Fomos na Sub-Prefeitura, pedimos palco, som, e chamamos artistas da comunidade, alguns até conhecidos, para se apresentarem, e fizemos show lá”. Com isso, diz Balza, a comunidade percebeu que estava sendo amparada.

Outro locutor que faz reportagens é Carlos, que iniciou seus trabalhos com rádio ainda no Piauí, de onde migrou em 2000. Lá, “trabalhava na roça” cuidando de animais e conheceu uma emissora. “Como eu morava no interior, não dava para fazer todo dia programa na rádio. Fazia só aos sábados. Ia de bicicleta, 24 km, todo sábado, 24 para ir e 24 para voltar. E comecei a gostar”. O programa era “misturado”, com “todo tipo de música”.

Em 2001, já em Heliópolis, conheceu a rádio e começou a fazer um programa das 5h às 7h, “de forró e sertanejo”. Após algum tempo, passou para sábado à tarde. “Chamava Sábado Show. Como eu trabalhava à noite, não dava para fazer de manhã cedo”. Com o fechamento da rádio pela Polícia Federal, no entanto, ficou “desligado do

peçoal”, e passou a atuar em uma emissora evangélica. Quando da reabertura, retornou a convite de Bruno, com o programa “Forrózão de Heliópolis”.

É de forró, só forró. Porque o programa é voltado para os nordestinos, porque aqui agora tem uns 170 mil habitantes, 80% são nordestinos. Quem não é nascido no Nordeste é filho de nordestino. Então esse programa é voltado mais para cultura nordestina, o forró. Não vou dizer que é o que mais tem audiência, mas é um dos que mais tem. Pode ser o que tem mais, mas é bem aceito pelos ouvintes e pretendo até quando a rádio tiver aceitando eu fazer, fazer até continuar em São Paulo, porque penso em voltar pro Piauí. (Carlos)

Carlos diz ter “problemas de saúde”, que o levaram a pedir aposentadoria por invalidez. Desde que faleceu sua companheira, entrou em “depressão profunda, dessa depressão virou esquizofrenia”. Considera a rádio sua “terapia”.

Se eu não estivesse aqui na rádio, nesta hora estava num hospital, internado. Aqui eu faço o que eu gosto e ocupo a mente. Aqui a gente é tudo amigo, a gente brinca, a gente sai para algum lugar, tem as festas também. Então, isso aqui pra mim é um trabalho e uma terapia. Ao mesmo tempo em que estou ajudando a comunidade estou fazendo terapia para mim mesmo. Sábado e domingo que não venho por aqui fico pior, mas de segunda a sexta estou melhor, porque estou aqui falando, conversando com os ouvintes e me distraio mais. Mas se fico mais só, aí as coisas ficam pior para mim. (Carlos)

Para além da importância em sua vida pessoal, ressalta que sem a rádio a comunidade fica “isolada, ela não tem uma voz”. Destaca a possibilidade de anunciar o desaparecimento de pessoas, documentos e animais. Também anúncios de reunião de moradia, entrega do leite e a “prestação de serviço”. “Tem uma rua sem energia há uma semana, a gente vai cobrar aqui no ar, vai até lá com o radinho conversar com o morador e passar aqui na rádio. E cobrar das autoridades: da Prefeitura, da Sub-Prefeitura”. Assim, reivindicam “o que for possível para o bem da comunidade”.

Conta que uma rua próxima à rádio ficou por dois meses sem energia, só havia iluminação nas casas. Moradores já tinham telefonado para a Eletropaulo⁴⁵ e redes de

⁴⁵ AES Eletropaulo é marca de empresa privada, de capital nacional e estrangeiro, responsável pela distribuição de energia elétrica de parte dos municípios de São Paulo. Em 1999, a Eletropaulo Metropolitana (que resultou de divisão da empresa estatal de energia Eletropaulo no âmbito do Programa Estatual de Desestatização) foi privatizada, com a compra do controle acionário pela Lightgás, consórcio formado pelas empresas estadunidenses AES Corporation, Houston Industries Energy (a atual Reliant Energy), pela francesa Electricité de France (EDF) e pela brasileira Companhia Siderúrgica Nacional

televisão, mas não houve qualquer resposta. Então José passou a produzir reportagens no local. “Com três dias que começou a falar, a reclamar aqui na rádio, foi resolvido o problema lá deles, a Eletropaulo veio, colocou luz e iluminou toda a rua”.

Desse modo, Carlos atribui grande importância à produção de reportagens, “porque tem retorno”. Como Heliópolis é conhecida, e tanto a programação da rádio quanto as notícias são divulgadas pela Internet, isso pode gerar repercussão em outros meios de comunicação. “Antes que venha a TV, a mídia maior, quando escutam que nós estamos denunciando esses problemas, eles vêm e resolvem. (...) Melhor resolver enquanto só a rádio está cobrando”. Para ele, o que há de mais importante na rádio são os locutores, que devem se empenhar, “lutar pela comunidade, prestar serviço”. E lembra que todos são voluntários, trabalham porque gostam. “Apresento o programa de forró porque gosto de forró”.

Todos os locutores ressaltam a importância da participação dos ouvintes, tanto no pedido de músicas, quanto para expor o cotidiano de Heliópolis pela descrição de problemas enfrentados, anseios e carências. A audiência já foi maior, “chegamos a 70% da comunidade”, afirma Balza referindo-se à época anterior ao fechamento pela Polícia Federal, mas hoje “não deve chegar a 20%”. No entanto, há dificuldades para fazer a medição. “Às vezes achamos que ninguém está ouvindo, mas somos parados na rua com comentários”. Pela Internet, alcançam “o mundo”, e contam com a participação “de pessoas de todos os lugares”, pelo envio de mensagens e pedidos de música.

Os ouvintes ressaltam o vínculo entre a rádio e a música, sendo esta a principal motivação para sintonizar a emissora. Valdir, dono de um bar, é fã de sertanejo e diz gostar muito da programação, porque fala das pessoas e faz anúncios, divulgando o comércio local. Dentre as ações importantes com que a emissora se envolve, destaca a quermesse e o dia das crianças, divulgadas e promovidas por ela.

A programação sertaneja é também a preferência de Marcos, que trabalha em uma oficina de automóveis próxima à Rua Paraíba e tem o costume de ouvir a emissora. Mas ele não deixa de dizer que “a Rádio Heliópolis é um meio de comunicação que informa a comunidade sobre serviços médicos. Qualquer coisa que tem sobre a comunidade está sempre informando”. Tem ainda importância para achar pessoas, animais e documentos perdidos.

(CSN). Após vendas de ações, a Eletropaulo Metropolitana passou a ser controlada apenas pela AES, tornando-se AES Eletropaulo.

Já o caminhoneiro Cláudio, que mora em uma casa um pouco mais distante da emissora se comparado a Marcos e Valdir, dela gosta por ser “muito comunicativa”, prestadora de serviço, pois atende a população em pedidos para homenagear alguém da família. Cláudio diz nunca ter procurado a rádio para algo que não fosse pedir música, mas sua companheira Maria, por exemplo, reclamou do esgoto. Afirmar ter sido muito bem atendida, e depois passou “um pessoal” para fazer o cadastro. “Falei sobre isso na rádio. Fiz comentário e tudo”.

Em razão da articulação da UNAS, hoje tem rede de esgoto onde vive. “A água era tudo passando aí nesse córrego, direto, era tudo aberto, um fedor, agora tem esgoto”. Cláudio reclama que a comunidade depende muito dos políticos e que “precisa melhorar muita coisa”, como a organização viária, tamanho das calçadas e sinalização, mas destaca que as mulheres “correram atrás”, pois “são muito comunicativas umas com as outras, com a vizinhança aqui, então elas correm muito atrás dos objetivos, porque a gente não pode ficar parado também”.

A música volta a ganhar centralidade em conversa com três costureiras moradoras de Heliópolis. Durante o dia, enquanto trabalham, escutam a emissora juntas. Uma delas, Rosa, é considerada das principais ouvintes, pela participação constante na programação. Perguntadas sobre o trabalho desenvolvido pela rádio, discutem principalmente a qualidade das canções. Apenas Rosa diz estar mais interessada “nas palavras” dos locutores. Do que mais gosta é o atendimento, o “carinho” que recebe ao telefonar. A importância da rádio é “o carinho, a palavra amiga”.

Elogiam também do programa A Voz da UNAS, que traz questões da comunidade. Recentemente, afirmam, houve entrevista uma com Pedro, diretor da entidade, sobre problemas na “passarela do Sacomã”. Contam que “realmente ela balança”, e em dia de chuva fica intransitável. Para Rosa, a rádio deve falar pelo povo, “não somos nós que vamos ter coragem pra abrir a boca, são eles que são os locutores”.

Durante a conversa, todas reclamam de cobrança abusiva da luz, em torno de R\$ 150 na média. Muitos não pagam e passam a ter o “nome sujo”. Afirmam que já houve reunião na UNAS para tratar do problema. Mas as três duvidam do poder da rádio no enfrentamento, pois “não adianta, eles são iguais a nós, ganha-pão também, infelizmente eles não podem fazer nada pela gente”. O locutor Juvenal, que participa da conversa, é da mesma opinião. “A gente é peixe pequeno, não adianta nada”, diz Rosa.

Desta forma, questionam a rádio enquanto espaço de reivindicação frente ao poder público. Cláudio e Maria também reclamam do abuso na conta de luz, “impossível de

ser paga”. Contam que ninguém da comunidade consegue arcar com o valor, altos apesar de reunião de moradores com representantes da empresa privatizada AES Eletropaulo para renegociá-lo.

Rosa passou a ouvir a programação por ser “da comunidade”. “É a rádio daqui, a gente depende dela e ela depende de nós”. Para a ouvinte, é importante que o locutor tenha de fato voz e defenda a comunidade. E dar voz à comunidade significa poder ligar “para desabafar”. “Cada locutor tem que saber que um locutor é a voz de todos”. Gosta também de receber informações sobre a lavanderia, vacinação e exames.

Os radialistas devem, de acordo com ela, “ter permissão” para falar de tudo, pois esse é o papel da rádio. Para isso, é preciso ouvir a comunidade. “Tinha que ter uma pessoa de lá que saísse pelas casas procurando”. Rosa comenta ainda que, na rádio, ela ouve “o que se passa na comunidade”, fica sabendo de tudo o que está acontecendo e isso “é o mais importante”.

Desse modo, para além da já apontada contribuição da rádio comunitária para a “consolidação política das organizações comunitárias” pela transmissão e discussão de idéias e atividades, e por possibilitar por formas próprias – como a produção de reportagens – a “articulação política das organizações da comunidade e fora dela”, ressalta-se que a conformação daquele espaço está relacionada “ao divertimento que é atingido trabalhando o gosto musical da comunidade, sobretudo promovendo os próprios artistas locais (sertanejos, nordestinos, rappers, samba, pagode e rock etc)”. Esses elementos de entretenimento e diversão “desenvolvem-se em uma dinâmica de luta social e política pelos direitos da população local” (FERNÁNDEZ, 1998, p 143).

Nas dispersas e convergentes trajetórias individuais coletivizadas pela busca de satisfação de necessidades sociais, por meio “do acesso às condições de produção e de consumo de bens de uso coletivo e individual” (PERUZZO, 2007, p. 2), a apropriação de “técnicas e de tecnologias de comunicação” é estratégia de realização dos objetivos postos, e também necessidade, na relação dialética entre *manque* e *projet*. É resistência a contingências do mundo expressas historicamente como lacuna e ao mesmo tempo facticidade, mas que conforma nova moldura na qual aquele coletivo poderá atuar.

Os processos de subjetivação inseridos na dinâmica tensão entre determinação social e afirmação da liberdade (FLEURY, 2009a) perpassarão o novo espaço. A rádio comunitária possibilita a emergência e construção de necessidades comuns, por explicitar anseios e carências do território em que está inserida. O prazer dos indivíduos ganha sentido novo pela historicidade em que se insere: vidas de espaço e sujeitos se

conformam. O espaço carrega consigo uma expectativa social, que se estende ao locutor, e este se torna parte de um coletivo e de um processo de legitimação. Por isso, a mistura entre música e “prestação de serviço”. Ambos erigem ação coletiva e possibilitam a construção de laços locais de solidariedade. A rádio se torna indutora de práticas de auto-ajuda, e no convívio com mecanismos de coerção e exclusão sociais traz novos processos difusos de organização popular em torno de propostas de transformação da realidade.

É espaço de trabalho, descanso, lazer e luta, por que perpassa o mundo da vida de que faz parte. É comunicação que “se expande para as atividades” de homens e mulheres inseridos “no seu cotidiano, espaço de conflitos, de debates, com necessidades próprias e que em seu imaginário” têm história, raízes, passado e projeções para o futuro (FERNÁNDEZ, 1998).

A conquista do direito à comunicação, materializada na existência de uma rádio comunitária, se deu e tem se dado por processos de articulação política de forças sociais e econômicas em oposição a classes dominantes e ao Estado, ou na disputa pelo controle deste, uma vez que se trata de espaço de exercício do poder de que diferentes grupos sociais podem fazer parte. Como a legitimidade deste direito e da disputa política têm como elementos históricos fundantes a caracterização da rádio enquanto comunitária – o que significa dar voz às pessoas que naquele território vivem, ter autonomia em relação a Estado e entidades e promover noções de direitos e deveres, por exemplo – locutores e ouvintes, ainda que motivados pelo entretenimento, justificarão a importância da rádio, por ações e expressões, a partir dessas características legitimadoras.

Desse modo, as objetivações coletivas motivadoras daquela ação social se intercalam com objetivos individuais, numa dinâmica entre engajamentos duradouros e efêmeros (PERRINEAU, 1994; ROUDET, 1996). É assim que Carlos, na busca por uma terapia, e José, no exercício de sua “vocação”, passaram a produzir reportagens, que se configuram no principal instrumento de mobilização política daquele espaço específico. O radiojornalismo e os “serviços de utilidade pública” são historicamente forma de disputa política e exercício do poder por possibilitarem não apenas a divulgação de informações (ORTRIWANO, 1985, p. 22), mas também exercer cobrança direta pelas entrevistas ou exposição pública do entrevistado.

Nesse processo, a rádio comunitária se afirma como espaço de mobilização de grupos e sujeitos articulados em torno de objetivos comuns. A expressão de

necessidades sociais, além das demais características e especificidades do território onde está inserida, se dá pela produção musical, de informações, realização de entrevistas e promoção de eventos. As limitações daquele espaço no deslocamento do exercício do poder para as classes populares, na efetivação de direitos sociais, decorrem do processo de formação social de que faz parte e do domínio de classe a que o território como um todo está submetido, conforme exposto no capítulo anterior e exemplificado pela dificuldade de se construir uma ação política contra uma empresa como a AES Eletropaulo.

O rádio no Brasil é historicamente conformado enquanto *meio de comunicação de massas* instrumentalizado para fins políticos e/ou comerciais, mesmo quando enfatizada sua dimensão educadora. Na década de 1920, quando de seu advento no País, as relações sociais em formações urbanas “começam a ser mediatizadas por relações culturais baseadas na produção e reprodução eletrônicas”, o que influenciaria diretamente a música popular, “parte integrante desse processo de certa instabilidade e indefinições”. Em São Paulo, a música “parece ter transitado entre o universo rural ainda sedimentado no seu dia-a-dia e o mundo urbano em construção que ampliava sua rede de mecanismos socioculturais de reprodução, em particular, das formas musicais” (MORAES, 1995, p. 70).

As relações de produção e difusão cultural progressivamente passaram a “ser intermediadas pelos meios de reprodução eletrônica”, em processo que estabeleceu “alterações nas relações de produção e criação da música”. A busca dos artistas passa, gradualmente, a ser pela criação de um produto destinado a encontrar sucesso entre os ouvintes do rádio, de modo que as emissoras cariocas ganham centralidade por serem as únicas com permissão de transmissão nacional, sob influência da incipiente indústria cultural⁴⁶ (MORAES, 1995, p. 70).

Nesse processo instituinte de novos meios de comunicação de massa há um crescimento do profissional assalariado na produção cultural. “A produção social integrada tornou-se normal e necessária”. No rádio, “organizações capitalistas e algumas não-capitalistas organizam a produção desde o começo e oferecem emprego assalariado ou mediante contrato”, de modo que há mudanças “qualitativas” nas

⁴⁶Apenas as emissoras cariocas tinham permissão para transmitir nacionalmente, e estava localizada também no Rio de Janeiro a recém criada indústria fonográfica. A reprodução, em outras localidades, do samba produzido no morro carioca fez com que muitos estabelecessem o Rio de Janeiro como o “berço” do samba. Mas tal idéia ignora diferentes manifestações locais e com características próprias igualmente constitutivas do samba.

relações socioculturais, pois a produção cultural passa a estar “essencialmente situada dentro do mercado empresarial” (WILLIAMS, 2000, p. 52).

Ainda que uma rádio comunitária, conforme exposto, seja formação resultante de um processo histórico próprio de estruturas sociais que “nascem a partir ‘de baixo’ e se organizam por fora e independentes de instituições públicas e privadas” (PERUZZO, 1988, p. 54), as distintas expectativas e apropriações daquele espaço estarão também sob influência histórica do rádio enquanto meio de comunicação hoje já tradicional.

Por mais que se contraponha aos meios de comunicação empresariais pela abertura “à confluência dos interesses da sociedade” (PERUZZO, 1988, p. 54), e historicamente se institua não apenas como direito social, mas “una necesidad social, puesto que la democracia depende de la participación activa y la libre aportación de todos sus miembros” (WILLIAMS, 1976, p. 129), a rádio também historicamente se torna meio de trabalho e subsistência.

A escassez em Heliópolis não é apenas de voz, mas material. Os locutores estão submetidos a situações de desemprego ou sub-emprego, e são trabalhadores mal remunerados que tiveram em suas trajetórias dificuldades de acesso à educação formal, de modo que seu “trabalho vivo” foi durante toda vida “sugado” pelo capital. O trabalho não objetivado na rádio é fonte viva de valor pronta para se tornar trabalho morto e tomar uma vida artificial no todo formal do capital (MARX, 1979).

As razões de entrada na rádio perpassam os campos de experiência vivida e horizonte de expectativas individuais. Em um “mundo social” que dificulta aos moradores de Heliópolis “realizar as suas aspirações e projectos individuais”, as razões práticas de associativismo – como a perspectiva de renda e profissionalização – são motivações para se tornar locutor.

O engajamento associativo visto numa abordagem estratégica significa que, pela entrada nas associações, os jovens demonstram o seu sentimento de dedicação para com outrem; eles preparam o seu próprio futuro; eles passam de uma atitude de expectativa para uma atitude de conquista e de criação; e eles procuram resolver colectivamente as incertezas do momento (BIZA, 2009, p. 399).

O autor moçambicano, ao discorrer sobre o associativismo em seu País, afirma que se trata de uma “etapa essencial para a inserção profissional dos jovens”, para quem a “entrada nas associações pode ser determinante para o futuro individual, uma espécie de trampolim para o seu futuro profissional”. Assim como em Heliópolis, ele trata de

peças não diplomadas que encontram na associação local “uma oportunidade de encontrar um emprego e/ou lutar contra o desemprego que afecta esta categoria social”, em contraposição à descrição “da juventude” como “apática” (BIZA, 2009, p. 390).

Mas há outras motivações para o associativismo, tais como a satisfação “do próprio prazer, assim como para materializar antigos sonhos”, também “o lazer e a procura de diversão” e ainda “os que aderiram de maneira espontânea e voluntária para ocupar o seu tempo” (BIZA, 2009, p. 390). Todas estas são observáveis nas trajetórias individuais descritas que levaram não apenas jovens, mas pessoas de diferentes gerações para a rádio.

Constantemente, enquanto caminhamos por vielas de Heliópolis ou almoçamos no Parceiros da Criança – um projeto da UNAS – locutores reclamam da entidade, que “deveria pagar” quem trabalha na rádio, ou “dar uma cesta básica”. O tema aparece em reuniões e a coordenação da emissora defende a reivindicação. Um deles afirma que “a UNAS não está nem aí para nós, só para os *projetos*. Mas é a rádio o mais importante, a gente pede, reivindica, mas não estão nem aí. É ONG, né? Ficam atrás dos projetos deles”. No dia-a-dia, fazem “uma correria” atrás de “apoios culturais”, em geral de comerciantes locais.

Desse modo, um debate recorrente entre locutores e entidade é o financiamento da rádio, que atualmente se dá por anúncios e *projetos* de comunicação. “Ganhamos prêmio agora do Ministério da Cultura”, revela Leonardo, tesoureiro da associação. Ele acredita que a rádio não utiliza todo potencial em captação de recursos. “Agora que legalizou a gente começou a desenhar alguma coisa”. Só é possível mantê-la no ar pelo fato de o trabalho ser voluntário. E não se cogita profissionalizar. “A gente acha que, se puser dinheiro na rádio, estraga, porque perde o caráter comunitário. A gente está trabalhando para ela ter apoio cultural e ficar sustentável a manutenção”.

A verba para manutenção tem origem em um “um fundo de reserva pra manutenção geral da ONG, de cada projeto”. Cogita-se, também, “começar a vender algumas coisas, propaganda para governo, institucional”. O contato se daria com uma agência lícitada.

O tesoureiro considera importante o trabalho de “reportagem popular” feito por alguns dos voluntários. “A rádio é legal porque o pessoal é tudo voluntário, nesse sentido *é um projeto* legal, mas falta formação, e nós não podemos fazer o mesmo jogo do pessoal”. Para melhorar, é necessário ter “formação política”. “A pessoa tem que ter

ideologia, tem que se contrapor à mídia grande, isso a gente não faz ainda, mas tem que fazer, sem perder a alegria, a dinâmica”.

Outro diretor da UNAS, Gustavo, considera a rádio “uma das ferramentas mais importantes que temos do ponto de vista da mobilização da comunidade”. Isso decorre de ela proporcionar um diálogo direto entre organização e moradores. “Nossa rádio, para nós, nunca foi ilegal, mas para o poder público era ilegal. Hoje nossa rádio é regularizada e reconhecida no Brasil e no mundo, como sempre foi”. Acredita que existam poucas rádios “verdadeiramente” comunitárias no Brasil, mas que a Heliópolis não deixará de ser, continuará:

fazendo as denúncias dos descasos do poder público na nossa comunidade. Acho que ela foi feita pra isso, de ouvir os moradores darem sugestões e as reclamações, dos projetos que gostariam que tivesse em Heliópolis, de benefício que o poder público não faz aqui, desde pavimentação, da conta de luz que é abusiva da Eletropaulo aqui dentro, da conta de água que a Sabesp cobra caro aqui dentro. A rádio é para ter essa formatação de mecanismo, de estar próximo das pessoas para ouvir os problemas e possivelmente estar junto com ela para apontar as sugestões. (Gustavo)

Além disso, afirma ser necessária a diversificação da programação musical e a busca de parcerias. Enfatiza que há dificuldades financeiras, do que decorre que todos os locutores sejam voluntários, inclusive a coordenação. Isso implica em dificuldades na programação, por não haver profissional dedicado exclusivamente aos trabalhos na rádio. Apesar de ser um Ponto de Cultura, ainda não há uma parceria que torne possível à rádio ser um “instrumento mais dedicado” à transformação da realidade local. “Precisamos ser uma rádio diferenciada, que seja realmente voltada pras questões sociais e da comunidade”.

A Rádio Heliópolis é hoje um espaço sob controle direto da UNAS – que obteve uma concessão pública – mas foi historicamente formada enquanto rádio comunitária daquele território, não como *projeto* de uma ONG. As expectativas de locutores e restante do corpo social daquele território se relacionam, desse modo, com a historicidade do rádio no Brasil, da rádio em Heliópolis e da UNAS enquanto associação de moradores.

Conforme exposto no capítulo anterior, as estratégias de mobilização do grupo social que hoje está na direção da entidade variaram bastante ao longo do tempo e estão relacionadas às características da articulação social em torno de necessidades sociais e à

maneira como o Estado, governos, partidos políticos, Igreja e entidades se relacionam com a sociedade. A entidade formada passa progressivamente, nos últimos decênios, a combinar movimento social com formulação de *projetos*, de modo que a “sustentação organizacional” se dá, fundamentalmente, por *apoios financeiros*.

É nessa dinâmica que as lideranças manipulam a identidade da associação, jogando com ser ou não uma ONG, de acordo com os contextos político-sociais, as possibilidades de financiamento de atividades, e com os critérios de legitimidade de suas ações (LANDIM, 1993, p.19). Validade e facticidade da ação permeiam um mundo da vida formado por laços de solidariedade, mas também “colonizado” pela relação com o capital.

Não financiar a ação social dos locutores significa aqui não “fazer o mesmo jogo do pessoal”, trabalhar com “reportagens populares” e se “contrapor à grande mídia”. Mas estas expectativas decorrentes do processo de legitimação da rádio comunitária se chocam com outras, formadas pela invasão das esferas públicas e privada pelos sistemas econômico e estatal-burocrático. A relação entre forma e conteúdo no financiamento das ações sociais por *projeto* influirá na interação entre rádio e locutor, que deseja ser trabalhador.

Há uma relação entre a forma de organização interna da emissora e “a integração de sua ordem dentro da ordem social geral”. O rádio é uma *formação* cultural com níveis de “formalidade ou informalidade relativas”, e historicamente determinadas. É espaço que se funda pela “*participação formal de associados*, com modalidades variáveis de autoridade ou decisão interna”, mas também se organiza “em torno de alguma *manifestação pública coletiva*”, de modo que possui princípios organizativos distintos, que implicarão em *formas* distintas de expressão de anseios e valores (WILLIAMS, 2000, p. 66-8). É nesse contexto em que se explicitam contradições constitutivas daquele espaço e que advêm de uma sociedade dividida em classes.

Soma-se a isso a concepção geral na sociedade do rádio enquanto meio de comunicação de massa, do que decorrem relações sociais de outro tipo, que remontam ao controle da propriedade e da gerência, dentro do qual muitas das formas sociais de produção cultural devem funcionar e com isso assumir características de profissionalização. São formas sociais que “têm acompanhado as linhas principais de poder social e econômico geral” (WILLIAMS, 2000, p. 115-7). Esta concepção historicamente construída pela trajetória do rádio no Brasil tensiona com a historicidade da radiocomunicação comunitária como um direito.

Nas mudanças técnicas de nossa época, novas formas de acesso e novas formas sociais de produção cultural coletiva estão na verdade sendo intensamente exploradas. Elas ainda surgem apenas marginalmente e sofrem grande pressão das formas dominantes das modalidades do capitalismo desenvolvido e do capitalismo de Estado, que frequentemente gozam da vantagem adicional de terem de fato o controle da produção e das orientações das mais novas tecnologias. Contudo, pelo menos se pode dizer que a longa e complexa história das relações entre os produtores culturais e seus meios materiais de produção ainda não terminou, mas continua aberta e ativa (WILLIAMS, 2000, p 117).

Ainda que haja meios de difusão de idéias subversivas, “não é a censura que é o meio mais eficaz de destruir um movimento ou uma personalidade revolucionária potencialmente ameaçadores, mas sua transformação em moda” (JAMESON, 1985, p. 90). Em contraposição, as lideranças da UNAS apontam como principal desafio relacionado à rádio a formação política e educacional dos locutores, para que seja espaço de mobilização política e social. “A gente não quer rádio para tocar música o dia inteiro, é importante, distrai, é entretenimento, mas tem que ter formação de opinião, tem que formar a opinião pública, divulgar o que está acontecendo na comunidade, de bom e de ruim”, afirma a assessora de comunicação da entidade. Para Juliana, não há esse entendimento por parte de alguns locutores, que desejam uma rádio igual às outras.

Outro desafio é dar visibilidade ao trabalho. Mas para tanto é necessário ter recursos e que os diferentes projetos da entidade procurem os meios de comunicação. “Fica deficiente, porque as pessoas não procuram a rádio, ou quando procuram está em cima da hora”. Há a disponibilidade, pouco utilizada, de os jovens ou educadores lá desenvolverem suas atividades, “falar o que fazem”.

Alguns dos militantes de Heliópolis se valem do espaço para mobilização por direitos, como à saúde e moradia. Pedro, coordenador do Movimento Sem Teto vinculado à UNAS, atribui importância à Rádio Heliópolis pela possibilidade de se atingir um grande público na divulgação de informações de interesse da comunidade. Ele a frequenta constantemente, e lamenta que nem todos da comunidade a ouçam. Pede mais divulgação, para que mais pessoas se tornem ouvintes. Mas recebe retorno quando concede entrevistas. Em geral, são sobre habitação. Considera fundamental a participação da população na elaboração e gestão de políticas, e entende que é importante o trabalho em conjunto entre rádio e movimentos, entidades e instituições. “A rádio está com as portas abertas exatamente pra isso. É possível e necessário”.

Também é possível o trabalho pedagógico. Aline, hoje afastada dos trabalhos com comunicação, lembra que quando houve “implantação aqui da robótica pela parceria da Lego, as crianças fizeram todo programa de informe para os pais”. Nas discussões sobre política pedagógica, o “primeiro movimento a fazer é incluir a criança para uma discussão de como vamos usar a mídia. A criança já sabe que vai ter de criar vinheta para ir pra rádio”.

Tadeu acredita que as pessoas estão hoje “buscando mais coisas que acontecem na comunidade”. Ele aponta como problema a ausência de recursos para profissionalizar o trabalho na emissora, mas acredita que “a rádio comunitária tem que ser diferente, porque rádios já temos muitas”. Para ser igual às outras, seria desnecessária. E ser comunitária é ter “esse espírito da solidariedade”. Exemplifica com a programação de Rafael, locutor que trabalha a questão do lixo pelo rap. “Isso é promover a cidadania”.

A função da rádio acaba por ser “estratégica”, por comunicação estar relacionada com conhecimento. “Tem que ter música, mas tem que ter momentos como essas vinhetas: ‘você sabia que tem direito a isso...’”. E resume com uma frase do ex-presidente Lula, na inauguração: “ele falou: ‘vocês da rádio falem mal de mim, do Serra, do Kassab, mas falem bem de vocês. Então, é isso o segredo né? A gente não pode dividir a rádio, não é para dividir a comunidade, é para uni-la’”.

Nesse sentido, Roberto afirma que a emissora é de fundamental importância no projeto de transformação de Heliópolis em um “bairro educador”, embora “muitos programas da rádio tenham que passar por uma reestruturação”, pois só colocam músicas e não levam a uma problematização da realidade. Ele entende que para ela se tornar efetivamente comunitária deve estar a serviço da educação. E pretende iniciar um programa com o objetivo de divulgar os “equipamentos” da UNAS, com a participação de pessoas que estão envolvidas em projetos da associação, ou de escolas da região.

Num bairro educador, uma rádio tem que ter um papel fundamental de articulação, de organização da comunidade. E não tenho dúvida nenhuma que a rádio é um dos instrumentos fundamentais da construção do bairro educador, assim como cada equipamento educativo, cada escola da região. E acho que a rádio vai ajudar inclusive a aproximar as escolas e esses equipamentos educativos, porque esse vai ser o objetivo desse programa que vamos fazer lá (Roberto).

Ele entende que a função da rádio comunitária é “captar as necessidades da comunidade, trazendo essas necessidades para o debate e ao mesmo tempo ajudando a comunidade a se fortalecer e se organizar mais pra poder ter força”. Nesse sentido, “a rádio comunitária é instrumento estratégico e até agora não tá assumindo essa sua importância como deve”.

Já a atual presidenta da entidade entende que o objetivo da rádio é passar para a comunidade “essa questão da importância da solidariedade e o olhar no sentido desse trabalho do voluntariado”. Ester deseja que a rádio seja uma ferramenta para “essas questões do direito, para conscientizar, passar informação, a informação nossa”. A rádio é para dialogar com a comunidade, “no sentido do que a gente acredita. Mas nosso sonho era muito maior, é realmente ser um instrumento que comunicasse o que a gente, a nossa cultura, acredita”.

Há trabalho de formação realizado pela UNAS para os locutores, com a intencionalidade de que “assumam um papel de rádio comunitária”, diz Eduardo, membro da associação e um dos formadores. O planejamento estratégico da entidade coloca como objetivo tornar Heliópolis um bairro educador, e a comissão de formação de que participa atua nesse sentido, para que as pessoas envolvidas com a rádio reflitam sobre o que estão produzindo e sua relação com a concepção de Heliópolis enquanto bairro educador. “Aí entra a questão da música”.

A comissão colocou em questão as canções colocadas no ar. “A gente faz um debate questionando a grande mídia, a indústria cultural, e acaba reforçando na nossa programação”? Eduardo acredita que é preciso “avançar na questão cultural. E como a gente pode avançar? Resgatando uma cultura escondida que tem na comunidade, que é composta na grande maioria por nordestinos”. Para ele, é preciso “trazer de volta” manifestações culturais relacionadas aos costumes, jeito de falar e hábitos alimentares. “Precisamos trazer as coisas interessantes de volta para tentar construir alguma outra coisa que não seja o que está posto”.

A importância disso está em expor “parte da história dessas pessoas”, e assim mostrar que Heliópolis tem história, resgatando os conhecimentos que as pessoas têm. “A partir desse resgate as pessoas podem criar uma consciência e construir algo diferente”. Isso precisa ser proporcionado pela rádio, e pode sê-lo por meio das músicas.

A relação entre música e o “potencial de transformação” da realidade pela rádio não é exposto apenas nas falas de lideranças e comunicadores, mas consiste na preocupação central dos processos de formação organizados pela entidade para os

locutores. A questão foi tema de duas reuniões realizadas durante o processo de produção do material empírico desta pesquisa.

Em uma delas, a que gerou mais polêmica, um avaliador externo convidado pela UNAS, Basílio, cobrou “elevação do padrão cultural” da emissora. Muitos locutores, reservadamente, concordaram com a avaliação, no entanto manifestaram indignação por ter sido feita uma cobrança pública, sem conversa prévia, e de modo veemente. Além disso, questionaram a legitimidade do avaliador, que não é envolvido com rádio (é militante sindical), “estava fedendo cachaça” e fez suas observações baseado em três horas de programação que ouviu.

Basílio fundamentou sua avaliação na contraposição entre os meios de comunicação de massa, veículos “da burguesia”, e uma rádio comunitária. Os primeiros, afirmou, são “zero de cultura” e “promovem a fantasia nas pessoas de que ficarão ricas”. Já a Rádio Heliópolis é resultado de um processo de luta que se iniciou na década de 1970, e que “teve bala, não foi concessão, tivemos que brigar muito. A perspectiva das organizações populares talvez fossem mais fortes, tivemos algumas vitórias, mas não conseguimos trabalhar comunicação, cultura e formação”. Por isso, entende ser necessário “avançar na formação do trabalhador”, e isso se faz falando “da nossa cultura do Nordeste”, ouvindo “o Zé da Roça do bairro, mas também o Hermeto Pascoal”. Desse modo, não concorda “com o tipo de música e noticiários” colocados no ar, pois reproduzem a programação das rádios comerciais.

Destas considerações decorreu um intenso debate sobre a “qualidade” das músicas tocadas na rádio. Criou-se uma dicotomia entre “o que os ouvintes pedem” e aquilo que é historicamente reconhecido como “música boa”. Rafael afirmou, por exemplo, que “não conhecia esses nomes [como Hermeto Pascoal], mas a MPB não conhece a periferia. Gosto de MPB, mas nossa cultura está aqui dentro. O que é nosso deve ser divulgado, não o que os boys gostam”. José completou dizendo que “as bandas daqui salvaram nossa quermesse. Fôssemos depender de quem é de fora, não teríamos música”.

Os locutores também mostram preocupação fundamentalmente com as músicas. Para Peroni, a produção da rádio “é voltada para o gosto da própria comunidade”, o que a torna, por si, cultural. O fato de a maioria ser nordestina faz com que o forró predomine da programação. E a rádio divulga os trabalhos de bandas da própria comunidade ou outras regiões. Outros gostos musicais são contemplados por programação voltada ao rap, samba ou Jovem Guarda, exemplifica.

Carlos possui programação questionada pela direção da UNAS e outros locutores, pois coloca no ar forrós considerados de “baixo nível cultural”. Afirmar que atende ao gosto da maioria das pessoas, e que 90% dos forrós têm duplo sentido, cabendo ao ouvinte entender da forma que achar melhor. Como a comunidade pede, ele diz ter de tocar. Conta que a maioria dos artistas de Heliópolis já passou pelo seu programa. “Só não vêm os que não querem”. Sua preferência é dar oportunidade para “esses que estão começando, porque quem já está lá em cima tem condições melhores, como divulgar numa rádio grande, na TV”. Grasi também enfatiza a oportunidade que a rádio oferece de divulgar o trabalho das bandas locais.

Já Rafael, perguntado sobre se a rádio produz e reproduz cultura, afirma que ela produz pela organização de eventos, divulgação, também com um horário específico para os clubes de futebol de Heliópolis. “Tem programação de forró, que fala da cultura nordestina”. Responsável por um programa de rap, entrou na rádio ainda adolescente, por curiosidade. Até então, considerava-se “um moleque”, que passava o dia entre brincadeiras nas ruas. Decidiu brincar também na rádio. E uma vez voluntário da emissora, passa a conhecer o Hip Hop e a comunidade.

Estar na emissora o levou a se envolver com o movimento Hip Hop. Hoje, considera-se um militante, o que significa “se preocupar com os problemas sociais da comunidade”, ser alguém que se integra, está “no dia-a-dia lutando. Não é só falar por aí que é da comunidade, é você é conviver, é você sentir, é você estar, é você acompanhar, porque tem várias pessoas que necessitam de ajuda”. No Hip Hop, milita com a organização de eventos, por exemplo, e pelo trabalho desenvolvido na rádio. “Não sou MC, não sou rapper, mas faço programa dos rappers, toco músicas dos rappers, falo dos rappers...”.

Desse modo, a contraposição entre distintas expectativas e atuações relacionadas à rádio comunitária apontam para alguns dos desafios postos ao fortalecimento da participação social na elaboração e gestão de políticas e na transformação da realidade. As pessoas com longa trajetória política em Heliópolis ou que se aproximaram da UNAS para atuar politicamente na região colocam como necessidade a “formação política e educacional dos locutores”, para que a rádio seja espaço de “mobilização política e social” pela “formação de opinião”. Ganha ênfase a “divulgação de informações” e a produção de programas que “levem a uma problematização da realidade”. A música é entendida como parte desse processo. Ser uma rádio comunitária é “articular” a comunidade, fortalecer a organização social, ressaltar a “importância da

solidariedade”, sem “reforçar a indústria cultural”, mas pela “elevação do padrão cultural”. As falas e ações dos locutores, por sua vez, expõem algumas respostas para preocupações semelhantes, operando uma extensão de sentido daquilo que se entende por cultura. A “música boa” é a das “bandas daqui”, ou a que “o ouvinte pede”, não os chamados “produtos da alta cultura”.

Na formação social daquele território, há uma produção de significados e valores que transita entre determinações político-econômicas e o modo particular de vida de distintos grupos sociais. Cultura, nesse contexto, se expressa tanto como “processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético”; quanto como “um modo particular de vida” e “obras e práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística” (WILLIAMS, 2007, p. 121). Para lideranças e locutores, essas três categorias “amplas e ativas” de cultura se articulam no trabalho da rádio comunitária, de modo que a produção material e simbólica não está dissociada das relações sociais como um todo. Os processos de “mobilização política e social” em que alguns locutores se inserem não estão relacionados à “elevação do padrão cultural”, mas à integração que se dá “no dia-a-dia, lutando”, justamente por cultura não estar dissociada das relações sociais formadoras do território em que a rádio está inserida.

Thompson (1987) afirma, na *Formação da Classe Operária Inglesa*, que no “tempo/espço dos divertimentos”, no “mundo do não-trabalho”, aqueles que se incomodavam com o mundo do trabalho podiam engendrar sociabilidades e resistência em distanciamento reflexivo das mudanças sociais em curso (MELO, 2010, p. 13). Era nesses “locais, onde os trabalhadores se encontravam para tomar uma cerveja após a jornada diária”, que se formavam os “focos de preparação da resistência política, da ‘conspiração’” (MELO, 2010, p. 13).

Resistia-se a estratégias de controle por ações jurídicas, policiais e também de cunho religioso, “um protestantismo beato, rígido, farisaico, sem intelectualismo, obcecado com a moralidade puritana a ponto de tornar a hipocrisia sua companheira automática” (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 263), e que “mediou a disciplina do trabalho na industrialização”. Naquele contexto, “as pressões em favor da disciplina e da ordem partiam das fábricas, por um lado, e das escolas dominicais, por outro, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta” (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 291-2).

As celebrações de tradições “provincianas” eram resistência à “perda do tempo livre e à repressão ao desejo de se divertir”, em uma “luta entre o antigo modo de vida e

a nova disciplina”, que significava levar a coerção para o interior do indivíduo (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 300). As festas e feiras, por exemplo, eram formas de negar tais intuitos coercitivos das “pessoas instruídas em relação aos divertimentos tradicionais do povo” (THOMPSON, 2002, p. 28).

Em suas obras, Thompson e Williams criticavam, a partir da construção histórica e conceitual de cultura, a “tradição inglesa que propugnava a ideia de que a cultura era um privilégio de poucos, de uma vanguarda que deveria conduzir a maioria, que supostamente não teria condições de escolher seus caminhos em meio a uma sociedade turbulenta”. Ambos entendem que nos espaços autônomos de sociabilidade, no “vigor da cultura popular”, se desenvolvem “fortes noções de coletividade e formulação de valores diferenciados dos padrões oficiais” (MELO, 2010, p. 18).

Em *Cultura e Sociedade*, diz Williams que “o principal elemento característico da vida inglesa a partir da Revolução Industrial é (...) a coexistência de idéias alternativas sobre a natureza das relações sociais”. Em contraposição ao individualismo, são a “ideia básica do coletivismo, e as instituições, maneiras, hábitos de pensamento e intenções” os elementos conformadores da classe operária (WILLIAMS, 1982, p. 312).

A ênfase dada por militantes da UNAS à “necessidade de formação” para os locutores na construção de um bairro educador reside na concepção de educação como “fator social construtivo” (FERNANDES, 1960, p. 172-3) de um processo de superação de determinações econômicas, sociais e políticas. Mas ainda que esta demanda seja expressão de uma necessidade socialmente construída e os processos formativos organizados apontem para a transformação desta necessidade desde *manque a projet*, as atividades educativas organizadas não estão livres das determinações a que elas se opõem.

O envolvimento da comunidade com uma rádio está relacionado com a programação musical, que pode ser caracterizada como atividade de lazer e/ou laboral, bem como resultado de produção simbólica e material, em que a relação entre forma e conteúdo do resultado desta produção expressa modos de vida, necessidades, valores e trabalho do território em que está inserida.

Trata-se de um espaço autônomo de sociabilidade que no “vigor da cultura popular” constrói pela produção simbólica e material a “ideia básica do coletivismo”, expressa na programação. Por isso, Rafael passa a se considerar não apenas um locutor, mas parte de um movimento, o Hip Hop. É produção simbólica e material que, mesmo se apoiada na ideia de cultura enquanto prática e obra artística ou como produto de uma

indústria, se dá por, e leva a, processos de ação política, econômica e cultural, caracterizados pela articulação e mobilização de indivíduos e grupos em busca de satisfação pessoal relacionada a um prazer; divulgação de produto cultural previamente trabalhado; e/ou superação de carências econômicas e sociais.

É nesse sentido que ganha importância a concepção da rádio enquanto espaço de articulação de sujeitos em torno de distintos objetivos. Além do grupo social ligado à UNAS, destaca-se a proximidade da rádio a grupos que atuam no campo da cultura, como clubes de várzea da região, uma produtora comunitária de vídeos, e grupos musicais, por exemplo. Há também o envolvimento de comerciantes locais com a produção de anúncios, além de ações pontuais de grupos externos, como universitários ou profissionais da saúde.

Balza acredita que a ação cultural faz frente à precariedade do ensino. Mas para isso, deve estar bem estruturada, e o poder público deve cumprir seu papel na garantia do direito. “Vai chegar uma hora que a gente não vai agüentar fazer com as próprias pernas, vai precisar de ajuda, que é o poder público chegar e fazer seu papel, não só a gente fazer nosso papel. Acho que é uma parceria, que todo mundo tem que contribuir”.

Atual coordenador da rádio, afirma que ela é um espaço que produz cultura, pela divulgação de atividades culturais e mobilização em torno dos eventos. Balza é uma das principais lideranças jovens de Heliópolis, com atuação na rádio e no campo da cultura. Conhece a emissora desde os tempos em que era corneta, e como seu desejo era discotecar, passou a aprender com o DJ Tiozão. Ambos entraram na rádio com o intuito de divulgar o trabalho musical. “Eu não era um cara politizado”.

O então coordenador, Bruno, cobrava envolvimento para além da produção musical no programa, afirmando que os locutores deveriam se tornar “uma liderança comunitária”. Após entrar na rádio, Balza passa a se “envolver mais”, pois sente “na pele mesmo essa importância que cada locutor tem para a comunidade”, o que significa ser uma referência para resolução de problemas pontuais, tais como perda de documentos, ou gerais, como a organização da coleta de lixo ou articulação de grupos culturais.

Antes, não tinha o “entendimento” de que faz parte de um coletivo, de que deve “colaborar pra melhoria da qualidade dessa comunidade”. Com o trabalho na emissora, Balza percebe “essa importância que a rádio tem e todo o meu papel no crescimento e desenvolvimento dessa rádio. Eu pensava: sou só mais um, então não posso fazer nada. Depois que eu vim pra rádio: eu sou um a mais a contribuir nesse desenvolvimento”.

Isso se deu pelo trabalho na rádio em si e também pelas referências políticas, as pessoas que “construíram a história do Heliópolis ao longo desses anos, que me mostraram isso, o Bruno, o Tadeu e a Lia”, dentre outros.

Esse sentimento de pertença a um coletivo levou à ação política. Balza conta que começou a se destacar na rádio, pelo sucesso do programa Revolução Rap. Naquela época, afirma, os grupos de rap eram muito desunidos, promoviam eventos e não convidavam toda comunidade, apenas as pessoas mais próximas. Com o programa na rádio, tem início um processo de integração.

Quando assumimos a rádio falamos: pô, temos que mudar esse quadro. E aí a gente conseguiu mudar esse quadro, porque quem vinha na rádio sentia-se bem, de estar participando da programação da rádio, e a rádio acabou se tornando um ponto de encontro da juventude de Heliópolis, e através da rádio a gente conseguiu unir mais os grupos, as bandas aqui da comunidade (Balza).

Desse modo, após começar a freqüentar o espaço, grupos passaram a se conhecer e promover ações com público maior. “Depois que a gente uniu forças, a gente fazia uma evento e conseguia lotar facilmente, porque o pessoal via: pô, está todo mundo junto, vamos colar lá”. Eram promovidos eventos como shows de rap, oficinas e debates temáticos, que diminuíram com o tempo, devido “à correria” e ao “momento do rap”, pois não há mais tantas bandas nem ouvintes. No entanto, diz Balza, eles seguem cumprindo seu papel, que é “conscientizar e alertar a comunidade de seus direitos e deveres de cidadão”.

Isso se reflete na relação atual com o poder público, pois Balza diz agora saber reconhecer as necessidades da comunidade e fortalecer politicamente os posicionamentos. Um exemplo é a relação com a direção do Centro Educacional Unificado (CEU) localizado na região. “A gente acha que o CEU é um pólo cultural. Tem que ter ação cultural, ação de cidadania”. No entanto, a comunidade não se sente dona do espaço, a despeito de ser público, “um espaço nosso, né. (...) E infelizmente, acontecem algumas coisas que acabam mostrando que aquele espaço não é seu realmente”.

Ele conta que, quando da inauguração, a comunidade não se sentia pertencente ao espaço, e isso levava a atos de vandalismo. Para transformar a relação entre moradores de Heliópolis e CEU, passou-se a realizar eventos no local, auto-organizados.

Foi assim que nasceu a nossa Balada Black Educativa. Como eles não abriam pra comunidade, quando a comunidade tinha a oportunidade de estar lá dentro tratava como espaço que era da Prefeitura, do poder público, que não é nosso, aí vai lá e quebra a torneira, picha, zoa tudo. Aí a gestão do CEU daquela época teve uma reunião com os jovens da comunidade para perguntar o que poderia ser feito. Falei: ‘só vai mudar quando a juventude se sentir dona deste espaço aqui’. Aí o gestor falou: ‘o que a gente pode fazer para vocês se sentirem donos?’ Falei: ‘é só dar oportunidade pra gente desenvolver nosso trabalho’. Ele deu a oportunidade, e a gente criou essa balada. Era balada para fazer só uma vez (Balza).

A festa sem álcool surgiu então com a proposta de conscientizar as pessoas que freqüentavam o CEU. Foi um sucesso e passou a ser organizada mensalmente. A rádio era utilizada para divulgação. Promovia-se dois eventos: a Balada Black e o Sarau Rap, aos sábados e domingos respectivamente. Toda organização era de responsabilidade dos jovens de Heliópolis. No entanto, quando mudou gestão do CEU, deixou-se de organizar os eventos, por falta de interesse dos gestores. Hoje, a festa é realizada em espaço da UNAS. “Queriam manter o Sarau Rap, mas queriam parar a Balada Black, pois acreditavam que a balada era como outra qualquer”.

O grupo entendia a balada como conformadora de noções de coletividade, em espaço autônomo e de sociabilidade. No “vigor da cultura popular”, desenvolviam-se “valores diferenciados dos padrões oficiais”. Por isso, se opôs a deixar de realizar a festa, “pois a balada é tão importante quanto o sarau”. Mas os “padrões oficiais” impediram sua continuidade. Balza conta que o CEU era um espaço “lotado”, e hoje está novamente esvaziado. “As pessoas não têm o entendimento de que aquele espaço é delas”.

Atualmente, a equipe da rádio consegue promover alguns eventos no local, com a presença de nomes importantes do Hip Hop, mas pouca gente comparece, pois “o morador de Heliópolis não tem prazer de ir ao CEU, por não se sentir à vontade”. Para transformar essa realidade, seria preciso, novamente, dar oportunidade para a comunidade mostrar seu trabalho.

Nesse sentido, o processo de envolvimento com uma rádio é também de subjetivação política, na medida em que nele se dá um reconhecimento individual e social de necessidades comuns em dada coletividade, bem como proporciona a construção de relações de indivíduos e grupos com Estado, partidos políticos,

Instituições, entidades e espaços públicos e privados, e a emergência de anseios e carências do território em que a rádio está inserida.

Outra trajetória significativa é a de Bruno, atualmente uma das principais referências em mobilização social em Heliópolis. Sua aproximação com a entidade se deu após convite para desenvolver trabalho na UNAS relacionado à questão LGBTT. Migrante de Minas Gerais, Bruno deixou sua cidade natal fugido da família, aos 15 anos, em direção a São Paulo. Após viver e ter problemas com uma tia, decidiu se mudar para Heliópolis, onde passou a ser perseguido por ser homossexual (é também Drag queen). Encontrou como estratégia de resistência a formação de um grupo na escola onde estudava.

Discriminação eu sempre recebi, desde criança, já era discriminado na fazenda, e aí, por ser criança, a gente não entendia muitas coisas, chorava aqui, brigava ali, batia numa criança na escola, na roça, mas não tinha muito entendimento. Quando cheguei aqui intensificou a discriminação. E tem uma coisa que eu fazia muito, e ainda faço, de ouvir opiniões, de ouvir os mais velhos: ouvia as pessoas falarem de direitos. Aí entendi que eu tinha direitos. (Bruno)

Ele afirma que esse entendimento foi sendo construído pelo seu contato com “as pessoas guerreiras”, aquelas que começam a se mobilizar em resistência à realidade que se impõe. “Comecei a me mobilizar porque vi o momento que eu tava passando”, de modo que “essa mobilização que comecei não foi pensando só nas pessoas, na comunidade, foi pensando em mim”, pois “tinha uma perua azul de grileiro, ia atrás de mim para me matar direto. Acha que não ia me matar? Ia. Se não constituir um grupo, eu vou morrer”.

Percebeu na escola que fazia parte de um grupo social com necessidade de abrir um “canal de diálogo” com a comunidade. Passou a se reunir com outras pessoas, perseguidas pelo mesmo motivo, para conversar sobre como lidar com a situação. Eram encontros em casa, “com chá, uma comidinha gostosa”, e bate-papo sobre a realidade local. Após conhecer esse trabalho de articulação, a UNAS o convidou para desenvolver alguma atividade na rádio. E assim se deu o processo de criação do programa A Tarde do Babado:

Ele virou líder de audiência. Um programa que era feito para o público GLS virou algo que adulto, criança, adolescente, jovens, idosos, todo mundo ouvia o programa e amava o programa, porque era

um programa descontraído, entrava uma música do filme “Priscila, a rainha do deserto”, uma música bem dançante e coloquei o nome: A Tarde do Babado, nas tardes de sábado e domingo. Falava assim: ‘Dona Maria, vai uma música pra Sra. quero ver todo mundo dançando. Puxe o sofá, puxe as cadeiras, deixe a casa livre, já deixou todo mundo aí? Agora vamos dançar, quero ver todo mundo dançando comigo’. E dançava e eu dançava dentro da rádio. E perguntava: ‘quem está dançando manda aqui um bilhetinho, quero saber’. Daqui a pouco chovia bilhete na rádio. E trazia: ‘mamãe está dançando, morrendo de cansada, manda música, e mandava música’... e aí, por tudo isso, levantou a audiência da rádio. O programa numero 1 da rádio era esse. A UNAS falou assim: a rádio está iniciando agora, você vai ser o coordenador da rádio. Falei: mas como? Você vai simplesmente fazer com que os programas tenham o mesmo sucesso, a mesma participação com ouvintes como o seu tem. Falei: vou coordenar a rádio, desde que possa mexer nas programações. Você vai ser o coordenador. Aí comecei a mexer nas programações. (Bruno)

Assim descreve o programa que ganhou prêmio da Parada Gay e que ajudou na luta contra a discriminação em Heliópolis. “Meu programa era para quebrar o preconceito, voltado para o público GLS”. Por isso, optou por fazer “nesse estilo”, descrito por ele como dançante e animado. Tornou-se coordenador da rádio e passou a discutir toda a grade, com base na noção de direitos e deveres. “Tem que discutir, pesquisar, trazer novidade”.

O programa “foi decisivo” para aumentar a aceitação a gays, lésbicas, bissexuais e travestis em Heliópolis, considerado hoje, por ele, um local em que são respeitados e podem viver minimamente em paz. “Na UNAS, a gente discute num coletivo, eu não discutia no coletivo, fazia o que achava que estava certo e acabava dando sorte”. Formou-se um grupo denominado O Grito, que se reunia “para disseminar a tolerância”, estimular a boa convivência e refutar mitos e boatos. “Homossexual não é agredido aqui, nem verbalmente. Se for agredido, a própria comunidade fala: não é bem assim não”.

Sua formação política se deu, desse modo, principalmente pelo envolvimento com a UNAS e a Rádio Heliópolis. “A rádio me transformou, eu era uma jóia bruta, a rádio, a UNAS, me lapidou, e vem me lapidando cada vez mais. Estou falando na questão de entendimento, de olhar o outro como ser humano, de respeitar o outro, respeitar os direitos”. E assim como aprendeu, ensinou as principais lideranças locais pela realização de seu programa e outras ações políticas, tal como A noite do Babado, uma festa gay.

A coisa mais bonita, a noite inteira, porta aberta, entrava quem quisesse. Fizeram desfile, tudo. Fiquei olhando *o jeito deles se organizar*. A gente aprende muito com isso. E o preconceito continua dentro de cada um de nós. E só tem um jeito de quebrar ou diminuir: é trabalhar junto com esse povo, aprender com esse povo, é viver junto com eles (...). Isso é construir direitos humanos, é construir a democracia que a gente acredita. (Tadeu)

Tal construção da “democracia” se dá nos processos de resistência a conformações sociais excludentes oriundas da determinação, por códigos e práticas estritos, do que é ser homem, mulher, negro ou pobre. Trabalhar junto, viver junto, é expressão da busca pelo (re)posicionamento de sujeitos, que inauguram novas formas de sociabilidade e com elas (re)definem campos de luta e produzem “novas estratégias de reconstrução da ordem política e de enquadramento das demandas sociais”, que podem apontar para “processos de transformação das estruturas institucionais estatais” (FLEURY, 2009a, p. 415).

As experiências de Bruno, Balza e tantos outros que passam pela Rádio Heliópolis a caracterizam como um espaço de ação e expressão políticas por formas diferenciadas das necessidades econômicas e sociais do território onde está inserida. Formas que decorrem das especificidades do espaço rádio e dos modos de vida e relações econômicas, políticas e sociais que se dão naquele território. Tal expressão, contextualizada numa disputa de interesses e valores, tem potencial transformador da realidade.

A atuação política de Bruno se inicia pela articulação com indivíduos submetidos a mesmas contingências, e na convergência de interesses individuais forma-se um grupo social que terá na luta contra o machismo o signo de constituição de uma rede de inteligibilidades recíprocas. A forma de expressão dessa luta é engendrada pelo seu conteúdo: no espaço privado a que aqueles indivíduos estão confinados a manifestar suas opções sexuais se inicia uma experiência social autônoma.

As necessidades convergentes serão manifestadas politicamente em um processo em que as objetivações são articuladas por um coletivo com força política para, naquele contexto, transformar as necessidades desde *manque a projet*. Dar-se-á uma luta contra um processo, tal qual o descrito por Thompson (1987), de interiorização da coerção no indivíduo. Esses são os significados tanto da formação do grupo LGBTT como de sua incorporação pela UNAS na luta pela transformação da realidade local, que se torna

possível não apenas pelas objetivações daquele coletivo como pela cadeia de ações sociais que ganha corpo.

E será a rádio comunitária o novo espaço de subjetivação e ação política, por levar à esfera pública uma discussão antes relegada ao espaço privado. Neste movimento reside uma força social transformadora: é conteúdo latente que desloca a *forma* de expressão das necessidades sociais, ao torná-la obsoleta pela ação política⁴⁷. À opressão de gênero que determinava a reunião privada como forma de integração social e resistência contrapõe-se um “programa gay” como manifestação pública de um grupo social impedido de ser.

Na ação política, novamente conteúdo deslocará forma, pois o grupo não apenas debate a questão LGBTT, mas enfrenta as determinações sociais pela produção de significados e valores que expressam seu modo particular de vida, que por sua vez não está dissociado das relações sociais formadoras do território em que a rádio está inserida.

A transformação social é construída, desse modo, por noções de coletividade e valores diferenciados dos dominantes. O sucesso do programa na rádio possibilitará a extensão do agir político pelo território, por manifestações públicas diferenciadas e igualmente constitutivas da resistência à opressão a um modo particular de vida. Assim, Tadeu aprende sobre democracia com a festa gay e Bruno se torna liderança comunitária.

A participação social inclui, desse modo, aquilo que Benhabib (2007) chama de engajamento em esferas públicas diluídas no espaço e no tempo, não restrita à institucionalidade. Trata-se de privilegiar

uma pluralidade de modos de associação na qual todos os atingidos podem ter o direito de articular seus pontos de vista. Esses modos de associação podem variar de partidos políticos, iniciativas de cidadãos, movimentos sociais, associações voluntárias a grupos formadores de consciência e assim por diante. É por meio da rede interligada dessas múltiplas formas de associações, redes e organizações que surge uma “comunicação pública anônima”. Para o modelo deliberativo de democracia é fundamental que se privilegie essa esfera pública de

⁴⁷ Em Marx, o modelo da mudança revolucionária é expresso pelo conceito estético da relação entre forma e conteúdo: a formulação de que forças materiais de produção entram em conflito com as relações de produção existentes expressa um movimento em que um conteúdo busca deslocar uma forma obsoleta. Nos termos marxistas: “Aus Entwicklungsformen der Produktivkräfte schlagen diese Verhältnisse in Fesseln derselben um. Es tritt dann eine Epoche sozialer Revolution ein” (MARX, 1971) – “De formas de desenvolvimento das forças de produção, essas relações passam a ser suas amarras. Então chegou o período de revolução social”.

redes justapostas e mutuamente entrelaçadas (BENHABIB, 2007, p. 58).

A política deliberativa deve, dessa maneira, ancorar-se em práticas político-sociais realizadas nas bases da sociedade civil, de modo que a institucionalidade se apóie na auto-organização dos distintos grupos sociais. Trata-se da defesa de uma “abordagem política de mão-dupla” em que se combinam as “instituições estabelecidas” e “lutas e atividades políticas de movimentos sociais, associações e grupos na sociedade civil” (BENHABIB, 2002, p. 106).

Este caminhar entre o instituinte e o instituído se expressa no envolvimento de Balza com a Rádio Heliópolis. Na referida trajetória, o processo subjetivação, em que ele passa a se sentir “mais um a contribuir com o desenvolvimento” daquele território, leva à construção de relações com outros indivíduos e grupos com interesses comuns, para além de Heliópolis. Nesta articulação, a rádio se torna “um ponto de encontro”. Novamente, um espaço que engendra sociabilidades e assim leva à ação política, que culminará neste caso na atuação frente ao poder público. Inicialmente, a motivação é mudar “o quadro” de isolamentos dos grupos de rap. “Depois que a gente uniu forças a gente fazia um evento e conseguia lotar facilmente”. É assim que se inicia a luta pela ocupação de espaços públicos, que ganha expressão no conflito atual entre movimento Hip Hop local e direção do CEU.

Fundamentada em Marcuse (1968), Fleury afirma que “o potencial da arte nos processos de subjetivação, resistência e ruptura” reside na possibilidade que a cultura, “ao fugir da lógica racional que justifica a dominação”, traz de “recolocação do lugar do sujeito no mundo, como portador de um projeto novo de singularização, um ponto de verdade” (FLEURY, 2009a, p. 415).

Para a transformação do mundo é necessário, de acordo com Marcuse (1969), revivificar o impulso utópico reprimido pelo princípio da realidade, pois isto permite manter viva a possibilidade de um mundo distinto pela negação do existente. Em Eros e Civilização (MARCUSE, 1968, p. 144), há a “tentativa de delinear um conceito teórico de cultura acima do princípio do desempenho”, de modo que a arte está no próprio viver, não apenas em produtos e obras. É no impulso artístico em que reside a possibilidade de criação de uma vida nova. No entanto, “suas implicações políticas só se tornarão claras quando ela própria for entendida como um ensaio geral da utopia, um anúncio da liberação social concreta final” (JAMESON, 1985, p. 91).

Desse modo, nos distanciamentos e proximidades práticos entre os processos culturais e outras relações sociais organizadas estão implicados potenciais transformadores da realidade por modos de vida diferenciados. É possível, nesse sentido, distinguir “medidas de distâncias diferentes e variáveis entre determinadas práticas e as relações sociais que as organizam” (WILLIAMS, 2000, p. 186).

Assim, na maioria das práticas modernas de trabalho, existe uma relação muito íntima e antiga – e, de fato, integrada – entre a possibilidade de uma prática e as condições de trabalho assalariado, estas, por sua vez, oriundas da propriedade dos meios de produção necessários dentro de um sistema capitalista ou de capitalismo de Estado. A reprodução da prática é, pois, de fato, inseparável da reprodução dessas relações determinantes, as quais são, ao mesmo tempo, reproduzidas não só pela continuidade da prática, mas também pelo exercício direto e geral do poder econômico e político. Não que seja impossível contestar, limitar ou impedir concretamente essa reprodução; todas essas ações são possíveis nos níveis mais elevados da luta industrial e política. Mas o fato é que mesmo alterações inteiramente radicais das condições dessas relações – como, por exemplo, acordos coletivos de trabalho, maior poder para os sindicatos, ou uma parcela maior do produto para seus produtores diretos – *são compatíveis* com a reprodução efetiva da *forma* profunda de propriedade privilegiada e da conseqüente condição geral de trabalho assalariado. *Esse grau de proximidade, essa virtual identidade entre as condições da maioria das práticas e uma forma de relações sociais profundamente organizada constitui, pois, o processo de reprodução em seu nível mais definido*” (WILLIAMS, 2000, p. 186-7 – grifo meu)

Trata-se de uma descrição da determinação das formações sociais pela economia, que não é contestada nas ações políticas transformadoras da realidade de Heliópolis e para além daquele território. O processo de reprodução em seu nível mais definido, como exposto no capítulo anterior, engendra a forma de tais ações e as relações sociais como um todo, de modo que os conteúdos das “políticas de reconhecimento e redistribuição” (BENHABIB, 2002, p. 50) não deslocam tal forma, mas são por ela determinados.

A Rádio Heliópolis possui historicidade distinta da de qualquer *projeto* da UNAS, de modo que a organização de suas ações não é determinada pela forma *projeto* *financiável* por Estado ou mercado. No entanto, é espaço constituído por sujeitos e ações que buscam nesta *forma projeto* a construção e satisfação de necessidades sociais. Trata-se das determinações decorrentes da divisão de classes que impedem que ganhe centralidade, nas ações sociais, justamente a luta de classes.

Ainda que algumas formas de trabalho e de prática política defrontem-se “de imediato com a organização profundamente reproduzida do poder político no Estado”, que as busca reprimir, trata-se “apenas de uma definição de marginalidade, no interior de uma ordem ainda basicamente orientada pelas relações predominantes” (WILLIAMS, 2000, p. 187).

Assim, a rádio comunitária é um espaço de produção e divulgação cultural, também espaço de lazer e trabalho, constituído por relações sociais de troca e produção material e simbólica que se expressa enquanto forma e conteúdo, fundamentalmente, na programação musical. Da especificidade da relação entre forma e conteúdo na produção e expressão culturais decorre a possibilidade de emergência diferenciada de necessidades políticas, econômicas e sociais de dado território, de modo que a rádio explicita anseios e carências e possibilita a expressão, articulação e mobilização de indivíduos e grupos em busca de tais anseios ou pela superação de carências em ação política diferenciada daquela que ocorre em espaços institucionalizados. Também é nessa dinâmica de produções simbólica e material relacionadas à territorialidade onde está inserida, e de apoio constitutivo, confirmativo e organizativo dado a grupos sociais, que por ela ocorrem processos de subjetivação de indivíduos. É enquanto espaço em que se dão, nas palavras de Benhabib (2002), “processos deliberativos informais” ou, na acepção habermasiana, a construção dos influxos comunicativos advindos do *mundo da vida* de que se extrai a força legitimadora da ação estatal, que a rádio comunitária pode contribuir com a participação social. E são tais características que perpassarão a relação da rádio com o campo da saúde.

A Saúde, a rádio comunitária e o movimento social

A Reforma Sanitária Brasileira (RSB) é historicamente construída enquanto ação política de transformação social, democratizante do Estado, da sociedade e da relação entre Estado e sociedade, de modo que o sistema de saúde é proposto enquanto uma das respostas sociais à melhoria das condições de saúde. A organização dos serviços se insere em um amplo processo de reconhecimento e conformação da saúde enquanto um direito que dá forma a necessidades sociais e econômicas e estabelece deveres a Estado e sociedade. Nesse sentido, o processo da RSB envolve um conjunto de práticas que

“integram a totalidade social”, sendo não apenas técnicas ou sistêmicas, mas sociais, “com dimensões econômicas, ideológicas, políticas, culturais e simbólicas” (PAIM, 2008a, p. 171).

Para a expressão de tais dimensões na conformação e efetivação da saúde enquanto um direito, este tem como princípio constituinte a participação dos distintos grupos sociais integrados socialmente e submetidos ao exercício do poder de Estado. Assim, a construção e a materialização do direito à saúde, expressos historicamente no Brasil enquanto projeto e processo de reforma sanitária, passam por “processos de subjetivação, de constitucionalização e de institucionalização”, de modo que o esforço dos sujeitos na transformação das situações vividas deve ganhar expressão constitucional e implementação institucional (FLEURY, 2009c).

No entanto, o contexto de desigual distribuição de recursos e poder na efetivação do direito impede que tais ideais reformistas se concretizem, e determina o conjunto de práticas sociais, técnicas e sistêmicas no campo da saúde. “A incapacidade de transformar as práticas cotidianas que desqualificam o usuário e o destituem dos direitos humanos ao acolhimento digno e a atenção eficaz” (FLEURY, 2009c, p. 751), por exemplo, é uma expressão sistêmica – determinada por práticas sociais e técnicas – dos desafios para a democratização da saúde.

Isto é resultado do “paradoxo da reforma sanitária brasileira” que em sua expressão institucional a restringe a política pública e, assim, reduz sua “capacidade de ruptura, inovação e construção de uma nova correlação de forças desde a sociedade”. É a institucionalidade que se impõe ao instituinte “reduzindo o caráter libertário e transformador da reforma”. Mas constatar que a iniquidade estrutural da sociedade brasileira perpassa o Sistema Único de Saúde possibilita a retomada do “combate pelas idéias igualitárias que orientaram a construção deste projeto” (FLEURY, 2009c, p. 751).

E é nas relações sociais conformadas por modos de vida diferenciados e laços sociais de solidariedade que estão os potenciais transformadores desta realidade, em construção de novo processo instituinte. Para tanto, deve-se considerar a “pluralidade de modos de associação” e subjetivação de indivíduos, que por processos autônomos de comunicação articulam seus pontos de vista e agem sobre o mundo (BENHABIB, 2007, p. 58).

Conforme exposto, a experiência histórica de constituição de movimento social em Heliópolis e articulação da ação política por processos autônomos de comunicação se fez inicialmente “à margem do direito estatal”, por relações informais e não oficiais

(SANTOS, 1983). Com o passar do tempo, o grupo que instaura uma “experiência social autônoma” de resistência a relações de dominação passa a consolidar a mobilização social na forma luta por direitos.

O processo de associativismo por que os diferentes sujeitos passam erige-se no reconhecimento e construção sociais de necessidades comuns e na decorrente resistência a um mundo expresso em termos de escassez, que no campo da saúde remonta não apenas aos serviços, mas a condições sociais, políticas e econômicas de existência. Nesse sentido, a militância que ganha forma na *luta pelo direito à moradia* passa a assumir para si, progressivamente, a conformação do espaço em que vive nas diferentes dimensões desse viver.

Tais dimensões deixam de estar “desvinculadas”, de modo que as práticas que “integram a totalidade do social” são objetivadas em ações políticas. Isto se expressa quando Ester diferencia os diferentes momentos históricos de atuação. Nos anos 1980, afirma, “todos os blocos que a gente fazia, que a gente lutava, era só casa. Só casa, casa, casa... Em 1990, a gente percebe que só a casa mais já não corresponde”. Passam a “perceber” que “precisavam lutar por outras coisas”, como educação e saúde.

Também diz Lia que “as coisas estavam tão vinculadas à questão da saúde e à vida da comunidade, do povo, que quando a gente discutia moradia não dava para discutir moradia se não falasse de saúde”. Ela explica que a cobrança da responsabilidade do poder público na garantia de moradia digna a todas as pessoas passa a também significar que “a saúde tem que funcionar”.

Durante “um longo tempo”, Lia participou de “um grupo de saúde”, representando Heliópolis em fóruns, tanto regionais quanto municipais. “Em 88 já participava das manifestações na cidade”. Uma das questões debatidas era “a do saneamento básico”, pois se relacionava ao “que estava afetando mais as nossas crianças na comunidade sobre as doenças que existiam”.

Mas o debate em torno do tema surge a partir de uma “parceria”, ainda nos anos 1980, com uma “médica muito preocupada, sanitarista, com essa questão da mortalidade infantil”, pois a população local precisava “ter claro o porquê da mortalidade, e quando faz um pequeno levantamento percebe que uma das questões era o saneamento básico que a gente não tinha”.

As crianças conviviam com a contaminação das próprias fossas, esgoto aberto, e era assim, muitas diarreias, chegou a ter problema de

cólera na época. *E a partir de que a gente descobriu, fizemos esse levantamento, fizemos documento e fomos questionar isso ao poder público: olha, acho que é mais fácil trabalhar prevenção que trabalhar doença, e chamamos até a Prefeitura e falamos: o problema é este. E a gente precisa denunciar tudo isso, e começa toda essa luta, não está desvinculada uma coisa da outra. A moradia é a mesma coisa. Por exemplo, há muitos anos quando discute questão das áreas de risco, os barracos em cima dos córregos, famílias convivendo com ratos, problema grave que ainda tem com nossas crianças, a partir de tudo isso, a gente começa a fazer todo esse levantamento, e vai ao poder público dizer que não pode numa cidade como São Paulo uma criança sendo contaminada com xixi de rato. (Lia)*

A “descoberta” remonta a um processo de construção da consciência acerca de uma necessidade social em saúde “desde la deficiencia (*manque*) al plan (*projet*)”. A médica parceira exerce uma função social de emergência de “*la conciencia de la existencia de una necesidad*”. Mas esta ação se situa historicamente em um processo mais amplo de organização coletiva para a transformação da realidade, de modo que a necessidade enquanto deficiência é objetivada pela “*conciencia de las formas de satisfacción de necesidades y una actividad consciente respecto a la satisfacción de necesidades*” (HELLER, 1996, p. 71). A construção histórica da importância de se ter uma conduta significativa na vida pela ação coletiva, que remonta à necessidade enquanto *projet*, permitirá o agir no mundo para a satisfação da nova necessidade que emerge enquanto deficiência.

Trata-se de expressão, no campo da saúde, da importância do apoio organizativo na atuação com grupos historicamente submetidos a opressões sociais e políticas e exclusão econômica. A função exercida pela Igreja na luta contra a atuação de grileiros é, neste caso, assumida por uma profissional de saúde, que auxilia na organização e expressão de demandas. Novamente, o grupo social formado em Heliópolis engendra pela ação coletiva objetivações que permitem “guiar la satisfacción de la necesidad” e, com isso, transformá-la (HELLER, 1996, p. 71).

Trata-se de um processo organizativo que envolve diferentes sujeitos, desloca a forma de expressão de necessidades sociais e possibilita uma ação transformadora: a deficiência passa a ser reconhecida como de responsabilidade do poder público. É conteúdo latente que ganha nova forma de expressão e legitima a mobilização.

Desse modo, a coletividade ganha corpo e se esforça na construção de laços sociais, o que permite criar alternativas a “sistemas de objetivação (*productos, instituciones, etc.*) que dirijan las necesidades y sus formas de satisfacción”

determinados pelos “centros de poder” (HELLER, 1996, p. 73). A ação da sanitarista é, nesse sentido, enfrentamento ao que há de contingente no mundo, à “moldura” que condicionava os “atos e projetos mesmo em sua própria concepção” em Heliópolis (JAMESON, 1985, p. 181).

Heller (1996) explica, apoiada em Lukács, a construção de tal moldura enquanto manipulação brutal e refinada exercidas pela direção do “sistema de necessidades”. O primeiro tipo é a decisão arbitrária de declarar que uma necessidade existente não é existente (como de um território ter uma rádio, por exemplo). Assim, se proíbe “mediante decisión arbitraria la emergencia de objetivaciones que sirvan a la satisfacción de necesidades existentes”. Já a manipulação refinada é exercida pelo “reconocimiento de necesidades existentes”, de maneira que o sistema produz e oferece

instituciones para *projets* já existentes y universales. Lo que es negado por él es la necesidad como *manque*. No produce formas alternativas de vida; no crea contrainstituciones. En consecuencia, las *manques* que no son satisfacibles (que no pueden ser canalizadas) a través de *projets* se acumulan, y su manifestación toma formas irracionales: la neurosis y la violencia. (HELLER, 1996, p. 74)

Não havia reconhecimento institucional das necessidades (enquanto *manque*) determinantes das condições de saúde da população daquele território. É “*a partir de que a gente descobriu*” que se dá a ação, ou seja, a iniciativa de uma sanitarista leva à produção de um conhecimento técnico utilizado para legitimar a ação frente ao poder público pelo movimento já historicamente organizado. Quando descobre as razões da mortalidade infantil, Lia vai à Prefeitura e explica: “o problema é este”. É assim que o movimento social transforma a moldura determinada a partir da posição assumida pelo poder público – que certamente já dispunha de conhecimentos acerca da relação entre mortalidade infantil e saneamento básico.

Assim, a própria concepção da saúde, por uma coletividade, como um direito, resulta de um processo de subjetivação de indivíduos em que há um reconhecimento individual e social de necessidades comuns, que se expressam na forma de demandas políticas, econômicas, culturais e sociais, e de deveres a serem assumidos individual ou coletivamente por grupos sociais, Estado, Instituições e entidades.

A participação social não se conforma, desse modo, no “nível institucional formal”, mas se faz por relações sociais engendradas na resistência a diferentes formas de autoritarismo social, econômico e político. Tal resistência se faz pela organização,

mobilização e expressão política de sujeitos atuantes na dinâmica tensão entre determinação social e afirmação da liberdade. É resistência à imposição àqueles sujeitos de lugares sociais estanques, naturalizados, que advêm dos processos sistêmicos e econômicos de integração social, ou seja, da dominação de classe.

A construção de “atividades conscientes” que buscam levar à satisfação de necessidades sociais, transformadas desde *manque a projet*, resulta do associativismo que permite a caracterização do mundo vivido em termos de escassez, o que se torna fator de objetivação da ação coletiva transformadora.

E ao afirmar que “a questão da violência está vinculada a tudo isso”, Lia ainda corrobora que a resistência a deficiências não canalizadas pela institucionalidade pode tomar “formas irracionais”. A violência decorre da “responsabilidade” não assumida pelo poder público. “Combater a violência não é trazer polícia nem matar os adolescentes. Pra nós, prevenção à violência é essas pessoas terem saúde, boa educação, bom aprendizado na escola pública”. Mas para ela, “os poderes públicos não entendem, ou fingem que não entendem para as classes pobres, porque pra mim mais é fingem que não entendem”.

Não assumir essa responsabilidade é mais uma expressão, para aquele grupo social, da dominação exercida pelo Estado enquanto defesa de interesses particulares de classe, a despeito da aparência de universalidade decorrente da integração social pelo direito. Os poderes públicos “fingem que não entendem”, não assumem sua responsabilidade para uma classe social específica. Isto ganha materialidade na própria configuração da paisagem urbana, na definição pelo poder público das prioridades orçamentárias, e também na caracterização que Lia faz da sanitarista:

Pra ela não tinha problema, era funcionária da Escola Paulista de Medicina, funcionária pública, pela Prefeitura, *mas nada disso impediu que ela exercesse a responsabilidade* dela na medicina enquanto sanitarista, pediatra, médica. Isso para ela era fundamental, *não importava as conseqüências que pudesse vir dos governos*. Até hoje ela é bem determinada e foi muito importante. (Lia)

Ser vinculada ao Estado não impediu à médica de, em um processo de articulação com grupos sociais submetidos ao exercício da dominação de classe, possibilitar a ação transformadora pelo deslocamento da forma de expressão da necessidade social, agora como de responsabilidade do poder público.

A unidade estatal formalizada no plano jurídico, “em que todos indivíduos são iguais perante a lei”, é novamente ressaltada enquanto aparente e repousada na desigualdade social. São os antagonismos sociais que determinam a igualdade ilusória, meramente formal, ou *forma* de aparecimento. Nesta relação, a constituição de sujeitos, na resistência à institucionalidade posta, permite o enfrentamento da “seletividade estrutural do Estado capitalista”. É justamente tal seletividade que reduziu o escopo da RSB a uma reforma setorial, administrativa e institucional, configurando parte de sua “despolitização” (RODRIGUES, 1999). Com isso, a RSB se tornou mais uma expressão da “pactuação pelo alto”, caracterizadora da formação social brasileira (VIANNA, 2004).

Para transformar, por processos democratizantes, essa forma de exercício da dominação política e econômica, foram criados espaços de participação social que se propõem como de exercício do controle social sobre o Estado, propícios a gerar “efeitos sobre os sistemas de filtros, capazes de operar alterações nos padrões de seletividade das demandas” (CARVALHO, 1997, p 99). Passaram a fazer parte da institucionalidade os conselhos de saúde e os “mecanismos de formação da vontade política, as Conferências de Saúde”, que por “uma interação comunicativa e deliberativa” possibilitam a “interação em uma esfera pública e comunicacional”. Nelas, para além da “aprendizagem e reconhecimento social” promove-se o fortalecimento da “sociedade organizada que participa do processo de construção dos lineamentos políticos mais amplos do sistema” (FLEURY, 2009c, p. 751).

Mas a produção acadêmica acerca da atuação nos conselhos aponta para limitações à incorporação das demandas de grupos sociais economicamente menos favorecidos na política de saúde ou para ampliar o controle social sobre essa política (SPOSATI e LOBO, 1992; COHN, ELIAS e JACOBI, 1993; VIANA, 1998; COELHO, 2004; OLIVEIRA, 2004; MORITA, GUIMARÃES e MUZIO, 2006; PESTANA *et al*, 2007; WENDHAUSEN e CARDOSO, 2007; PAIM, 2008; TEIXEIRA *et al*, 2009).

Em relação às Conferências, há pouca produção acadêmica avaliativa da incorporação pelo Estado e por governos das deliberações que nelas se dão. No entanto, afirma-se que há limitações a sua influência sobre a tomada de decisão política (CÔRTEZ, 2009b), e a existência de discussões sobre formas de se obrigar o Poder Executivo a cumprir deliberações das conferências (ESCOREL e BLOCH, 2005) em si aponta para limitações existentes.

Além disso, os processos participativos podem contribuir para gerar novas formas de exclusão, na medida em que grupos socialmente mais vulneráveis permanecem ausentes das instâncias decisórias (JACOBI, 2000), e impedidos sequer de articular processos que possam levar à construção de demandas sociais em saúde. Isto decorre do contexto em que se dá a tematização de reforma social pela RSB: sociedade capitalista, desigual e de relações autoritárias formadoras de Estado e sociedade.

Em Heliópolis, a consolidação institucional dos espaços participativos é parte constitutiva da transformação vivida da relação entre Estado e sociedade no campo da saúde. A atuação da militância da UNAS na luta pela melhoria das condições de saúde da população relaciona-se diretamente com as atividades dos conselhos. Lia explica que as discussões relacionadas à saúde são hoje, fundamentalmente, sobre o “papel” de um conselheiro, “porque se não tiver claro, pode fazer o papel do governo, e estamos na sociedade civil”. Para ela, é preciso debater muito para “realmente representar o povo”, “mesmo das unidades básicas”.

Para nós isto está claro, na UNAS, e é uma bandeira de luta que estamos aí há muitos anos e, sabe assim, é como se fosse uma coisa infinita, porque, como é difícil viu, não é fácil. Mas a gente não pode perder a esperança e esperanças nós temos muitas. (Lia)

Conselheiro vinculado à UNAS, Pedro trabalha na “articulação do movimento de saúde” e acredita que o “grande problema” a ser enfrentado é o da não implantação do SUS e da estratégia saúde da família. “Tanto o município quanto o estado estão terceirizando a saúde. Isso é um crime, a terceirização. As AMAs [Assistência Médica Ambulatorial], os AME [Ambulatório Médico de Especialidades], que é do estado, é um absurdo isso” pois resultam em pior atendimento. “E não tem a quem reclamar, porque o pessoal é terceirizado”.

Para ele, “tem coisa que pode ser melhorada na própria UBS” em uma “luta que é de todos”. No entanto, lamenta que os movimentos tenham “andado para trás”, pois não “atuam em rede”, apesar da interdependência dos direitos. “Não queremos só casa, mas escola, UBS, área de lazer”. Para isso, seria importante uma articulação dos conselhos de diferentes áreas, “para buscar de forma organizada a melhoria da qualidade de vida”.

Pedro avalia, no entanto, que os próprios conselhos de saúde têm problemas em sua atuação. “As prefeituras não querem conselho. Como é lei, eles cumprem, mas quanto mais conselheiro despolitizado e com menos esclarecimento para eles é melhor”.

Nesse sentido, o conselho, “na sua maioria, está muito mais para legitimar o que o governo faz do que pra lutar pelo direito, porque as pessoas não têm o conhecimento da luta”.

Além disso, grande parte dos conselheiros de UBS é “pegada a laço”, e sequer conhece a função do espaço. Por isso, o cotidiano vivido nem sempre “atende às expectativas”, o que leva muitos a desistir da atuação. “Como precisam ter conselheiro para fazer o relatório, pegam qualquer um que se interessar”. Outro exemplo dado por Pedro, que milita no Movimento Sem Teto, é o Conselho Nacional de Habitação.

É importante, mas não vejo o avanço que a gente esperava. E nessa questão tem companheiro da mais capacidade possível, mas quem tem o poder de decisão, como é conselho deliberativo, quem delibera mesmo é o governo, e quem vai lá representar o governo dá as cartas. Então, o que se pode fazer? Questionar algumas coisas, mudar uma coisinha aqui ou lá, mas a essência do que vem pronto não muda.
(Pedro)

O militante também considera o conselho de saúde, apesar de todas as limitações levantadas, “uma ferramenta importante”. E para “reverter” a desfuncionalização desses espaços é preciso que “as pessoas conheçam melhor o processo de mobilização social”. Desse modo, é pela recuperação histórica da luta pela melhoria das condições de vida da população que se torna possível transformar os espaços instituídos. Uma vez que muitos dos conselheiros são “pegados a laço” e não “têm conhecimento da luta”, está na “construção permanente de sujeito” (FLEURY 2009c) a possibilidade de engendrar novo processo instituinte.

A previsão normativa de instâncias participativas e sua consolidação institucional permitiram a inclusão, nos processos de elaboração de políticas, de grupos sociais antes impedidos de atuar no âmbito do Estado. No entanto, mantém-se a distância espacial e temporal entre o processo instituinte e a aplicação das normas no dia-a-dia da sociedade. Uma vez que, como lembra Fleury (1997), “não se cria igualdade por lei”, pela participação nesses espaços é possível apenas “mudar uma coisinha aqui ou lá, mas a essência do que vem pronto não muda”.

Contudo, na compreensão pelos grupos sociais excluídos dos processos decisórios – ainda que incluídos nos rituais de legitimação – da “questão saúde como objeto de ação política das classes dirigentes que controlam o Estado e seus aparelhos” reside a possibilidade de formar permanentemente um movimento histórico coletivo com a

“perspectiva de construção de uma dada hegemonia” (PAIM, 2008b, p. 630). O movimento organizado passa a debater “o papel do conselheiro” e a política de “terceirização” da administração pública, e também a construir por outros espaços formas distintas de participação.

Militante no campo da saúde em Heliópolis, Aline afirma que hoje não se fala mais em “enfrentamento”, ao contrário dos anos 1980. “Antes a gente ia com a cara limpa: não atendeu a Sra? Então vamos em 10, 20 pessoas, tem que atender. A gente batia de frente. Houve avanço, mas houve a necessidade de garantir primeiro o diálogo” que, segundo ela, é garantido e “barrado” ao mesmo tempo.

Não posso falar que retrocedeu [o diálogo], acho que nem implantou. Na mídia, acho que a informação que passou pra gente, diante da militância que fazíamos, que antes batia de frente – não queria nem saber, íamos primeiro em 40, 50, lá, e ele ia explicar para todo mundo o que aconteceu, porque não atendeu a pessoa – aí veio um diálogo, acho que com essa globalização, veio que tem que garantir o diálogo, que tem abertura, que hoje todo mundo tá aberto, que os profissionais estão entendendo que tem que ter diálogo, mas não é assim na verdade. *Tanto que ainda existe a necessidade de colocar a placa lá de desacato à autoridade.* Se fosse assim não precisaria estar essa placa mais. Principalmente ao nosso redor, onde se tem movimento que sempre entendeu. Na história da UNAS, sempre bateu de frente, vamos lá, de movimento, poder conseguir a casa. Vim desse movimento, dentro dessa formação. E naquela época a gente tinha que bater de frente e agora é o diálogo, né? Não, mas não é assim. Estamos barrando. (Aline)

A barreira é expressão do distanciamento entre a previsão de “diálogo” e a incorporação pelo Estado das demandas sociais. “Eu discurso para você, e você fala: não, Aline, é legal, dá pra gente conversar. **Só que você consegue me enrolar**”. Desse modo, a política continua “determinada” pelas classes que controlam espaços e mecanismos administrativos no interior do Estado. Ela diz ter experienciado isso como conselheira tutelar e no movimento social. “Essas coisas que pela saúde poderiam ser atendidas como cidadão, **não precisaria ter a justiça no meio, a justiça é ser atendido**, porque é órgão de atendimento. Então vejo que barra nisso”.

Em um caso de necessidade de atendimento especializado para uma criança de Heliópolis, exemplifica, “só para conseguir falar com assistente social me jogaram para três cantos, junto com a mãe. Isso porque tenho esclarecimento. Imagine se a mãe tivesse ido sozinha”?! Para Aline, sem sua intervenção a família não seria atendida e o

menino continuaria com dificuldades. Por isso afirma que o poder público “parece que atende e não atende, acho que é o que vem nessa comunicação aí de cala boca. É de cala-boca”.

Outro exemplo é a Casa da Criança e do Adolescente. “A equipe todinha veio, conversou com o movimento, solicitou nossa participação, pra gente foi um sonho possível”. Com a abertura do espaço, no entanto, perceberam que a demanda não seria atendida como o esperado. “Nossa indignação foi que os adolescentes começaram a trazer reclamação da dificuldade de participação”.

Em razão disso, iniciaram novamente uma “intervenção de diálogo” para descobrir o que acontece. “Uma das propostas é criar conselho de saúde lá, em que nossos meninos possam estar”. Assim, aprenderiam desde cedo a importância de participação nesses espaços. “Nossa indignação foi quando falaram: ‘não precisa disso’. Só tem a caixinha de reclamação. Então, você já vê que é modelo de saúde não participativo. E não é esse modelo que ensino pra criança”. É por isso que está sendo “bloqueado” o “sonho de participação social”.

Tal bloqueio reside na nova moldura que condiciona atos e projetos daquele território, desde suas concepções. É moldura que advém e se materializa nos processos legitimadores das políticas públicas. Estas carregam em si a tensão interna e externa da elaboração e aplicação normativas, relacionada à dinâmica entre facticidade e validade do exercício do poder.

A institucionalidade dos espaços e processos participativos se apóia no princípio de que a legitimidade de uma política ou norma se constrói para além da legalidade. E para que se estabilize a tensão entre facticidade e validade se faz necessária a criação de procedimentos que estimulem a pluralização de vozes nos espaços de debate e deliberação sobre políticas públicas, de modo que a facticidade pressuponha sua validade. Assim, o exercício da dominação política pelo Estado extrai sua fonte de justiça na aceitação da aplicação normativa que se dá por tais procedimentos.

Mas é no cotidiano da aplicação normativa que se impõem os “interesses não suficientemente filtrados” e formadores dos “imperativos funcionais do aparelho estatal, do sistema econômico e de outros domínios da sociedade”. Tais interesses se valem da “força legitimadora da forma jurídica, a fim de disfarçar a sua imposição meramente factual” (HABERMAS, 1997, p. 67). Apesar do “diálogo”, há “a necessidade de colocar a placa lá de descato à autoridade”, ou seja, reconhece-se como pressuposta a ausência deste diálogo.

É mais uma expressão, em Heliópolis, do processo em que o Estado condiciona a deliberação, de modo que na forma jurídica de universalidade reside o exercício da dominação. Assim surge a contraditória forma de aparição da dominação jurídica em que “um diálogo” é “de cala-boca”. Um grupo social que antes “ia em 40, 50” pessoas resolver um problema de atendimento, hoje dispõe de processos participativos legitimadores da existência deste problema, que possui dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais e advém de uma sociedade dividida em classes. A lei se torna então adversa e muitas das ações passam a intervir no sistema jurídico a partir de fora, pois a facticidade social não “mantém mais uma relação interna com a pretendida legitimidade da ordem jurídica” (HABERMAS, 1997, p. 55).

Houvesse diálogo, diz Aline, não teria necessidade de se colocar uma placa sobre o desacato à autoridade. Ou seja, não seria necessária a ação do Estado pela força, que tanto maior é quanto menor for sua legitimidade. Para ela, o diálogo significa contrapor-se à “*facticidade artificial* da ameaça de sanções” em que o direito normatizado se apóia. “Como meio organizacional de uma dominação política, referida aos imperativos funcionais de uma sociedade econômica diferenciada, o direito moderno continua sendo um meio extremamente ambíguo da integração social” (HABERMAS, 1997, p. 55).

É nesse sentido que o direito dá ao poder ilegítimo aparência de legitimidade. “À primeira vista, ele não denota se as realizações de integração jurídica estão apoiadas no assentimento dos cidadãos associados, ou se resultam de mera autoprogramação do Estado e do poder estrutural da sociedade” (HABERMAS, 1997, p. 62). Tivessem apoiadas no assentimento, “não precisaria ter a justiça no meio, justiça é ser atendido”. Tal concepção de justiça é própria de um mundo da vida em que se encontram os “vestígios de uma razão que reconduza, sem aparar as distâncias” e que permite a “estabilização *não-violenta* das expectativas de comportamento” (HABERMAS, 1993).

E é justamente esta razão que permite a lutadores e lutadoras de Heliópolis resistir e manter esperanças, ainda que seja uma “coisa infinita”. O movimento social se reconstrói permanentemente, e a história se refaz apesar da aparência estática de um mundo em constante transformação. No agir coletivo, a luta torna a começar. E faz Aline acreditar que, assim como as crianças participantes dos projetos educativos da UNAS “aprendem indo pra rua, fazendo a pesquisa, vamos também aprender que não dá mais para ficar”.

É aprendizado que engendra novas formas de mobilização e espaços de resistência. Para enfrentar as limitações postas à atuação social nos conselhos das

Unidades Básicas de Saúde de Heliópolis, por exemplo, a UNAS criou um Fórum de Saúde, de que participam sua militância e gestores das UBS. Espera com isso influir na gestão dos serviços.

Colocamos pra elas [gestoras] todos os problemas de reclamação, falta de médico, falta de pediatra, demora nos atendimentos, a demora que os atendentes têm para fazer a ficha. Colocamos todos os problemas que tem. Elas ficaram de ver e vão trazer toda devolutiva pra gente. (Marcinha)

Marcinha, também referência popular em Heliópolis na área da saúde, explica que a iniciativa de organizar o fórum foi da UNAS, para “ter diálogo”, pois consideram que “o sistema do SUS é bom, mas tem que funcionar de verdade, de fato. Não funciona”. Ela diz participar do movimento de saúde porque “as pessoas me procuram muito para fazer reclamação”, em decorrência de o atendimento nas unidades ser “péssimo. Falta médico, remédio, quando tem remédio é muita burocracia para dar o remédio, ou a demora do atendimento quando tem”. Chamada para resolver problemas desse tipo, dialoga com gestores. “Vou lá, converso com a diretora, chamo reunião”.

Marcinha já foi conselheira da UBS Sacomã, há mais de dez anos, mas para ela a atuação do conselho nesta unidade, a principal da região, “ao que parece” é hoje “contra o povo”. Faz essa avaliação pelo fato de o conselho gestor ter optado por fechar um portão da UBS, a despeito dos protestos da comunidade. “O conselho não quer que abra. Várias pessoas já passaram mal, inclusive criança, tive que ajudar a pular o muro do posto”.

A unidade possui dois portões de acesso, e optou-se por fechar o dos fundos, voltado para a comunidade, “porque está acontecendo muito roubo aqui no posto. Então estão discriminando. Quer dizer que é o pessoal que é do lado da comunidade? Se o portão está lá tem que estar aberto”. Na emergência, muitos se desesperam por encontrar o portão fechado, mas o conselho se posiciona contra a abertura, apoiado pelos representantes dos usuários. “Eles vão lá fiscalizar o povo. É o povo, os usuários, vão para arrumar conversa com os médicos. Acho que tem que procurar os direitos de melhoria do posto”.

Durante a produção do material empírico desta pesquisa, a questão foi debatida em uma reunião entre o conselho gestor da UBS e o Fórum de Saúde da UNAS. Tratava-se de uma sessão ordinária do conselho de que integrantes do fórum

participariam. A reunião iniciou-se, no entanto, sem a presença deles, e os representantes dos usuários mostraram-se insatisfeitos com a existência do fórum. “Somos nós os representantes da comunidade”, afirmaram. Uma gestora explicou que a reunião conjunta foi proposta para possibilitar uma aproximação com a UNAS, pois “houve uma ação contra a dengue muito eficaz em parceria com eles. É preciso unir e deixar próximo, trabalhar todo mundo junto”.

Mas os representantes dos usuários seguiram se posicionando de forma contrária ao diálogo dos gestores com o fórum. “Querem participar, tem que vir pra cá. **Eles já têm seus convênios, eu não**”. É no momento desta fala que Marcinha e Pedro chegam à reunião, acompanhados por uma mulher acidentada em um hidrante da UBS. “Já tínhamos feito registro, está em ata que o bueiro está aberto. A Sabesp abriu, consta em ata”. Um gestor atribui a responsabilidade à Sub-Prefeitura, e ressalta que a reunião, até o momento, tratava da “importância da parceria da UNAS com o conselho”. E novamente os conselheiros representantes dos usuários afirmam que a UNAS “realiza reunião paralela, sem convidar”. Um deles acrescenta:

Acho erradíssimo uma reunião na UNAS sem o conselho, que é o maior representante dentro da UBS e da AMA, porque é legal. Se for feita reunião na comunidade, o conselho gestor tem que estar presente. É o representante maior da comunidade. Houve reuniões e o conselho não estava ciente. O povo do conselho tem que estar presente, é o maior representante legal. (Conselheiro)

A entrada lateral da UBS segue fechada, apesar de a população local não concordar com a decisão e se ver prejudicada. “Ficava criança empinando pipa lá”, justifica um conselheiro, a despeito de denúncias relativas a pacientes que tiveram problemas por passar muito tempo tentando entrar na unidade pelo portão trancado. Gestores justificam pela segurança. Dos de dentro.

A reunião seguiu polarizada até seu final, com gestores e Fórum defendendo a integração e os representantes dos usuários ressaltando ser “o representante legal, no papel”. Em relação a isso, Pedro respondeu que já realizava reuniões sobre saúde “antes mesmo de existir conselho”. Mas explicou que “todo conselho é legítimo, nossa pretensão não é boicotar o conselho. Queremos abrir espaço comum. Este posto tinha que estar aberto 24h. **A gente sabe que depende da Secretaria de Saúde**”. Desse modo, justifica a existência do Fórum pela necessidade de aumentar a força política no enfrentamento com a Secretaria Estadual de Saúde. “Todos podem ser beneficiados”.

A institucionalidade é entendida como espaço ocupado majoritariamente por classes dirigentes que controlam o Estado – seus espaços e mecanismos de ação. Disto decorre que os conselhos, de uma maneira geral, não são concebidos, por militantes da associação de moradores de Heliópolis, como espaços em que as classes populares podem efetivamente influir na definição e gestão de políticas de saúde. Quanto às conferências, sequer são citadas.

Contudo, como o processo de democratização do Estado brasileiro transformou a relação entre Estado e sociedade e passa pelo esforço de localizar esta relação no interior da nova institucionalidade conformada, tais militantes acabam por conferir legitimidade aos espaços institucionalizados de participação, a despeito de apontarem dificuldades de participação na gestão pública nesta conformação. São, para eles, espaços de atuação política, mas não locus prioritário de participação.

As disputas políticas pela efetivação do direito à saúde se dão pela organização coletiva em torno de interesses comuns relacionados ao campo da saúde, fundamentalmente por espaços e ações sociais sob controle da população local. Nesse sentido, destaca-se a formação do Fórum, que exerce uma função organizadora. Nos conselhos, busca-se apoio político para um enfrentamento que vai além daquele território. É por isso que Pedro ressalta: “quando comecei nem conselho existia” e “a gente sabe que depende da secretaria”. A luta de Pedro e da UNAS é contra “a privatização do SUS”, ou seja, não está no âmbito da administração das unidades básicas.

Durante a reunião, não houve enfrentamento com os administradores da UBS, ainda que tenham trazido uma usuária que se machucara no local e criticado o fechamento do portão. Para Pedro, o problema é anterior, e justamente por isso a opção da entidade é organizar um Fórum popular que expresse as questões de saúde do território como um todo, em trabalho de articulação com os equipamentos da região. E tentam se valer desse fórum também para fortalecer a participação nos conselhos gestores.

Por isso, a existência dos espaços institucionalizados não é questionada. Quando um conselheiro afirma: “somos os representantes legais”, Pedro e Marcinha concordam. E desejam obter parceria daquela institucionalidade na conformação de novo processo instituinte. Desse modo, os distintos espaços, institucionais ou não, possuem valores confirmativo e constitutivo da participação social daquele grupo específico.

Há, no entanto, muitas limitações impostas a tal processo, relacionadas ao contexto não apenas de desigual distribuição de recursos e de poder na efetivação do direito à saúde – que determina o conjunto de práticas sociais, técnicas e sistêmicas – mas também pelas práticas próprias dos “imperativos funcionais do aparelho estatal, do sistema econômico e de outros domínios da sociedade” (HABERMAS, 1997). É a iniquidade estrutural da sociedade brasileira que impõe limites à organização para a transformação dessa realidade.

A forma *projeto*⁴⁸ das ações sociais também se reproduz na saúde, de modo que à disputa política se soma a econômica. “Eles já têm seus convênios”, afirma um conselheiro. A UNAS realiza parcerias financiáveis em ações como de prevenção a DSTs/AIDS com jovens mulheres da comunidade. Isto se faz pela lógica exposta nos capítulos anteriores: a luta por autonomia também se ancora no financiamento que torna possível a organização social. E a UNAS joga com sua identidade de ser ou não ONG em função disso.

De acordo com Horochovski (2003), “entre as organizações com fortíssima dependência de recursos públicos, estão principalmente aquelas voltadas à saúde (principalmente DST/AIDS)”. Sobre a atuação das ONGs no Brasil, ele aponta que “há alvos preferenciais de destino de recursos públicos, com destaque para a área de saúde em que as ONGs mais freqüentes são as com fortíssima dependência financeira do Estado” (HOROCHOVSKI, 2003, p. 121-2).

Pedro e Marcinha não têm suas ações financiadas por um projeto de saúde, atuam pela associação como militantes em “políticas públicas”. No entanto, a UNAS é reconhecida socialmente naquele território como mais uma ONG, a maior delas, e o trabalho organizativo realizado por Pedro e Marcinha será inserido, por outros sujeitos, nesse contexto. Por isso, o processo de articulação em um conselho de saúde local passará pela relação com pessoas vinculadas a outras organizações que buscam financiamento para seus próprios projetos. Tal busca terá na representação política em um espaço institucionalizado fator de legitimação social.

Forma-se, com isso, uma “esfera societária de associações civis” com dificuldades de influenciar “os processos de democratização” na superação de problemas como “privatismo, a falta de visibilidade e a falta de equilíbrio entre os diferentes grupos

⁴⁸ O projeto de prevenção às DSTs/AIDS surgiu ainda na década de 1990, por meio de parceria com uma ONG. Hoje, é vinculado à Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. “Nosso papel é formar”, explica Fernanda, responsável pelo trabalho.

societários” (AVRITZER, 1997, p. 167). A legitimidade historicamente construída por associações como a UNAS na representação política em Heliópolis, pela mobilização social e luta por direitos, passa a ser socialmente questionada, em decorrência da ação social na forma *projeto*. Mas é esta a *forma* posta para a satisfação de necessidades materiais e gerenciamento da pobreza na busca pela melhoria das condições materiais de vida (OLIVEIRA *et al*, 2003). E é desta *forma* que outras pessoas e entidades daquele território tentam se valer.

Na atuação da UNAS, combina-se a militância conformada por características próximas dos movimentos populares urbanos combativos, o que remonta à sua historicidade, com quadros mais institucionalizados que reivindicatórios, em decorrência da realização de parcerias com órgãos do Estado ou empresas. Assim, a participação passa a resultar de “relações complexas de forças heterogêneas, que envolvem atores os mais diversos, numa disputa entre projetos políticos diferenciados à qual a sociedade civil, como vimos, não está infensa” (DAGNINO, 2002, p. 297).

Tais relações complexas são determinadas pela desigualdade que fundamenta o sistema, engendrada pelas relações de produção. É o exercício direto do poder econômico e político que dá forma aos processos organizativos, seja na resistência ou resignação.

A falta de médicos, remédios, bisturis, problemas com coleta de lixo e falta de recursos no âmbito da administração das unidades básicas estão contextualizadas em uma economia em que “quem ganha até dois salários mínimos gasta 26% de sua renda no pagamento de tributos indiretos, enquanto o peso da carga tributária para as famílias com renda superior a trinta salários mínimos corresponde apenas a 7%”. Estima-se ainda que “as famílias com renda de até dois salários mínimos arcam como uma carga tributária indireta de 46% da renda familiar, enquanto aquelas com renda superior a 30 salários-mínimos gastam 16% da renda em tributos indiretos”. Isso significa que o Estado é financiado, fundamentalmente, pelas “classes de menor poder aquisitivo e pelos trabalhadores, com a população de baixa renda suportando uma elevada tributação indireta” (SALVADOR, 2010, p. 620). À maior incidência tributária sobre as classes sociais com menor renda soma-se a “forte restrição na ampliação das despesas orçamentárias destinadas a garantir direitos da seguridade social” (SALVADOR, 2010, p. 625).

Tal lógica é também expressa no financiamento da saúde no Brasil, que é feito por meio de impostos e contribuições sociais, e por fontes privadas, tais como gastos por

desembolso direto ou por empregadores. O modelo “não tem sido suficiente para assegurar recursos financeiros adequados ou estáveis para o sistema público” (PAIM *et al*, 2011, p. 20). A receita proveniente das contribuições sociais têm sido maiores que a dos impostos, mas até mesmo recursos da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), criada em 1997 especificamente para financiar a saúde, foram desviados para outros setores. “Em 2006, o setor de saúde recebeu apenas cerca de 40% dos R\$ 32.090 bilhões (US\$ 13.645 bilhões) arrecadados pela CPMF e uma proporção considerável dos fundos restantes foi utilizada para o pagamento de juros da dívida pública” (PAIM *et al*, 2011, p. 21).

Com a revogação da CPMF em 2007, os fundos destinados à saúde não foram repostos. É nesse contexto de sub-financiamento e desigualdade no sistema tributário que, nas palavras de Lia, “os poderes públicos não entendem, ou fingem que não entendem para as classes pobres”. Trata-se da manipulação refinada do “sistema de necessidades” (HELLER, 1996).

É também nesse contexto em que das necessidades (enquanto *manque*) que “non son satisfacibles” decorrem formas de manifestação como “la neurosis y la violencia”. Mas não serão os profissionais de saúde que desejarão sofrer com tais manifestações, então é fechado o portão da UBS e coloca-se a placa alertando sobre o desacato à autoridade. Novamente, o prejuízo maior será das pessoas que vivem às margens do sistema, estão submetidas a situações de exploração econômica e, contraditoriamente, mais contribuem para sua reprodução. É por isso que a militância da UNAS busca, pelo Fórum, apoio para ir além na luta pelo direito à saúde e contra a “privatização” do SUS.

Lia conta que a construção da UBS Sacomã, onde foi realizada a reunião entre Fórum e Conselho Gestor, foi reivindicação atendida no governo Luiza Erundina. A área já estava reservada pelos moradores, pela necessidade de uma unidade de atendimento na região. No entanto, a recém construção da Assistência Médica Ambulatorial (AMA) não foi dialogada. “Ali é unidade básica, tem todo um agendamento para trabalhar uma prevenção de saúde, aí vem o pronto atendimento. Tudo no mesmo prédio? É uma contradição muito grande, pois quem desenvolve um trabalho preventivo acaba abandonando”. Para ela, houve piora no atendimento com a chegada da AMA, mas a mobilização social minorou alguns dos problemas. Inicialmente, explica, o serviço atenderia apenas no período diurno. Após pressão social, ampliou-se para o noturno.

A gente traz outro questionamento pra Secretaria: como vai vir o pronto atendimento se não tem nenhuma ambulância para socorrer? E falamos não, isso também não pode funcionar, e começamos a reivindicar: enquanto não colocar ambulância aqui isso não vai abrir. Então trouxeram a ambulância. (Lia)

As lideranças elaboraram documentos que expunham as necessidades da região em saúde e os encaminharam para as secretarias estadual e municipal. Questionada sobre os debates nos conselhos em relação a isso, afirma que é preciso “melhorar bastante”, pois “esse movimento caiu e isso foi uma grande perda para São Paulo”. Para ela, é preciso discutir “muita coisa que não está em prática, principalmente a questão do SUS. Existe proposta melhor do que o SUS? Os brasileiros não sabem o que é SUS, e isso é grave”. Lia conta ter ficado feliz por participar de debate conduzido por uma associação médica sobre o tema, e questiona “o município e o estado” que “não abraçam essa causa do SUS e cada vez mais estão privatizando nossa saúde”.

É claro que o privado traz toda aquela beleza, a imaginação, muito bonito para ser apresentado para o convencimento de todos. E no debate a gente percebe as contradições. Porque quando se fala, a estrutura é muito boa do privado. Imagina, tem até palhacinho pra apresentar na sala para os doentes... E foge do foco que é a discussão do SUS. A maior perda que tivemos de 15 anos pra cá foi a sociedade realmente não se organizar para reivindicar esses direitos desse projeto do SUS. Isso foi uma grande perda. Tudo está sendo privatizado e privatizar a saúde é um risco muito grande e não sei como a gente vai sair disso. Não está tão fácil, porque a estrutura do privatizar está muito articulada e muito forte em São Paulo. Muito. E é uma faca de dois gumes. (Lia)

No entanto, as dificuldades para se mobilizar são hoje maiores, pois mesmo com as discussões realizadas, por exemplo, na rádio comunitária, “do outro lado tem toda uma mídia, entendeu? Meio de comunicação, a TV, que a todo momento está fazendo a propaganda da privatização”. O enfrentamento é, nesse sentido, dificultado, pois para os grandes meios de comunicação “pouco importa” a “saúde do pobre”, que fica impossibilitado de conhecer os princípios do SUS. Esse é o trabalho a ser desenvolvido em Heliópolis.

As contradições entre a realidade vivida e a “beleza” e “imaginação” apresentadas pelo privado, e propagandeadas pelos grandes meios de comunicação, explicitam-se nas falas dos moradores de Heliópolis, vinculados ou não a UNAS, que expõem

constantemente as dificuldades de atendimento na AMA, a falta de profissionais, remédios e insumos básicos, além das dificuldades de diálogo com a administração.

A política de instalação das AMAs pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo se iniciou em 2005, com o objetivo de realizar “atendimento não agendado de pacientes portadores de patologias de baixa e média complexidade nas áreas de clínica médica, pediatria e cirurgia geral ou ginecologia”. As unidades são “implantadas e acopladas nas unidades básicas de saúde, que apresentam condições de adaptação do espaço físico necessário”. De acordo com a Secretaria, o “objetivo das AMAs é ampliar o acesso de pacientes que necessitam de atendimento imediato, racionalizar, organizar e estabelecer o fluxo de pacientes para as UBS, Ambulatórios de Especialidades e Hospitais”. A gestão é “compartilhada” entre “parceiros públicos ou privados”, de modo que a parceria transfere a empresas privadas, as ditas “organizações sociais”, os serviços públicos sob responsabilidade legal do SUS. Cabe à Secretaria garantir os insumos⁴⁹. No processo de contratação, são dispensados os procedimentos licitatórios.

De acordo com Puccini (2008), “a maioria das unidades, 23 delas (76,7%), foi instalada de forma acoplada a uma unidade básica de saúde e raramente houve expansão de área física. Em geral, ocorreu um processo de ocupação de parte da área da unidade”. Quanto à gestão, há “uma situação de duplo comando na direção das unidades AMAs”, compartilhada entre “o detentor formal do cargo público que responde pela unidade à qual a AMA foi acoplada, e o responsável da outra parte, da instituição parceira” que, enquanto responsável “pela contratação do pessoal, organização das escalas e supervisão do seu pessoal”, acaba por exercer “de fato o comando sobre os trabalhadores de saúde e sobre os processos de trabalho das AMAs”. Há casos de até seis empresas privadas coexistindo em uma mesma unidade básica, “cada uma delas responsável por parte das atividades, tais como os serviços de vigilância, limpeza, manutenção, patologia clínica, remoção e radiologia”. Há também casos de uso, pelas “empresas parceiras”, dos serviços de “empresas contratadas e pagas pela administração municipal”, como de limpeza (PUCCINI, 2008, p. 2757).

A proposta da terceirização dos serviços estatais do SUS por meio de organizações sociais iniciada no Município de São Paulo com a implementação do PSF, expandida para hospitais municipais e para as

⁴⁹ Informações disponíveis na página eletrônica da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo: <http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/organizacao/assistencia-medico-ambulatorial> (Acesso em 3/5/2011).

unidades AMAs carrega questionamentos legais, técnicos, financeiros e políticos. São polêmicas a natureza jurídico-política adotada e a não-obediência, por parte das empresas privadas parceiras, dos mecanismos formais de licitação no uso dos recursos públicos e na seleção e contratação do pessoal para a ocupação de postos de trabalho no setor público (...). Apresentando várias inadequações estruturais e operacionais, essas novas unidades se põem a atender as pessoas de modo que os resultados concretos verificados não confirmam uma repercussão positiva para a valorização da atenção básica, em conformidade com os princípios do SUS (PUCCINI, 2008, p. 2764).

É essa a “faca de dois gumes” entre o propagandear de uma estrutura que tem “até palhacinho” e os “resultados concretos” vividos no cotidiano de Heliópolis, muito distantes dos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nas palavras de Lia, o “privatizar é muito sério”, pois “foge do foco que é a discussão do SUS”.

Em um estudo de caso sobre a AMA, Pinto (2009) a descreve como “concebido, elaborado e implementado de forma centralizada, incorporando pouco debate ou sugestões dos níveis regionais da SMS-SP⁵⁰”. Coube aos dirigentes das instâncias locais regionais de gestão “encaminhar e acompanhar o processo de implantação das AMAs junto com a instituição ‘parceira’, que também era definida e contratada centralmente”. O supervisor, afirma, “participou sequer da definição da localização geográfica do serviço planejado para a STS⁵¹ sob sua responsabilidade” (PINTO, 2009, p. 125).

Houve na região pesquisada pressão do “movimento popular de saúde”, que influenciou “em alguns aspectos mais específicos como, por exemplo, na definição da UBS em que a AMA iria ser implantada”. Além disso, a atuação frente ao poder público “contribuiu para alterar o projeto inicial, planejado no nível central da SMS-SP, modificando a proposta de horário de funcionamento de uma AMA implantada na região”. A proposta inicial era de abertura por 12 horas diárias, de segunda a sexta-feira. Após pressão dos moradores locais, a AMA “teve seu horário de funcionamento estendido para 24 horas diárias, incluindo os sábados e os domingos”. E o supervisor regional explica como se deu a mobilização: “na verdade, o que quebrou o elo foi a hora em que o prefeito foi lá, visitar. E, a comunidade pegou o prefeito! Eu tenho claro isso.

⁵⁰ Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

⁵¹ Supervisão Técnica de Saúde – São 24 no município, subordinadas às Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS).

O prefeito chegou e falou: ‘Não, vai ser noturno!’ E, aí, virou noturno” (PINTO, 2009, p. 126)⁵².

A política privatista de saúde possui, desse modo, uma lógica não participativa e de precarização do serviço, expressas na centralidade das decisões e nas inadequações estruturais e organizacionais. Estas influenciam negativamente a gestão também da unidade básica que, nas palavras de Lia, “acaba abandonando” o desenvolvimento de “um trabalho preventivo”, de modo que a lógica do pronto-atendimento se sobrepõe e perverte a organização sistêmica própria do SUS. Em Heliópolis, a UBS teve ainda horário de atendimento diminuído com a chegada da AMA, o que foi revertido em parte (persiste a luta para estender a 24h) pela pressão popular direta: “se não mudar, não abre a AMA”.

Também no caso estudado por Pinto (2009) é o movimento organizado que, na oportunidade política criada pela visita do prefeito, conquista a ampliação do atendimento (neste caso, 24h). Mas isto não é assimilado como norte da política pública, a despeito do reconhecimento pelo administrador de que é uma necessidade. O horário é definido politicamente em termos do mínimo necessário, próprio da lógica privada de administração dos recursos, e apenas a mobilização popular possibilita mudanças, ainda assim em casos específicos e pontuais.

Tal lógica também está relacionada à “verticalização”⁵³ da política de saúde, que caracteriza a orientação do Banco Mundial (BM) para a elaboração de políticas na área.

⁵² Apesar desta descrição que faz da realidade, apoiado em entrevistas, Pinto (2009) negligencia estes pontos na sua discussão e não problematiza a relação entre público e privado na gestão da política de saúde na Capital Paulista. Ele destaca, por exemplo, avaliação do Conselho Regional de Medicina que identifica nas AMAs uma estratégia de superação das dificuldades com a política salarial da administração pública e a de contratação de médicos. Com isso, negligencia na discussão o abandono, “por parte das empresas privadas parceiras, dos mecanismos formais de licitação no uso dos recursos públicos e na seleção e contratação do pessoal para a ocupação de postos de trabalho no setor público” (PUCCINI, 2008, p. 2764). Ele destaca ainda que “**independentemente dos altos custos para sua manutenção**, é uma política que, por suas origens e potencial de diálogo com necessidades e demandas populares não incorporadas na rotina da Atenção Básica brasileira pode, em curto prazo, se expandir para outras regiões do país” (PINTO, 2009, p. 134 – grifo meu). Na sequência, afirma que “vale registrar” que os trabalhos das AMAs não são integrados aos das UBS a que estão acopladas, por terem equipes e salários diferenciados e “por não trabalharem com os prontuários sequer dos cidadãos usuários residentes na área de abrangência do serviço” (PINTO, 2009, p. 134).

⁵³ A verticalização combina-se, aparentemente de forma contraditória, com a focalização (ou achatamento do Estado), de modo que a centralização do poder (nas mãos do Poder Executivo e da iniciativa privada) ganha a aparência de descentralização com a privatização da gestão dos serviços. “As propostas de focalização patrocinadas pelo Banco Mundial, utilizando pacotes básicos para os pobres, têm uma tradução para o setor saúde que não pode ser negligenciada, sob pena de constatarmos que esforços genuínos para a democratização da saúde tais como o uso da epidemiologia no planejamento e na gestão e o desenvolvimento de sistemas locais de saúde (SILOS), como estratégias de reorientação de sistemas de saúde (...), sejam transformados em fundamentos e argumentos para o apartheid sanitário” (PAIM, 1996, p. 18). É ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990 que o BM se consolida mundialmente como

A nova roupagem que assume, ou forma de manifestação, é a Parceria Público-Privada, que a despeito de propagandear a incorporação pelo órgão público das “virtudes do privado” – fundamentalmente a racionalização do uso dos recursos – gera, em diferentes partes do mundo que adotam a política norteadora do BM, organizações de custo administrativo alto, obrigatoriedade de pagamento dos serviços pela população, negligência pelo sistema dos determinantes sociais e econômicos da saúde, estímulo à competição entre serviços (o que implica, para além dos desvios de função, em negação do princípio da integralidade) e distribuição de serviços orientada por doenças e intervenções específicas que não necessariamente estão relacionadas às necessidades em saúde das populações, mas são influenciadas por interesses privados, tais como da indústria farmacêutica (MACIOCCO e STEFANINI, 2007)⁵⁴.

Trata-se de outra forma de canalização dos recursos da seguridade social para a iniciativa privada, em detrimento das classes sociais menos favorecidas. A centralidade das decisões no Poder Executivo, atrelada aos “questionamentos legais, técnicos, financeiros e políticos” acerca das “organizações sociais” que atuam na saúde, acabam por implicar em mais exclusão social, expressa pela não participação da população na elaboração e gestão das políticas públicas e piora dos serviços.

Isto se insere em um contexto em que a apropriação dos recursos públicos pelo privado tem expressão maior nos “valores pagos com juros e amortização da dívida”, que na execução do Plano Plurianual 2004-7 (PPA) pela União foram “duas vezes superiores” ao montante gasto “com assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, habitação, saneamento, gestão ambiental, organização agrária, desportos e lazer” (SALVADOR, 2010, p. 620). Do local ao geral, da

formulador de políticas na área social (MACIOCCO e STEFANINI, 2007). Isto se insere em um contexto de inflexões da política econômica estadunidense (FIORI, 1997) e a decorrente decisão deste país de atrair recursos financeiros dos mercados internacionais pela valorização do dólar. À esta política se atrela a difusão dos princípios ditos neoliberais: os ajustes estruturais necessários para que países em desenvolvimento sejam “competitivos” na “nova ordem mundial” (MATTOS, 2001). O BM é um dos braços desta política, pela relação que estabelece entre os empréstimos concedidos e a adoção dos “ajustes estruturais” pelos países devedores. As propostas sociais da instituição atreladas aos empréstimos estimulam a segmentação entre serviços básicos e convencionais, o fortalecimento dos setores não governamentais; focalização dos gastos públicos com políticas compensatórias para os mais pobres (o pacote essencial); e estímulo à criação de seguros (MISOCZKY, 2003; e SANTOS e GERSCHMAN, 2004).

⁵⁴ A página eletrônica da Secretaria de Saúde do município de São Paulo noticia a adoção do modelo de Parceria Público-Privada como “nova etapa do moderno sistema de gestão compartilhada”. No anúncio de parceria no valor de R\$ 1,350 bilhão, para a construção de três hospitais, esteve presente André Medici, economista e especialista sênior em Economia da Saúde do Banco Mundial (disponível em <http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/noticias/januario-montone-anuncia-ppp-de-r-1-350-bilhao-no-municipio/?searchterm=banco%20mundial>. Acesso em 6/5/2011).

elaboração e gestão de uma política pública setorial em um município à estrutura macro-econômica do País, engendra-se a décima maior desigualdade social do mundo⁵⁵.

E conforme já exposto, outra manifestação desta desigualdade é a organização dos serviços de radiodifusão no Brasil. A imposição factual de interesses político-econômicos na autorização de uso de tais serviços também está atrelada à defesa de interesses dos setores econômicos mais desenvolvidos. Trata-se, novamente nas palavras de Lia, do meio de comunicação que “a todo momento está fazendo a propaganda da privatização”.

O enfrentamento a esse discurso e prática é feito também pela rádio comunitária, de que locutores, ouvintes e militantes da UNAS se valem para abordar problemas relacionados à atenção primária na região e, principalmente, ao atendimento da AMA. Além de falas dispersas, no programa Voz da UNAS a questão é tratada constantemente, vez em quando com a presença de Pedro no estúdio. Ele explica a ouvintes, por exemplo, que “na AMA é rápido (a duração da consulta) porque o médico ganha por atendimento, então mal olha na cara da pessoa”. Moradores que participam por telefone ou no estúdio reclamam de falta de atenção, descaso, consultas aligeiradas e falta de acompanhamento. Isto novamente explicita a decorrente inadequação estrutural e organizacional do sistema com a chegada da AMA, pois a população passa a demandar do pronto-atendimento um trabalho próprio de unidade básica.

Para além da utilização do espaço para expressão de demandas e insatisfações e pressão política relacionada à organização dos serviços, reproduz-se na rádio comunitária a lógica de utilização do meio de comunicação para “educação em saúde”. Há na programação vinhetas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde acerca, por exemplo, da prevenção ao vírus H1N1. E eventualmente organizações não-governamentais distribuem material informativo relacionado a questões de saúde, com destaque às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

O tema já ganhou programação própria na rádio, de meia hora semanal. Quando questionados sobre a relação entre saúde e a rádio comunitária, os locutores Leandro, Balza, Fábio, Guilherme e Thiago dão ênfase a este programa, que se chamava DST/AIDS – Nas ondas do Rádio. Além das informações sobre prevenção, a equipe responsável realizava exames na própria emissora e distribuía preservativos.

⁵⁵ O ranking das desigualdades pode ser obtido a partir de indicadores tais como o coeficiente de Gini, e está disponível em Pnud (2010).

O trabalho resultou de parceria entre a rádio e um “posto de saúde” da região do Ipiranga. “Era muito importante para a rádio e a comunidade”, mas a Prefeitura cortou a verba de transporte da equipe parceira e desde então não existe a programação. “Hoje a gente está em conversa para ver se consegue alguma verba para disponibilizar o transporte”, explica Balza.

Ele afirma que a rádio tentará se mobilizar para voltar a tratar da temática, apesar de todos os programas, de alguma forma, falarem de saúde, valendo-se de vinhetas disponíveis na página eletrônica do Ministério da Saúde, por exemplo. Conta que a emissora, além desta programação específica, já se mobilizou em “questões de campanha”, como de prevenção à dengue. Houve, por exemplo, uma “ação de saúde” na quadra da UNAS (trata-se da ação a que uma gestora de UBS se referiu na reunião entre o Fórum de Saúde da UNAS e o Conselho Gestor da UBS Sacomã) com cobertura da rádio, que passou um mês realizando a divulgação.

Esta lógica de propagação de valores e normas pelo sistema de saúde para a população também prevalece na produção acadêmica que relaciona radiocomunicação comunitária e saúde. A aproximação, por pessoas e instituições do campo da saúde, das rádios comunitárias se dá por ações, na acepção habermasiana, instrumentais, na medida em que se fundamentam em processos de emissão de enunciados pelo sistema de saúde ou pela comunidade científica a um público específico (este tipo de abordagem está presente em: BIANCO, 2000, GALLO, 2001, FIGUEIREDO e AYRES, 2002, MATOS *et al*, 2007, JURBERG e MACCHIUTE, 2007, PRADO, 2007, MATOS *et al*, 2009, GALLO e ESPÍRITO SANTO, 2009).

Ressalta-se o uso da rádio como instrumento para “divulgação científica” e disponibilização de informações, ou mesmo de educação para a participação social pela atuação nos conselhos, por exemplo. A importância destas ações proporcionadas pela interação entre órgãos administrativos do Estado, organizações não-governamentais e pesquisadores do campo da saúde com as rádios reside fundamentalmente na disponibilização de informações que tornam possível uma melhor fundamentação das escolhas racionalmente motivadas, e isso é reafirmado por locutores e ouvintes de Heliópolis. No entanto, não há reflexão acadêmica sobre como a ação desenvolvida pelo sistema de saúde em uma rádio tem potencial transformador das práticas e organização do sistema.

Há na comunicação em saúde, e isso se reproduz em alguma medida na radiocomunicação comunitária, a forte influência do campo da promoção da saúde que,

como parte do discurso científico contemporâneo, toma o indivíduo como livre das determinações econômicas e sociais e coloca em suas mãos a possibilidade e a responsabilidade de, a partir de atitudes educacionalmente formadas, engendram novas relações sociais. Estas acabam por ser, no apelo feito a mudanças de comportamento, desprovidas de historicidade.

Pela prescrição normativa do bom viver, a medicina se estabelece como autoridade na determinação das boas e más condutas, as ditas saudáveis, e induz a processos, tal como o descrito por Thompson (1987), de interiorização da coerção no indivíduo. Para tanto se vale dos meios de comunicação, passando a influenciar no que devem ou não fazer as pessoas, independente do contexto histórico em que estão inseridas.

É *forma* de expressão, na saúde, “dos interesses dos grupos sociais dominantes na política e na economia”, que pela perspectiva liberal enfatizam “a liberdade e a capacidade de o indivíduo controlar os eventos que influenciam sua vida, sendo ele, assim, o grande responsável pelo próprio sucesso ou fracasso”. A saúde se torna um “bem que se compra e vende, se escolhe ou rejeita com base em opções individuais” e sua promoção significa “ajudar os indivíduos a fazer mudanças no estilo próprio de vida” (VASCONCELOS, 1999, p. 75).

Ainda que haja a busca por legitimar tais ações por discursos que remontem a fatores sociais envolvidos, estes são apenas referência, mero envoltório de uma operacionalização que tem centralidade nos comportamentos individuais. É a mitificação do social (BARTHES, 1972), que tem seu sentido reduzido pela deformação do conceito resultante das ações efetivamente operadas.

Esta proposta de promoção da saúde é orientada pelos estudos epidemiológicos que buscam identificar fatores de risco que estejam associados com os problemas de saúde. Mas os fatores de risco pesquisados são, em geral, comportamentos capazes de ser alterados individualmente. Para o profissional, formado numa perspectiva positivista e, portanto, buscando orientar sua atuação em ações que tenham eficácia comprovada estatisticamente, há poucas opções legitimadas pela ciência além de buscar alterar os comportamentos individuais identificados como fatores de risco (VASCONCELOS, 1999, p. 76).

Esta centralidade no comportamento individual decorre da moldura que condiciona a ação social e exerce uma “manipulação refinada” do reconhecimento das

necessidades existentes. O sistema produz e oferece objetivações para *projets* já existentes e condicionados pelo processo acima exposto de formação da décima maior desigualdade social do mundo.

Ainda que os determinantes sociais da saúde e da doença em regiões como Heliópolis tenham relação direta com o mundo do trabalho e condições de moradia, por exemplo, o único programa específico sobre saúde tratava das DSTs/AIDS. A programação é importante e valorizada pela população (não se trata aqui de refutar ações deste tipo), mas esta temática é social e sistemicamente reconhecida enquanto *manque* justamente porque já se dispõe de *projet* correspondente. É o sistema gerando demandas a que existem respostas sistêmicas previamente definidas. As deficiências (*manque*) que não têm possibilidade de satisfação na institucionalidade posta acabam por ser ignoradas e tornadas invisíveis na relação entre os distintos grupos sociais e o sistema.

Todavia, a luta persiste. Os processos organizativos destes grupos, no enfrentamento ao que há de contingente no mundo, tornam possíveis as expressões de demandas por objetivações que permitem guiar a satisfação das necessidades e, com isso, transformar tal moldura que condiciona atos e projetos. É a construção de novos processos instituintes.

Ainda que locutores destaquem a importância do programa voltado às DSTs, muitos deles não deixam de mencionar, por exemplo, a temática da coleta de lixo em Heliópolis quando questionados sobre a relação da rádio com o campo da saúde, que neste caso não está influenciada pela agenda do sistema. Trata-se de uma ação conduzida pelo movimento social e com pouco apoio da institucionalidade, mesmo com o reconhecimento social da questão enquanto determinante social da saúde daquela população.

A mobilização de moradores relacionada à coleta de lixo é constante, e se dá pela organização de dias e locais de depósito dos dejetos nas calçadas. Há também ações pontuais e igualmente fundamentais. Marcinha conta, por exemplo, que recentemente organizou a retirada de entulhos de um ponto da Estrada das Lágrimas. “Ali era um lixo muito grande”.

Apesar de várias tentativas no decorrer de um ano, órgãos administrativos do Estado não conseguiam evitar que as pessoas jogassem lixo no local. Marcinha passou então a conversar com diferentes pessoas, dentre comerciantes, lideranças populares e moradores, e iniciou uma articulação para tentar resolver o problema. “Comecei a ficar

lá na rua conversando com os carroceiros, falando que não era mais para jogar. Eles começaram a implicar comigo, porque ali era o ganha pão deles”.

O fato de o lixo estar em frente a uma escola infantil e atrair ratos para o “parquinho das crianças”, além da proximidade do local com uma Unidade Básica de Saúde, foram os argumentos de Marcinha para que os carroceiros atendessem seu pedido. “Tinha um dentista na época que não queria mais atender por conta dos ratos. Quando iam limpar, tirar a metade do lixo, os ratos entravam na sala do dentista”.

Uma vez convencidos alguns dos carroceiros, ela passou a ficar “de plantão” no local. “Eles vinham e jogavam, e eu ia lá, conversava, pedia, e vinham, jogavam... Aí entrei em contato com a Sub-Prefeitura, procurei saber quem era o responsável”. No entanto, Sub-Prefeitura, escola e UBS não se responsabilizaram. “Todo mundo falava que eu não ia conseguir, porque ninguém tinha conseguido”.

O desestímulo vindo dos órgãos administrativos, que deveriam assumir a responsabilidade pela limpeza da região, não impediu Marcinha de continuar com sua atuação. Ela optou por colocar uma faixa no local com a inscrição: “‘ei, você que joga entulho aqui, sorria, você está sendo filmado, depois será multado’”. Todo mundo olhava e começava a dar risada. Eles olhavam e acreditavam que lá tinha uma câmera, por conta da frase”.

A empresa responsável pela retirada do lixo fez então, por insistência dela, uma limpeza no local. “Falei: quero que você mande todos os caminhões que forem necessários para tirar tudo, quero que você zere e deixe limpo, porque aí vou tomar conta. Já falei com os moradores, já articulei para não vir”. Hoje, a questão está resolvida. E nesse processo, a rádio foi utilizada para denunciar a situação e pedir às pessoas que não mais jogassem lixo no local. Foram feitas vinhetas e reportagens. Por isso, Marcinha considera importante a existência da emissora comunitária.

Um dos locutores que se envolvem constantemente com a questão é Carlos. Ele conta que pessoas jogavam lixo em frente a uma creche. “Era problema da Sub-Prefeitura, porque estavam tirando as casas, reformando, mas eles não colocavam caçamba para a pessoa colocar o lixo. O material que sobrava era colocado ao lado da creche”. No local, havia também animais mortos, mas a instituição de ensino não conseguia fazer com que alguém se responsabilizasse pela retirada dos dejetos. “Fomos lá, fizemos reportagem, manifesto na rua e com dois, três dias, a Sub-Prefeitura mandou a lixeira, as caçambas e tirou tudo. Até hoje, não botaram mais lixo lá”.

Mas o problema é recorrente. Ele afirma que há hoje algo parecido na rua Almirante Delamare, onde um entulho se espalha e quase fecha a via. Diz ser difícil a resolução e caber à Sub-Prefeitura fiscalizar. Novamente, após fazer reportagem, a administração municipal retirou o lixo do local, mas as pessoas voltaram a sujar. “Pensamos em fazer a matéria de novo, ir até a Sub-Prefeitura do Ipiranga e ver isso”.

O trabalho de reportagem é também feito por José, que ajudou na produção radiofônica relacionada ao problema em frente à creche. “A gente chamou atenção: cadê as autoridades que tomam conta do lixo? Cadê a empresa contratada que não se manifesta?” A eficácia do trabalho, para José, está na possibilidade de o programa “estar sendo ouvido por alguma autoridade”. Quando é feita a cobrança, afirma, no dia seguinte o lixo desaparece.

Bruno também se vale da organização da coleta de lixo na exemplificação da importância da rádio na comunidade. Ele conta que a primeira luta no campo da saúde assumida pela Rádio Heliópolis foi essa. “Aqui a gente pegava o lixo e jogava na Sabesp, um terreno em nome da Sabesp que era lixo”. E a mobilização feita pela UNAS para a transformação desta realidade foi através da rádio.

A entidade articulou emissora e lideranças para impedir que a população voltasse a jogar lixo aleatoriamente nas ruas, e iniciou uma luta pela organização da coleta. “Então começamos a nomear os ouvintes da rádio já como fiscal do povo”, para que as pessoas colocassem o lixo na porta de casa nos dias certos. Quando alguém desrespeitava, era feita a denúncia na rádio. “Falava nome fictício para as pessoas entenderem que estávamos preocupados”. Passou-se, então, a trabalhar a noção de direitos e deveres. Por isso, hoje divulgam: “você sabia que tem direito à moradia digna? À educação de qualidade? À saúde?”

Já Lia se valeu da rádio no trabalho relacionado a saneamento básico de que participou com a médica sanitária. “O levantamento que a gente fazia era discutido na rádio com o povo. Se não fizesse esse trabalho, o povo não ia entender e se unir para lutar por esse direito”. Foram feitas pesquisas sobre mortalidade infantil e a rádio “passava para a comunidade qual era o problema, e por isso a necessidade de se unir, para lutar por água, luz”. Ela reafirma a importância de que “essa nova geração cuide bem dessa rádio, se aproprie dela, para que eles não só denunciem, mas assumam a responsabilidade” na luta pela garantia de direitos. Considera também importante o trabalho de prevenção a DSTs, além das discussões com adolescentes das escolas. “A

rádio tem toda essa articulação, isso é muito importante para o desenvolvimento das novas gerações”.

Assim, a conformação de espaço e relações sociais também no campo da saúde não se dá pela lógica comportamental, mas em processos organizativos de grupos sociais resultantes da objetivação coletiva de ações socialmente reconhecidas como legítimas e transformadoras da realidade. O que possibilita a imposição da faixa e da fiscalização de Marcinha pela facticidade é a “motivação racional para o acordo” fundada na “estabilização *não-violenta* de expectativas” por ela promovida. O risco de dissenso envolvido na ação social foi minorado pelo processo de articulação que tornou “a integração social através do uso da linguagem orientado pelo entendimento” possível, por estar “embutido em contextos do mundo da vida, os quais fornecem apoio através de um maciço pano de fundo consensual” (HABERMAS, 1997, p. 40).

Na organização da coleta de lixo em Heliópolis, o conjunto de ações políticas e sociais engendradas se deu em um contexto de negação, pelo Poder Público, de uma necessidade social. Como parte desse processo, a rádio comunitária, pela divulgação e produção de informações, se mostrou como espaço propício para a construção histórica de necessidades sociais (enquanto *manque* e *projet*) em sua relação com a saúde, e também para a articulação e mobilização de sujeitos e coletividades pela efetivação deste direito e construção de relações entre comunidade e entidades, Estado, governos, partidos e instituições na garantia do direito à saúde. É a rádio enquanto espaço constituinte da dinâmica social, e objetivada para fins políticos no campo da saúde. A emissora possibilita, por instrumentos políticos próprios, a transmissão de anseios do grupo social dela constitutivo e a transformação do território onde está inserida.

E para além de explicitar anseios e carências, uma rádio comunitária deve corresponder à expectativa social decorrente do processo de sua legitimação: é sua função “prestar serviço”. Com isso, locutores se envolvem nas ações coletivas de enfrentamento a mecanismos de coerção e exclusão sociais na perspectiva de transformação da realidade. Na cobrança direta que passa a realizar frente àqueles que deveriam assumir a responsabilidade pela resolução de problemas locais, a rádio se afirma como espaço de mobilização de sujeitos articulados em torno de objetivos comuns. A importância da radiocomunicação comunitária na saúde vai, nesse sentido, muito além da possibilidade de transformação de comportamentos individuais.

A rádio se torna parte de uma cadeia de ações coletivas e ainda promove enfrentamento político com aqueles que se omitiram no exercício de sua

responsabilidade, no caso referido, o Poder Público. A luta pelo direito à saúde via rádio comunitária se insere em contexto em que a organização coletiva em torno da emergência de necessidades sociais enquanto *manque e projet* se dá por espaços e ações sociais instituintes e instituídos. Rádio e fórum exercem funções organizativas também da atuação em conselhos, por exemplo, e combativas na relação com órgãos administrativos do Estado.

Ademais, as atuações de Bruno, Balza, Rafael e outros no campo da cultura sugerem caminhos para, na saúde, se construir ações políticas e culturais por formas diferenciadas na resistência à dominação política, econômica e social. O estabelecimento de laços sociais de solidariedade ganha sentido político nessa dinâmica entre contingência e resistência. Nela inserida, a rádio comunitária se caracteriza enquanto espaço de *participação social*.

Conforme exposto, no decorrer do processo da RSB foram consolidados espaços institucionalizados de participação no Estado brasileiro, com destaque aos Conselhos e Conferências de Saúde, que possuem limitações na inserção de grupos sociais na formulação e gestão de políticas de saúde. Os limites têm relação com o privilégio dado pelo movimento da Reforma Sanitária às vias técnico-institucional e legislativo-parlamentar no decorrer de seu processo, em detrimento da via sócio-comunitária (PAIM, 2008a).

Para caminhar no sentido da concretização do projeto da Reforma Sanitária pela ampliação das bases sociais de seu movimento, é necessário refletir e atuar sobre os limites e possibilidades postos na relação entre os espaços institucionalizados e os processos de articulação e mobilização de indivíduos e grupos em busca da satisfação de necessidades sociais em ação política diferenciada, ou seja, nos processos deliberativos informais. “Do arcabouço institucional decorre a necessidade de um processo político de conquistas relacionadas à democratização da saúde e das relações políticas e sociais como um todo” (PAIM, 2008a, p. 156).

Trata-se de um processo de mudança social que não se esgota na implementação do SUS, mas tem como horizonte a democratização radical da sociedade e do Estado. No entanto, com a redução progressiva do *processo reformista* a um *sistema* conformado por uma estrutura patrimonialista, cartorial e fundada pela desigualdade social, há a tendência de se reforçar a seletividade estrutural do Estado capitalista. O discurso jurídico legalista como forma principal de atuação do movimento sanitário é constituído pelo conteúdo de que advém e o determina, em relação dialética: é reação ao

“desmonte do arcabouço legal pelos governos que apostaram em políticas neoliberais”, em processo de mudança social que tem o capitalismo e a divisão de classes como horizonte, e como estrutura fundante.

Alguns dos potenciais transformadores desta realidade estão nos processos culturais e em relações sociais conformados por modos de vida diferenciados e erigidos sobre laços sociais de solidariedade, que se inserem em uma dinâmica entre determinações político-econômicas e afirmação da autonomia. É por espaços como uma rádio comunitária, formativos dessas relações, que se podem construir as “contrainstituições”, em lutas sociais que por diferentes caminhos refaz em mosaico a moldura que as conforma. No divertimento popular, no sofrer e no coletivamente resistir está um viver enraizado em determinações e, ao mesmo tempo, permeado por sonhos de um advir na emancipação. Isto é a participação social. É a mão humana que mesmo quando desconhecida, ignorada ou reprimida pelo sistema, faz cotidianamente deste mundo, vida.

Conclusão

A dimensão instituída da RSB e a atuação do movimento sanitário no interior do Estado possibilitaram a melhoria de condições objetivas de saúde da população brasileira. No entanto, esta ação política pelas vias técnico-institucional e legislativo-parlamentar não resultou em transformação de elementos fundantes do Estado, de modo que em meio à heterogeneidade de espaços e processos dele conformadores ainda prevalecem práticas patrimonialistas e cartoriais, que reforçam a seletividade estrutural de um Estado forjado no capitalismo.

Nesse contexto, a metáfora do “fantasma da classe ausente” identifica as dificuldades de articulação entre um movimento atuante no interior da institucionalidade posta e suas pretensas bases sociais, do que decorrem muitos dos entraves para a efetivação da saúde enquanto um direito.

A construção histórica dos processos organizativos em Heliópolis aponta para possibilidades de enfrentamento de tal conjuntura a partir da recuperação daquilo que foi perdido do projeto da Reforma Sanitária no decorrer do seu processo: na recuperação de sua dimensão instituinte se torna possível a democratização do Estado, da sociedade e da relação entre Estado e sociedade.

Isso significa ampliar a base social de sustentação de um projeto político de transformação da realidade. No processo organizativo do movimento da Reforma Sanitária, tal ampliação ocorreu pela articulação de processos participativos em que grupos sociais aliados do poder político-econômico atuavam, na tensão entre afirmação da autonomia e determinação social. É assim que o “ausente” se torna sujeito, e age no mundo.

Também assim a heterogeneidade de vivências, anseios e carências em Heliópolis, na resistência à dominação político-econômica e na luta por moradia, tornou-se grupo social que objetiva interesses convergentes em ação política. Isto se deu a partir de encontros na Igreja, clubes de mães e cortes de mamoneiras, por espaços e processos informais, mas organizativos. Assim, interesses recíprocos de indivíduos submetidos à dominação se tornam objetivos de um grupo, que no reconhecimento de necessidades enquanto carência e sua forma de satisfação engendra a luta social.

Ressalta-se que tal ação coletiva caracterizada pela construção de laços sociais de solidariedade, resultante de práticas de auto-ajuda como forma de enfrentamento às

dificuldades políticas, econômicas e sociais, recebe o apoio organizativo da Igreja. Setores a ela vinculados, que possuíam alguma autonomia política em contexto de regime autoritário, atuam na organização daqueles processos difusos de construção da resistência social. Isso se dá por espaços e ações políticas de articulação de sujeitos e na mediação da relação entre aquele grupo social e o Estado.

Com o avanço nas garantias de direitos civis e políticos no Brasil, decorrente da conformação do Estado enquanto democrático e de direito, aquele território se torna também espaço de disputa eleitoral. Disto advém a progressiva atuação de grupos partidários que passam a assumir trabalhos organizativos e a mediação das relações institucionalizadas.

Na crise de legitimação do exercício do poder, que culminou em nova constitucionalidade, acirra-se a luta de classes, uma vez que há um processo de reconstituição de relação entre sociedade e Estado, pela transformação de espaços e processos deste constitutivos. Assim, acentua-se a necessidade de legitimação social do exercício do poder, bem como os processos de resistência a formas de dominação política e econômica.

Tais processos se transformam, e conflitos antes caracterizados pelo antagonismo entre sociedade organizada e Estado são por este interiorizados. Assim, a dimensão instituída prepondera sobre a instituinte: o grupo social que antes assumia como estratégia política o enfrentamento direto, por ocupações de propriedades públicas e privadas, por exemplo, passa a buscar (ou eleger) interlocutores no interior do Estado.

É deste modo que se transforma a relação entre necessidade social enquanto carência e forma de satisfação: o convênio, ou *projeto*, é a expressão material de uma dinâmica política e econômica. As ações sociais se tornam ações financiáveis, e o grupo social delas organizador passa a se voltar à formulação de projetos e a reivindicar do Estado seu financiamento. A crise de legitimação do exercício do poder político e econômico ganha expressão, desse modo, no interior do Estado e na relação deste com a sociedade.

À autoridade política cabe administrar a situação contraditória entre os interesses do capital e da força-trabalho, e à orientação das despesas públicas para a valorização de setores do capital acrescentam-se as que integrem a força-trabalho no equilíbrio do sistema político-econômico. Disto decorrem as políticas compensatórias que na forma projeto mantêm o equilíbrio político naquele território. Cabe às forças específicas que

operam no interior do Estado garantir seu financiamento e, com isso, a melhoria de condições objetivas de vida da população.

No entanto, a superação da polarização de classes e de contradições dela diretamente decorrentes no mundo do trabalho ou na divisão da propriedade, e que são da integração social pelo Estado capitalista constitutivas, não é financiável. Assim, a forma *projeto* transforma o conteúdo da ação social, uma vez que o movimento que dava centralidade à luta de classes pela superação de tais contradições passa progressivamente a tomar parte das necessidades sociais, as financiáveis, pelo todo.

O Estado é, desse modo, expressão e espaço de integração social fundado *pela* e constitutivo *da* luta de classes, e o movimento social, na sua heterogeneidade e sob determinações sociais, políticas, culturais e, sobretudo, econômicas, toma as contradições daquele espaço muitas vezes como condição de sua luta, não como necessidade de superação.

Nesse contexto, é criada a Rádio Comunitária Heliópolis FM. Com a intensificação do processo associativista, a comunicação se manifestou como necessidade e em forma distinta da do direito buscou-se uma atividade consciente para sua satisfação: a radiocomunicação comunitária. O espaço que inicialmente era utilizado para divulgar reuniões para discussão sobre questões relacionadas à moradia, torna-se ponto de encontro, de lazer e de sociabilidade.

O envolvimento de diferentes pessoas, a partir de distintos anseios, passa a conformar as bases sociais que darão fundamento à ação política de reivindicação da comunicação enquanto um direito. Assim, a imposição factual de interesses de alguns grupos que agem no interior do Estado e controlam espaços de poder, expressa pelo fechamento da rádio em determinado momento de sua história, é questionada na atuação do movimento que ganha corpo e possui materialidade na existência da emissora, que resiste.

As trajetórias individuais e os processos de subjetivação à rádio relacionados se inserem nesse contexto, uma vez que convergem no envolvimento com questões do território onde estão inseridos. Gostos musicais, desejos de divulgar uma produção cultural, de falar sobre futebol, de informar sobre assembléias, ou simplesmente o sonho de ser locutor perpassam uma programação cuja heterogeneidade é própria das relações sociais daquele território conformadoras.

Assim os modos de vida, o coletivismo expresso por idéias e hábitos, os conjuntos de troca entre experiências materiais e simbólicas na produção musical ou na

organização de um evento, e a diversidade de elementos conflitivos e consensuais conformadores da cultura local tornam a rádio espaço de expressão de necessidades sociais.

A heterogeneidade constitutiva da rádio é própria da dinâmica social de onde se situa, e tal diversidade de interesses é conformadora de laços sociais em resistência a determinações econômicas, políticas e sociais. Ao compartilhar de um mesmo espaço, que possui legitimação política e social pela relação de ajuda mútua com o território em que se insere, os diferentes indivíduos que na rádio depositam expectativas distintas passam a significar suas ações como as de um coletivo.

Nesse processo, há a expressão do que há de contingente no mundo e engendram-se possibilidades de resistência e transformação social. Assim é a rádio espaço de subjetivação de indivíduos: por explicitar anseios e carências do território onde está inserida, em dinâmica construção de laços de solidariedade, forma-se uma cadeia de ações coletivizadas que em alguns momentos são objetivadas em ação política. E no convívio mútuo com coerções e exclusões, sujeitos engajam-se em processos organizativos para a transformação da realidade, de modo que aquele espaço é de articulação política e mobilização pela construção de alternativas ao que está posto.

A conquista da comunicação enquanto direito é parte constitutiva e confirmativa de tais processos. Na luta pela legalização da Rádio Heliópolis, os sujeitos dela participantes se articulam com grupos sociais de diferentes localidades, que oferecem apoio organizativo e inserem o coletivo formado em Heliópolis em um movimento social mais amplo, e de confronto com grupos que exercem o poder no interior do Estado.

A legitimação da mobilização política repousa na adjetivação da rádio enquanto comunitária, cuja construção histórica se deu pelo processo acima descrito. A esse fator que possibilitou a legalização da rádio se somam o apoio organizativo para a ampliação das bases sociais da mobilização e o confronto político deste processo decorrente, em um movimento instituinte. É sobre estas bases sociais que se assenta o apoio político no interior do Estado e a conquista do direito.

Nessa mesma dinâmica, a rádio comunitária estará também inserida na luta por direitos econômicos, sociais e culturais. Militantes dela se valem para ampliar processos organizativos e locutores se inserem em mobilizações sociais. As lutas políticas são tematizadas e objetivadas na produção musical e de reportagens, por meio das quais é

feita a reivindicação direta de determinada necessidade social, ou são articulados e mobilizados diferentes sujeitos.

A trajetória de Bruno é, nesse sentido, expressiva, por remontar à democratização das relações sociais na resistência a códigos e práticas sociais estritos e condicionantes de processos de dominação. Pela rádio, inaugura formas de sociabilidade e se (re)posiciona enquanto sujeito na conformação de novos campos de luta e em processos de (re)definição de relações sociais daquele território constitutivas.

As formas de atuação são próprias do espaço de mobilização de que se vale, mas engendras pelos conteúdos de que advém. Ou seja, o programa “no estilo gay” é expressão em espaço público de uma afetividade que, em decorrência de processos de dominação, é historicamente impelida ao espaço privado. As ações sociais, antes caracterizadas pela realização de reuniões em que indivíduos trocavam experiências, são conteúdos latentes que deslocam sua forma de expressão para o espaço público. E pela rádio outros processos organizativos são desencadeados, de modo que a luta pela efetivação de direitos por aquele grupo social específico e marginalizado ganha força transformadora das relações sociais.

No campo da saúde, locutores, ouvintes e militantes utilizam a rádio para debater questões relacionadas à atenção primária na região, divulgar campanhas, expressar demandas, organizar mobilizações e reivindicar do poder público a satisfação de necessidades sociais. Há também a utilização do espaço para educação de hábitos considerados saudáveis, pela participação de profissionais da saúde em programações específicas e divulgação de áudios produzidos pelo Ministério da Saúde e ONGs.

No entanto, a presença do poder público na atuação social em torno de temáticas como a prevenção a DSTs/AIDS e campanhas de vacinação contrasta com sua ausência na organização de ações que buscam a transformação de determinações sociais da saúde e da doença. Na relação com os grupos sociais daquele território, o sistema de saúde gera demandas para respostas institucionais já existentes, e carências a que não há *projets* disponíveis, ou que demandam o engajamento em processos políticos de transformação de determinações econômicas e sociais, são ignorados na relação com o restante do corpo social.

Isto se explicita nos processos de organização da coleta de lixo de que o poder público, e especificamente o sistema de saúde, se fez ausente. Ainda que afete diretamente as condições de saúde da população local, a constante mobilização é

conduzida pelo movimento social, que se vale da rádio para organização da ação social e reivindicação frente a profissionais que atuam no interior do Estado.

Para além disso, a atuação que se dá por espaços e processos instituintes, dentre eles a rádio, aponta para a construção histórica de necessidades sociais entanto *manque* e *projet*, em articulação e mobilização de sujeitos para a efetivação da saúde enquanto direito. Assim o movimento social se reconstrói permanentemente e engendra novas formas de mobilização.

Em resistência aos limites de atuação nos espaços institucionalizados, a UNAS decide criar um Fórum de Saúde para, com isso, fortalecer politicamente os processos e espaços de incidência da comunidade na gestão dos serviços, dentre eles os conselhos de saúde. As disputas políticas são, desse modo, fundamentadas pela objetivação de interesses comuns, que se dá por espaços e ações sociais sob controle popular. Fórum e rádio exercem uma função organizativa de um movimento que busca, também nos espaços institucionais, apoio político para suas ações.

Ademais, a construção de laços sociais entre uma profissional de saúde que atua no interior do Estado, e a partir das tensões que enfrenta estabelece relações com a sociedade, tem importância naquele território, pelo apoio na organização e expressão de demandas atrelado à ação política nos espaços institucionalizados. Disto decorreu ação coletiva que deslocou a forma de expressão de necessidades sociais em movimento político transformador, por tornar a carência em saneamento básico como de responsabilidade do poder público.

Desse modo, são os processos de subjetivação, articulação, mobilização e as ações políticas a eles atreladas que dão corpo e conformam as bases sociais de um movimento, que a partir disso atua pela construção de uma nova correlação de forças nas dinâmicas tensões internas ao Estado e da relação entre Estado e sociedade. Também assim se deu a construção histórica do movimento sanitário, pela organização social de necessidades em saúde, expressas enquanto deficiências, espaços e práticas que possibilitaram alterar relações de poder político e econômico.

A Reforma Sanitária Brasileira permanece como um processo em curso de transformação democratizante de práticas políticas e sociais que integram a totalidade social e resulta, enquanto institucionalidade e política pública, de ações de um movimento social que concebe o Estado como um conjunto de espaços e processos conformativos de uma estrutura fragmentada e complexa, e passível de ações políticas transformadoras de seus elementos constitutivos. Desta concepção e das condições

políticas e econômicas resulta um conjunto de ações que dão centralidade à transformação de tais espaços e processos na busca pela efetivação da saúde enquanto um direito de todas e todos.

Assim, a saúde é objetivada em institucionalidade e políticas públicas por ações políticas e sociais que têm como elementos fundantes as transformações vividas na sociedade em dinâmicas que lhes são próprias. Ou seja, as necessidades sociais, historicamente construídas na subjetivação de indivíduos e na conformação de grupos sociais, passam a ser expressas por um movimento social que reivindica respostas constitucionais e institucionais, o que leva à efetivação da saúde enquanto um direito.

É desse modo que as ações no campo da saúde, em sua dimensão social, expressam tensões “entre Estado e Sociedade, entre liberdades individuais e responsabilidades coletivas, entre interesses privados e públicos”, relacionadas às instâncias econômicas, políticas e ideológicas da dinâmica social (PAIM, 1992, p. 136-50). Tensões estas que determinam o alcance das transformações das práticas sociais, técnicas e sistêmicas, em condições de profunda desigualdade social.

É a partir disso que as relações sociais adquiriram uma forma jurídica. O conjunto de normatizações e institucionalidades repõe juridicamente condições de integração social para uma sociedade desigual, de modo que a condição jurídica de paridade em conselhos, por exemplo, dá aparência de igualdade a relações políticas que permanecem caracterizadas por cooptação, fisiologismo, patrimonialismo e clientelismo. Assim, a complexidade de espaços e processos que conformam o Estado repõe como unidade a divisão social deles constitutivos. A igualdade acaba por ser mitificada na universalidade da lei e na institucionalidade dela decorrente, enquanto persistem os desafios de se atender às necessidades sociais pelo direito enquanto forma.

As formas *projeto* e *luta por direitos* tendem a atomizar ações sociais de enfrentamento a diferentes processos de dominação, mas decorrentes de mesmas contingências. A unidade estatal que integra socialmente pela força da lei antagonismos de classe e gênero, por exemplo, torna possível uma seletividade estrutural de objetivações políticas, de modo que distintas lutas obtêm maior ou menor sucesso em decorrência de objetivações que lhes são próprias.

A atuação política em torno das questões LGBTT resultou em importantes conquistas sociais, emancipadoras de um grupo historicamente submetido a situações de dominação e impedido de ser. As experiências apontam para possibilidades de atuação

para além daquele território, em contexto político de poucos avanços na efetivação de direitos de mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais.

No entanto, apesar da melhoria das condições de vida proporcionada pelos processos de articulação e mobilização social que tomam o Estado como espaço de disputa, moradores de Heliópolis permanecem, após mais de 30 anos, sem a titularidade da terra, com renda média familiar próxima a um salário mínimo, e com problemas relacionados a saneamento básico, mobilidade urbana e acesso restrito a serviços públicos.

Ainda que acirradas as disputas políticas e econômicas, o Estado capitalista está submetido aos limites estruturais que decorrem da defesa incondicional da propriedade privada e da participação nos processos de acumulação do capital e sua reprodução. Isto se dá, por exemplo, pela maior incidência tributária sobre as classes sociais menos favorecidas e restrição das despesas orçamentárias para a efetivação de direitos da seguridade social em favor de pagamento de juros e da dívida pública.

Além disso, com a financeirização da economia, o Estado também participa da valorização de setores econômicos produtivos mais desenvolvidos pela permissividade em relação à redução de custos salariais e à flexibilização das relações de trabalho, por exemplo. Outra expressão do favorecimento pelo Estado de grupos detentores do poder político-econômico é o processo de concessão pública de serviços de radiodifusão. Mesmo após intensa luta social, as poucas rádios comunitárias autorizadas a funcionar têm frequência no extremo do *dial* e alcance restrito.

Dessas questões e das atreladas à elevada concentração de propriedade fundiária no Brasil decorrem determinações econômicas, políticas e sociais de condições de vida da população brasileira, e tais imposições factuais de interesses não têm sido objeto central das lutas por direitos, dentre eles o da saúde.

Nesse sentido, o privilégio dado pelo movimento sanitário às vias técnico-institucional e legislativo-parlamentar, no processo de democratização da saúde, foi uma opção política em condições postas de profunda desigualdade social, a partir das quais as relações sociais na saúde adquiriram uma forma jurídica, que trouxe perdas e ganhos para a “classe ausente”.

O sistema de saúde é outro, mais democrático, e as condições de vida de grande parte da população também são outras. Mas a profunda desigualdade social persiste, assim como o desafio de articulação da “classe ausente” na expressão de suas demandas e para a conquista daquilo que está expresso no projeto da RSB.

As possibilidades de transformação de tal realidade pela mobilização social residem na organização de processos instituintes diluídos no espaço e no tempo, tais como a radiocomunicação comunitária. Das deliberações informais surgem manifestações e contrainstituições enquanto carências e formas de satisfação, de maneira que a ação política constitutiva e confirmativa de espaços, processos, sujeitos e necessidades a elas relacionada engendra novas lutas sociais, transformadoras de relações que engendram a forma jurídica e a ela dão sustentação.

Está consolidada no relatório da 8ª CNS a concepção de saúde enquanto “trabalho em condições dignas com amplo conhecimento e controle dos trabalhadores sobre o processo e o ambiente de trabalho”, além de garantia de alimentação, “moradia higiênica e digna; educação e informação plenas; qualidade adequada do meio ambiente; transporte seguro e acessível; repouso, lazer e segurança”, e ainda “participação da população na organização, gestão e controle dos serviços e ações de saúde; direito à liberdade, à livre organização e expressão; acesso universal e igualitário aos serviços setoriais em todos os níveis” (BRASIL, 1986, p. 382-383).

A experiência vivida em Heliópolis mostra que pessoas, entidades e movimentos lutam para a satisfação dessas necessidades. Mas são lutas que embora limitadas pela estrutura de uma sociedade desigual, dificilmente tomam a transformação dessa estrutura por objeto de mobilização. A desigualdade social, em suas diferentes expressões, se torna, assim, uma moldura imutável que condiciona a mobilização social na forma luta por direitos.

No entanto, conforme já mencionado, Marx se vale de um conceito estético em sua origem para tratar da possibilidade de mudança social: esta advém de conteúdo que busca expressão adequada na forma. As relações de produção entendidas enquanto forma de expressão de seu conteúdo conformador, as forças materiais de produção, são transformáveis (ou entram em conflito) na medida em que se tornam amarras destas últimas (MARX, 1971).

A participação social pelo engajamento em esferas públicas diluídas no espaço e no tempo traz novos conteúdos, adequados à forma que atualmente se impõe. Direito é forma de conteúdos latentes, necessidades incessantes, humanamente. Direito é fim e começo, resultado de luta e moldura que condiciona a luta. Direito implica em transformação da realidade, e impede que se tematize a transformação de sua própria

estrutura conformadora. E nessa profusão de conteúdos latentes reprimidos por sua moldura, será hoje um tempo de se deslocar a forma, de “pegar tempo na mão”?⁵⁶

A luta é “infinita”, mas com “esperanças muitas”. E tanto da luta quanto da esperança advém um “tempo de fazer tempo”. Um tempo de revolução.

⁵⁶ Referência à Canção do não tempo de Lua, de Mário Lago “(...)Amada não vá embora se eu trouxe desilusão/ Se aumento sua tristeza, tão triste a minha canção/ É tempo de fazer tempo, de pegar tempo na mão/ De gente vindo no tempo em passeata ou procissão/ No mesmo passo de sonho pra bomba dizendo ‘não!’/ Amada não vá embora, mudou a minha canção!(...)”.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ALESSI, N. A. **Formam-se favelas e ganham importância no cenário urbano São Paulo**: Heliópolis e Paraisópolis. 2009. 169 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALVAREZ, S. Women's participation in the Brazilian "peoples church": a critical appraisal. **Feminist Studies**, College Park, v. 16, n. 2, p. 381-408, 1990.

ANJOS, G. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 31, p. 509-534, jul/dez, 2008.

ARENDT, H. **Macht und Gewalt**. Munich: Piper Verlag, 1970.

AROUCA, A. S. Novo texto define a base para a implantação da Reforma Sanitária. **Proposta: Jornal da Reforma Sanitária**, Brasília, DF, n. 13, p. 8, out, 1988.

_____. **O dilema preventista**: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Representação em São Paulo *et al.* **Em nome da Verdade**: Rádios Comunitárias na cidade de São Paulo: um balanço do processo de legalização. São Paulo, 2008. Disponível em http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&limit=5&limitstart=0&order=date&dir=DESC&Itemid=999999 99. Acesso em: 22 abr 2011.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, 1997.

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

BENETON, R. **Processos de comunicação e cultura local**. 2006. 174 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENHABIB, S. Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, C. (Org.) **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. **The claims of culture**: equality and diversity in the global era. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. Sobre um modelo deliberativo de racionalidade democrática. In: WERLE, D. L.; MELO, R. S. (Orgs.) **Democracia deliberativa**. São Paulo: Singular, 2007.

BENJAMIN, W. A obra de Arte na época de suas técnicas de reprodução. In: _____. *et al. Os pensadores: textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994, v. 1.

BIANCO, N. R. Rádio a serviço da comunidade. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 18, p. 22 -35, mai/ago, 2000.

BIZA, A. M. Jovens e associações em Moçambique. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.3, p.382-394, 2009.

BÓGUS, C. M. **Participação popular em saúde: formação Política e desenvolvimento**. São Paulo: FAPESP, 1998.

BURDICK, J. Gossip and secrecy: women's articulation of domestic conflict in three religions of urban Brazil. **Sociological Analysis**, v. 50, n. 2, p.153-170, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983** - Dá nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão). Brasília, DF, 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d88066.htm. Acesso em 22. abr 2011.

_____. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 1986. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1124. Acesso em 27 dez. 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 22 abr. 2011.

_____. **Decreto n. 99.438, de 7 de agosto de 1990** - Dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990a. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/dec99438_070890.htm. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990** – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros e dá outras providências. Brasília, DF, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990** – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990c. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8080.htm>. Acesso em 22 abr. 2011.

_____. **Decreto n. 1.720, de 28 de novembro 1995** – Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Brasília, DF, 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1720.htm. Acesso em 22 abr. 2011.

_____. **Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996** – Altera dispositivo do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2001/11/26112001/29524.pdf>. Acesso em 22 abr. 2011.

_____. **Lei n 9.612, de 19 de fevereiro de 1998** – Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9612.htm. Acesso em 22 abr. 2011.

_____. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde Brasília. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Aviso de habilitação 03/2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/images/2009/08/processos-cadastrados-aviso-de-habilitacao-n03-2006.pdf>. Acesso em 22 abr. 2011.

_____. Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Rádio Comunitária RADCOM. **Relação de entidades autorizadas**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/sites/700/719/00002002.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2008.

_____. Ministério das Comunicações. **Cartilha com informações para montagem de rádios comunitárias**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/cartilha>. Acesso em: 26 de jun. 2009.

CALABRE, L. Estrelas em foco: as rainhas do rádio. In: **X Encontro Regional de História e Biografias**. Rio de Janeiro: UERJ, p. 101-101, 2002.

CARLOS, E; SILVA, M. Z. Associativismo, participação e políticas públicas. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 5, set, 2006.

CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde, responsabilidade pública e cidadania: a reforma sanitária como reforma de Estado. In: FLEURY, S. M. (Org.) **Saúde e democracia: a luta do Cebes**. São Paulo: Lemos, 1997.

_____. Saúde e educação de base: algumas notas. In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P (Orgs.). **Saúde em debate**: fundamentos da Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Editora Cebes, 2007.

CASANOVA, J. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CEVASCO, M. E. Prefácio. In WILLIAMS, R. **Palavras-Chave**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

COELHO, V. S. Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando? In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. **Participação e Deliberação**: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora 34, p. 255-69, 2004.

_____. A democratização dos conselhos de saúde: o paradoxo de atrair não aliados. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 78, p. 77-92, jul, 2007.

COHN, A.; ELIAS, P. e JACOBI, P. Participação popular e gestão de serviços de saúde: um olhar sobre a experiência do município de São Paulo. **Saúde em Debate**, n. 38, mar, 1993.

CÔRTEZ, S. M. V. (Org.) **Participação e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009a.

_____. Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. (Orgs.) **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009b.

COSTA, M.S.R. Rádios comunitárias como rádios educativas, explorando os potenciais educativos do rádio e das rádios comunitárias, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 59-79, jun, 2004.

COUTINHO, C. N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. (Org.). **Saúde e democracia**: a luta do Cebes. São Paulo: Lemos, 1997.

D' ALIMONTE, R. Verbete espaço político. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). **Dicionário de política**. 13 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (org.). **Os Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (Org). **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil**: limites e possibilidades. sociedade civil e espaços públicos. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-301, 2002.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

DROGUS, C. A. No land of milk and honey: women CEB activists in posttransition Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 41, n. 4, p.35-51, 1999.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EDITORIAL. **Saúde Debate**. v. 28, n. 68, p. 189, 2004.

ESCOREL, S.; BLOCH, R.A. As Conferências Nacionais de Saúde na construção do SUS. In: LIMA, N. T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. (Orgs). **Saúde e democracia**: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005, p. 83-119.

FALEIROS, V. P. **A construção do SUS**: histórias da reforma sanitária e do processo participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo, Pioneira, 1960

FERNÁNDEZ, A. J. P. **Democratização do ar como exercício de cidadania**: estudo de caso das Rádios Comunitárias Esperança 101,3 FM e Companheira 93,3 FM, na sua relação com os movimentos sociais de São Mateus e Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. 1998. 181 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIREDO, R; AYRES, J. R. C. M. Intervenção comunitária e redução da vulnerabilidade de mulheres às DST/Aids em São Paulo, SP. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 96-107, 2002.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In TAVARES, M. C.; e FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes. p. 87-147, 1997.

FISCHER, R. M. e FALCONER, A. P. Desafio da parceria governo e terceiro setor, **Revista de administração**, São Paulo: v. 33, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 1998.

FISKE, J. Introdução ao estudo da comunicação. In FIDALGO, A.; GRADIM, A. **Manual de Semiótica**. Lisboa: UBI, 2004/2005.

FLEURY, S. M. (Org.) **Projeto Montes Claros**: a utopia revisitada. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

_____; (Org.) **Saúde e democracia**: a luta do Cebes. São Paulo: Lemos, 1997.

_____. Construção de sujeitos políticos e cidadãos. In _____; SUBIRATS, J.; BLANCO, I. (Orgs) **Respostas locais a inseguranças globais: inovação e mudança no Brasil e Espanha**. Barcelona: CIDOB, 2009a.

_____; LOBATO, L. V. C. (Orgs.) **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009b.

_____; Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 743-752, 2009c.

FONSECA, C. **Quando cada caso não é um caso**. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, set, 1998.

FOOTE-WHITE, W. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, A. (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GALLO, E. **Razão e planejamento**: algumas indicações críticas para uma práxis emancipadora. 1991. 141 p. Dissertação (mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro.

GALLO, P. R. Radiodifusão comunitária: um recurso a ser valorizado no âmbito da educação em saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 59, p. 59-66, set-dez. 2001.

_____; ESPÍRITO SANTO, S.K.A.M. A percepção de gestores de saúde sobre a rádio comunitária como instância mediadora para o exercício do controle social do SUS. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.33, n.82 maio/ago. 2009.

GATTI, L. F. Theodore W. Adorno: indústria cultural e crítica da cultura. In: NOBRE, M. (Org). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

GOZZI, G. Estado contemporâneo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). **Dicionário de política**. 13 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

GRESPLAN, J. L. S. A dialética do avesso. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 14, p. 26-47, 2002.

HABERMAS, J. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (Orgs.) **Habermas**: sociologia. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Charles S. Peirce sobre comunicação. In: _____. **Textos e contextos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. 3 ed. Madrid: Cátedra, 2003.

HALLIN, D.; PAPATHANASSOPOULOS, S. Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative. **Media, Culture and Society**, London, v. 24, n. 2, p. 175-195, 2002.

HELLER, A. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

HONNETH, A. Teoria Crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.) **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, p. 503-552, 1996.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W. *et al.* **Os pensadores**: textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOROCHOVSKI, R. R. **Estratégias de legitimação no terceiro setor**: o caso da Pastoral da Criança. 2000. 204 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. **Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 109-127, 2003.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

INTERVOZES. **Concessões de rádio e TV: onde a democracia ainda não chegou**. São Paulo, 2007. Disponível em http://www.intervozes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/revista_concessoes_web.pdf. Acesso em 19/04/2011.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-1984. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Políticas sociais e a ampliação da cidadania**. São Paulo: Editora da FGV, 2000.

JAMESON, F. **Marxismo e forma**: teorias dialéticas da literatura no século XX. São Paulo: Hucitec, 1985.

JAY, M. **A imaginação dialética**: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JESSOP, B. Globalização, regionalização, mercado e o estado: entrevista com Bob Jessop. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 5-21, jul-dez 2002.

JURBERG, C.; MACCHIUTE, B. Câncer nas Ondas do Rádio. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Brasília, DF, v. 53, n. 3, p. 291-296, 2007.

KRUGER, T. R. O desconhecimento da reforma sanitária e da legislação do SUS na prática do conselho de saúde. **Planejamento e Políticas Públicas** – IPEA, n. 22, p. 119–144, 2000.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Rio de Janeiro, 1993a. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Para além do mercado e do Estado: Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1993(b).

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, V. A. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____.; LOPES, C. A. **Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo** (1999-2004). Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, 2007 (Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439IPB001>).

LOBATO, L. C. Estrutura e relações de poder. In: FLEURY, S. (Org.) **Projeto Montes Claros: a utopia revisitada**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, pp. 81-100.

_____.; Prefácio. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. (Orgs.) **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

LOPES, L. P. M. (Org). **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MACHADO, F. A. **Participação social em saúde**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE 8., Brasília, *Anais...*Brasília: Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1987.

MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. L. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p.71-87, 1997.

MACIOCCO, G.; STEFANINI, A. From Alma-Ata to the global fund: the history of international health policy. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 7, n. 4, p. 479-486, out. / dez., 2007.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O lazer na cidade**. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994
(Disponível em: <http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>. Acesso em 22 abr. 2011).

_____. Em Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R (Org). **A aventura antropológica** – teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização** – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. Obsolescência da Psicanálise. In: _____. **Cultura e sociedade**. V. 2 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 91-112.

MARX, K. Vorwort. In: _____. **Zur Kritik der Politischen Ökonomie**. Werke, Dietz Verlag, Berlin. Band 13, 7. Auflage, 1971. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm. Acesso em 23 abr. 2011.

_____; ENGELS, F. **Das Kapital**: Kritik der politischen Ökonomie. Berlin: Dietz Verlag, 1979.

MATOS, M. R.; MENEGUETTI, L. C.; GOMES, A. L. Z. **Comunicação, saúde e comunidade**: a contribuição das rádios comunitárias. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 11 n.11, 121-133, jan/dez. 2007.

_____; Uma experiência em comunicação e saúde. **Interface**, Botucatu, v.13, n.31, p.437-47, out./dez. 2009.

MATTOS, R. A. As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de idéias. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, vol. 6, n. 2, 2001.

MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Estud. hist.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MISOCZKY, M. C. A. O Banco Mundial e a reconfiguração do campo das agências internacionais de saúde. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 75-98, 2003.

MORAES, J. G. V. **Sonoridades Paulistanas**: final do Século XIX ao Início do Século XX. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

MORITA, I, GUIMARÃES, J. F. C.; MUZIO, B. P. D. A Participação de Conselheiros Municipais de Saúde: solução que se transformou em problema? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 49-57, jan-abr. 2006.

NARDI, H.C.; YATES, D.B. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 10, n. 1, 95-103, 2005.

NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. Introdução. In: NOBRE, M.; TERRA, R (orgs.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros Editores, 2008a.

_____. Max Horkheimer: a Teoria Crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, M. (Org). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008b.

NOGUEIRA, R. P. Da medicina preventiva à medicina promotora. In AROUCA, A. S. **O dilema preventista**: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo; Annablume, 1995.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C.; REZEK, C. S. Orçamento participativo: uma invenção da política. In: BENEVIDES, M. V. et al (Orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 120-133.

_____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, V. C. Comunicação, informação e participação popular nos conselhos de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.56-69, maio-ago, 2004.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

OXHORN, P. Organizing civil society. **Penn State Press**, Pennsylvania, 1995.

PAIM, J. S. Direito à saúde, cidadania e estado. In. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE 8., Brasília, **Anais...** Brasília, DF, Centro de documentação do Ministério da Saúde, p. 45-59, 1987.

_____. Collective health and the challenges of practice. In: Pan American Health Organization, **The crisis of public health**: reflections for the debate. Washington, 1992 (Scientific Publication, 540).

_____. Políticas de Saúde no Brasil ou Recusando o Apartheid Sanitário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-20, 1996.

_____.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

_____. Do “dilema preventista” à saúde coletiva. In AROUCA, A. S. **O dilema Preventista**: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

_____.; TEIXEIRA, C. F. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, p. 73-78, 2006. Edição Especial.

_____. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008a.

_____.; A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 625-644, 2008b.

_____. *et al.* O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, Londres, Saúde no Brasil, p. 11-31, mai, 2011. Edição especial.

PEIXOTO, E. Para não deixar o cérebro na máquina: o jogo dos sentidos no processo de produção do discurso do lazer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 8, n. 9, p. 246-256, dez. 1996.

_____. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI alguns apontamentos. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 561-586, maio/ago, 2007.

PERRINEAU, P. **L’engagement politique**: déclin ou mutation? Paris: FNSP, 1994.

PERUZZO, C. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes. 1998.

_____. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania. Belo Horizonte: V Encontro Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2003.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, p. 1-29, 2007.

PESTANA, C. L. S.; VARGAS, L. A. V.; CUNHA, F. T. S. C. Contradições surgidas no Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde da Família de Vargem Grande, município de Teresópolis, RJ. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 485-499, 2007.

PINTO, N. R. S. **A Reconstrução do SUS no Município de São Paulo (SP)**: uma avaliação sobre a incorporação da integralidade na política municipal de saúde. 2009. 157 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). **Informe regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe 2010**: actuar sobre el futuro, romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad. UN: Nova Iorque, 2010. Disponível em www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org. Acesso em 6/5/2011.

POCHMANN, M. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, J. **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-78.

PONTUAL, P. **Desafios à construção da democracia participativa no Brasil**: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas. Observatório dos Direitos do Cidadão Polis/IEE-PUC-SP. São Paulo, janeiro de 2008. Acesso no site www.polis.org.br.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal Editora; 1980.

PRADO, E. V. Programa de educação em saúde via rádio: percepção do ouvinte. **O Mundo da saúde**, São Paulo, v. 31, n. 3, p.394-402, jul/set, 2007.

PUCCINI, P. T. As unidades de assistência médica ambulatorial (AMA) do Município de São Paulo, Brasil: condições de funcionamento e repercussões sobre a atenção básica no Sistema Único de Saúde, 2006. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 2755-2766, dez, 2008.

REPA, L. S. Direito e teoria da ação comunicativa. In: NOBRE, M.; TERRA, R (Orgs.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros Editores, 2008a.

_____. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica. In: NOBRE (org). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas, SP: Papirus, 2008b.

RODRIGUES NETO, E. A via do parlamento. In FLEURY, S. M. (Org.) **Saúde e democracia**: a luta do Cebes. São Paulo: Lemos, 1997.

RODRIGUES, P. H. **Do triunfalismo à burocratização**: a despolitização da Reforma Sanitária Brasileira. 1999. 109 p. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROUDET, B. **Des jeunes et des associations**. Paris: L'Harmattan, 1996.

RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: ALBORELLO, L. *et al.* **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, p. 84-116. 1997.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor — uma revolução associativa global, **Revista de administração**, São Paulo, v. 33, p. 5-11, jan./mar. 1998.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SAMPAIO, M. R. A. **Heliópolis**: o percurso de uma invasão. Tese de Livre Docência, São Paulo, 1991.

_____. PEREIRA, P. C. X. Habitação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 167-183, 2003.

SANTOS, B. S. O Estado, o direito e a questão urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 9, n. 9, p. 10-86, 1982.

_____. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 11, p. 9-60, 1983.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A. B. e GERSCHMAN, S. As segmentações da oferta de serviços de saúde no Brasil: arranjos institucionais, credores, pagadores e provedores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 795-806, 2004.

SANTOS, S; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V.; BOLAÑO, C. R. S. (Orgs.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. v. 1, p. 77-101, São Paulo: Paulus, 2005.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

SEGATTO, A. I. A tensão entre facticidade e validade. In NOBRE, M.; TERRA, R (orgs.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

SILVA, F. G. Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In: NOBRE, M. (org). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papius, 2008.

SOARES, C. C. **Heliópolis**: práticas educativas na paisagem. 2010. 237 p. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SOUZA, M. L. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle social e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 1992.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, M. L., *et al.* Participação em saúde: do que estamos falando? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, jan./jun, p. 218-251, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 volumes.

_____. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Educação e experiência. In: _____. **Os românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TOBAR, F. Nova racionalidade técnica. In: FLEURY, S. (Org.) **Projeto Montes Claros**: a utopia revisitada. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, p. 101-26.

VASCONCELOS, E. M. Espiritualidade, educação popular e luta política pela saúde. **Rev. APS**, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 314-325, jul./set. 2008.

_____. Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.

_____. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIANA, A. L. Desenho, modo de operação e representação dos interesses do sistema municipal de saúde e os conselhos de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1998.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIEIRA, L. M. F. Concepção do coletivo, participação comunitária e transformação social pela saúde. In: FLEURY, S. (Org.) **Projeto Montes Claros: a utopia revisitada**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, p. 61-79.

WERLE, D. L.; MELO, R. S. Reconhecimento e justiça na Teoria Crítica da sociedade em Axel Honneth. In: NOBRE, M. (org). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

WERLE, D. L.; SOARES, M. V. Política e direito: a questão da legitimidade do poder político no estado democrático de direito. In: NOBRE, M.; TERRA, R (Orgs.). **Direito e democracia, um guia de leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

WENDHAUSEN, Á; CARDOSO, S. M. Processo decisório e Conselhos Gestores de Saúde: aproximações teóricas. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 60, n. 5, p. 579-84, set-out 2007.

WILLIAMS, R. **Los medios de comunicación social**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. **Culture and society**. Harmondsworth: Penguin, 1982.

_____. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Palavras-Chave**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.